



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciência Política – ECP

Mateus Mendes de Souza

Neogolpismo e guerra híbrida: geopolítica e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018

Rio de Janeiro

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Mateus Mendes de Souza

Neogolpismo e guerra híbrida: geopolítica e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Política Mundial.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza

Rio de Janeiro

2021

M

Mendes de Souza, Mateus

Neogolpismo e guerra híbrida: geopolítica e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018 / Mateus Mendes de Souza. -- Rio de Janeiro, 2021.

213

Orientador: André Luiz Coelho Farias de Souza.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2021.

1. Política Internacional. 2. Geopolítica. 3. Golpe de Estado/neogolpe. 4. Guerra híbrida. 5. Junho de 2013. I. Coelho Farias de Souza, André Luiz , orient. II. Título.

Mateus Mendes de Souza

Neogolpismo e guerra híbrida: geopolítica e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Política Mundial.

Data de aprovação:

Banca examinadora:

Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Igor Fuser
Universidade Federal do ABC – UFABC

Aos meus avós Filó e Maninho

Aos meus avós Elsa e Waldemar (*in memoriam*)

À Violeta Jacob Mendes

AGRADECIMENTOS

Minha educação e formação acadêmica praticamente toda foi em instituições públicas, mais especificamente, federais. Essa trajetória começa ainda no segundo segmento do Ensino Fundamental no Colégio Pedro II, continua na graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF), conclui a presente fase na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e já tem a próxima etapa encaminhada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nesse sentido, os primeiros a quem eu devo agradecer são aos milhões de brasileiros e brasileiras que nunca puderam almejar ingressar em uma universidade ou se beneficiar do ensino de qualidade que o Estado brasileiro pode oferecer. Essa condição de exclusão a que está submetida a esmagadora maioria de nossa população está intimamente ligada a três aspectos marcantes de nossa sociedade e nosso país: o não desenvolvimento, a aviltante desigualdade social e a condição subalterna na política internacional.

Tenho que agradecer a essas pessoas porque a educação de excelência a que tive, tenho e terei acesso é custeada pelo Estado brasileiro e esse, por seu turno, foi e é bancado pelo mais valor extraído de todos os trabalhadores, e é sobre esses explorados que recai o mais caro ônus: a exclusão, a pobreza e a miséria.

Esse gesto de agradecer àqueles que, sem saber, ajudaram a custear minha educação quiçá seja o primeiro ensinamento que meu orientador me passou. É importante registrar que foi um ato involuntário. Esse eu aprendi lendo os agradecimentos da sua tese. Por essas e outras, sou muito grato a André Luiz Coelho. Quando o procurei para orientar minha pesquisa, o fiz por afinidade de agendas, afinal, ambos somos instigados por entender a política latino-americana. No entanto, além da relação de orientação, construímos uma relação de amizade.

Gostaria de agradecer também aos professores Igor Fuser e Fabrício Pereira da Silva, que compõem a banca examinadora. Assim, estendo meus agradecimentos, respectivamente, a todos os acadêmicos que me inspiraram ao longo dessa trajetória e aos demais membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UniRio. Não poderia deixar de agradecer nominalmente às professoras Maria Villarreal, com quem tive um encontro fortuito que foi importante para eu chegar ao PPGCP, e Marcia Dias, que ministrou a disciplina *Ideologias políticas contemporâneas*, cujas discussões e textos contribuíram sobremaneira para minha pesquisa.

Também merecem minha gratidão todos os servidores e terceirizados que conduzem o trabalho que permite que a UNIRIO funcione e que, em geral, acabam sendo invisibilizados. Meu agradecimento à Patrícia Quaresma, secretária do PPGCP, se estende a todo esse time.

Também sou grato a todos os colegas do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL), coordenado por André Coelho, Enara Echart e Maria Villarreal. Dentre eles, um agradecimento especial a Vinicius Santos, que me ajudou na parte de análise de redes, parte importante do Capítulo 3.

Falando em colegas, um muito obrigado a Joseph Torres, Laura Barão e Maria Clara Telles. Nessas pessoas, encontrei companheiros, demonstrado por leituras críticas dos rascunhos e pelos ensaios para a apresentação da qualificação.

Não poderia deixar de agradecer a pessoas que me ajudaram a imprimir uma mudança comportamental sem a qual, certamente, nada disso seria possível. Se consegui retomar a graduação e concluir o mestrado foi porque essas pessoas me mostraram uma nova maneira de viver. Nominando aqui Fernando Luiz Alves, Flávio Helder Azevedo Alves, Pedro Alvim e Sérgio Couto, agradeço a todos esses companheiros que me ajudaram e ajudam nessa jornada, passo por passo.

Da mesma forma, minha família também foi indispensável nessa trajetória. Assim, agradeço a todo apoio moral e emocional que sempre tive; aos exemplos de perseverança. Muito obrigado a meus avós – dona Filó e seu Maninho –, a minha mãe – Gloria Mendes de Souza – e a meus irmãos – Miguel Mendes de Souza, Clara Moreno de Souza Melo e Ícaro Moreno de Souza Melo. Nomeando essas pessoas, estendo a gratidão a todos que direta ou indiretamente fazem parte da minha família.

Por falar em família, sou muito grato a Sheila Ribeiro Jacob, minha companheira, com quem desde maio divido os prazeres e as angústias de nossa Violeta. Sua ajuda foi diversa. Além do amor, do carinho e do apoio, as conversas sobre a crise brasileira e as várias revisões e correções nesse texto (e nos que o precederam); o exemplo com o compromisso acadêmico; as várias portas que me ajudou a abrir foram muito importantes para que chegasse aqui.

Sheila me deu de presente também Silvia Solange Ribeiro Jacob e Antonio Luiz do Nascimento Jacob, duas pessoas a quem minha gratidão não encontra palavras. Sem o apoio dos meus sogros, que nos acolheram nessa pandemia, eu não teria tido tempo e tranquilidade para me dedicar à pesquisa e a à redação deste trabalho.

A pesquisa me abriu portas e serviu de pretexto para conhecer algumas pessoas. Uma dessas pessoas é José Genoino. Militante aguerrido, literalmente combativo. Intelectual de elevado quilate. Observador arguto da realidade brasileira e mundial. Genoino foi extremamente solícito e me forneceu duas longas entrevistas e algumas conversas enriquecedoras.

Também agradeço a Kátia Gerab Baggio pela entrevista concedida.

Outras duas pessoas com que a pesquisa me presenteou foram Ilton Freitas e Miguel Enrique Stédile. Ambos pesquisam sobre guerra híbrida, um dos temas centrais e certamente o mais delicado do presente trabalho. Além das leituras de rascunhos, os vários e-mails, vídeo conferências e telefonemas ajudaram muito a aprimorar os argumentos.

Também devo um “obrigado” ao *Brasil 247* – aqui representados por Gisele Federice, Paulo Emílio e Leonardo Attuch –; ao Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) – aqui representado por Claudia Santiago –; e à Escola Latino-Americana de História e Política (ELAHP) – aqui representada por Elisa Guaraná. O fato de esses canais abrirem espaço para que expusesse meu trabalho possibilitou debater as ideias dessa dissertação.

Foi importante também a ajuda de Ana Claudia Giordani, uma das primeiras pessoas a me sugerir a escrever sobre revoluções coloridas, e de Roberto Marques. Os convites para congressos e as leituras de rascunhos são dos exemplos das situações nas quais o apoio desse casal de amigos foi de grande valia.

Não poderia deixar de agradecer a Cristiane Barbalho, menos pela revisão do material que mandei para a banca de qualificação do que pelas dicas sobre semiótica, que ajudaram muito a fundamentar a crítica à mídia. Assim como Daniel Campos, que me indicou dois argumentos fortes já na reta final do trabalho.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento especialíssimo àqueles que têm me ajudado das mais diversas formas. Começando por Mariana Temoteo. Além da revisão de incontáveis textos, seu carinho, companheirismo e exemplo de superação e perseverança foram, são e serão importantes.

Nesse grupo das pessoas que me ajudaram de diversas formas e cuja não menção seria falta grave entram Eduardo Neves, Leonardo Ogélio, Helder Oliveira, João Carlos Araújo, Mike Nelson Ramos, Patrícia Siciliano, Adriana Santana, Adriana Melo, Emerson Xavier, Ricardo Moreno de Melo, Rogéria Peixinho, Graciela Rodrigues, Priscila Medeiros e Ciro Suárez.

Em maior ou menor grau, as pessoas listadas ao longo de toda essa seção me ajudaram também nas trincheiras da democracia, são companheiros e companheiras de luta. Infelizmente, não foi possível citar todos e todas, mas estendo meus agradecimentos àqueles e àquelas com quem militei nos tempos de estudante – desde o grêmio do Pedro II – e de Correios; nos tempos

de ecetista; agora, como profissional da educação; enfim, todos que nos últimos anos lutam contra essa agenda reacionária que se busca impor no Brasil.

Peço desculpas àqueles e àquelas de quem me esqueci.

E, a quem, ontem, hoje e sempre, esteve, está e estará comigo lutando por um mundo melhor ou, no mínimo, para deixar claro que nada do que nos for arrancado deixará de ter a marca de nossas unhas, meu muito obrigado.

Aí, aí, não que eu não peque / Mas essa PEC tá tirando a favela / Mais um gol contra / Que muita gente comemorou / É cada 7 a 1 que cai na conta do trabalhador / A mão que bateu panela / Não é a mão que lava a panela / Foi pra janela contar o Hino de camisa amarela? / E amarela / Morre de medo de encontrar / Favela na lista de aprovados no vestibular / Imagina a tortura / Pra quem apoiou a ditadura / Encontrar a filha da empregada / De beca na formatura

[...]

Mais um gol contra / Faltou passar na tela um informe / De que time era a camisa / De baixo do uniforme do juiz? / Que foi conivente e pouco diz / Sobre o golpe que a democracia tomou no nariz / Com tudo transmitido em rede nacional / Com apoio da TV, do rádio, da revista, do jornal / Foi cinematográfico / Até escuta ilegal / Um abraço pra quem botô fê no “japonês da federal” / Fica esperto, com dengue, zika e chicungunha / Mas de olho aberto com Temer, Aécio, Eduardo Cunha / São muitos de alto calibre que a quebrada impunha / E acredite: golpista a gente arranca na unha / Terceiro turno: cês não passaram nas urnas / Aliás, não conseguiram explicar a Lista de Furnas

[...]

Vai vendo / Certo dia, estive numa manifestação / Tomei um soco na cara no meio da confusão / No outro dia, jornal, me vi na televisão / “Policial agredido com cabeçada na mão” / Os fins não justificam os meios de comunicação / Se a versão de quem oprime vira nossa opinião / É fácil confundir quem bate, com quem te estende a mão / Se te oferecem o céu, te empurrando pro chão / Não vai fazer gol contra e sair comemorando, pelamor / Até torturador tão homenageando / Dois mil e pouco, os sapos sai pelos canos / O opressor tem medo de ver o oprimido levantando / E batendo no peito, gritando: é nós! / Nosso povo sagaz, desespero pra algoz / Mas, eles venceram / Sinal fechado pra nós / Ainda vivemos como nossos pais / Ou nossos avós / Exalto a voz, só com meu verso na rua / Correndo risco do após, sozinho em noite sem lua / Sei que a maldade é veloz / O mal também não recua / Mas não estamos a sós /

A luta continua.

(MC Lucas Afonso)

MENDES DE SOUZA, Mateus. Neogolpismo e guerra híbrida: geopolítica, instabilidade e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018. 2021. 211 fls. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Escola de Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

RESUMO

Desde 2013, o Brasil passa por uma crise orgânica que, *grosso modo*, possui três eventos de maior relevo: a eclosão das manifestações de junho de 2013, a derrubada de Dilma Rousseff (2016) e a eleição de Jair Bolsonaro (2018). O presente trabalho é um estudo de casos que tem como marcos temporais as manifestações de junho de 2013 e a eleição de Bolsonaro; e que analisa esse momento político pelo qual passa o Brasil tendo como prisma teórico os conceitos de neogolpismo e guerra híbrida. Tanto neogolpismo quanto guerra híbrida são abordagens que partem da ideia de que fenômenos políticos que acompanham as sociedades há séculos passaram por transformações. São golpes, são guerras, mas com novas feições, adaptadas à realidade hodierna. Por isso, parte do trabalho é dedicada a conceituar golpes de Estado e guerras híbridas, para então caracterizar as versões contemporâneas desses dois fenômenos políticos. A pergunta que orientou a presente pesquisa foi: como os conceitos neogolpismo e guerra híbrida podem ajudar a compreender a crise orgânica pela qual passa o Brasil desde as manifestações de junho de 2013, que levou à derrubada de Dilma Rousseff e culminou com a eleição de Jair Bolsonaro? Para responder a essa questão, propusemos a hipótese de que o neogolpe ocorrido no Brasil faria parte de uma estratégia maior de uma guerra híbrida. Em que pese a escala prioritária do trabalho ser o Brasil, procedemos um afunilamento partido de discussões mais genéricas e de escala internacional, passando por temas e recortes intermediários. Assim, o estudo inicia com uma análise geopolítica – tratando da disputa de poder em nível global, contexto no qual se inserem as discussões acerca de hegemonia e imperialismo e acerca da relação desses com nosso objeto de estudo – e concentra-se na luta de classes no Brasil, sendo que foram priorizados os instrumentos e as ações da burguesia. Ao longo da análise, foi necessário também tratar de temas como neoliberalismo e ideologias políticas, que perpassam todas as escalas com as quais operamos. Da mesma forma, foi necessário trabalhar, de forma pontual, com escala intermediária – Américas Latina – e, até mesmo, analisar processos ocorridos em outros Estados. Nesse caso, referimo-nos a países onde ocorreram neogolpes ou guerras híbridas. Finalmente, concluímos que nossa hipótese é válida.

Palavras-chave: Brasil; Neogolpismo; Guerra híbrida; Junho de 2013; Golpe de 2016.

MENDES DE SOUZA, Mateus. Neogolpismo e guerra híbrida: geopolítica, instabilidade e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018. 2021. 211 fls. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Escola de Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

ABSTRACT

Since 2013, Brazil has been going through an organic crisis that, roughly speaking, has three major events: the outbreak of the June 2013 demonstrations, the overthrow of Dilma Rousseff (2016) and the election of Jair Bolsonaro (2018). The present work is a case study that has as its time frame the June 2013 demonstrations and the election of Bolsonaro; and that analyzes this political moment that Brazil is going through with the theoretical prism of the concepts of neo-golpism and hybrid war. Both neo-golpism and hybrid war are approaches that start from the idea that political phenomena that have accompanied societies for centuries have undergone transformations. They are coups, they are wars, but with new features, adapted to today's reality. Therefore, part of the work is dedicated to conceptualizing coups d'état and hybrid wars, to then characterize the contemporary versions of these two political phenomena. The question that guided this research was: how the concepts neo-golpism and hybrid war can help to understand the organic crisis that Brazil has been going through since the June 2013 demonstrations, which led to the overthrow of Dilma Rousseff and culminated in the election of Jair Bolsonaro? To answer this question, we proposed the hypothesis that the neo-coup in Brazil would be part of a larger strategy of a hybrid war. In spite of the priority scale of the work being Brazil, we proceeded to a funnel from more generic and international scale discussions, passing through intermediate themes and cuts. Thus, the study begins with a geopolitical analysis – dealing with the power dispute at the global level, a context in which discussions about hegemony and imperialism are inserted and about their relationship with our object of study - and class struggle is concentrated in the Brazil, and the instruments and actions of the bourgeoisie were prioritized. Throughout the analysis, it was also necessary to deal with themes, such as neoliberalism and political ideologies, that permeate all the scales with which we operate. Likewise, it was necessary to work, in a punctual way, with intermediate scales – Latin and South America – and, even, to analyze processes that occurred in other States. In this case, we refer to countries where neo-cycles or hybrid wars have occurred. Finally, we conclude that our hypothesis is valid.

Keywords: Brazil; Neogolpismo; Hybrid war; June 2013; 2016 coup.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	– "Neogolpe" e "guerra híbrida" em ferramentas de busca acadêmica	21
Tabela 2	– “Guerra híbrida” no título de publicações encontradas no Google Acadêmico	23
Tabela 3	– “Neogolpe” no título de publicações encontradas no Google Acadêmico	23
Gráfico 1	– Comparação das exportações: Cinco principais do Ocidente vs. Cinco principais do Leste Asiático; Participação dos Estados Unidos vs. participação da China vs. participação do Japão	32
Tabela 4	– Balança comercial das dez maiores economias do mundo e participação dos Estados Unidos e da China em cada balança (2017)	33
Tabela 5	– Balança comercial dos Estados Unidos e da China (2017)	33
Gráfico 2	– Participação dos Estados Unidos e da China na balança comercial brasileira	34
Gráfico 3	– Principal destino das exportações (Universo: 11 ^a a 50 ^a maiores economias do mundo. Período: 2017)	35
Gráfico 4	– Principal origem das importações (Universo: 11 ^a a 50 ^a maiores economias do mundo. Período: 2017).	35
Gráfico 5	– Presença dos Estados Unidos e da China entre os cinco principais parceiros comerciais (Universo: 11 ^a a 50 ^a maiores economias do mundo. Período: 2017).	36
Tabela 6	– Permanência ou queda de presidentes segundo as variáveis “manifestações populares” e “ação do Legislativo”	72
Tabela 7	– Forma como o tema foi tratado: revistas e congressos; nacionais e estrangeiros; golpe ou <i>impeachment</i>	84
Gráfico 6	– Variação do dólar e da gasolina e eventos políticos importantes (2013-2019).	123
Gráfico 7	– Estrutura de guerra ideológica a partir das relações de Fábio Ostermann e USAID-NED.	131

LISTA DE ACRÔNIMOS

ABCP	-	Associação Brasileira de Ciência Política
ABIN	-	Agência Brasileira de Inteligência
ACNUR	-	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACR	-	Arranjo Contingencial de Reserva
AGNU	-	Assembleia Geral das Nações Unidas
ALACIP	-	Associação Latino-Americana de Ciência Política
ALBA	-	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ANC	-	Assembleia Nacional Constituinte
ANCINAV	-	Agência Nacional de Audiovisual
AP	-	Ação Penal
BRIC	-	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	-	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	-	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CESEC	-	Centro de Estudios Socioeconómicos
CIDH	-	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIPE	-	Center of Private Enterprise
CMDA	-	Conferência de Ministros de Defesa das Américas
CNI	-	Confederação Nacional da Indústria
CNJ	-	Conselho Nacional de Jornalismo
CNV	-	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	-	Comando de Libertação Nacional
CSA	-	Ciclo sistêmico de acumulação
CSNU	-	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DHS	-	Departamento de Segurança Interna (Estados Unidos)
DOD	-	Departamento de Defesa (Estados Unidos)
DOJ	-	Departamento de Justiça (Estados Unidos)
EC	-	Emenda Constitucional
EPL	-	Estudantes Pela Liberdade
EUA	-	Estados Unidos da América
FCPA	-	Foreign Corruption Practice Act
FIEC	-	Federação das Indústrias do Ceará
FIEL	-	Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas
FIESP	-	Federação das Indústrias de São Paulo
FM	-	Fundación Mediterránea
FSP	-	Folha de São Paulo
IBAD	-	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBAS	-	Fórum Índia, Brasil e África do Sul
IEE	-	Instituto de Estudos Empresariais
IL	-	Instituto Liberal

ILIPS	-	Instituto Liberal São Paulo
IMB	-	Instituto Mises Brasil
IMIL	-	Instituto Millenium
IPES	-	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IRI	-	International Republican Institute
MAS	-	Movimento ao Socialismo
MBL	-	Movimento Brasil Livre
MECOCUL	-	Mercado Comum do Sul
MJ	-	Ministério da Justiça
MP	-	Ministério Público
MPF	-	Ministério Público Federal
MPL	-	Movimento Passa Livre
NBD	-	Novo Banco de Desenvolvimento
NDI	-	National Democrat Institute
NED	-	National Endowment for Democracy
NOVO	-	Partido Novo
NSA	-	National Security Agency
OCDE	-	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	-	Organização para a Cooperação de Xangai
OEA	-	Organização dos Estados Americanos
OEC	-	Observatory of Economic Complexity
OLJ	-	Operação Lava Jato
OODA	-	Observação, Orientação, Decisão e Ação
OSF	-	Open Society Foundation
PF	-	Polícia Federal
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	-	Partido Progressista
PSB	-	Partido Socialista Brasileiro
PSD	-	Partido Social Democrático
PSDB	-	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	-	Partido Social Liberal
PSOL	-	Partido Socialismo e Liberdade
PT	-	Partido dos Trabalhadores
SFL	-	Students For Liberty
STF	-	Supremo Tribunal Federal
TC	-	Training Circular
TIC	-	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRF	-	Tribunal Regional Federal
TSE	-	Tribunal Superior Eleitoral
UNASUL	-	União das Nações Sul-Americanas
USAID	-	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VAR-Palmares	-	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. CONTEXTO GEOPOLÍTICO E ASPECTOS TEÓRICOS.....	29
1.1. Crise de hegemonia.....	29
<i>1.1.1. O Brasil e a crise da hegemonia estadunidense</i>	<i>40</i>
1.2. Imperialismo	43
<i>1.2.1. Imperialismo, golpes de Estado na América Latina e guerras.....</i>	<i>46</i>
<i>1.2.2. Imperialismo e neoliberalismo</i>	<i>50</i>
1.3. O ciclo progressista na América Latina.....	52
1.4. A inquebrantável associação entre as dinâmicas doméstica(s) e internacional ...	56
1.5. Neogolpismo e guerra híbrida: uma aproximação conceitual.....	59
<i>1.5.1. Neogolpismo</i>	<i>59</i>
<i>1.5.2. Guerra híbrida</i>	<i>60</i>
1.6. Conclusões preliminares	61
2. NEOGOLPISMO.....	64
2.1. Golpe de Estado	64
2.2. Neogolpismo: contexto, definição e casos	66
<i>2.2.1. Contexto e definição</i>	<i>67</i>
2.2.1.1. Parlamento e neogolpismo	69
2.2.1.2. Sistema de justiça e neogolpismo	70
2.2.1.3. Mídia e neogolpismo.....	71
2.2.1.4. Manifestações populares e neogolpismo.....	73
<i>2.2.2. Casos de neogolpes.....</i>	<i>74</i>
2.2.2.1. Honduras	75
2.2.2.2. Paraguai.....	77
2.3. Precedentes da crise orgânica brasileira: da redemocratização às manifestações de junho de 2013	79

2.4. A sofisticação do neogolpismo (I): apresentando as variáveis	84
2.4.1. <i>Manifestações populares e as consequências de 2013</i>	86
2.4.2. <i>O Parlamento</i>	88
2.4.3. <i>A luta contra a corrupção</i>	89
2.4.4. <i>O sistema de justiça</i>	91
2.4.5. <i>A mídia</i>	92
2.5. A sofisticação do neogolpismo (II): articulando as variáveis	94
2.5.1. <i>Da condução coercitiva de Lula à votação na Câmara</i>	98
2.5.2. <i>Da prisão de Lula à eleição de Bolsonaro</i>	99
2.6. Lacunas teóricas	103
2.7. Conclusão preliminar	104
3. GUERRA HÍBRIDA	107
3.1. Guerra	107
3.1.1. <i>Sun Tzu</i>	108
3.1.2. <i>Maquiavel</i>	109
3.1.3. <i>Clausewitz</i>	110
3.2. Transformações recentes da guerra: do fim da Segunda Guerra Mundial ao século XXI	111
3.3. Guerras de quarta geração, guerras não convencionais e guerras híbridas	113
3.3.1. <i>Guerra de quarta geração</i>	114
3.3.2. <i>Guerras não convencionais</i>	114
3.3.3. <i>Guerras híbridas</i>	116
3.3.3.1. <i>Guerras híbridas sob a ótica estadunidense</i>	116
3.3.3.2. <i>Guerras híbridas sob a ótica russa</i>	116
3.3.3.3. <i>Guerras híbridas e a academia brasileira</i>	118
3.4. Revoluções coloridas	118
3.4.1. <i>Bulldozer, a revolução “case de sucesso”</i>	119

3.4.2. <i>Revoluções coloridas na Geórgia, na Ucrânia e alhures</i>	121
3.4.3. <i>Plano geral das revoluções coloridas</i>	122
3.5. Junho de 2013: a revolução colorida brasileira?	123
3.5.1. <i>Conquistando corações e mentes: a guerra ideológica dentro do Brasil</i>	129
3.5.2. <i>Folha de São Paulo, O Globo e “indignação solidária”</i>	134
3.5.3. <i>O papel da internet e das redes sociais na transformação de 2013</i>	136
3.6. Lawfare, Operação Lava Jato, geopolítica e guerra híbrida	138
3.6.1. <i>Lawfare</i>	140
3.6.2. <i>Operação Lava Jato: lawfare e relações com os Estados Unidos</i>	141
3.7. Conclusão preliminar	143
CONCLUSÃO FINAL	147
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE A – Informações sobre as entrevistas	168
ANEXO A – Jair Bolsonaro e Silas Malafaia ainda mantêm no ar a <i>fakenews</i> do “kit gay”.	169
ANEXO B – Cobertura das manifestações de junho de 2013 feita pela <i>Folha de São Paulo</i>	171
ANEXO C – Cobertura das manifestações de junho de 2013 feita por <i>O Globo</i>	197
ANEXO D – Postagem (<i>fakenews</i>) recomendando aos manifestantes se vestirem com a bandeira brasileira	214

INTRODUÇÃO

O Brasil passa por uma crise política, social e econômica, que inicia com as manifestações de junho de 2013, passa pela derrubada da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, culmina na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e se estende até o presente. A busca por compreender essa crise é a motivação primeira desta pesquisa. Nesse percurso investigativo, deparamo-nos com dois conceitos que sintetizam, cada um deles, uma abordagem que oferece ferramentas analíticas que, entendemos, ajudam na compreensão dessa crise e, conseqüentemente, permitem formular enunciados que se proponham a explicar o que está acontecendo no Brasil. Esses conceitos são neogolpismo e guerra híbrida.

Enquanto fenômeno, os neogolpes surgiram devido a duas necessidades por parte das elites latino-americanas: restabelecer os padrões de acumulação dos anos 1980 e 1990, que são pouco palatáveis ao eleitorado; e ajustar o golpe de Estado às limitações e aos constrangimentos não só da opinião pública doméstica e internacional, mas também dos regimes internacionais. Enquanto conceito, surgiu da necessidade de denunciar que a deposição de Manuel Zelaya, em Honduras (2009), foi um golpe de Estado ainda que com feições que escapam à compreensão geral desse fenômeno. O conceito ganhou força a partir da derrubada de Fernando Lugo, no Paraguai (2012), e de Dilma Rousseff, no Brasil em 2016 (COELHO; MENDES, 2020; COELHO; MONTEIRO, 2017; MONTEIRO, L.V., 2018; PEREIRA DA SILVA, 2019).

Em um neogolpe, os militares cedem o protagonismo para agentes de outras instituições. Essa modalidade de golpe é executada de forma articulada entre setores do sistema de justiça, do parlamento e da mídia oligopolista. Além disso, os neogolpes preservam a ordem institucional, ainda que os instrumentos institucionais sejam subvertidos, com vistas a escamotear o caráter golpista do processo e assim ludibriar a opinião pública nacional e internacional (COELHO; MENDES, 2020; COELHO; MONTEIRO, 2017; MONTEIRO, L.V., 2018; PEREIRA DA SILVA, 2019). Antecipando parte da discussão desenvolvida ao longo do trabalho, temos ainda que fazer uma observação acerca de uma variável relacionada à estabilidade/instabilidade na América Latina. Essa variável são mobilizações populares. Como se verá, elas foram decisivas para selar a sorte dos governantes no período democrático anterior ao neogol-

pismo (1978-2009). Nos neogolpes hondurenho e paraguaio, todavia, essa variável não se apresentou, ao passo que no neogolpe brasileiro a dinâmica das ruas foi determinante (COELHO; MENDES, 2020)¹.

Já a guerra híbrida é um conceito que procura sistematizar as transformações pelas quais passaram as táticas bélicas de modo a se adaptar aos condicionantes e às possibilidades contemporâneos. Na guerra híbrida, a racionalidade do combate tradicional é subvertida. Ocorre o embotamento dos métodos e dos atores, de modo a não se ter claro quem são os combatentes e quais são os métodos. Muitas das operações são executadas por civis e não por militares (FIORI, 2020; HOFFMAN, 2007; KORYBKO, 2018b).

Há ainda dois aspectos concernentes às guerras híbridas que devemos destacar. Um é que elas podem se desenvolver e realizar o objetivo sem que necessariamente ocorram conflitos armados. Nesse caso, por meio de suas técnicas de dissimulação, as guerras híbridas podem parecer revoltas populares espontâneas e repentinas. Outro aspecto é o seu vínculo com a estratégia geopolítica dos Estados Unidos (FIORI, 2020; KORYBKO, 2018b).

Como se percebe, as duas abordagens partem da ideia de que fenômenos políticos que acompanham as sociedades há séculos passaram por transformações. São golpes, são guerras, mas com novas feições, adaptadas à realidade hodierna. Por último, mas não menos importante, neogolpes e guerras híbridas contam com expedientes diversionistas cuja finalidade é fazer parecerem ser tudo menos o que são: golpes e guerras.

Expostos os conceitos gerais que mobilizaremos, podemos apresentar os parâmetros da pesquisa, começando pela delimitação do objeto. O recorte espacial da pesquisa concentra-se no Brasil. No entanto, por se tratar de uma investigação de política mundial, foi necessário recorrer a duas outras escalas, realizando um movimento de afunilamento desde a dimensão analítica mais geral para a mais específica, sendo essa, logicamente, o Brasil. Nesse sentido, a primeira escala que extrapola o recorte central é a escala global, afinal, entendemos que a crise orgânica brasileira está inserida numa conjuntura global de disputa por hegemonia. Em uma escala intermediária, encontra-se a escala regional, referenciada como América Latina. Como se verá, a mais utilizada foi a primeira. Todavia, foi inevitável recorrer à segunda porquanto a primeira experiência de neogolpe foi em Honduras. De todo modo, essas escalas intermediárias

¹ Ver capítulo 2.

justificam-se pela dificuldade existente em proceder uma análise de relações internacionais sobre o Brasil desconsiderando as linhas de força que atuam na região.

Com relação aos marcos temporais, o inicial são as manifestações de junho de 2013 porque as manifestações daquele inverno inflectiram radicalmente na política brasileira, com resultados que ecoam até hoje. Como demonstraremos, àqueles atos vinculam-se o golpe de 2016, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e a atual crise que vivemos.

O marco final é novembro de 2018, quando da eleição de Bolsonaro. Não custa repetir, a crise se estende até hoje. Nesse sentido, ainda que escape aos parâmetros da pesquisa, não poderíamos deixar de registrar que, desde março de 2020, a crise brasileira passou a ter também uma (trágica) dimensão humanitária. Fazemos questão desse registro em respeito às mais de 250 mil mortes, registradas na data da defesa deste trabalho,² decorrentes principalmente de ações do grupo que hoje governa o Brasil e pelo apoio que lhe é conferido por significativa parcela das elites políticas e econômicas e da população em geral, seja esse apoio comissivo ou omissivo.

Aqui, novamente, precisamos recorrer a algumas extrapolações. Por isso, ainda que o foco da análise sejam os eventos ocorridos entre 2013 e 2018, julgamos que seria adequado recuperarmos fatos que antecederam as manifestações de 2013. Notadamente, pensamos ser prudente abordarmos alguns dos elementos que animaram as disputas de poder desde a redemocratização, especialmente o ciclo petista, iniciado em 2003. Tomamos essa decisão por entendermos que a crise não se instalou do nada. Portanto, é importante apresentar o quadro das relações de poder que a antecederam.

Como dissemos, a busca por entender a crise brasileira, não só em seus aspectos particulares mas também no que concerne sua relação com a dinâmica global de disputa pelo poder, nos levou aos conceitos de neogolpismo e guerra híbrida. Em decorrência disso, uma dúvida passou a ser recorrente: o que houve no Brasil foi um neogolpe, ou o Brasil foi alvo de uma guerra híbrida?

Tal enunciação coloca os conceitos em posição de mútua exclusão: ou foi um neogolpe ou foi uma guerra híbrida. Dessa alternância, derivou-se uma segunda dúvida: esses conceitos são mutuamente excludentes ou podem se associar? A partir disso, o problema da presente pesquisa chegou à maturação, assumindo a seguinte forma: como os conceitos neogolpismo e

² 26 de fevereiro de 2021.

guerra híbrida podem ajudar a compreender a crise orgânica pela qual passa o Brasil desde as manifestações de junho de 2013, que levou à derrubada de Dilma Rousseff e culminou com a eleição de Jair Bolsonaro?

Diante dessa pergunta, percebeu-se que ambos os conceitos possuem elevada capacidade explicativa para o caso brasileiro. Assim, formulamos a seguinte hipótese: o neogolpe ocorrido no Brasil faria parte de uma estratégia maior, faria parte de uma guerra híbrida. Foram essas a pergunta e a hipótese que guiaram a pesquisa em tela.

Outro tópico imprescindível à pesquisa acadêmica é a justificativa. Nesse sentido, nossa pesquisa possui justificativa de três naturezas. A primeira é teórica, posto que mobiliza conceitos e ferramentas analíticos relativamente novos na literatura política, até porque esses conceitos surgiram para explicar fenômenos contemporâneos.

Com vistas a ilustrar como a academia brasileira tem tratado os temas neogolpe e guerra híbrida, seguem-se os resultados de uma pesquisa quantitativa sobre a ocorrência deles. Para tanto, recorreu-se a duas ferramentas de busca acadêmica, o Portal de Periódicos da CAPES e o Google Acadêmico, consultadas entre os dias 13 e 17 de abril de 2020.

Aqui cabe uma ressalva. Decidimos manter o levantamento feito por ocasião da etapa de qualificação da pesquisa para que o leitor possa ter melhor dimensão de qual era a realidade quando precisamos justificar para a banca a continuidade de nossa investigação. Assim, quem hoje lê o resultado final do estudo pode melhor compreender por que a banca deu aval para a continuidade do trabalho. Retomando, os dados coletados segundo os parâmetros acima apresentados foram agrupados de forma a distinguir quando os termos da pesquisa aparecem no título do trabalho ou no corpo geral do texto.

Tabela 1 – "Neogolpe" e "guerra híbrida" em ferramentas de busca acadêmica.

	Neogolpe (1)			Guerra híbrida		
	Total	Título	Geral	Total	Título	Geral
Periódicos CAPES	8	2	6	17	3	14
Google Acadêmico	80	6	82	271	16	253

Fonte: Periódicos CAPES e Google Acadêmico; elaboração própria.

Nota: 1 – Foram considerados também os resultados referentes ao termo "neogolpismo".

Como se percebe, a produção sobre guerras híbridas é muito superior àquela sobre neogolpes. Porém, há que se considerar que aquele tema tem seu primeiro registro em 2002,

nos círculos militares estadunidenses. No Brasil, o primeiro resultado referente a guerra híbrida data de 2007, mesmo assim, o termo aparece *en passant* em *O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração*, de Wanderley Messias da Costa. Além disso, um dos resultados (“*Guerras híbridas*” no contexto da América Latina no século 21) refere-se ao título de uma palestra de Igor Fuser por ocasião do I Congresso Internacional Pensamento e Pesquisa sobre a América Latina (2019) – segundo o próprio Fuser informou por e-mail, tal explanação não produziu material escrito – e outro é uma resenha de Simone Kawakami Costa (2019) sobre o livro *Guerras híbridas, das revoluções coloridas aos golpes* (2019), de Andrew Korybko. Por outro lado, de acordo com a ferramenta, a primeira referência ao termo neogolpe data de 2010, em uma resenha assinada por Pádua Fernandes sobre o livro *Derechos humanos en Argentina: Informe 2010 de Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)*.

Realizou-se também uma pesquisa associando os dois termos. Ambas as ferramentas de busca informam não haver resultado para esses parâmetros, ou seja, elas afirmam que não existe nenhum trabalho que aborde simultaneamente neogolpe e guerra híbrida. Não obstante, em 2019, o Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL), vinculado à Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (ECP-UNIRIO), lançou o livro *Sulatinidades*, com trabalhos produzidos pelos pesquisadores do grupo. No livro, há o capítulo *Neogolpismo e revoluções coloridas: uma revisão teórica sobre a instabilidade na América Latina*, em coautoria nossa com Daniel Máximo Goes de Lima.

A próxima tabela analisa apenas os resultados nos quais “guerra híbrida” apareceu no título de produções (artigos, dissertações, teses, trabalhos em congressos etc.). Foram classificadas como “publicação ou eventos acadêmicos em geral” produções constantes em periódicos ou eventos que não fossem (i) civis voltados à temática militar ou de defesa; (ii) veículos de divulgação ligados ao Ministério da Defesa; e (iii) documentos produzidos em instituição acadêmica militar. Há que se observar também que desconsideramos a palestra de Igor Fuser e a resenha de Simone Kawakami Costa, acima citados.

Tabela 2 – “Guerra híbrida” no título de publicações encontradas no Google Acadêmico.

Fonte da publicação	Total	Autor/a	
		Civil	Militar
Total	14	9	5
Publicação ou evento acadêmico em geral	5	5	0
Publicação ou evento civil voltados a temas militares/defesa	3	2	1
Publicação ligada ao Ministério da Defesa	3	1	2
Produção em instituição acadêmica militar	3	1	2

Fonte: Google Acadêmico; elaboração própria.

A primeira consideração a ser feita é a de que há quase duas vezes mais produções sobre o tema feitas por civis do que por militares. A segunda refere-se ao fato de que dois terços (9 em 14) das produções constam em veículo, eventos ou instituições voltadas à temática militar/defesa, ainda que as produções em eventos ou periódicos gerais sejam maiores do que cada uma das classes não gerais. Porém, a consideração mais relevante é que os três resultados em questão são dissertações de mestrado e todas foram produzidas em academias militares. Isso significa que a totalidade da produção científica de fôlego sobre guerra híbrida tem se concentrado nas instituições militares.

Ao se fazer análise semelhante acerca de neogolpe, observa-se que toda a produção que tem o tema no título foi feita por civis. Adicionalmente, os cinco artigos foram publicados em veículos que, segundo os parâmetros adotados anteriormente, poderiam ser enquadrados como “publicação ou evento acadêmico em geral”, ou seja, nenhum dos artigos foi publicado em periódico voltado a assuntos milites ou de defesa. Finalmente, há apenas uma dissertação, e essa foi defendida em instituição civil.

Tabela 3 – “Neogolpe” no título de publicações encontradas no Google Acadêmico¹

Fonte da publicação	Total	Autor/a	
		Civil	Militar
Total	5	5	0
Publicação ou evento acadêmico em geral	5	5	0
Publicação ou evento civil voltados a temas militares/defesa	0	0	0
Publicação ligada ao Ministério da Defesa	0	0	0
Produção em instituição acadêmica militar	0	0	0

¹ Consideramos também o termo “neogolpismo”

Fonte: Google Acadêmico; elaboração própria.

Finalmente, cumpre tratar dos resultados obtidos na ferramenta *Catálogo de Teses e Dissertações*, da CAPES. Nela, a busca pelo termo “guerra híbrida” retorna com 20.542 resultados. Porém, a ferramenta não oferta uma pesquisa avançada, na qual se pudesse buscar pelo termo “guerra híbrida” especificamente. Consequentemente, 16.350 são guerras *lato sensu* ou até mesmo o sobrenome “Guerra” e 4.250 possuem o termo híbrida se referindo aos mais diversos assuntos. Como a soma das partes (20.600) é maior que o resultado para “guerra híbrida”, constata-se que os dois termos da expressão aparecem simultaneamente em 58 trabalhos sem que isso remeta, mesmo que remotamente, ao conceito aqui estudado, como por exemplo: a dissertação de Clarissa Battistella Guerra (*Gestão Privada na Saúde Pública: Um Estudo Empírico com Hospitais sob Contrato de Gestão no Estado de São Paulo*) possui como uma das palavras-chave “governança híbrida”. Logo, a ferramenta em questão mostrou-se pouco eficiente para esta pesquisa e, por isso, seus resultados foram desconsiderados.

Os dados apresentados pelo Periódicos CAPES e pelo Google Acadêmico indicam que os temas “neogolpe” e “guerra híbrida” têm recebido pouca atenção da academia brasileira, não obstante a capacidade analítica que ambos oferecem para a compreensão do que vem acontecendo no Brasil desde 2013 até o presente. Nesse sentido, o trabalho em tela contribui para a divulgação e o amadurecimento desses conceitos, o que, por sua vez, pode somar esforços para preencher uma lacuna teórica da Ciência Política brasileira.

Não obstante, o presente trabalho também possui uma justifica social e política, sendo que essas duas formas de contribuição se entrelaçam. Com a saída de Dilma, passou-se a implementar no Brasil uma agenda neoliberal³, cujos principais exemplos são a Emenda Constitucional (EC) 95⁴ e a reforma trabalhista⁵, que, como observa Gilberto Maringoni (2018), depreciam os serviços públicos e precarizam as condições de trabalho, redundando em um aumento da exploração da classe trabalhadora. Portanto, analisar a crise brasileira contribui para compreender o funcionamento dos mecanismos que deterioram as condições materiais da classe trabalhadora. Tal tarefa, por sua vez, pode ajudar na reversão desse quadro. Por outro lado, o

³ Há uma discussão acerca da possibilidade de enquadramento dos governos petistas como neoliberais. Braga (2017) classifica os governos petistas como neoliberais. Singer (2018) aponta que a gestão neodesenvolvimentista de Mantega (2006-2014) à frente do Ministério da Fazenda é precedido e sucedido, respectivamente, pelas gestões neoliberais de Palocci e Levi. Já Pereira da Silva (2019) inclui os governos petistas no rol de governos latino-americanos que, a partir de 1999 (ascensão de Hugo Chávez na Venezuela), adotaram políticas que não podem ser classificadas como neoliberais.

⁴ A referida EC 95, aprovada em 2016, estabelece que, por 20 anos (2017-2036), o aumento dos valores destinados às despesas primárias limitar-se-á ao índice da inflação registrada no ano anterior.

⁵ A reforma trabalhista, aprovada em 2017, instituiu uma série de dispositivos que precarizaram as condições laborais: contrato intermitente; estímulo à contratação como autônomo e Pessoa Jurídica; redução dos gastos com a demissão; prevalência do negociado sobre o legislado etc. (KREIN, 2018).

processo brasileiro teve entre seus resultados o rebaixamento do perfil do Brasil no cenário internacional e a transferência de riqueza (natural e humana) do Brasil em proveito dos países desenvolvidos. Nesse sentido, há que se observar as inflexões ocorridas na forma como o Brasil, após o golpe, passou a se comportar na arena política internacional.

O primeiro ano da Política Externa do governo Temer foi marcado por um retorno a diretrizes havia muito abandonadas, como a ênfase nas relações com os Estados Unidos e a União Europeia. “No entanto, a maior parte dos países da União Europeia, e mesmo os Estados Unidos, procurou demonstrar certo afastamento da nova gestão Temer e de todo o processo que culminou na queda de Dilma Rousseff”. Além disso, com o governo Temer, o Brasil passou a votar alinhado aos Estados Unidos e não mais junto aos Estados do Sul global em fóruns internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Conselho de Direitos Humanos (CDH) (COELHO; SANTOS, 2017).

Em que pese o governo Bolsonaro não fazer parte de nossa pesquisa, é oportuno apontar que sua política externa ilustra bem as consequências da crise aqui estudada. Hoje, o Brasil está isolado na política internacional⁶, o que parece ser o objetivo do atual chanceler Ernesto Araújo, que se orgulha de agora o Brasil “ser um pária”⁷.

A crise brasileira guarda relação com a disputa pela hegemonia mundial, afinal, desde 2016, o Brasil passou a se alinhar às posições dos Estados Unidos. No âmbito das Américas, a crise brasileira fortalece um retrocesso político – no qual alguns destacam entre seus sintomas o esvaziamento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), identificada com o ciclo dos governos progressistas e pela busca de uma autonomia da região *vis-à-vis* os EUA (PINHEIRO; LIMA, 2018) – ou mesmo de recolonização da América Latina pelos EUA (PÉREZ ESQUIVEL, 2016). No âmbito global, o golpe de 2016 resultou no enfraquecimento dos BRICS⁸ (MONIZ BANDEIRA, 2016b; PAIVA; GAVIÃO; PRONER, 2016).

Portanto, analisar a crise orgânica pela qual passa o Brasil contribui para geração de ferramental teórico acerca do rebaixamento do perfil brasileiro no cenário internacional e da espoliação à qual o Brasil vem sendo submetido. Nesse sentido, a pesquisa em tela pode subsidiar a formulação de estratégias por parte das lideranças políticas que estejam empenhadas na reversão desse quadro.

⁶ CHADE, J., Itamaraty e Direitos Humanos. Chutando a escada. 25.fev.2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3aJY9KhB1LrB4PdWmlsGdq?si=xQN9QvdiTUqXxXDU-OP0vA>. Acesso: 12.abr.2020.

⁷ *O Globo*, 23.out.2020, p. 35.

⁸ Concertação formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O objetivo geral da pesquisa é explicar como os conceitos neogolpismo e guerra híbrida podem ajudar a compreender a crise objeto de nossa pesquisa. Para tanto, há dois objetivos específicos a se cumprir: caracterizar neogolpismo e guerra híbrida, o que são e como operam; e reconhecer as variáveis internas e externas que concorreram para os eventos que compõem o objeto em análise.

A primeira observação teórica a ser feita é que a presente análise se dá a partir do prisma do materialismo histórico. Sua aplicação para o estudo das relações internacionais, como indica Fred Halliday (2007), passa a considerar essas como inseridas em um quadro de luta política que possui entre seus aspectos os seguintes: guarda relação com fatores socioeconômicos; desenvolve-se a partir de um quadro de forças historicamente construído; e tem a luta de classes como elemento central. Nesse sentido, serão mobilizados autores que trabalhem com o conceito de imperialismo, como Atilio Borón (2007), David Harvey (2011), Samir Amin (2005) e Vladimir Lenin (2012); e autores que discutem o conceito de hegemonia a partir da ótica marxista, como Giovanni Arrighi (2008, 2013) e Robert Cox (2007).

Feita essa consideração, podemos apresentar os autores cujos trabalhos mais contribuíram para a discussão sobre os fenômenos e conceitos centrais da pesquisa, ou seja, o debate sobre neogolpismo e guerra híbrida. Nesse sentido, podemos listar André Coelho e Leonardo Valente Monteiro (2017), André Coelho e Mateus Mendes (2020) e Fabrício Pereira da Silva (2019), autores que afirmam que a queda de Dilma Rousseff pode ser classificada como um neogolpe. Além deles, há os que, sem usar o termo “neogolpe”, afirmam que a deposição de Dilma foi um golpe com feições que escapam ao entendimento tanto do senso comum quanto da maioria dos analistas. Nesse rol, destacamos Álvaro Bianchi (2019), Josué Medeiros (2018), Luiz Felipe Miguel (2019) e Wanderlei Guilherme dos Santos (2017). Por outro lado, Ana Penedo e Miguel Enrique Stédile (2021, no prelo), Andrew Korybko (2018a), Ilton Freitas (2019), Jessé Souza (2020), José Luiz Fiori (2020) e Mateus Mendes (2018) consideram que o Brasil foi alvo de uma guerra híbrida.

A presente investigação é um estudo de caso, o que significa que o fenômeno será estudado de forma profunda e multidimensional. Frise-se, porém, que optamos por enfatizar mais as relações entre as variáveis do que o estudo pormenorizado de cada uma delas. Outrossim, cumpre observar que inexistente qualquer pretensão em esgotar o tema, muito pelo contrário, espera-se que essa pesquisa possa subsidiar novas investigações sobre a crise brasileira, neogolpismo e guerra híbrida.

Optamos por um estudo de caso porque, como observa Robert Yin (2015, p. 2), essa é a melhor opção metodológica sempre que dois quesitos se apresentarem: i) a investigação for sobre “um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto puderem não estar claramente evidentes”; ii) o estudo apontar que a “triangulação de dados ajuda a tratar a condição técnica distintiva, por meio da qual um estudo de caso terá mais variáveis de interesse do que pontos de dados”. Além do mais, explica o autor que há, ao menos, quatro aplicações para o método estudo de caso:

A mais importante é explicar os presumidos vínculos causais nas intervenções da vida real que são demasiado complexos para as estratégias de levantamento ou experimentais. Uma segunda aplicação é descrever uma intervenção e o contexto da vida real no qual ela ocorreu. Em terceiro lugar, os estudos de caso podem ilustrar determinados tópicos em uma avaliação, novamente em um modo descritivo. Em quarto lugar, a estratégia de estudo de caso pode ser usada para explorar as situações em que a intervenção sendo avaliada não possui um único e claro conjunto de resultados (YIN, 2015, p. 20).

As evidências com as quais a pesquisa lidou são fundamentalmente documentais, sendo que os dados são de três variedades, agrupados segundo a fonte geradora do documento: acadêmica: artigos, entrevistas e livros; institucional: discursos de autoridades, atas e relatórios; midiática: matérias em jornais e revistas.

Finalmente, o trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, definimos o contexto geopolítico no qual se insere a crise brasileira e fazemos uma aproximação do leitor aos conceitos de neogolpe e guerra híbrida. No segundo e no terceiro capítulos, analisamos a crise brasileira a partir da ótica de um neogolpe e de uma guerra híbrida, respectivamente. Por fim, a dissertação se encerra com uma breve conclusão na qual defendemos como válida nossa hipótese: o neogolpe brasileiro foi parte de uma guerra híbrida.

1. CONTEXTO GEOPOLÍTICO E ASPECTOS TEÓRICOS

*[...] Mas os ianques / Com seus tanques / Têm bem mais o /
Que fazer / E proibem / Os soldados Aliados / De beber /
A cachaça / Tá parada / Rejeitada / No barril / O alambique /
Tem chilique / Contra o Banco / Do Brasil
O usineiro / Faz barulho / Com orgulho / De produtor /
Mas a sua / Raiva cega / Descarrega / No carregador
Este chega / Pro galego / Nega arrego / Cobra mais /
A cachaça / Tá de graça / Mas o frete / Como é que faz?
O galego / Tá apertado / Pro seu lado / Não tá bom /
Então deixa / Congelada / A mesada / Do garçom /
O garçom vê / Um malandro / Sai gritando / Pega ladrão /
E o malandro / Autuado / É julgado e condenado culpado /
Pela situação*

(Chico Buarque, O malandro).

O presente capítulo cumpre três funções. A primeira é apresentar a fundamentação teórica sobre a qual se estrutura não somente este capítulo, como também os próximos. A segunda é expor o contexto no qual se desenvolveu e se desenvolve aquilo que Fabrício Pereira da Silva (2019) denominou de crise orgânica – uma crise que se manifesta simultaneamente nas dimensões política, econômica e social – pela qual o Brasil passa desde 2013 e que é objeto da análise em tela. Finalmente, definir e conceituar os fenômenos neogolpismo e guerra híbrida. Destaque-se que, neste capítulo, essa última tarefa é feita de forma sucinta, haja vista que os capítulos 2 e 3 têm como foco discutir com mais detalhamento tais conceitos.

1.1. Crise de hegemonia

A crise orgânica pela qual passa o Brasil não é um fenômeno desconexo da disputa global pelo poder. Muito pelo contrário. Por serem os Estados Unidos a atual potência hegemônica, é importante iniciar a análise com um panorama da crise da hegemonia estadunidense.

O conceito de hegemonia tem origem na Grécia Antiga e possuía duas ambiguidades: poderia significar tanto “domínio” quanto “liderança”; e não fica claro se ela resultaria do consenso, da coerção ou de uma combinação entre ambos. Porém, não resta dúvida de que se tratava de um fenômeno de ordem interestatal (AGNEW, 2005). No início do século XX, Antonio Gramsci revisitou o conceito para explicar a dominação de uma classe (ou fração de classe) sobre as outras classes (ou frações de classe), ou seja, passou a aplicá-lo à luta de classes em um determinado território (COSPITO, 2017).

Em Gramsci, hegemonia aparece associada a “direção” e “domínio”. Nunca apenas como domínio; por vezes, em oposição a esse. Em algumas ocasiões, hegemonia surge associada apenas à “direção”. Na maioria das vezes, porém, o autor considera hegemonia como um equilíbrio entre “direção” e “domínio”, entre “consentimento/consenso” e “força”. Para ter que recorrer o mínimo possível à força, a classe dirigente precisa obter o consentimento das demais classes ou frações de classes (COSPITO, 2017). Gramsci frisa que a hegemonia se apoia no consenso ativo, ou seja, quando os governados decidem por si próprios estar nessa condição e entregam a uma classe ou fração a posição de liderança e de governo (PORTA, 2017).

A partir dos anos 1980 e especialmente dos 1990, diversos estudiosos que se ocupam das dinâmicas globais de disputa de poder iniciaram um processo de recuperar o conceito de hegemonia sob a ótica gramsciana para explicar a política internacional, a economia política internacional, a geopolítica etc. Entre os autores que se apoiam na acepção gramsciana de hegemonia para explicar os fenômenos internacionais, destacam-se Giovanni Arrighi (2008, 2013), Immanuel Wallerstein (2004), John Agnew (2005), Robert Cox (2007) e Stephen Gill e David Law (2007).

Na esfera internacional, tal qual na doméstica, o exercício da hegemonia possui três pilares: o ideológico, o econômico e o político. O ideológico significa possuir valores morais e culturais que influenciem a ação política de outros agentes do sistema interestatal. O econômico demanda possuir tecnologia e práticas gerenciais mais eficientes. O aspecto político se traduz na capacidade de moldar o sistema internacional e na supremacia militar. Assim, a potência hegemônica influencia a institucionalidade do sistema interestatal e deixa claro que, se necessário, pode recorrer ao uso da força para garantir seus interesses e manter a ordem internacional a eles ligados. Reforce-se que, quando a hegemonia é funcional, o uso da força é um expediente pontual. O *hegemon* deve ser capaz de formar uma coalizão que congregue as principais forças militares ou em gradiente maior que qualquer outra coalizão possível. O exercício da hegemonia não pode prescindir de nenhum dos três pilares, do contrário, entra em crise (ARRIGHI, 2008, 2013).

Um Estado é hegemônico quando possui a capacidade de liderar o sistema interestatal segundo seus interesses (ARRIGHI, 2008, 2013). Arrighi (2013, p. 27) frisa que não deve ser confundida com “‘dominação’ pura e simples”. Em outra obra, o autor afirma que quem detém a hegemonia o faz porque guia os demais por um caminho que é tido como sendo um caminho de interesse deles também. Contudo, a capacidade de liderança do *hegemon* decai à medida que, entre os liderados ou subordinados, cresce a percepção de que o Estado dirigente busca tão

somente a satisfação dos seus interesses exclusivos, gerando um quadro de “domínio sem hegemonia” (ARRIGHI, 2008).

Cox (2007, p. 105) também destaca que a hegemonia deve repousar sobre o consentimento.

Enquanto o aspecto consensual do poder está em primeiro plano, a hegemonia prevalece. A coerção está sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais, anômalos. A hegemonia é suficiente para garantir o comportamento submisso da maioria das pessoas durante a maior parte do tempo.

O consentimento exige uma base econômica. O Estado hegemônico lidera seus pares e essa liderança é tributária do fato de ser ele o mais importante da economia mundial, por isso, os demais Estados buscariam mimetizar as práticas econômicas do *hegemon* (AGNEW, 2005). O Estado hegemônico é aquele que está à frente dos pares naquilo que Arrighi (2013) chamou de “ciclo sistêmico de acumulação” (CSA), um conjunto de práticas e tecnologias com vistas a organizar o fluxo de produção e circulação de valor.

Arrighi (2013) explica que o período de hegemonia de uma potência é concomitante à sua liderança no ciclo sistêmico de acumulação. Em termos geoeconômicos, isso se traduz na centralidade que o polo mais dinâmico da economia capitalista assume. Para Arrighi (2008), a crise da hegemonia dos Estados Unidos, no aspecto econômico, pode ser percebida pelo fato de que o polo mais dinâmico da economia internacional já se deslocou para o Leste Asiático, de uma forma geral, e para a China, especificamente.

Aqui é necessário abrir um parêntese. Esse dinamismo chinês redundará no crescimento da importância geoeconômica da China no comércio internacional. Como se verá à frente, a crise política brasileira guarda íntima relação com a ascensão da China à condição de potência econômica. Feita essa observação, é possível retornar à digressão sobre o funcionamento da hegemonia.

A partir da fórmula geral do capital de Marx, representada na expressão DMD' , na qual o capital-dinheiro (D) é convertido em capital-mercadoria (M) a fim de se obter mais capital-dinheiro (D'), Arrighi (2013) identifica um padrão de acumulação na economia política internacional ao longo do tempo.

A fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão

material, o capital monetário “coloca em momento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD⁹). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (ARRIGHI, 2013, p. 6).

O autor identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação: genovês, holandês, britânico e estadunidense. Como já dito, o ciclo sistêmico de acumulação e o período hegemônico possuem relação, mais especificamente, há uma sobreposição entre ambos. Porém, há de se observar que os fundamentos do regime de acumulação de um ciclo são lançados durante a fase financeira do CSA que está se encerrando. O que explica isso é a busca por melhores oportunidades de investimentos. Conforme um paradigma produtivo de um ciclo se dissemina, a pressão competitiva reduz as margens de lucro, o que cria uma demanda por inovações. Essas inovações são a base do novo CSA (ARRIGHI, 2013).

Desse modo, a partir dos anos 1970, assiste-se ao surgimento de um novo regime de acumulação. O primeiro choque do petróleo (1973) catalisa a crise e redireciona o capital do sistema fordista para dois novos destinos. O principal foram os bancos. Porém, uma parte – bem menor, registre-se – passou a procurar novos investimentos produtivos e os encontrou no Leste Asiático. Esse aporte financeiro permitiu que a região ganhasse um dinamismo crescente (ARRIGHI, 2008).

Há dois aspectos a destacar nesse processo. O primeiro é que a grande inovação produtiva japonesa foi menos tecnológica que organizacional. O segundo, em grande parte consequência desse, foi decisivo para dinamizar toda a região. Diferentemente das grandes corporações estadunidenses, que operavam com integração vertical das linhas produtivas, as corporações japonesas passaram a desmembrar as plantas, subcontratando a produção dos componentes. O resultado dessa terceirização foi o transbordamento dos investimentos e o espraiamento da cadeia de valor, que foi incorporando os demais Estados da Ásia Oriental até chegar na China (ARRIGHI, 2008).

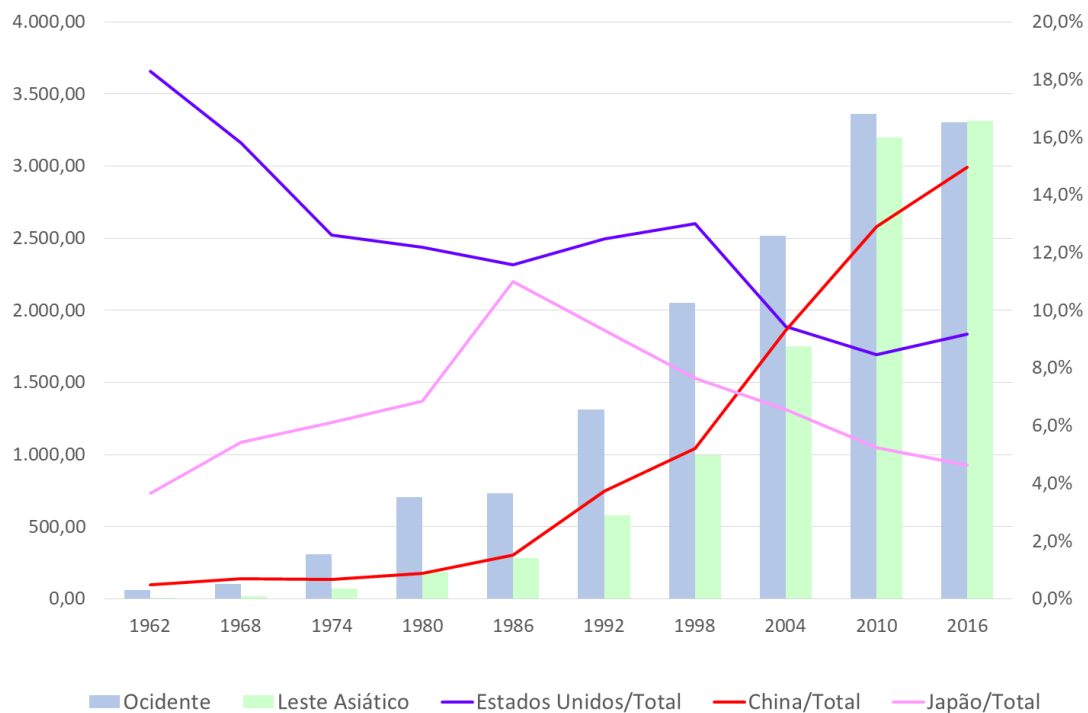
Essas transformações geoeconômicas podem ser ilustradas a partir de dados obtidos junto ao *Observatory of Economic Complexity* (OEC)⁹. Esse sítio na internet disponibiliza informações acerca do comércio internacional que podem ser parametrizados segundo o interesse

⁹ <https://oec.world/>

do pesquisador: quem vende o quê, para onde etc. Os gráficos e as tabelas a seguir foram gerados a partir dos dados obtidos nessa plataforma.

O Gráfico 1 registra essa mudança geoeconômica, trazendo dados referentes ao comércio internacional nos últimos 55 anos. As colunas correspondem ao volume exportado por dois grupos. O grupo “Ocidente” corresponde às exportações agregadas de Estados Unidos, Alemanha Ocidental/Alemanha, França, Canadá e Reino Unido. Já o grupo “Leste Asiático” corresponde às exportações agregadas dos Estados daquela região e que hoje ocupam as melhores posições no comércio internacional: China, Japão, Coreia do Sul, Malásia e Tailândia. Além disso, o gráfico traz também a participação dos Estados Unidos, da China e do Japão no volume total do comércio internacional.

Gráfico 1 – Comparação das exportações: Cinco principais do Ocidente vs. Cinco principais do Leste Asiático; Participação dos Estados Unidos vs. participação da China vs. participação do Japão.



Fonte: OEC; elaboração própria.

Notas: 1 – Ocidente: Estados Unidos, Alemanha Ocidental/Alemanha, França, Canadá e Reino Unido.

2 – Leste Asiático: China, Japão, Coreia do Sul, Malásia e Tailândia.

3 – Colunas em bilhões de dólares.

Como se pode perceber, o volume agregado das exportações oriundas dos cinco principais exportadores do Leste Asiático já é maior do que o volume agregado das exportações oriundas dos cinco principais exportadores do Ocidente. Além disso, também é possível ver que a

participação da China no comércio internacional superou a do Japão no final do século passado e superou a dos Estados Unidos nos primeiros anos deste século. Finalmente, depreende-se que o motor da transformação geoeconômica é a China, uma vez que o Japão, segunda maior exportadora da região, vem perdendo participação no comércio internacional, além de nunca ter superado a participação dos Estados Unidos.

Se o Gráfico 1 ilustrou o movimento geral da geoeconomia ao longo do tempo, notadamente o crescimento da China no comércio internacional, as tabelas 4 e 5 representam a importância da China na economia internacional hoje. Assim, podemos ver qual é o atual peso da economia chinesa no comércio entre as maiores economias do mundo.

Tabela 4 – Balança comercial das dez maiores economias do mundo e participação dos Estados Unidos e da China em cada balança (2017).

	Exp.	Imp.	Exportações para os/a						Importação dos/da					
			Estados Unidos			China			Estados Unidos			China		
			Valor	%	Posição	Valor	%	Posição	Valor	%	Posição	Valor	%	Posição
1 Estados Unidos	1.249	2.159				133	10,6%	3				133	6,2%	4
2 China	2.413	1.544	476	19,7%	1				133	8,6%	1			
3 Japão	695	633	125	18,0%	2	136	19,6%	1	67	10,6%	2	157	24,8%	1
4 Alemanha	1.334	1.081	111	8,3%	1	95	7,1%	3	62	5,7%	4	109	10,1%	1
5 Reino Unido	395	617	45	11,4%	1	22	5,5%	5	47	7,6%	4	58	9,4%	2
6 Índia	262	417	44	16,9%	1	15	5,6%	3	23	5,5%	2	69	16,5%	1
7 França	516	585	36	7,0%	5							59	10,1%	2
8 Itália	482	441	54	11,2%	3							32	7,2%	3
9 Brasil	219	140	25	11,5%	2	45	20,5%	1	20	14,6%	2	27	19,3%	1
10 Canadá	377	362	274	72,7%	1	18,4	4,9%	2	149	41,2%	1	50	13,8%	2

Fonte: OEC; elaboração própria.

Notas: 1 - Importações e exportações em bilhões de dólares.

2 - Foram desconsiderados os dados quando os EUA e a China não figuram entre as cinco principais origens ou os cinco principais destinos.

Tabela 5 – Balança comercial dos Estados Unidos e da China (2017).

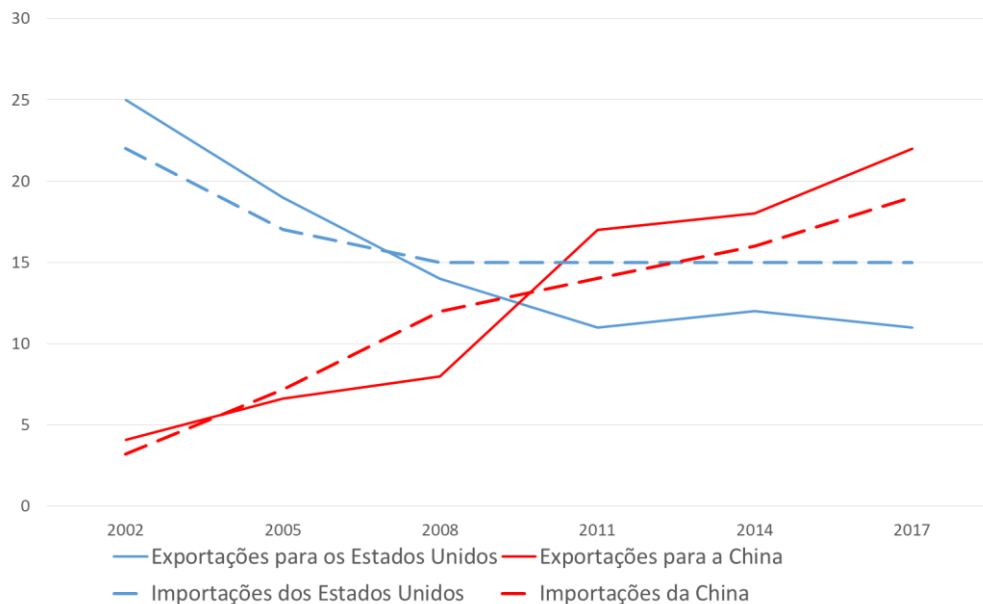
	Mundo (US\$ bi)	Com as outras nove maiores economias (US\$ bi)	Exportações para as nove maiores vs. exportações para o mundo (%)	Importações para as nove maiores vs. exportações para o mundo (%)
Estados Unidos	-910	-690	40,1	55,1
China	869	230	28,7	30,1

Fonte: OEC; elaboração própria.

Como se pode verificar na tabela 4, os Estados Unidos são o principal destino das exportações de cinco das outras nove maiores economias, enquanto a China, o de duas. Porém, a China é o principal fornecedor de produtos em quatro dos nove maiores mercados e o segundo em outros três, ao passo que as importações oriundas dos Estados Unidos só ocupam a primeira posição em duas e a segunda posição em outras duas. Já a tabela 2 mostra que a China é superavitária tanto no comércio com as outras nove maiores da economia global, quanto em relação ao restante do mundo, enquanto os Estados Unidos são deficitários nos dois cenários. Além disso, a tabela 5 mostra que a China é muito menos dependente do comércio com os maiores mercados do mundo.

Merece destaque que, como mostra a tabela 4, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, seja nas importações ou exportações. O Gráfico 2, a seguir, complementa essa informação, mostrando que a participação chinesa na balança comercial brasileira veio em um crescente desde os primeiros anos do século e hoje é superior à participação estadunidense. Além disso, as exportações do Brasil para a China (22%) representam o dobro do que é comprado pelos Estados Unidos (11%).

Gráfico 2 – Participação dos Estados Unidos e da China na balança comercial brasileira.



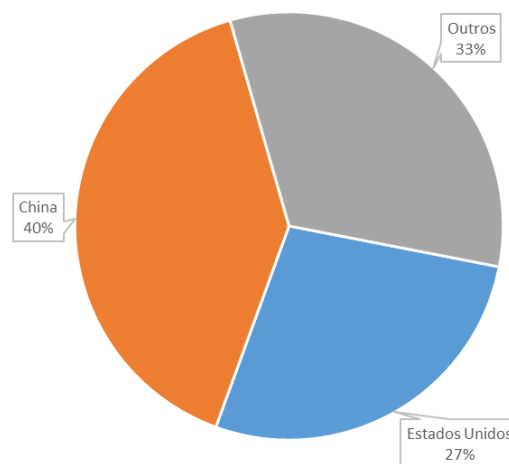
Portanto, o que se observa é que, além do movimento de reconfiguração geoeconômica, os Estados Unidos viram reduzida sua participação no segundo maior mercado¹⁰ das Américas e no maior mercado da América Latina. Como se verá no próximo item, se a aproximação entre

¹⁰ Afora o estadunidense, o maior mercado do hemisfério é o canadense, seguido do brasileiro.

Brasília e Beijing ia além dos negócios, um dos resultados da crise orgânica em análise foi o rebaixamento do perfil dessa relação.

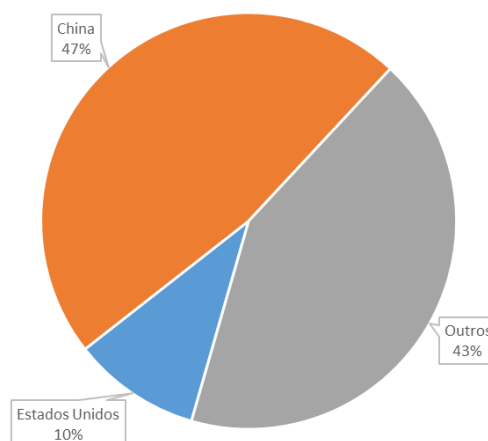
Voltando ao quadro internacional, uma análise acerca dos dados sobre a balança comercial das próximas 40 maiores¹¹ economias revela que a China é o principal destino das exportações e a principal origem das importações para um número maior de Estados do que os Estados Unidos – 16 vs. 11 e 19 vs. 4, respectivamente (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3 – Principal destino das exportações (Universo: 11^a a 50^a maiores economias do mundo. Período: 2017).



Fonte: OEC; elaboração própria.

Gráfico 4 – Principal origem das importações (Universo: 11^a a 50^a maiores economias do mundo. Período: 2017).

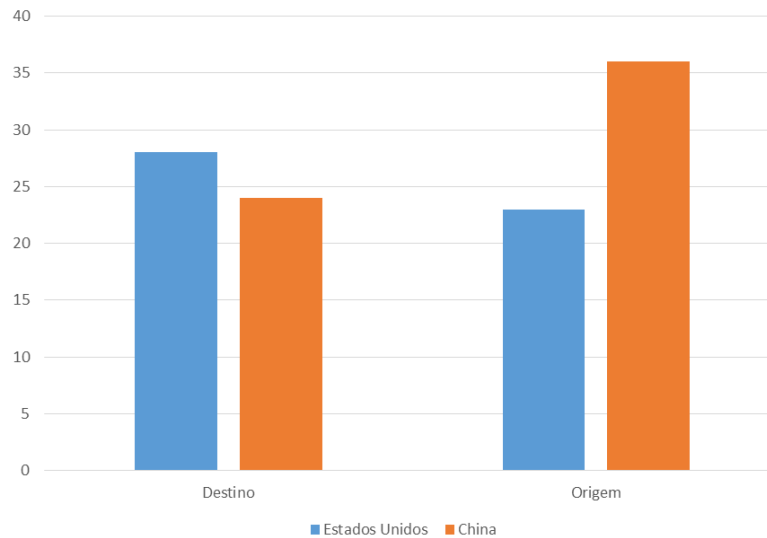


Fonte: OEC; elaboração própria.

¹¹ Rússia, Coreia do Sul, Austrália, Espanha, México, Indonésia, Turquia, Países Baixos, Arábia Saudita, Suíça, Argentina, Suécia, Polônia, Tailândia, Irã, Bélgica, Áustria, Noruega, Emirados Árabes, Nigéria, Israel, África do Sul, Irlanda, Dinamarca, Singapura, Colômbia, Malásia, Filipinas, Paquistão, Chile, Finlândia, Bangladesh, Egito, Vietnã, Portugal, República Tcheca, Peru, Grécia e Catar.

Finalmente, o gráfico 5 compila informações do mesmo universo (11^a a 50^a maiores economias do mundo), porém considerando os cinco principais destinos das exportações de cada uma dessas 40 economias e as cinco principais origens das importações de cada uma delas. Nesses parâmetros, os Estados Unidos levam ligeira vantagem no que diz respeito às exportações. Seu mercado está entre os cinco principais destinos em 28 das 40 economias nacionais em tela, enquanto o mercado chinês figura entre os cinco principais destinos para 24 delas. Porém, 36 das 40 economias nacionais analisadas têm a China entre os cinco principais fornecedores, enquanto para os Estados Unidos esse número é de 23.

Gráfico 5 – Presença dos Estados Unidos e da China entre os cinco principais parceiros comerciais (Universo: 11^a a 50^a maiores economias do mundo. Período: 2017).



Fonte: OEC; elaboração própria.

Não obstante, a participação da China na economia internacional representa um risco à hegemonia dos Estados Unidos não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também do ponto de vista qualitativo. Esther Majerowicz (2019) destaca que, entre as sete principais provedoras de equipamentos para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – o que responde por 80% da produção mundial –, duas são chinesas. A Huawei, com 30% do mercado, ocupa a primeira posição e a ZTE, com 8%, a quarta. Ou seja, a China controla 40% da produção desses equipamentos, sendo que os Estados Unidos não possuem qualquer empresa entre as sete maiores nesse mercado. Além disso, a China é o Estado mais bem preparado para a implementação da quinta geração de telefonia móvel (5G). Como explica a autora, “os potenciais serviços a serem oferecidos pela infraestrutura de telecomunicações do 5G [...] [colocarão em

questão] o reposicionamento das economias nacionais no sistema industrial como um todo” (MAJEROWICZ, 2019, p. 22).

Isso tem reflexo em diversas áreas. A tecnologia 5G é um dos pilares da Quarta Revolução Industrial (UTA, 2019), seja pelo viés econômico da indústria, seja pelo militar (MAJEROWICZ, 2019). Não obstante, no que diz respeito ao tráfego nas infovias, enquanto os EUA vêm perdendo centralidade, cada vez mais as informações passam pela China ou transitam em vias cuja infraestrutura é chinesa (MAJEROWICZ, 2019).

Já na dimensão militar, a principal ameaça à hegemonia dos Estados Unidos é a Rússia. Na década de 1990, após a debacle da União Soviética, a capacidade de atuação internacional de Moscou sofreu uma significativa redução. O melhor exemplo disso foi o fato de não conseguir reagir à expansão da Otan sobre os Estados que haviam composto o Pacto de Varsóvia. Porém, a partir dos anos 2000, o quadro se alterou e a Rússia buscou se reposicionar como ator relevante no geopolítica global (ADAM, 2013; MONIZ BANDEIRA, 2016a; PECEQUILO; LUQUE, 2016).

A recuperação da importância geopolítica da Rússia tem dois vetores. Um é a busca por reconstruir a multipolaridade, de modo a criar obstáculos às ambições imperiais dos Estados Unidos (ADAM, 2013; MACFARLANE, 2009). A partir dos anos 2000, Moscou passou a enfatizar “o papel da Nações Unidas – e particularmente o Conselho de Segurança – como a base de uma estrutura multilateral fundada em preceitos leais capazes de regular o exercício unilateral da potência preponderante” (MACFARLANE, 2009, p. 87). A fim de fortalecer a multipolaridade, a Rússia vem elevando o perfil das relações com um número cada vez maior de Estados (ADAM, 2013).

O outro vetor é uma atuação mais agressiva nas regiões consideradas estrategicamente vitais. Três exemplos são bem eloquentes nesse sentido. Em 2008, forças da Geórgia, principal aliada dos Estados Unidos no Cáucaso, investiram contra a Ossétia do Sul e na Abecásia, repúblicas autônomas com maioria étnica russa. A Rússia resolveu militarmente a questão em cinco dias, restando aos Estados Unidos e aliados europeus tão somente o direito de protestar. Na Ucrânia, a partir de novembro de 2013, Viktor Yanukovytych, aliado de Moscou, passou a enfrentar protestos insuflados pelos Estados Unidos. Yanukovytych não resistiu e caiu em fevereiro de 2014. No fim de março de 2014, a Crimeia foi reincorporada ao território russo e a Ucrânia passou a viver uma guerra civil. Tanto no caso da Geórgia quanto no da Ucrânia, a Rússia via-se ameaçada pela possibilidade de aqueles Estados serem incorporados à Otan (MONIZ BANDEIRA, 2016a).

Entre um caso e outro, eclodiu a crise na Síria, em 2011, que evoluiria para a guerra civil que perdura até hoje. Na esteira da chamada “Primavera Árabe”, o governo de Bashar al-Assad passou a enfrentar grupos armados que visavam derrubá-lo. Nesse caso, a primeira derrota dos Estados Unidos foi a negativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) de que se aplicasse, como desejava Washington, a fórmula usada na Líbia (2011): sob o manto da doutrina de responsabilidade de proteger, uma intervenção ocidental viabilizou a derrubada do presidente Muammar Gaddafi. Em 2015, Damasco solicitou ajuda a Moscou, que atendeu e passou a atuar diretamente no conflito, permitindo assim que Assad iniciasse uma contraofensiva (MONIZ BANDEIRA, 2016a).

Ainda que no aspecto militar não se perceba uma relação direta com o Brasil e sua crise orgânica, não seria prudente olvidar o envolvimento da Rússia na crise da Venezuela, razão pela qual é legítimo ao tema destinar algumas linhas, sobretudo pelo impacto que tanto a crise venezuelana quanto a presença militar russa possuem para a política e a geopolítica sul-americanas.

Para Caracas, a aproximação com Moscou tornou-se imperativa. Historicamente, a Venezuela possuía relações militares com os Estados Unidos. Em 2006, Washington recusou-se a vender peças de reposição dos caças F-16 que Caracas possui e embargou a venda de equipamentos militares que contivessem componente estadunidense. Caracas, então, buscou em Moscou uma parceria que suprisse suas necessidades militares. Além do comércio de armas, as respectivas Forças Armadas têm interagido e efetuado treinamentos conjuntos (ELLIS, 2017).

Para o Kremlin, a aproximação com o Miraflores faz parte da estratégia de buscar alianças a fim de construir uma ordem multipolar. Dois aspectos dessa interação merecem destaque: o retorno da Rússia à América Latina após o ocaso soviético; e as prioridades das estatais russas de energia, principal setor da economia. Entretanto, ciente da inviabilidade de competir economicamente com a China, seus objetivos comerciais podem ser sacrificados em nome dos político-estratégicos (ROUVINSKI, 2019).

Ademais, observa-se uma relação entre os acontecimentos na Eurásia e as demonstrações de apoio militar da Rússia à Venezuela. Pouco após a guerra contra a Geórgia (ago.2008), dois bombardeiros russos aterrissavam na Venezuela (set.) e uma frota russa foi à Venezuela para um exercício militar (nov.). Enquanto recrudescia a crise na Ucrânia, em outubro de 2013, novamente dois bombardeiros aterrissaram na Venezuela. Posteriormente, em 2015, com novo agravamento das tensões na Ucrânia, a Rússia promoveu novo exercício militar com a Venezuela no Caribe. Para Robert Even Ellis (2017, p. 10), conselheiro do Departamento de Estados dos EUA, não há coincidência entre os eventos na Geórgia e na Ucrânia, de um lado, e as duas

idas dos bombardeiros à Venezuela e dois exercícios navais, do outro. Trata-se de uma mensagem de que “se os EUA se envolverem nas ‘franjas’ da Rússia, a Rússia estará disposta e poderá projetar força militar no ‘quintal’ dos Estados Unidos”¹².

Para a Venezuela, a crise brasileira significou a conversão de um aliado em um vizinho hostil. Por exemplo, Brasília participou da criação do Grupo de Lima¹³, reconheceu o “autoproclamado” presidente Juan Guaidó¹⁴ (jan.2019) e atuou na malograda tentativa de desestabilizar o governo de Nicolás Maduro por meio de uma operação internacional de entrega de “ajuda humanitária” (fev.2010)¹⁵.

Os quatro casos guardam relação entre si e com o objeto da presente pesquisa. Todos eles foram ou são alvos de guerra híbrida, um dos fenômenos aqui analisados. Paulo Fagundes Visentini (2014) e Ana Penido e Miguel Enrique Stédile (2021, no prelo) afirmam que a crise venezuelana é uma guerra híbrida. A Geórgia e a Ucrânia passaram por revoluções coloridas. Já a Síria foi desestabilizada por uma revolução colorida que escalou para uma guerra não convencional (MONIZ BANDEIRA, 2013).

1.1.1. O Brasil e a crise da hegemonia estadunidense

O principal elo entre a crise brasileira e a crise da hegemonia estadunidense atende pelo acrônimo BRICS¹⁶, agrupamento que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Enquanto o golpe avançava em suas formalidades parlamentares, Luiz Alberto Moniz Bandeira

¹² Tradução própria para o seguinte trecho no original: “*send strategic messages to the United States that if the U.S. involves itself in Russia’s ‘near abroad’, then Russia is willing and able to project military force in the U.S. own ‘backyard’.*”

¹³ O Grupo de Lima foi formado a partir da Declaração de Lima (08.ago.2017), assinada por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru. Segundo o documento, o grupo tem o propósito de “tratar da situação crítica na Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país por meio de uma solução pacífica e negociada”. Dois fatos chamam atenção. O primeiro é que o presidente do Brasil quando da assinatura do documento era Michel Temer, que chegara ao poder através de um (neo)golpe. A segunda é que a “solução negociada” que o Grupo busca não inclui negociar com o governo de Nicolás Maduro. Não por acaso, Letícia Pinheiro e Maria Regina Soares de Lima (2018, p. 4) afirmam que o Grupo possui o “explícito propósito de se opor ao governo Maduro”.

A Declaração de Lima está disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Acesso: 18.jan.2021.

¹⁴ Bolsonaro reconhece Juan Guaidó como presidente da Venezuela. *G1*, 23.jan.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/23/brasil-diz-que-reconhece-juan-guaido-como-presidente-da-venezuela.ghtml>. Acesso: 17.jun.2020.

¹⁵ Entenda como a ajuda humanitária oferecida à Venezuela ficou no centro da disputa política no país. *G1*, 21.fev.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/21/entenda-como-a-ajuda-humanitaria-oferecida-a-venezuela-ficou-no-centro-da-disputa-politica-no-pais.ghtml>. Acesso: 17.jun.2020.

¹⁶ “A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em estudo de 2001, intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação” Conheça os BRICS. *Ipea*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso: 17.jun.2020.

(2016b, p. 338) comentou que “os Estados Unidos não se conformam com o fato de o Brasil integrar o bloco conhecido como BRICS”. De fato, o grupo representava e representa um desafio à hegemonia estadunidense, porém, hoje, o Brasil não tem trabalhado para fortalecê-lo, muito pelo contrário.

Desde 2006, Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) passaram a se reunir informalmente em paralelo às plenárias da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Em 2009, o grupo passou a realizar cúpulas anuais, sediadas cada ano em um dos Estados. Em 2011, com a inclusão da África do Sul, o grupo passou a se chamar BRICS.

O BRICS é uma construção contra-hegemônica. Ele resulta da articulação da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), que, por sua vez, são mecanismos voltados à construção de um sistema internacional multipolar e calçado no multilateralismo. Formada por Cazaquistão, China, Índia, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão, a OCX é um fórum que passou a se articular desde 2001 com uma agenda variada, desde segurança internacional até economia, passando por infraestrutura. Já o IBAS, que se reúne desde 2003, é um fórum voltado para promoção do desenvolvimento econômico por meio da exploração das complementariedades industriais e tecnológicas de seus membros. A partir de 2006, esses dois grupos convergiram para a fundação do BRIC, assim, a OXC e o IBAS ganharam relevância global (VISENTINI, 2013, p. 201). Mais diretamente ao nosso objeto de estudo, com isso o Brasil projetava-se geopoliticamente.

O BRICS intenta posicionar-se como um polo de contestação da ordem internacional sob a hegemonia estadunidense. Desde a crise de 2008, Rússia e China questionam a hegemonia do dólar como reserva internacional (VISENTINI, 2013). A partir da Cúpula de Ecatemburgo (2009), de forma crescente, o grupo se destaca cada vez mais pela “defesa da reforma do sistema internacional, em torno dos princípios do multipolarismo, desconcentração de poder e atualização do multilateralismo. Além disso, reforçaram sua atuação conjunta em organismos como o G20 financeiro e a OMC” (PECEQUILO; LUQUE, 2016, p. 13).

Em 2014, na VI Cúpula do BRICS, foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingencial de Reserva (ACR). Por serem instituições alternativas ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), respectivamente, com a criação desses órgãos, o Brasil e seus parceiros confrontaram a hegemonia estadunidense (PAIVA; GAVIÃO; PRONER, 2016).

Não obstante, o BRICS representa riscos à hegemonia estadunidense não apenas pela dimensão econômico-financeira, mas também no aspecto geopolítico. Por ocasião da VI Reunião de Cúpula, realizou-se uma reunião entre os presidentes dos BRICS e os da União das

Nações Sul-Americanas (UNASUL). Além disso, houve também a reunião da China com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Cumpre observar que a CELAC é a herdeira do Grupo do Rio, fórum de concertação voltado à manutenção da democracia na América Latina em momento em que os Estados Unidos vinham demonstrando disposição para intervir militarmente na região, como na invasão à Granada, 1983. Para completar, Cuba faz parte da CELAC.

Esses movimentos causaram suspicácia em Washington, que via seus principais oponentes na disputa pelo poder global se reunindo com dezenas de Estados no seu entorno e sem a sua presença. A disputa pela hegemonia alcançava o hemisfério ocidental, e o pivô a articular essas duas esferas era o Brasil (PAIVA; GAVIÃO; PRONER, 2016).

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima (2016, p. 390) indica duas razões que associam o Brasil, o BRICS e a disputa pela hegemonia internacional. “O receio dos Estados Unidos com um grupo de países agindo fora de sua influência” especialmente por ser um grupo que “conta com a presença das duas principais forças bélicas, econômicas e políticas abertamente a disputarem influência regional e mundial com os Estados Unidos”. Além disso, “os Estados Unidos não aceitam diretrizes que não as suas na América Latina”. Logo, a substituição de Dilma por Temer representa um revés para o BRICS.

Com efeito, o golpe de 2016 teve reflexos no BRICS. A partir de então, tanto o Brasil passou a destinar menor importância ao grupo, quanto os demais membros passaram a ver o Brasil com suspicácia. Nomeado chanceler por Michel Temer, José Serra (2016-2017) demonstrou desconhecer quais países compõem o bloco¹⁷. Já no governo Bolsonaro, percebe-se atualmente uma tentativa de alinhar o Brasil aos Estados Unidos em detrimento de parcerias com a China. Por exemplo, em resposta à fala do vice-presidente Hamilton Mourão de que o Brasil deveria aproveitar a oportunidade que a disputa entre Estados Unidos e China representa para os interesses brasileiros, o chanceler Ernesto Araújo ressaltou que os laços com os estadunidenses são mais profundos devido aos valores compartilhados, como o cristianismo (SARAIVA; SILVA, 2019).

Tanto a agenda neoliberal quanto a política externa implementada a partir do golpe de 2016 remetem a outro conceito, junto a hegemonia, muito caro à abordagem das relações internacionais a partir da lente do materialismo histórico. Esse conceito é o imperialismo, tema da próxima seção.

¹⁷ Serra se enrola e inclui Argentina entre os BRICS. *Fórum* (17.set.2016). Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/serra-se-enrola-e-inclui-argentina-entre-os-brics/>. Acesso: 01.mai.2020.

1.2. Imperialismo

Nos dez anos que se seguiram ao fim da Guerra Fria, a palavra “imperialismo” praticamente havia sido proscrita (ARRIGHI, 2008; BORON, 2007). O que a trouxe à superfície novamente foi um duplo movimento. De um lado, passaram a ganhar força movimentos de contestação ao imperialismo estadunidense. Esses movimentos desempenharam um papel importante para que o tema retornasse à agenda na academia, na política e na sociedade em geral e tiveram na América Latina alguns dos seus marcos: a insurreição Zapatista (México, 1994) e o Fórum Social Mundial (Brasil, 2001). No cenário latino-americano, essa contestação tinha particularidade: a crítica ao imperialismo era associada à crítica ao neoliberalismo (BORON, 2007). Por outro, uma nova ofensiva imperialista por parte dos Estados Unidos, que usaram os atentados de 11 de setembro de 2001 como pretexto para implementar um projeto de dominação, tornou inevitável que o imperialismo retornasse ao centro dos debates acerca de política internacional (ARRIGHI, 2008).

Segundo Vladimir Lenin (2012), o imperialismo consiste em uma relação de dominação que alguns Estados impõem não apenas a territórios coloniais, mas também a Estados autônomos. Na caracterização feita pelo autor, alguns aspectos dialogam com nossa pesquisa, como a formação de monopólios, decorrentes da elevada concentração de capital, que possuem significativa ascendência sobre a vida econômica; e de uma oligarquia financeira, criada a partir da fusão do capital industrial e do capital bancário. Além disso, as exportações de capitais passam a ganhar cada vez mais relevância. Finalmente, o imperialismo reforça a tendência expansionista do capitalismo.

É possível também depreender um aspecto da política imperialista particularmente interessante para nossa análise. O imperialismo mitiga os conflitos domésticos transferindo-os (em parte) dos territórios dos Estados imperialistas para os territórios dominados, afinal, nas palavras de Cecil Rhodes, “o império, como sempre digo, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialista” (DIE NEUE ZEIT, 1898, p. 304, apud LENIN, 2012, p. 112).

Mais recentemente, alguns autores revisitaram o conceito à luz das transformações ocorridas ao longo do quase um século desde a obra de Lenin. Samir Amin (2005), por exemplo, aborda a diferença de perfil entre o desenvolvimento capitalista no centro e na periferia do sistema e como isso viabiliza a dominação imperialista. Já Atílio Borón (2007) observa que há

uma relação entre imperialismo e neoliberalismo e destaca a importância dos movimentos sociais latino-americanos para o enfrentamento de ambos. Explica também que o imperialismo do final do século XX e começo do XXI possui diferenças em relação ao do período em que Lenin o analisou, dentre as quais o autor frisa o pilar cultural e ideológico da hegemonia estadunidense, exercido através da desproporcional participação dos Estados Unidos na circulação de ideias e na produção audiovisual de forma a “universalizar” o *American way of life*, como demonstra a disseminação de costumes como calça *jeans*, *fast food* e rock.

Outro autor que se dedicou a analisar o imperialismo contemporâneo foi David Harvey (2011). Entre suas observações acerca do fenômeno, a principal é a de que ele não pode ser reduzido às intervenções militares, apesar de essas serem a expressão mais visível e óbvia do imperialismo. Para Harvey, o imperialismo é um conjunto de práticas políticas pelo qual um Estado se apropria da riqueza de outro Estado; quando um Estado gera bem-estar em seu território às custas dos recursos naturais e sociais de um território além dos seus domínios. Essa apropriação pode ocorrer de várias maneiras. Atualmente, a principal prática imperialista é a que ele chama de “acumulação por espoliação”, uma versão contemporânea daquilo que Karl Marx definiu como “acumulação primitiva”. “O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e em alguns casos, zero)” (HARVEY, 2011, p. 124). Os principais expedientes da acumulação por espoliação são a privatização, o sistema internacional de crédito, a venda de matéria prima a preços muito baixos e a depreciação da mão de obra. Todos esses elementos são articulados pelo neoliberalismo. Portanto, continua o autor, a adoção do neoliberalismo por parte dos Estados periféricos e semiperiféricos funciona como instrumento do imperialismo, uma vez que permite aos Estados centrais se apropriarem dos recursos de territórios fora de seus domínios.

Aqui faz-se necessário uma breve discussão acerca do conceito de território, dessa relação entre espaço e poder. Do ponto de vista epistemológico, o território é o ponto de interseção entre a Geografia, a Ciência Política, o Direito Internacional e a Economia. No caso das Relações Internacionais, campo da Ciência Política, essa relação fica ainda mais evidente. Nas mais diversas escalas, as sociedades tanto se apoiam no território quanto o organizam segundo seus interesses. Rogério Haesbaert (2016, p. 40) lista algumas acepções que o conceito possui. Cada uma enfatiza um determinado aspecto do território. Dentre elas, duas interessam particularmente à presente análise. Pela sua dimensão econômica, o território é a “fonte dos recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como na divisão ‘territorial’ do trabalho”. Sob o prisma (jurídico-) político, trata-se de “um espaço delimitado e

controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado”.

Para o Direito Internacional, o Estado possui três dimensões: o governo (que “garante a soberania interna e externa”), o território (que possui “limites claramente definidos”) e o povo (“total de cidadãos que o compõe”) (MAZZUOLI, 2018, p. 378). O território é a base material do Estado e esse possui exclusividade para determinar, autorizar e controlar como o seu território será usado ou organizado. Finalmente, há que se observar que a conquista é uma forma não autorizada de aquisição territorial (PORTELLA, 2016; MAZZUOLI, 2018).

Assim, se pode depreender duas conclusões. Pela jurisdição internacional vigente, o Estado conjuga as dimensões econômica e política do território, acima citadas, ou seja, o Estado é a entidade que detém o poder de decidir como se dará a exploração econômica de determinado território. A segunda conclusão é que, estando proscria a aquisição violenta de territórios, o acesso aos seus recursos, sejam eles sociais ou naturais, depende do consentimento do governo do Estado em cuja jurisdição se encontram tais recursos econômicos. Portanto, as estratégias globais de poder passam também por buscar uma maneira de organizar o território sobre o qual se apoia a economia internacional.

Claude Raffestin (1993) apresenta uma representação imagética do poder, na qual esse é a resultante de dois vetores ortogonais: informação e energia. Assim, “é possível dizer que há poderes com forte componente energético ou, inversamente, poderes com forte componente informacional” (RAFFESTIN, 1993, p. 55). Ele desdobra esse raciocínio relacionando o poder com a capacidade humana de transformar tanto a natureza quanto a sociedade, sendo que o meio para efetuar essa transformação é o trabalho, e este seria a “energia informada” (RAFFESTIN, 1993, p. 56). Entre as informações que compõem o poder, e conseqüentemente necessárias ao seu exercício, encontra-se o limite.

O limite é um sinal ou, mais extensamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território. [...] os limites estão em estreita relação com o trabalho, portanto, com o poder. [...] na qualidade de sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, isto é, para torná-los espetaculares. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Essa caracterização abre duas discussões pertinentes. A primeira é sobre o papel da informação nas relações de poder e na configuração territorial. A segunda se refere à função da ideologia na disputa pelo poder. As duas frentes desaguarão na discussão sobre hegemonia e sobre a geopolítica contemporânea, afinal, como se poderá perceber, as disputas de poder tanto trazem consigo uma luta pela forma como o território será organizado, quanto geram reflexos na organização territorial.

De acordo com Milton Santos (2012), com a Terceira Revolução Industrial, a partir dos anos 1970, a territorialidade capitalista pode ser caracterizada como um “meio técnico-científico-informacional”. A configuração do mercado global é fruto de dois movimentos: a união entre técnica e ciência e a subordinação dessas à lógica capitalista. Além disso, os aparatos técnico-científicos possuem uma dimensão informacional de tal monta que a informação precede e alimenta todo o sistema produtivo.

Assim como no sistema produtivo, também na organização da sociedade e nos processos políticos a informação desempenha tarefa de relevo, porém, aqui ela tem um nome específico: ideologia. Ideologia é o conjunto ou sistema de ideias, valores e crenças acerca da sociedade. Funciona como uma plataforma cujo objetivo é orientar a ação política – seja do indivíduo, de uma fração de classe ou de uma classe social – e serve tanto para transformar quanto para conservar determinada correlação de forças, governo ou regime político (DOWNS, 1999; EAGLETON, 2019; HEYWOOD, 2010; LARRAIN, 2012; SCHWARZMANTEL, 2008; STOPPINO, 2010). Portanto, o agir político é motivado, informado, por uma ideologia. Ademais, dada a maneira imperfeita como circulam as informações, a ideologia simplifica a escolha político-eleitoral porque “reduz o custo da tomada de decisão” por parte do eleitor (DOWNS, 1999, p. 122).

Retomando o esquema proposto por Raffestin (1993), é possível substituir informação por ideologia. A partir da ideologia que lhe convenha, um grupo, fração de classe ou classe social organiza o território segundo seus interesses, assume o poder sobre aquele território. Extrapolando para a disputa de poder no sistema interestatal, podemos afirmar que, a partir de uma ideologia determinada, consegue-se que uma população derrube um governo que tenha uma política externa que prime pela autonomia; ou até mesmo leve ao poder, por meio de um golpe ou de uma eleição, um governo que dê o consentimento para que seu território seja organizado de modo a atender os interesses de outro Estado. A depender da ideologia dominante, a população pode levar ao governo um grupo que promova uma política externa que rebaixa o perfil desse Estado, tornando-o inclusive subalterno.

Feitas essas considerações gerais acerca do imperialismo, podemos analisar alguns de seus aspectos específicos. Esses aspectos concernem a sua relação com os golpes de Estado na América Latina, com as guerras e com o neoliberalismo.

1.2.1. Imperialismo, golpes de Estado na América Latina e guerras

Como dito acima, o imperialismo se caracteriza pela interferência dos Estados centrais e dos monopólios financeiros na economia e na política dos Estados menos poderosos. Além disso, as políticas imperialistas permitem que parte do conflito inerente à luta de classes seja transferida dos Estados centrais para os periféricos (LENIN, 2012) uma vez que parte do bem-estar no centro do sistema é gerado em prejuízo das demais frações do globo (HARVEY, 2011). Há dois fenômenos da política internacional que se relacionam com o imperialismo: os golpes de Estado na América Latina e as guerras. No caso daqueles, há o aspecto peculiar de que a região se insere na economia capitalista de forma dependente e subordinada.

A partir da década de 1960, na América Latina, foram desenvolvidas as teorias da dependência, todas elas tributárias da teoria do imperialismo. A dependência dos Estados latino-americanos se deve à hierarquização do sistema internacional, na qual os Estados mais avançados economicamente exploram os menos desenvolvidos. Quem opera essa transferência de riqueza são as “burguesias compradoras” (FIORI, 2012b).

Ruy Mauro Marini explicou que, nos Estados de capitalismo dependente, a classe trabalhadora é superexplorada. Esses Estados se inserem de forma subordinada na economia mundial porque, entre outras razões, (i) suas burguesias são subordinadas na divisão internacional do trabalho; (ii) as transnacionais transferem riqueza para o centro do sistema através das remessas de capital das filiais para as matrizes; e (iii) os Estados centrais mantêm o monopólio tecnológico. Como resultado, sobre a classe trabalhadora na periferia do sistema capitalista recai o mais-valor que as burguesias locais extraem para si e aquele transferido para as economias centrais (MARTINS, C.E., 2018). Ademais, “a superexploração exigiria altos níveis de desemprego e subemprego para que os preços da força de trabalho se nivelassem abaixo do seu valor, e democracias limitadas ou regimes políticos ditatoriais que impusessem tal situação” (MARTINS, C.E., 2018, p. 465–466).

Já Paris Yeros e Sam Moyo (2008) relacionam a diferença do nível de estabilidade entre as democracias periféricas e as centrais à posição que os Estados ocupam na hierarquia do sistema capitalista. As crises orgânicas globais que marcam o capitalismo se expressam mais amígdade na periferia – mesmo nos tempos de bonança no centro do sistema – e frequentemente vêm acompanhadas de rompimento do pacto democrático. Os Estados centrais não precisam recorrer a esses surtos de autoritarismo e repressão, uma vez que eles conseguem transferir para os Estados periféricos parte do conflito social que poderia causar instabilidade.

Assim, o ciclo autoritário pelo qual passou a América Latina entre os anos 1960 e 1980 possui um componente doméstico e outro sistêmico. Por um lado, empresas e aparelhos privados de hegemonia por elas financiados – como a *Fundación de Investigaciones Económicas*

Latinoamericanas (Fiel) e *Fundación Mediterránea* (FM) (RAMÍREZ, 2012), na Argentina; o *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESEC), no Chile; e o *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* (IPES) e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), no Brasil – forjavam o consenso na sociedade em torno da agenda liberal e forneceram quadros técnicos e políticos para as ditaduras (MONTEIRO, T.F., 2013).

O componente sistêmico possui dois pilares. Como dissemos, a instabilidade política na região é tributária da condição subordinada pela qual esses Estados se inserem na economia política internacional. Além disso, os Estados Unidos envolveram-se intensamente nos referidos processos, especialmente por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)¹⁸. A USAID trabalhou em parceria com os citados *think tanks* liberais (RAMÍREZ, 2005). Atuou na consultoria e formação de forças policiais e militares antes e depois dos golpes e na reformulação de currículos universitários (FERNANDES, L.A.V., 2016; MOTTA, 2010). Além disso, financiou não apenas professores de direita e programas harmônicos aos valores ideológicos e à visão geopolítica de Washington, mas também aqueles que não fossem comunistas (FERNANDES, L.A.V., 2016).

Finalmente, a relação entre imperialismo e guerras. No começo do século XX, por duas vezes o mundo foi levado a guerras globais interimperialistas, uma vez que a gênese da Primeira e da Segunda Grandes Guerras encontrava-se na estrutura de impérios fechados e autossuficientes sobre a qual estava organizado o sistema capitalista (HARVEY, 2013). Ainda que não se possa falar que a Guerra Fria tenha sido marcada por conflitos ou tensões interimperialista, uma vez que a União Soviética não era expansionista (HOBSBAWM, 2013), o imperialismo não esteve ausente no período, o que aconteceu foi que ele se metamorfoseou. Além das transformações tratadas no item anterior, há inflexões pelas quais o imperialismo passou e que se associam mais especificamente com as guerras. Nesse sentido, a primeira consideração a ser feita é que, a fim de fornecer estabilidade à sua nascente hegemonia, os Estados Unidos fundamentaram-na no internacionalismo e no comércio multilateral (HARVEY, 2013), o que exigiu a suplantação do imperialismo aos moldes europeu que marcou a quadra 1870-1945 – que foi substituído pelo que Harvey (2011) chama de “novo imperialismo”.

A segunda consideração é que o anticolonialismo havia se tornado uma força irresistível, não obstante o empenho de Londres e Paris em tentar freá-lo. A derrota francesa na Indochina era a constatação inequívoca disso (HOBSBAWM, 2013; KISSINGER, 2012; MONIZ

¹⁸ A USAID é estudada mais profundamente no capítulo 3.

BANDEIRA, 2005). Um terceiro aspecto mesclava ideologia e geopolítica. Por um lado, a ideologia passou a ocupar um lugar destacado nos objetivos e nas estratégias de poder, um dos pontos cruciais da parte de nossa pesquisa voltada à guerra híbrida. Por outro, os EUA perceberam a força do anticolonialismo como elemento discursivo na batalha ideológica. Somados todos esses fatores, para Washington, tornou-se mais proveitoso apoiar os movimentos independentistas, para assim poder barganhar vantagens junto aos novos Estados, do que se apresentar como aliada das metrópoles fadadas à derrota (HOBSBAWM, 2013; MONIZ BANDEIRA, 2005).

O colonialismo *à la* século XIX estava desmoronando, não obstante o empenho dos Estados colonialistas. Sob a hegemonia de Washington, ele era substituído por uma variante do imperialismo que privilegia menos o domínio do território do que o dos fluxos comerciais. Como observa Alysso Mascaro (2019, p. 124),

O imperialismo, como estrutura das posições estatais e dos mercados e das ações da acumulação internacional, não é apenas a guerra aberta tampouco a colonização (embora não os abandone [...]) O imperialismo perpassa o mecanismo da exploração, do lucro, da apropriação, da espoliação e ainda, no que seja possível, da acumulação primitiva. É mediante instrumentos como contratos, garantias negociais, segurança jurídica ou favorecimento aos investimentos que a marcha da mercadoria e do valor se dá na geopolítica do mercado mundial contemporâneo.

Nesse sentido, as intervenções imperialistas passam a ser direcionadas não para incorporar o território, senão para a submissão do Estado (independente) à lógica de acumulação estadunidense. Essas intervenções deram-se de várias maneiras: ação militar direta, como na República Dominicana (1965), no Vietnã (1955-1975), em Granada (1983); ação militar dissimulada, como em Cuba (1961); ou no apoio a forças endógenas, como no Brasil (1964), no Chile (1973)¹⁹ e na Nicarágua (1979-1986). Em nenhum desses casos, o plano consistia em anexar o território ou estabelecer um domínio colonial semelhante ao exercido pelos europeus. Trava-se, sim, de garantir que nos respectivos Estados houvesse governos alinhados.

A segunda consideração diz respeito à função da ideologia na estratégia imperialista, o que, como se verá no terceiro capítulo, relaciona-se fortemente com as guerras híbridas, um dos objetos de nossa pesquisa. A ideologia ocupou um papel destacado não apenas durante a Guerra Fria (ARRIGHI, 2008; HALLIDAY, 2007; HOBSBAWM, 2013; WALLERSTEIN, 2004), como na ofensiva final dos Estados Unidos, conduzida por Reagan (HOBSBAWM, 2013). A estratégia adotada por Washington para travar a Guerra Fria incluiu a extrapolação da

¹⁹ Nos casos do Brasil e do Chile, foi desnecessário o apoio militar, uma vez que as forças internas conseguiram se impor. No entanto, houve por parte dos EUA mais do que vontade de intervir. Operações chegaram a ser planejadas nos dois casos, sendo que, no caso brasileiro, chegou a haver o envio das tropas de intervenção, a chamada *Operação Brother Sam*.

dimensão militar do conflito. A sistematização desses “novos” meios de combate ganha corpo nas guerras psicológicas, através das quais os EUA buscavam influenciar os acontecimentos políticos e estimular a cizânia tanto no bloco socialista (LOSURDO, 2004; MONIZ BANDEIRA, 2005) como em Estados cujos governos fossem recalcitrantes quanto ao alinhamento às diretrizes geopolíticas e geoestratégicas estadunidenses (MONIZ BANDEIRA, 2005).

Dessa forma, a ideologia assumia papel central na dinâmica de disputa pelo poder global e do imperialismo. Tal mudança não foi abandonada após a vitória estadunidense na Guerra Fria. Muito pelo contrário. Uma das marcas do período que se abre a partir de 1989/1991 é o seu significado reacionário, corroborado pelo fato de que intelectuais ligados ao *establishment* estadunidense passaram a defender abertamente o imperialismo e o colonialismo. E esse movimento reacionário não ficou restrito ao discurso. Observa-se a partir do fim da Guerra Fria uma tendência à recolonização da periferia do sistema, à restauração da ordem pré-Revolução Bolchevique (LOSURDO, 2015).

1.2.2. *Imperialismo e neoliberalismo*

A contrarrevolução neoliberal tem início nos anos 1970 (por ocasião da crise do sistema fordista-keynesiano de acumulação). À época, tratava-se de algo teórico, restrito ao ambiente acadêmico, *think tanks* e mídia. As exceções ficam por conta da Bolívia e do Chile, onde Hugo Banzer e Augusto Pinochet implementaram o receituário neoclássico por meio de violentas ditaduras. A partir dos anos 1980, o neoliberalismo ganha força devido à chegada de dois seguidores dessa ideologia ao governo de duas potências do capitalismo: Margareth Thatcher e Ronald Reagan, no Reino Unido e nos Estados Unidos, respectivamente. Finalmente, na década de 1990 tem início a hegemonia neoliberal.

Do ponto de vista doméstico, o neoliberalismo se caracteriza pelo fundamentalismo de mercado, a crença de que os mecanismos funcionais do mercado, notadamente a total liberdade de iniciativa e de acumulação, são vistos como a solução para todos os problemas sociais e econômicos, e qualquer interferência no mercado, ao invés de gerar bem-estar social, prejudica a sociedade como um todo (HEYWOOD, 2010, p. 63). Ele é a ideologia que fundamenta o desmonte do Estado de bem-estar social. Seu alvo são as instituições e os serviços públicos; os direitos sociais; e toda e qualquer legislação que imponha limites à exploração e à acumulação. Seu objetivo é retornar a paradigmas de relação capital-trabalho que se esperava superados, por isso contrarrevolucionário (HARVEY, 2008; HEYWOOD, 2010).

Os pilares do neoliberalismo são o individualismo extremo e a liberdade total para as relações comerciais. Os neoliberais enxergam a sociedade sob a ótica atomista, que pode ser sintetizada em uma frase de Thatcher: “Não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos”. Assim, o Estado exime-se de ofertar os serviços associados ao Estado de bem-estar social e sua função precípua passa a ser garantir as liberdades individuais e a concorrência. O neoliberalismo desconfia da democracia, preferindo alienar a coletividade das instituições e das decisões políticas, alegando se tratar de questões técnicas. É hostil a qualquer forma de solidariedade ou práticas e instituições que possam restringir a acumulação irrestrita, especialmente os sindicatos. Para implementar esse projeto, o neoliberalismo conta com um Estado forte e autoritário, que deve usar a violência para impor o respeito à ordem legal (HARVEY, 2008)

O autoritarismo do projeto neoliberal pode ser sintetizado, novamente, por Thatcher. Enquanto desmontava o Estado de bem-estar social, a primeira-ministra britânica dizia “*there is no alternative*”. Essa tese ganhou muita força com a debacle da União Soviética e o fim da Guerra Fria, como se o fracasso da experiência soviética significasse não apenas o fracasso do socialismo *lato sensu* mas também “o fim da história”²⁰.

Na esfera das relações interestatais, o neoliberalismo, como já dito, funciona como aríete do imperialismo em geral e da submissão à hegemonia estadunidense em especial. Como observam Stephen Hobden e Richard Jones (2008), uma análise das relações internacionais sob a ótica do materialismo histórico passa por denunciar a existência de uma intrínseca relação entre a hegemonia estadunidense e a aceitação das políticas neoliberais mundo afora. Para os autores, essa mostra o poder daquela. Eles explicam que, a partir de uma abordagem marxista das relações internacionais, há três áreas principais onde a adoção do neoliberalismo pelos Estados dependentes atende aos interesses dos Estados centrais do sistema capitalista: livre comércio, matérias-primas e privatizações. Com uma indústria menos desenvolvida e menos competitiva, o livre-cambismo tende a prejudicar o setor secundário das economias dos países da periferia e semiperiferia do sistema capitalista, o que leva à primarização desses Estados. Além disso, como as grandes corporações transnacionais, via de regra baseadas nos países centrais, possuem mais recursos, quando ocorrem privatizações, os ativos costumam ser comprados por empresas dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental. Frise-se que quando se privatizam estatais de energia, telecomunicações, aviação, entre outros, setores estratégicos do Estado e do território passam a ser controlados por agentes estrangeiros.

²⁰ Tese defendida por Francis Fukuyama no livro “O fim da história e o último homem” (1992). Fukuyama é uma referência da contrarrevolução neoliberal e pessoa proeminente nos governos Reagan e Thatcher.

No caso sul-americano, há uma relação entre o neoliberalismo e a estabilidade/instabilidade política. A crise orgânica ora analisada se insere nesse contexto. Por um lado, o ciclo progressista dos anos 2000 na região derivou da crise orgânica (política, social e econômica) resultante das políticas neoliberais nos anos 1990, por outro, essa crise se relaciona à retomada da iniciativa por parte das forças da reação no Brasil. Nesse sentido, é importante abordar a experiência progressista pela qual passou a região.

1.3. O ciclo progressista na América Latina

Como observa André Luiz Coelho (2013), a redemocratização da América Latina pode ser enquadrada no que Samuel Huntington chamou de “terceira onda democrática”, cujo marco inicial é a derrubada do regime salazarista pela Revolução dos Cravos, em 1974. Durante esse movimento, assistiu-se à substituição paulatina de governos autoritários por governos eleitos democraticamente. Na América do Sul, esse processo principiou em 1977, com o Equador, e findou em 1990, no Chile.

Como enfatiza o autor, a literatura tradicional, “focada principalmente nos caracteres operacionais da democracia, assume que a realização de eleições livres e justas e a alternância de poder constituem sinais da vitalidade democrática” (COELHO, 2013, p. 80). Isso causa distorções, como considerar que desde 1958 a Colômbia exibe uma democracia pujante, não obstante a guerra civil vivida pelo país desde 1964 até o presente²¹ (COELHO, 2013, p. 80–81). Outro exemplo é “o celebrado e pouco inclusivo sistema bipartidário venezuelano” que vigorou desde o pacto de *Punto Fijo* (COELHO, 2013, p. 136), também em 1958, até a posse de Hugo Chávez (1999-2013), em 1999.

Em que pese o extenso flanco para se conceituar democracia e discutir sua qualidade na América do Sul, há relativo consenso que, com a redemocratização do Chile, a região passou a ser considerada como democrática. Ainda que não seja foco desse trabalho entrar nessa discussão, é importante esclarecer alguns pontos a esse respeito.

²¹ Em 2017, o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) assinaram o armistício. Não obstante, pela esquerda, o Exército de Libertação Nacional (ELN) continua em atividade e, pela direita, desde pelo menos 2016, as atividades paramilitares retomaram as ações. Mais detalhes podem ser obtidos, respectivamente, em: *Acordo com Farc completa 3 anos sem paz consolidada*, O Globo, 23.set.2019, disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/acordo-com-farc-completa-3-anos-sem-paz-consolidada-23960644>, acesso em 06.mar.2020; e *Grupos paramilitares ressurgem na Colômbia, denunciam organizações de esquerda*, Agência Brasil, 16.mar.2016, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-03/grupos-paramilitares-ressurgem-na-colombia-denunciam-organizacoes-de>. Acesso em 06.mar.2020.

Luiz Felipe Miguel (2014, p. 28–29) explica que um dos pilares do que o “senso comum (incluído aí o senso comum acadêmico)” entende por “democracia” é o processo eleitoral como mecanismo de escolha dos governantes, sendo que essa seleção deve preencher dois requisitos: ocorrer em uma periodicidade regular e previamente acordada e os eleitores devem escolher livremente seus governantes, ou seja, não devem ser coagidos a votar nem constrangidos caso queiram se candidatar. Não obstante, continua o autor, o termo “democracia” remete a “uma forma de organização política baseada na igualdade potencial de influência de todos os cidadãos”.

Portanto, Coelho (2013) e Miguel (2014) expõem que há uma disjuntiva entre os aspectos materiais e formais da democracia e que esses acabam assumindo a centralidade quando se pretende analisar ou caracterizar um regime como democrático ou não. No mesmo diapasão, Pereira da Silva (2019) critica o fato de que a visão hegemônica na Ciência Política tem um enfoque institucionalista e trabalha com uma acepção elitista e minimalista de democracia, e José Luís Fiori (2012a) observa que a implementação de políticas econômicas neoliberais – marca do período pós-ciclo autoritário – exige que a participação democrática seja reduzida drasticamente. O que Fiori traz como crítica, Friedrich von Hayek defende claramente. Para essa referência do pensamento neoclássico, as instituições democráticas devem abster-se dos temas econômicos, uma vez que é “reconhecida a ineficácia dos parlamentos quando se trata de administrar em detalhe os assuntos econômicos de um país” (HAYEK, 2010, p. 81). Uma vez que a democracia liberal e minimalista simplifica a vida democrática à eleição de representantes, notadamente os parlamentares, o que Hayek defende é isolar a economia do crivo popular.

Voltando à redemocratização da América do Sul, como já dito, esse processo ocorreu entre 1977 (Equador) e 1990 (Chile). Durante o ciclo autoritário, apenas os regimes de Banzer, na Bolívia, e Pinochet, no Chile, praticavam políticas econômicas neoclássicas. Logo, para a maioria da região, o neoliberalismo foi implementado em regimes democráticos e por governos eleitos. No entanto, por um lado, a exigência de se ganhar uma eleição e a consciência de que o neoliberalismo é pouco palatável contribuíram para que houvesse muitos casos daquilo que Susan Stokes chamou de estelionato eleitoral, quando alguém, durante a campanha, propõe uma política econômica expansionista e uma política social inclusiva e distributiva mas, quando assume, implementa uma política econômica contracionista e uma política de eliminação de direitos sociais. Por outro lado, o fato de viger uma democracia formal nesses Estados permitiu que a população manifestasse sua indignação em relação às políticas neoliberais. O resultado

foi um período de instabilidade presidencial, no qual, à exceção de Chile, Colômbia e Uruguai, em todos os Estados pelo menos um presidente teve seu mandato abreviado (COELHO, 2013).

Como o exercício da hegemonia mundial passa pela vinculação das classes sociais em escala global e conta com uma estrutura social, política e econômica (Cox, 2007), observa-se que, ao longo da década de 1990, as elites sul-americanas se associaram à congênere estadunidense na implementação do neoliberalismo em cada um dos Estados da região. Do ponto de vista doméstico, o neoliberalismo se traduz por um aumento da exploração da classe trabalhadora por meio da desregulamentação das relações laborais e da precarização e da privatização dos serviços públicos e das empresas estatais. Do ponto de vista internacional, é importante observar que, nos países de capitalismo dependente, os governos de corte neoliberal tendem a adotar uma política externa de alinhamento ao poder hegemônico.

Em 1999, Hugo Chávez assume a Presidência da Venezuela, o que marca o início da virada do pêndulo. A crise do neoliberalismo havia aberto caminho para que a esquerda ganhasse as eleições. Pereira da Silva (2019, p. 20–21) explica que “em alguns países (principalmente Venezuela, Bolívia e Equador) essas esquerdas chegaram ao poder em meio a uma crise orgânica (com elementos políticos, culturais, sociais e econômicos)”. Em maior ou menor grau, esses governos possuíam aspectos semelhantes, notadamente na redefinição do papel do Estado, ênfase nas políticas sociais, maior participação social e valorização da integração regional. No âmbito interno, o principal fruto dessas transformações foi a redução da desigualdade (PEREIRA DA SILVA, 2019).

No Cone Sul, também houve uma guinada à esquerda. No entanto, o processo vivido na Argentina, no Brasil, no Chile, no Paraguai e no Uruguai possui duas diferenças inter-relacionadas que tornam essa experiência diferente da experimentada na Bolívia, no Equador e na Venezuela. No Cone Sul, a ascensão da esquerda, ainda que relacionada também a crises decorrentes das políticas neoliberais, se deu em condições de menor deterioração, especialmente no tocante à dimensão político-institucional. Consequentemente, nesses países, a experiência dos governos de esquerda não representou uma ruptura com o *status quo* anterior (PEREIRA DA SILVA, 2019).

Ainda que em graus diferentes, nos dois modelos de experiência de governos de esquerda houve a descontinuidade do neoliberalismo, especialmente no que se refere a privatizações, desmonte dos serviços públicos e corte de direitos sociais. Além disso, na dissensão externa, houve uma concertação política maior materializada na criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos (CELAC) (PEREIRA DA SILVA, 2019).

Por um lado, na dimensão doméstica, esses governos de esquerda frearam o desmonte dos serviços públicos, a depreciação das condições de trabalho e a redução dos direitos sociais. Por outro, esses Estados passaram a ter uma política externa que, individual e coletivamente, conferia maior autonomia no cenário internacional, mormente *vis-à-vis* os Estados Unidos.

No caso brasileiro, os governos de esquerda foram conduzidos por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Ambos haviam lutado contra a ditadura civil-militar (1964-1985). Lula fora líder sindical no final dos anos 1970 e, nos anos 1980, ajudara a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Dilma fizera parte do Comando de Libertação Nacional (Colina), que depois se tornou Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), movimento guerrilheiro que lutava contra o regime autoritário, e fora presa e torturada em 1969, quando tinha tão somente 23 anos de idade. Durante os governos Lula, Dilma fora ministra das Minas e Energia (2003-2005) e da Casa Civil (2005-2010).

Dilma foi a primeira mulher a ocupar o Palácio do Planalto. Além de primeira presidenta da história, sua biografia, de certo, incomodava os conservadores nacionais. Quando as manifestações de junho de 2013 eclodiram, Dilma já estava na metade final do seu primeiro mandato. Apesar da severa crise que se instaurou, a presidenta conseguiu reeleger-se. O golpe de 2016 interrompeu seu segundo mandato e levou à Presidência Michel Temer, vice de Dilma. Essa mudança trouxe consigo mudanças na política doméstica e externa do Brasil.

Do ponto de vista da política doméstica, retornou-se ao paradigma neoliberal. Como constata Wolfgang Maar (2018), está em curso no Brasil uma contrarrevolução preventiva: a burguesia brasileira rompeu com o pacto democrático para impedir o processo inclusivo que vinha sendo tocado pelo PT de forma ordeira e pacífica. É contrarrevolucionário porque seu objetivo é restabelecer um quadro de exploração. É preventivo porquanto a burguesa decidiu agir assim sem que houvesse um processo revolucionário em curso, muito embora visse nas políticas sociais petistas uma ameaça a seus interesses. Além disso, o autor também salienta a presença de um componente internacional no processo: “A oligarquia amedrontada associou-se com interesses internacionais contrários à nossa soberania, que lhe permitiram somar forças para uma contrarrevolução antidemocrática de natureza preventiva” (MAAR, 2018, p. 11).

Do ponto de vista da política externa, do golpe para cá, seus formuladores e condutores têm agido para restabelecer padrões já abandonados há décadas. Referimo-nos ao realinhamento à política externa estadunidense, a uma inflexão na política de direitos humanos e à redução da ênfase nas políticas Sul-Sul (COELHO; SANTOS, 2017). Os destaques para esse último aspecto talvez sejam a participação na criação do Grupo de Lima, “constituído em finais

de 2017 com o explícito propósito de se opor ao governo Maduro” (PINHEIRO; LIMA, 2018, p. 4). Tais orientações, tanto de política interna quanto de política externa, foram reforçadas com a eleição de Bolsonaro, cuja vitória, como se verá, contou com a ajuda dos mesmos mecanismos que concorreram para a derrubada da presidenta Dilma.

Observa-se, portanto, que as variáveis doméstica e externa estão articuladas. A crise orgânica pela qual passa o Brasil desde 2013 é resultado da interação dialética das linhas de força que ocorrem dentro dos limites nacionais e daquelas atuantes no cenário internacional.

1.4. A inquebrantável associação entre as dinâmicas doméstica(s) e internacional

No capitalismo, há um estreito e inquebrantável nexos entre os mais significativos eventos que ocorrem a montante e a jusante das fronteiras do Estado territorial. Nosso trabalho analisa esses eventos a partir do prisma do materialismo histórico e dialético porque entendemos que tanto as condições materiais limitam e possibilitam a ação dos seres humanos quanto essas ações transformam as condições materiais que influenciarão as próximas realizações. Nas palavras de Karl Marx (2011, p. 25), os seres humanos “fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Fred Halliday (2007) identifica quatro temas na análise das relações internacionais a partir do prisma analítico do materialismo histórico. O primeiro diz respeito aos fatores socioeconômicos, a forma como a sociedade a ser analisada estrutura sua vida econômica. Nesse sentido, as relações internacionais

são o estudo das relações entre as formações sociais e não o das relações entre os Estados. A partir do momento em que se aplica esta percepção às questões do internacional, uma clara mudança de foco é visível. Assim, o Estado não é mais percebido como uma corporificação do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas sim como *locus* dos interesses de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica (HALLIDAY, 2007, p. 74).

O segundo tema é a história. Uma análise deve considerar como os fatores históricos influenciam a tomada de decisão dos seres humanos quando esses travam a luta política. O passado se manifesta por meio das condições socioeconômicas dadas no momento em que o evento político ocorre e por meio da racionalidade dos agentes, que traz consigo “paixões, ilusões e identificações inconscientemente herdadas de outras épocas (HALLIDAY, 2007, p. 75).

O terceiro tema que Halliday (2007, p. 76–77) aponta é a “centralidade das classes como atores na vida política doméstica e internacional”. Uma abordagem das relações internacionais

a partir do materialismo histórico articula a luta de classes em dois níveis. No nacional, as classes dominantes buscam subjugar as classes dominadas. No internacional, “cada classe dominante tem sido capaz de utilizar o caráter internacional do capitalismo para preservar a sua posição dentro da sociedade, aliando-se com outras, e para identificar na arena internacional um terreno para a expansão de seus interesses e poder”.

O quarto tema é o do “conflito e do seu apogeu, a revolução”. Os conflitos emergem da diferença socioeconômica entre as classes ou frações de classe. Seu *leitmotiv* é a reorganização política, social e econômica dentro de um determinado território, ou seja, a redefinição das relações de poder e da forma como a riqueza é gerada, apropriada e distribuída. Já as revoluções “são eventos que, nascendo de conflitos profundos dentro de uma estrutura socioeconômica, levam a mudanças no caráter social dos Estados e a mudanças substanciais no caráter da política internacional” (HALLIDAY, 2007, p. 79).

Como pretendemos demonstrar ao longo do trabalho, é de grande utilidade trabalhar com esses quatro parâmetros do materialismo histórico para analisar a crise orgânica pela qual passa o Brasil desde 2013. E sob esse prisma, as dimensões doméstica e internacional do caso brasileiro são indissociáveis, não por uma especificidade sua, mas pela natureza do capitalismo e de como se dão as relações internacionais sob o capitalismo.

Se o capitalismo e o moderno sistema interestatal estão intimamente relacionados, pode-se dizer que “as classes e a luta entre elas [...] estão presentes no sistema mundial [...] A internacionalização do interesse de classes, todavia, não diz respeito apenas ao proletariado, porque a burguesia é ainda mais articulada no plano internacional” (VISENTINI, 2019, p. 5). Essa relação pode ser observada de forma evidente em alguns dos principais eventos da história do capitalismo. Certamente, os casos mais eloquentes são os das Revoluções Francesa (1789) e Bolchevique (1917). Porém, no século XIV, a luta de classes em Florença e a disputa (mercantil e bélica) no norte da Itália, especificamente, e na Europa, em geral, são eventos indissociáveis e que compõem uma passagem decisiva na história do capitalismo no momento em que esse se consolidava como sistema hegemônico a organizar a produção e reprodução da sociedade (ARRIGHI, 2013)²².

²² Em 1378, tecelões e cardadores sublevaram-se exigindo melhores salários e o direito de se organizar. A intransigência dos (proto)capitalistas levou a uma revolta popular que culminou na tomada do Estado florentino por parte dos trabalhadores, evento consagrado pelo nome de Revolta dos *Ciompi*. Em resposta, o patronato promoveu sua própria greve e transferiu o excedente de capital. “À medida que o capital excedente foi transferido com peso cada vez maior para o financiamento da guerra no sistema entre as cidades-Estados italianas e na economia mundial europeia em geral, a demanda por recursos bélicos cresceu vertiginosamente, em benefício dos estaleiros de Veneza e, mais ainda, da indústria bélica de Milão” (ARRIGHI, 2013, p. 105). Estão presentes aqui alguns dos fundamentos do capitalismo: luta de classes; a fluidez do capital; a exploração, por parte do capital, das especificidades (diferenças) espaciais; a lucratividade do financiamento das guerras.

A crise brasileira a qual nos dispusemos a estudar não escapa a essa regra. Conquanto essa relação seja trabalhada ao longo da pesquisa, é interessante ilustrar como a crise brasileira envolve luta de classes e relações internacionais. A Operação Lava Jato (OLJ) é um bom exemplo. Ela ajudou a derrubar a presidenta Dilma Rousseff e a impedir a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito de 2018. Sérgio Moro, que fora o juiz responsável pela operação até 2018, assumiu o Ministério da Justiça no governo de Jair Bolsonaro e participara de treinamentos promovidos por órgãos do governo dos Estados Unidos²³. Por seu turno, o procurador Deltan Dallagnol, chefe dos promotores na operação, recebeu recursos da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC)²⁴ e da XP Investimentos²⁵, instituições muito interessadas na agenda de desregulamentação da legislação trabalhista que viria a ser promovida após o golpe de 2016. O vínculo da OLJ com o neoliberalismo fica explícito também na sua disposição de proteger Fernando Henrique Cardoso, um dos símbolos do neoliberalismo no Brasil. Quando as investigações se aproximaram do ex-presidente, Moro desaconselhou a continuidade porquanto não pretendia “melindrar alguém cujo apoio é importante”²⁶. A OLJ enfraqueceu o Brasil no cenário internacional, não apenas nos casos supracitados, mas também pela redução da participação de empresas brasileiras no mercado internacional. Finalmente, a Lava Jato promoveu crises político-institucionais no Equador e no Peru, propiciou que a ex-presidenta chilena Michelle Bachelet fosse investigada e inspirou a “Lava Jato Argentina” contra Cristina Kirchner (MENDES; LIMA; FERNANDES, 2020).

Por isso, parte-se do entendimento de que a crise brasileira deve ser analisada sem que se perca de vista que ela comporta e se insere em um quadro de lutas no plano interno e externo. Afinal, como se verá ao longo do trabalho, ela é uma sucessão de eventos que ao mesmo tempo em que reflete o recrudescimento da luta de classes no Brasil, possui condicionantes e reflexos internacionais. Há de se observar que, no plano doméstico, o objeto de estudo desta pesquisa

²³ Para mais detalhes da relação de Moro com o Departamento de Estado: GIOVANAZ, Daniel. Agente da CIA? Treinado pelo FBI? Um raio-x da relação Moro-EUA. Brasil de Fato, 05.jun.2017. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2017/06/05/agente-da-cia-treinado-pelo-fbi-um-raio-x-da-relacao-moro-eua>. Acesso: 06.jun.2020. Para maiores detalhes da relação de Moro como o Departamento de Justiça: NASSIF, Luis. Wikileaks expõe a conexão Lava Jato-EUA. Outras Palavras, 01.abr.2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/lava-jato-assim-comecou-o-flerte-com-os-estados-unidos/>. Acesso: 06.jun.2020.

²⁴ CERIONI, Clara. Dallagnol pediu passagem no Beach Park como condição para palestrar. Veja, 16.jun.2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/dallagnol-pediu-passage-m-no-beach-park-como-condicao-para-palestrar/>. Acesso: 06.jun.2020.

²⁵ Deltan participou de encontro fechado com bancos e investidores. CONJUR, 26.jul.2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-26/deltan-participou-encontro-secreto-bancos-investidores>. Acesso: 06.jun.2020.

²⁶ MARTINS et al. ‘Tem alguma coisa mesmo séria do FHC?’. The Intercept Brasil, 18.jul.2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/18/lava-jato-fingiu-investigar-fhc- apenas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidade-mas-moro-repreendeu-melindra-alguem-cujo-apoio-e-importante/>. Acesso: 06.jun.2020.

desdobra-se em duas variáveis: a societal e institucional. Não por acaso, tanto neogolpismo quanto guerra híbrida são conceitos que articulam todas essas dimensões.

1.5. Neogolpismo e guerra híbrida: uma aproximação conceitual

O Brasil vive uma crise orgânica que principiou em 2013 e que se estende até os dias correntes. O presente estudo se dedica a analisar esse processo à luz do neogolpismo e da guerra híbrida. Ambos serão detalhados respectivamente no segundo e no terceiro capítulo. Porém, é mister proceder uma aproximação conceitual a fim de melhor relacioná-los com o contexto ora descrito.

1.5.1. Neogolpismo

O termo “neogolpismo” surge da necessidade percebida por analistas para descrever a derrubada de alguns chefes de Estado na América Latina contemporânea. A partir da interrupção dos mandatos de Manuel Zelaya (Honduras, 2009) e Fernando Lugo (Paraguai, 2012), observou-se que se estava diante de um fenômeno novo. A derrubada de Dilma Rousseff (Brasil, 2016) fortaleceu essa percepção (COELHO; MENDES, 2020).

Apesar das singularidades de cada caso, esses processos possuem aspectos semelhantes e que os diferem de outros casos de instabilidade política na região. Historicamente, quando havia um desencontro entre o governo de turno e os interesses das burguesias latino-americanas, essas resolviam o impasse com um golpe de Estado. Nos três casos referidos, havia esse descompasso, porém, os militares nos quartéis permaneceram, dando a impressão de que não se tratava de um golpe. Houve analistas que, apegados à forma e ao “bom funcionamento das instituições”, chancelaram como normais os processos (COELHO; MENDES, 2020).

Para além da forma, na substância, os três casos não deixam dúvida: houve solução de continuidade no pacto democrático, uma vez que não se esperou terminar o mandato obtido por meio de sufrágio popular para inflectir radicalmente a condução política. Acontece que os eventos foram conduzidos não pelas Forças Armadas²⁷, e sim por ocupantes de cargos nos Judiciários e no Parlamento. Trata-se, portanto, de uma nova modalidade de golpe de Estado, um neogolpe (COELHO; MENDES, 2020).

²⁷ Não obstante a inconstitucionalidade do ato, os militares que, em 28 de junho de 2009, prenderam Zelaya o fizeram cumprindo um mandado de prisão expedido pela Suprema Corte de Honduras.

Se o conceito neogolpe surge da necessidade tanto de apontar que se trata de um golpe como de marcar suas diferenças em relação aos golpes “clássicos”, o fenômeno neogolpe nasce da percepção das elites latino-americanas de que, na presente quadra histórica, não se aceitam golpes de Estado, quer porque a opinião pública doméstica e internacional recriminam (COELHO, 2016), quer porque há tratados internacionais que condicionam a participação e o usufruto dos seus benefícios ao respeito das partes às franquias democráticas (SERRANO, 2016).

1.5.2. Guerra híbrida

Da mesma forma que o neogolpe surge das necessidades políticas – no caso do fenômeno – e acadêmicas – no caso do conceito –, a guerra híbrida enquanto fenômeno é fruto da necessidade de se contornar os constrangimentos internacionais acerca da guerra e enquanto conceito surge para apontar que atualmente a guerra é praticada por meios que escapam às teorias mais amplamente aceitas.

Por um lado, o Direito Internacional não autoriza a guerra de conquista (MAZZUOLI, 2018; PORTELLA, 2016). Por outro, a guerra convencional – entre dois ou mais Estados, com tropas regulares e por meios prioritariamente militares de combate – tornou-se virtualmente impraticável entre as potências desde o advento das armas nucleares, uma vez que esses conflitos podem conduzir os beligerantes a um ponto sem retorno. Por isso, os conflitos passaram a tomar formas não convencionais. A depender da escola militar, essa nova modalidade de conflito pode se chamar guerra assimétrica, guerra irregular, guerra irrestrita, guerra além dos limites ou guerra de quarta geração (SIMIONI, 2011). A despeito do nome que se dê, cada vez mais as guerras vêm usando expedientes não militares para conquistar seus objetivos (KORYBKO, 2018b; SIMIONI, 2011).

Andrew Korybko (2018b) afirma que a guerra híbrida é a materialização dessa nova forma de conflito. Ele explica que a guerra híbrida possui dois pilares: a revolução colorida e a guerra não convencional. A revolução colorida é a etapa civil da guerra híbrida, enquanto a guerra não convencional é sua forma militar. A guerra não convencional é travada por forças não oficiais, mercenários e/ou grupos insurretos nacionais do próprio Estado alvo do ataque. Via de regra, ela eclode em um cenário já desestabilizado pela revolução colorida.

A revolução colorida é uma mudança de regime ou golpe brando e consiste em uma operação que solapa a liderança do governo alvo. Sua principal característica são manifestações multitudinárias que aparentam ser espontâneas (KORYBKO, 2018b; MONIZ BANDEIRA, 2016a; VISENTINI, 2014). Sinteticamente, seu *modus operandi* pode ser descrito da seguinte

forma: grupos preparam militantes que ficam a postos esperando um evento que sirva de estopim para a revolução colorida. Os militantes profissionais recebem formação ideológica neoliberal e técnicas de comunicação e organização. A partir de um evento que possa ser anabolizado, começa uma intensa campanha midiática. Sobretudo, uma revolução colorida precisa parecer espontânea (KORYBKO, 2018b).

As revoluções coloridas paradigmáticas ocorreram em Estados que durante a Guerra Fria eram socialistas: Geórgia (Rosas, 2004), Ucrânia (2004/2005) e Quirquístão (2005). Atualmente, diversos autores têm apontado manifestações de guerra híbrida na América Latina. Entre os casos mais referenciados, podemos citar a Bolívia (PENIDO; STÉDILE, 2021; RODRIGUES, 2020), a Nicarágua (FUSER, 2018; PENIDO; STÉDILE, 2021) e a Venezuela (PENIDO; STÉDILE, 2021; RODRIGUES, 2020; VISENTINI, 2014). Finalmente, para Ana Penido e Miguel Enrique Stédile (2021, no prelo), Andrew Korybko (2018a), Bernardo Salgado Rodrigues (2020), Ilton Freitas (2019), Jessé Souza (2020), José Luiz Fiori (2020), Katia Gerab Baggio (2016) e Mateus Mendes (2018), a crise brasileira pode ser considerada uma guerra híbrida.

1.6. Conclusões preliminares

A crise orgânica pela qual passa o Brasil faz parte de um quadro de acirramento da disputa de poder em escala global. A hegemonia dos Estados Unidos vem sendo ameaçada pela China e pela Rússia. Por um lado, a China vem consolidando sua posição como potência econômica, seja do ponto de vista quantitativo, qualitativo ou relacional. O país já possui o segundo maior PIB do mundo, destaca-se em tecnologias decisivas para a geração de valor na quadra histórica que principia e apresenta-se como importante parceiro comercial para muitas das maiores economias do mundo, acumulando vultoso superávit no comércio internacional. Por outro lado, a Rússia retoma sua posição de potência militar, o que vem se traduzindo em obstáculos aos movimentos geopolíticos e geoestratégicos dos Estados Unidos mormente na Eurásia, mas também no Hemisfério Ocidental, sendo hoje um importante aliado da Venezuela. Esse desafio à hegemonia estadunidense se amplifica com o BRICS, concertação da qual o Brasil faz parte.

Adicionalmente, durante os governos Lula e Dilma, o Brasil era um dos pilares e símbolos da ascensão de governos de esquerda na América Latina e que primavam por maior independência não só nacional, mas também regional, *vis-à-vis* os Estados Unidos. A criação da

Unasul e da CELAC ilustram bem esse movimento, afinal, trata-se de concertações políticas no continente americano e que não incluem os Estados Unidos.

Essas duas frentes de contestação da ordem internacional liderada por Washington convergiram a partir do momento em que o BRICS passou a se reunir com a Unasul e com a CELAC. Dessa forma, as dinâmicas de disputa de poder em nível regional e global se encontraram. O Estado que vinculava o BRICS aos foros regionais era o Brasil. Essa é uma das razões que confere à crise orgânica brasileira magnitude internacional.

Outro aspecto da política internacional concernente à presente análise diz respeito ao imperialismo estadunidense. Através de práticas imperialistas, os Estados Unidos buscam conseguir pela força o que lhe estava sendo negado pelo convencimento. No caso em lousa, em um primeiro momento, o imperialismo viabilizou a substituição de um governo que buscava orientar a política brasileira de forma soberana e independente por um governo alinhado aos Estados Unidos. Já no segundo momento, auxiliou a eleição de um governo de perfil ainda mais subalterno.

Conectando as dimensões internacional e doméstica, o neoliberalismo funciona como aríete do imperialismo, atendendo, a um só fôlego, aos interesses das burguesias internacional e doméstica. Destaque-se que o ciclo progressista pelo qual passava a América Latina, e do qual o Brasil era uma peça importante, tinha como marca a interrupção das políticas neoliberais. Não à toa, a derrubada de Dilma redundou na adoção de uma agenda neoliberal.

Pelo exposto até aqui, percebe-se que há uma estreita ligação entre as dinâmicas doméstica e internacional da crise orgânica ora analisada. A implementação de uma agenda neoliberal e de um alinhamento aos interesses estadunidenses possuíam o mesmo obstáculo. Inviabilizar o governo do PT, interromper sua continuidade e impedir seu retorno eram objetivos que relacionavam as duas dimensões analíticas.

Finalmente, a crise analisada possui duas variáveis que se articulam dialeticamente. Concorreram para a abreviação do governo Dilma e para a eleição de Bolsonaro iniciativas de agentes que operavam nas instituições e de outros que operavam desde as ruas. Essa relação será pormenorizada nos capítulos seguintes. Aqui cabe, no entanto, frisar que compreender a crise brasileira demanda entender a interação tanto entre as duas dimensões (doméstica e internacional) quanto as duas variáveis analíticas (instituições e ruas), o que explicita a utilidade aos conceitos neogolpismo e guerra híbrida.

Procurou-se até aqui apresentar o contexto que, ao mesmo tempo em que é o cenário no qual se descortina a crise orgânica brasileira, é também o quadro que condiciona e possibilita a ação dos agentes políticos. Porém, a proposta em tela não se resume à análise do processo. Ela

consiste em estudá-lo, à luz de dois conceitos. Feita a contextualização, já é possível passar para o primeiro deles: o neogolpismo.

2. NEOGOLPISMO

[Diante do Senado da República Galáctica, o Supremo Chanceler Palpatine faz um pronunciamento]

Palpatine: Para garantir a segurança e a continuidade da estabilidade, esta República será reorganizada como o primeiro Império Galáctico.

[Aplausos]

Palpatine: Isso em nome da segurança da sociedade.

[Mais aplausos]

Padmé Amidala: Então é assim que a liberdade morre? Com um estrondoso aplauso.

(Star Wars: Episódio III – A vingança dos Sith)

A partir de 2009, com a derrubada do presidente Manuel Zelaya em Honduras, o mundo viu-se diante de algo que fugia aos modelos de golpes de Estado tradicionalmente usados pelos analistas políticos. Em 2012, com a queda de Fernando Lugo no Paraguai em um processo igualmente controverso, alguns autores atentaram para o fato de que na América Latina desenvolvia-se um novo tipo de golpe, um “neogolpe”, fenômeno e conceito analisado no presente capítulo.

Nesse sentido, o capítulo cumpre três tarefas: caracterizar o fenômeno golpe de Estado; distinguir neogolpismo, descrevendo o contexto no qual ele surge e apresentando os casos hondurenho e paraguaio; e, por fim, analisar a crise orgânica brasileira tendo o neogolpismo como prisma.

2.1. Golpe de Estado

André Luiz Coelho e Mateus Mendes (2020) fizeram um retrospecto sobre as transformações pelas quais o fenômeno golpe de Estado passou desde sua definição moderna, no século XVII. Ao longo do tempo, o golpe ajustou-se à realidade política e institucional de cada época. No Estado absolutista, era uma conspiração a envolver poucos indivíduos ligados ao monarca com o intento de obter mais poder. Já no Estado burguês, aumentou o número de conspiradores e surgiram os golpes promovidos contra o mandatário, ou seja, não mais como meio para manter ou aumentar o poder e sim para tomar o poder. Em todos os casos citados, o golpe é uma ação perpetrada por agentes do Estado, entre os quais se destacam os militares.

Ao longo do século XX, os golpes militares se tornaram a forma predominante do fenômeno (BARBÉ, 2010; BIANCHI, 2019), a ponto de se estabelecer uma metonímia. Apesar do

protagonismo explícito dos militares nos golpes que marcaram o século XX, ressalte-se que em qualquer golpe de Estado as Forças Armadas desempenham papel importante. Sua atuação pode ser aberta e direta, com a mobilização ostensiva de tropas e com os tanques nas ruas. Mas também pode ser discreta ou indireta, bastando que parte decisiva da cúpula militar se omita e nada faça para impedir o golpe (BARBÉ, 2010; COELHO; MENDES, 2020; PERISSINOTO, 2016).

Ainda que a superfície tenha passado por mudanças, o núcleo do fenômeno preservouse: golpes de Estado são ações contrárias à lei comum (COELHO; MENDES, 2020), são “basicamente o rompimento das regras do jogo sucessório” (PERISSINOTO, 2016, p. 2). Porém, os golpes não se restringem a ações criminosas, “não é a ilegalidade, a força ou a mudança do regime político que caracteriza o golpe, e sim o uso de recursos excepcionais por parte de uma fração do aparelho de Estado” (BIANCHI, 2019, p. 59).

Álvaro Bianchi (2019, p.58) explica que golpe de Estado “é uma mudança institucional com vistas à redistribuição do poder político promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que, para tal, utiliza medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”. Podemos complementar essa definição com duas considerações feitas por Carlos Barbé (2010): um golpe pode ou não ser precedido, acompanhado ou seguido de mobilizações populares; e, na esteira do golpe, só o reforço do aparato repressivo e a perseguição e, no limite, a eliminação dos grupos contrários ao projeto golpista ou aos golpistas.

Com vistas a contribuir para uma metodologia aplicada ao estudo do fenômeno, Renato Perissinoto (2016) explica que sua caracterização exige identificar os personagens e os meios. Golpes de Estado são operações realizadas desde o próprio Estado e, portanto, executados por agentes que estão na máquina estatal, podendo ser operados por parlamentares, juízes, promotores ou uma coalizão deles, com a participação ativa ou o silêncio cúmplice dos militares. Os meios para o desfecho de um golpe são: a força, o cerceamento institucional, o uso de coalizões políticas, a aplicação oportunista da lei ou uma combinação desses meios.

Percebe-se que inexistente novidade no fato de que os que executam um golpe buscam atualizar seus métodos e sua aparência. Como observa Fabrício Pereira da Silva (2019, p. 134), “se o golpe se metamorfoseou ao longo do tempo e foi nomeando fenômenos distintos, nada impede que essa transformação continue ocorrendo”.

A busca pela essência do fenômeno nos remete à análise feita por Karl Marx sobre o golpe de Napoleão III (França, 1851). Esse golpe evidenciou que a “república burguesa representava o despotismo irrestrito de uma classe sobre outras classes”, e que, sobretudo, ela “só pode representar a forma de revolução política da sociedade burguesa e não sua forma de vida

conservadora” (MARX, 2011, p. 36), uma vez que os valores mobilizados pela burguesia durante o estabelecimento do governo constitucional tornam-se ameaças à nova ordem.

Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo” (MARX, 2011, p. 37).

Instala-se assim uma contradição. A burguesia sabe que “a república de fato consumou o seu domínio político, mas ao mesmo tempo, também minou a sua base social, porque passou a ter de confrontar-se e lutar diretamente com as classes subjugadas” (MARX, 2011, p. 62). Essa contradição encontra no controle democrático um dos principais pontos de tensão, uma vez que o sufrágio universal exige que o projeto burguês seja referendado pela maioria de tempos em tempos. Ou seja, os exploradores precisam persuadir os explorados para que esses deem a anuência para sua condição de subjugados, o que nem sempre ocorre.

Há também que se considerar que uma das funções do Estado no capitalismo é a “administração dos conflitos interelites” (HALLIDAY, 2007, p. 93). Assim, podemos dizer que, no capitalismo, o golpe de Estado tem a função de reorganização política, social e econômica motivada por disputas entre as elites.

Para manter seu poder, a burguesia restringe as liberdades e os direitos civis e políticos, elimina – ainda que temporariamente – o sufrágio universal, revoga o desejo da maioria, fecha o Parlamento e intervém na Justiça. Porém, como o capitalismo explora a diferença entre os espaços, ele também apresenta soluções distintas para cada território. Nesse sentido, a resolução desse conflito na América Latina assumiu e assume feições específicas.

Como mostramos no capítulo anterior, há uma relação entre imperialismo, capitalismo dependente e estabilidade política. Através de práticas imperialistas que transferem riqueza da periferia do sistema, onde vigora o capitalismo dependente, os Estados centrais custeiam parte do bem-estar social dentro de seus territórios, o que favorece a estabilidade política em suas fronteiras. Assim, parte da instabilidade política da periferia deve-se ao fato de que o centro do sistema transfere parte do custo social da sua estabilidade para os Estados periféricos.

2.2. Neogolpismo: contexto, definição e casos

Nessa seção, buscamos apresentar o contexto no qual emerge o neogolpismo e definir o fenômeno. Com relação à definição, optamos por fazê-lo inicialmente do ponto de vista geral

para subsequentemente tratar de analisar as principais variáveis que interagem para a consecução de um neogolpe, a saber: parlamento, sistema de justiça, mídia e ruas. Após essas tarefas, apresentamos os casos de Honduras e Paraguai, buscando mostrar como se articularam as variáveis.

2.2.1. Contexto e definição

A redemocratização da América Latina foi concomitante ao ascenso da hegemonia neoliberal. Do ponto de vista geopolítico, ela se deu nos anos finais da Guerra Fria. Naquele período, “democracia” constituía um elemento discursivo na luta ideológica que os Estados Unidos e seus aliados travavam contra o bloco socialista, em especial contra a União Soviética.

Como dissemos no capítulo anterior, há uma disjuntiva entre os aspectos materiais e formais da democracia. Agora, é interessante complementar tal observação com considerações de Teotônio dos Santos (2020) e José Luís Fiori (2012a). Segundo T. Santos (2020), a ênfase dada pelo presidente estadunidense Jimmy Carter (1977-1981) à defesa dos direitos humanos camuflava os interesses político-econômicos dos EUA: eliminar do hemisfério o nacional-desenvolvimentismo, tido como obstáculo à globalização neoliberal que começava a ganhar força. Além disso, essa pauta funcionava “como um fator mobilizador, como um fator de justificativa ideológica, para a confrontação com os países socialistas e com os regimes do Terceiro Mundo que, em geral, não apresentavam formas organizativas do tipo liberal democrática” (SANTOS, T., 2020, p. 1317). Esse processo foi importante para que se criasse a sinonímia entre neoliberalismo e democracia.

Porém, como observa Fiori (2012a), o neoliberalismo, especialmente na periferia do sistema capitalista, é incompatível com a democracia. Por razões estruturais, do capitalismo e da economia dos países periféricos, esses Estados dependem da exportação de primários e da importação de industrializados. Nessas condições e com governos despreocupados com agendas sociais, costumeiramente recorre-se a políticas recessivas para equilibrar as contas. Ou seja, comprimem o mercado interno para garantir a entrada de investimentos externos. A consecução desse plano exige reduzir a “vida democrática ao mínimo indispensável” (FIORI, 2012a, p. 81).

Outro aspecto marcante dos governos do primeiro ciclo neoliberal na região é que, *grosso modo*, eles foram alinhados à política externa dos EUA, apesar de alguns pontos de atrito – como a denúncia unânime do golpe na Venezuela (2002), apoiado abertamente por Washington – e de busca por uma agenda com alguns matizes de autonomia – como a criação do Mercosul. Um fato que marcava esse alinhamento era a omissão diante da suspensão de Cuba da

OEA. Houve também a autorização para abertura de bases militares dos EUA na Colômbia, no Equador, no Peru e na Venezuela. Em 2000, o Brasil chegou a fechar um acordo de arrendamento da base aérea de Alcântara (MA). Em 2003, no governo Lula, a iniciativa foi abortada.

O ciclo progressista emerge, em parte, da repulsa que a população teve diante desse quadro de crise socioeconômica no plano interno e de pouca assertividade na arena internacional. Já os neogolpes surgem devido a duas necessidades por parte das elites latino-americanas: restabelecer os padrões de acumulação dos anos 1980 e 1990, que, como já exposto, são pouco palatáveis ao eleitorado; e ajustar o golpe de Estado às limitações e aos constrangimentos não só da opinião pública doméstica e internacional, mas também dos regimes internacionais.

A primeira menção ao termo “neogolpismo” foi em um artigo de opinião assinado por Juan Gabriel Toklatian no jornal argentino *Página 12*, (12.jul.2009), logo após a derrubada de Manuel Zelaya, em Honduras (28.jun.2009). A deposição de Fernando Lugo (Paraguai, 2012) fortaleceu a percepção de que estávamos diante de um fenômeno novo. E, com a abreviação do mandato de Dilma Rousseff (Brasil, 2016), restou evidente que se tratava de algo sistêmico.

Apesar das especificidades locais, esses processos possuem aspectos que os assemelham entre si e que os diferem de outros casos de instabilidade política na região. Historicamente, quando insatisfeitas com a condução do governo, as classes dominantes regionais patrocinavam golpes de Estado, notadamente sua variante militar. Como dito acima, o fato de não ter havido movimentação de tropas nos neogolpes em tela levou muitos analistas, com uma visão (neo)institucionalista, a considerarem que se tratou de processos normais (COELHO; MENDES, 2020).

Para além da aparência, em essência, nos três casos houve quebra do pacto democrático, pois não se esperou terminar o mandato obtido democraticamente para inflectir radicalmente a condução política. Não houve, porém, protagonismo das Forças Armadas, e sim de agentes no Judiciário e no Parlamento, com apoio da mídia oligopolista. Além disso, no caso brasileiro, o golpe de 2016 contou com o suporte de manifestações populares multitudinárias. Portanto, trata-se de um golpe, porém com novas feições, ou seja, um neogolpe (COELHO; MENDES, 2020).

Nos três casos, os ritos foram respeitados, porém, houve interpretações casuísticas das leis e a concorrência omissiva e/ou comissiva por parte de alguns agentes e instituições. O respeito ao formalismo que marca o neogolpismo se deve à pouca tolerância que a opinião pública doméstica e internacional atualmente tem quanto a regimes autoritários (COELHO, 2016) e à existência de tratados internacionais que exigem o respeito à ordem democrática (SERRANO, 2016), como as cláusulas democráticas do Mercosul e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Retomando Perissinoto (2016), para caracterizar um (neo)golpe é mister identificar seus agentes. Nesse sentido, Pereira da Silva (2019, p. 96) elenca como principais atores:

os setores conservadores na política e no Judiciário (aparato de segurança incluído), sustentado pelos poderes fácticos da burguesia local [...], os setores religiosos conservadores e os grandes oligopólios de comunicação – com o (por enquanto) ainda difícil de comprovar, mas muito provável apoio de *think tanks* de direita internacionais e do governo dos Estados Unidos.

Ademais, esse tipo de golpe costuma ser descrito como “parlamentar”, “jurídico”, “midiático”, entre outros, ou ainda por combinações desses adjetivos. Destacamos que essas nomenclaturas falam mais da ênfase dada por quem analisa do que do objeto em si (CHALOUB; LIMA, 2018), uma vez que essas dimensões podem ser calibradas, mas não dissociadas. Assim, usar o termo “neogolpe” apresenta três vantagens: i) deixa claro que é um golpe de Estado; ii) frisa que é um golpe com novas feições; e iii) aponta que se trata de uma operação articulada de várias instituições e sem o protagonismo dos militares (COELHO; MENDES, 2020).

Finalmente, a partir da redemocratização, as quedas dos presidentes latino-americanos ocorreram mediante a “interação dialética” entre as instituições e as ruas (COELHO, 2013). Desse modo, apresentaremos aspectos dessas quatro variáveis para na próxima seção analisarmos como se deu a interação entre elas nos neogolpes em Honduras e Paraguai.

2.2.1.1. Parlamento e neogolpismo

Wanderley Guilherme dos Santos (2017) afirma que a deposição da presidenta Dilma Rousseff foi mais um dentre os golpes parlamentares que desafiam a democracia contemporânea, mais um dos “filhos bastardos” da democracia no século XXI. A gênese desse tipo de golpe está no descompasso entre o poder *de facto* e os resultados eleitorais. Tendo seus interesses frustrados pelas urnas, as oligarquias e seus representantes no Parlamento promovem o golpe.

À conclusão semelhante chegaram Lorena Soler e Florencia Prego (2019) ao analisarem o que elas chamam de neogolpes hondurenho, paraguaio e brasileiro. Elas afirmam que, nos três casos, os governos enfrentaram dificuldades semelhantes: o apoio entre as classes dominantes e a capacidade de formar coalizões que lhes garantissem governabilidade representavam grandezas inversamente proporcionais. A razão disso é que, como a esquerda vinha ganhando os pleitos para o Executivo, os Legislativos tornaram-se “refúgios institucionais” para a direita se reorganizar e obstaculizar os governos de esquerda por meio da “ideologia parlamentarista”.

Segundo Aníbal Pérez-Liñán (2007), as democracias latino-americanas, apesar de serem presidencialistas, vêm apresentando traços de parlamentarismo. Nesse sistema, quando um ga-

binete não possui maioria no Legislativo, essa casa pode recorrer ao voto de desconfiança, dissolver o gabinete e montar outro. Embora esse recurso inexista no presidencialismo, desde os anos 1990, diversos governos minoritários foram interrompidos. Nesses casos, o mecanismo usado tem sido o *impeachment*. Não obstante, para além do aspecto formal, como destaca o autor, a questão de fundo é que o impedimento presidencial tornou-se o expediente para que as elites regionais promovam a solução de continuidade de governos que lhes desagradam.

Leonardo Valente Monteiro (2018) destaca o papel do Parlamento nesse movimento das elites para submeter o Executivo aos seus interesses. O autor, que também trabalha com o conceito de neogolpismo, elenca a condição minoritária na relação dos “requisitos conjunturais” para a execução e o sucesso do neogolpe. O papel destacado do Legislativo no processo é uma das principais diferenças entre os golpes de hoje e os de outrora, razão pela qual uma das nomenclaturas mais comuns para os neogolpes é “golpe parlamentar”.

Historicamente, em sistemas presidencialistas, do ponto de vista legal, cabe ao Parlamento julgar os atos do presidente da República, sendo o *impeachment* a pena máxima aplicada. Uma vez que o neogolpismo, como estratégia diversionista, zela pela aparência legal e pelo formalismo, não poderia caber a outra instituição, senão ao Parlamento, a condução do golpe.

2.2.1.2. Sistema de justiça e neogolpismo²⁸

Pedro Serrano (2016) explica que o Estado autoritário, que sobreviveu à constituição do Estado de direito e está sempre à espreita, necessita da figura no “inimigo”, alguém a quem se pode negar a humanidade. Dessa forma, o inimigo fica desprotegido política e juridicamente de seus direitos fundamentais. O Estado de exceção opera elementos do Estado autoritário em um Estado de direito e possibilita que direitos e garantias sejam suspensos, sendo que essa suspensão é, por definição, temporária e direcionada.

Porém, “nos países de capitalismo tardio e periférico, como na maior parte da América Latina, há um Estado de exceção permanente (de fato), que convive com um Estado de direito permanente (formal)” (SERRANO, 2016, p. 27). Essas modalidades vigoram em circunscrições e classes distintas. As classes médias e altas e os endereços privilegiados gozam do Estado de direito; enquanto as classes populares estão sujeitas ao Estado de exceção.

O autor ratifica a relação já apresentada aqui entre a qualidade da democracia em um Estado e sua posição na estrutura do capitalismo internacional indicando três razões para tal:

²⁸ O tema *lawfare* é tratado no capítulo 3, por entendermos que se relaciona mais com os temas lá tratados.

a) a presença de um Estado de exceção permanente que convive faticamente com uma democracia formal [...]; b) a necessidade de produção de atos formais advindos de um poder parcialmente dominado pela expressão do conservadorismo, a fim de combater a ascensão ao executivo dos governos de esquerda [...] e c) a forte influência da tradição jusfilosófica [...], cujo paradigma subjetivo-idealista (esquema sujeito-objeto) acabou, em nome da pureza metodológica, alargando os limites da discricionariedade judicial (SERRANO, 2016, p. 106–107).

A jurisdição de exceção foi chancelada pelo Judiciário nos recentes golpes ocorridos em Honduras, Paraguai e Brasil, como forma de interferência no processo político.

Tal fenômeno ocorre quando ascendem na América Latina governantes de esquerda democrática e surge a necessidade de produção de atos formais para combatê-los. Esses atos formais são produzidos pelos poderes onde há espaço, no plano político, para a expressão do conservadorismo, ou seja, o legislativo e, na maior parte das vezes, o próprio judiciário. (SERRANO, 2016, p. 110).

Já Rubens Casara (2018) entende que vivemos uma nova realidade do ponto de vista jurídico-político, à qual ele chama de “Estado pós-democrático”, no qual preservam-se os aspectos formais das instituições democráticas enquanto esvaziam-se os aspectos materiais da democracia, uma vez que esses representam risco à acumulação capitalista. Para tanto, o Estado pós-democrático exerce forte controle social, assumindo feições de Estado penal e neutraliza ou elimina os indesejados, quer por não “servirem” (“inaptos” à produção e hipossuficientes para o consumo), quer por “resistirem à racionalidade neoliberal” (CASARA, 2018, p. 54).

Em harmonia com Serrano (2016), Casara (2018, p. 72 e 73) afirma que “para os ‘oprimidos’ e ‘indesejáveis’, o Estado Democrático de Direito nunca passou de uma aspiração”. Porém, para ele, não há que se falar em Estado de exceção.

É justamente a normalização da violação aos limites democráticos, o fato de ter se tornado regra, que caracteriza o Estado Pós-Democrático. Falar em “normalização” ou “regra” nesse contexto equivale a afirmar o desaparecimento dos limites democráticos. O que era exceção no Estado democrático torna-se a regra da pós-democracia.

Em que pese o profícuo debate jurídico ora apresentado, do ponto de vista político, interessa-nos a convergência entre os dois autores. Seja por atavismo ou reminiscência, como defende Serrano (2016), seja por transformação, como advoga Casara (2018), a essência do fenômeno é a mesma: a burguesia instrumentaliza o Judiciário para conseguir (re)instituir um regime de acumulação que é incompatível com a democracia liberal.

2.2.1.3. Mídia e neogolpismo

A mídia precisa ser analisada a partir de duas óticas: político-institucional e político-econômica. Por um lado, ela tem as funções de informar a população e fiscalizar o Estado,

atuando como uma espécie de “controle social”. Por outro, em sua maioria, os meios de comunicação são empresas privadas e, portanto, visam maximizar o lucro a partir da venda do seu serviço, qual seja, a informação e a sua capacidade de atuação política (FONSECA, 2011).

Mídia e comunicação são indispensáveis para a conquista e o exercício da hegemonia (LIGUORI; VOZA, 2017; MARTINS, H., 2020), especialmente nas sociedades democráticas, uma vez que, nessas, a legitimidade política depende em grande medida da opinião pública (FERES JR.; SASSARA, 2016). Apesar disso, a maioria dos cientistas políticos negligencia a mídia e seus impactos nas relações de poder (MIGUEL, 2019, 2002).

Quer pela ótica da política ou dos negócios, a mídia não está sujeita à fiscalização. Diferente das demais atividades comerciais, na maioria dos Estados e na quase totalidade da América Latina, não há leis que regulamentem a prestação do serviço de informar e noticiar. Do ponto de vista institucional, a mídia, comumente chamada de “quarto poder”, não possui contrapesos, como ocorre com os “outros” três poderes (FONSECA, 2011).

Adicionalmente, uma vez que não há homogeneidade na sociedade, inexistente uma democratização efetiva sem paridade de armas na produção, difusão e acesso à comunicação. A resultante da não pluralidade midiática é a imposição do silêncio aos dominados. Essa seletividade se relaciona com o aspecto empresarial da mídia. Observa-se nos meios de comunicação a mesma tendência monopolística que em outras áreas do capitalismo. A propensão à acumulação caminha paralela à de uniformização da informação (MIGUEL, 2002). “Todos os grandes órgãos de mídia compartilham de uma mesma visão de mundo, que inclui em especial o compromisso com a ordem capitalista”, até porque “as empresas de mídia são em grande parte dependentes de outras grandes firmas capitalistas, suas anunciantes” (MIGUEL, 2002, p. 164).

Na América Latina, a atuação política da mídia é fator importante na estabilidade/instabilidade. Além das observações acima, cumpre destacar dois aspectos da mídia regional. Pérez-Liñán (2007) nota que o fortalecimento da sociedade civil ocorrido no período subsequente à redemocratização foi acompanhado de um jornalismo excessivamente agressivo. Além disso, a mídia regional tem apresentado uma crescente disposição em “mergulhar em políticas desonestas” (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 68).

Não obstante, essas agressividade e desonestidade são direcionadas ideologicamente.

Os veículos de massa se situam no centro das disputas pela hegemonia política e cultural, atuando em estreita associação com elites, corporações e partidos conservadores com o propósito de enfraquecer e desestabilizar governos comprometidos com a soberania nacional, a inclusão social, a proteção dos direitos humanos e a regulação da comunicação audiovisual (MORAES, 2017, p. 16).

A respeito do papel da mídia nas crises políticas na região durante o ciclo progressista, é interessante trazer duas referências. O documentário *A revolução não será televisionada* (Barthley e O’Brian, 2003) expõe o trabalho militante e desonesto da mídia venezuelana no golpe de abril de 2002. A outra referência é uma fala de Maria Judith Brito, em 2010. À época executiva do grupo Folha (dono da *Folha de São Paulo* e do portal *Uol*) e presidenta da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Brito declarou que: “esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”²⁹.

No neogolpismo, a violência explícita é coadjuvante do consenso construído pela mídia em favor do golpe (PEREIRA DA SILVA, 2019). Esse trabalho pode ser constatado nos editoriais dos principais jornais de hondurenhos, paraguaios e brasileiros, nos quais se identificam “regularidades temáticas e enunciativas”, no sentido de legitimar o processo; apontar os presidentes como responsáveis pela crise; e, no pós-golpe, esboçar esperança com o futuro (SILVA, M.M.A.; VIDAL; ALMEIDA JR, 2017).

2.2.1.4. Manifestações populares e neogolpismo

A relação entre as manifestações populares e o neogolpismo possui três aspectos. O primeiro é a negligência da maior parte dos cientistas políticos brasileiros para com o assunto. O segundo é a relevância das ruas nas soluções das crises políticas pelas quais passa a América Latina desde a redemocratização. Finalmente, as manifestações enquanto variável do neogolpismo.

Como bem observa Pereira da Silva (2019), o colonialismo pelo qual passou a América Latina possui uma dimensão intelectual. Essa “colonialidade do saber” gera uma “dependência epistêmica”. O autor defende que a concepção elitista e minimalista de democracia com a qual opera a maioria dos analistas deve ser superada. A produção da Ciência Política latino-americana – incluída aí a brasileira – é “hegemonizada por uma perspectiva analítica institucionalista e de viés liberal, ademais pouco afeita ao reconhecimento de que democracia é um significante em disputa, definido pelos conflitos sociais e simbólicos” (PEREIRA DA SILVA, 2019, p. 10).

²⁹ ARAUJO, W. A imprensa como partido político. *Observatório da Imprensa*, 20.abr.2010. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/a-imprensa-como-partido-politico/>. Acesso: 19.out.2020.

Porém, ainda que em minoria, há quem considera “as ruas” como variável analítica. É o caso de Kathryn Hochstetler (2007). Em estudo sobre as contestações e as quedas de presidentes³⁰ na América do Sul entre os anos 1978 e 2003, a autora elencou as “categorias participantes” desses processos – presidentes, legisladores e povo – e cruzou os dados sobre o desfecho das crises e o comportamento das ruas. Os dados estão compilados na Tabela 6.

Tabela 6 – Permanência ou queda de presidentes segundo as variáveis “manifestações populares” e “ação do Legislativo”.

Desfecho	Manifestações populares (A)		Ação do Legislativo (B)		A e B juntas		
	Total	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Queda do presidente	12	5	41,7	0	0,0	7	58,3
Permanência do presidente	9	1	11,1	7	77,8	1	11,1

Fonte: adaptação a partir de Hochstetler (2007, p. 15).

Percebe-se assim que a existência ou não de manifestações populares desempenhou “um papel central no sentido de determinar que presidentes realmente cairiam” (HOCHSTETLER, 2007, p. 10). Por um lado, a ação parlamentar isolada mostrou-se uma operação completamente inócua. Por outro lado, não só toda vez em que houve solução de continuidade do mandato ela se deu com apoio popular como houve casos em que essa se deu a despeito dos Parlamento.

Não obstante, não houve manifestações nem a favor nem contra as deposições de Zelaya, em Honduras, e de Lugo, no Paraguai. Por outro lado, a deposição de Dilma Rousseff, no Brasil, teve nas manifestações populares um importante capítulo, uma vez que ambos os lados promoveram uma série de manifestações multitudinárias. Ademais, como se verá na próxima seção, o movimento golpista mostrou contar com amplo apoio popular.

2.2.2. Casos de neogolpes

É oportuno começar essa seção falando sobre a Bolívia, ou dito de outra forma, sobre a ausência da Bolívia. O trabalho a que nos propomos possui alguns desafios inerentes à própria natureza de um estudo sobre um fenômeno ainda em curso, ou nas palavras do professor Igor Fuser na banca de qualificação desse trabalho, uma “pesquisa a quente, sobre eventos que ainda estão se desdobrando diante de nossos olhos”³¹.

³⁰ “A palavra ‘contestação’ envolve uma ação concreta no sentido de convencer o presidente a renunciar ou a deixar o cargo antes do fim do mandato” (HOCHSTETLER, 2007, p. 11)

³¹ A qualificação ocorreu de forma virtual entre 10h e 12h30 do dia 30 de julho de 2020.

A necessidade de estabelecer alguma distância temporal impediu que abordássemos o golpe ocorrido na Bolívia em novembro de 2019. Fato é que, enquanto nossa pesquisa era conduzida, houve (mais) um golpe em um país vizinho. Também é um fato que essa pesquisa não poderia deixar de dedicar ao caso algumas linhas, sob pena de incorrer em negligência.

Em que pese a controvérsia em torno da possibilidade de Evo Morales disputar um quarto mandato, em 2019, Morales foi reeleito. Porém, a partir da alegação de fraude – apurações depois comprovaram a lisura do escrutínio³² –, grupos de extrema-direita, com matizes de fundamentalismo religioso, promoveram um golpe de Estado (FUSER; CASTRO, 2020).

Após um ano sob regime golpista e com eleições adiadas por duas vezes, o povo foi às urnas em 18 de outubro de 2020. Ex-ministro da economia de Morales e candidato do Movimento ao Socialismo (MAS), Luís Arce saiu vitorioso. Arce recebeu 55,1% dos votos, contra 28,8% do ex-presidente Carlos Mesa, candidato neoliberal, e 14% de Luiz Fernando Camacho, também neoliberal, porém de extrema-direita e fundamentalista cristão.

Finalmente, conforme denunciou Morales, o golpe contou com a participação da diplomacia brasileira³³. Posteriormente, Juan Carlos Núñez, presidente da Fundação Jubileo, ligada à direita católica, assumiu que participara de reuniões na embaixada brasileira em La Paz com Octavio Córtes (embaixador brasileiro) e lideranças que promoveram o golpe³⁴. Frise-se que o envolvimento da diplomacia brasileira na conspiração só foi possível por conta de haver no Planalto um presidente de extrema-direita, cuja ascensão é tributária do neogolpe ocorrido no Brasil em 2016.

Feita essa observação, podemos analisar os casos de Honduras e Paraguai.

2.2.2.1. Honduras

A primeira consideração sobre o caso hondurenho é que o presidente Zelaya é um caso excepcional (COELHO, 2013, 2016) de estelionato eleitoral³⁵: eleito em 2005 numa coalizão

³² KURMANAEV, A.; TRIGO, MS. A Bitter Election. Accusations of Fraud. And Now Second Thoughts. *New York Times*, 7.jun.2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/07/world/americas/bolivia-election-evo-morales.html>. Acesso: 10.set.2020.

³³ YAPUR, F. Evo Morales: "El embajador de Brasil participó del golpe contra mi gobierno". Página/12, 09.jun.2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/271079-evo-morales-el-embajador-de-brasil-participo-del-golpe-contr>. Acesso: 21.out.2020.

³⁴ MORALES, F., via Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/FreddyteleSUR/status/1311724543258624006>. Acesso: 21.out.2020.

³⁵ Quando um presidente implementa uma política econômica que é o contrário da orientação apresentada durante a campanha. Há diversos relatos desses casos na América Latina a partir dos anos 1980. Com exceção do cometido por Zelaya, todos seguiram o mesmo caminho: durante a campanha, promessas de políticas econômicas e sociais expansivas e inclusivas; no governo, ajustes neoliberais.

de centro-direita, seu governo foi aos poucos se afastando das políticas neoliberais e se aproximando do presidente venezuelano Hugo Chávez. Essa inflexão gerou tensões com os segmentos mais conservadores do país (COELHO, 2013; SOLER; PREGO, 2019).

Os ânimos se acirraram quando, em março de 2009, o presidente anunciou a intenção de reformar a Constituição. Para tanto, convocou uma consulta popular a se realizar em 28 de junho, quando os hondurenhos deveriam dizer se concordavam ou não que na eleição próxima (nov.2009) pudesse haver também um plebiscito acerca da convocação de uma Assembleia Constituinte. A quatro dias da enquete, o Parlamento proibiu a convocação de plebiscitos por 180 dias, decisão ratificada pela Suprema Corte. Porém, Zelaya manteve sua posição e tomou as medidas necessárias para a realização da consulta. Na manhã em que o plebiscito deveria ser realizado, militares retiraram o presidente da residência oficial e o desterraram para a Costa Rica.

O Parlamento depôs o mandatário nacional e empossou em seu lugar o presidente da Casa, Roberto Micheletti. *Pari passu*, a Suprema Corte deferia um pedido do MP pela prisão de Zelaya. Nas duas casas, os ritos foram sumários e à revelia. Zelaya fora acusado pelo Legislativo e pelo MP de traição. Os pretextos da acusação eram sua insistência na consulta popular e a designação para sua realização do Instituto Nacional de Estatística, ao invés do Tribunal Superior Eleitoral (MONTEIRO, L. V., 2018; SERRANO, 2016; SOLER; PREGO, 2019).

Note-se que não há qualquer dosimetria entre os crimes atribuídos a Zelaya e as penas aplicadas, mesmo assumindo hipoteticamente que ele os cometera. Qual órgão realizaria o plebiscito é filigrana perto do desterro sumário de um presidente. Ressalte-se que o banimento não encontra acolhida constitucional em nenhum país onde vigore o Estado de direito.

Rapidamente, o caso ganhou dimensões internacionais. A OEA e a ONU, diversos Estados da América Latina e de outras regiões denunciaram se tratar de um golpe. Em princípio, os EUA condenaram o golpe. No entanto, depois que Zelaya retornou clandestinamente a Tegucigalpa, se instalando na embaixada brasileira, Washington passou a defender o *status quo* pós-golpe e o término do mandato do presidente *de facto* Micheletti (MONTEIRO, L. V., 2018).

Com relação à mídia, os principais veículos de comunicação se colocaram favoráveis ao golpe. Durante todo o governo Zelaya, eles fizeram uma campanha para desprestigiá-lo, inclusive espalhando mentiras (ALMENDARES, 2009). Afirmaram que os Poderes Judiciário e Legislativo haviam defendido a Constituição. Além disso, atribuíram a Zelaya a criação da crise sob argumento de que ele fora eleito por um partido de direita e governava como esquerdista; e negligenciava a ordem estabelecida no país (SILVA, M.M.A.; VIDAL; ALMEIDA JR, 2017).

O calendário eleitoral seguiu como se não houvesse acontecido um golpe. Micheletti, o presidente *de facto*, apoiou o candidato Porfirio Lobo, que venceu o escrutínio e assumiu em 2010. Internamente, o governo Lobo foi marcado pela implementação de uma agenda neoliberal. Por um lado, suas propostas tiveram amplo respaldo pelo Parlamento e pela elite econômica. Por outro, encontraram enorme resistência dos movimentos sociais, que foram duramente reprimidos, sem que houvesse qualquer ponderação por parte do Judiciário (CARDOSO, 2016).

Finalmente, a questão internacional. Em junho de 2009, portanto, poucos dias antes do golpe, desembarcou em Honduras John Dimitri Negroponte (ALMENDARES, 2009), ex-assessor de inteligência na Guerra do Vietnã, ex-embaixador dos EUA e um dos coordenadores dos movimentos contrarrevolucionários da Nicarágua e de El Salvador³⁶. No que toca à política externa, desde o neogolpe, Honduras passou a ter uma agenda alinhada aos interesses dos EUA, como demonstram as iniciativas de Tegucigalpa em sair da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), em 2010, e de participar da fundação do Grupo de Lima, em 2017.

2.2.2.2. Paraguai

A principal característica do neogolpe no Paraguai foi sua extrema rapidez. O estopim do golpe foi o evento que ficou conhecido como “massacre de Curuguaty”, ocorrido em 15 de junho de 2012. A abertura do processo de impedimento foi em 20 de junho. Na tarde do dia 22 de junho, o Congresso derrubou da presidência Fernando Lugo.

Por mais de 60 anos, o Palacio de los Lopes havia sido ocupado pelo Partido Colorado. Esse período engloba a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e o democrático, tendo o partido ficado no poder entre 1989 e 2008. Nesse ínterim, a disputa política foi, na prática, transferida para o interior do partido. O controle colorado da presidência só foi interrompido na eleição de 2008, na qual Lugo saiu vitorioso (COELHO, 2013).

Durante todo o governo, Lugo esteve em posição minoritária no Congresso, o que o levou a promover constantes mudanças no quadro de ministros. Tal comportamento não construía pontes com seus opositores e ainda desagradava parte de seus aliados. A crise política foi se avolumando até que, no dia 20 de junho de 2012, o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), principal apoio do governo no Congresso, anunciou que estava abandonando o presidente. Ato contínuo, abriu-se o processo de *impeachment*. Menos de 48 horas depois, a votação expôs a fragilidade de Lugo no Parlamento: 76 votos a favor e apenas um contra (COELHO, 2013).

³⁶ Negroponte’s crimes. Jacobin. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2016/08/negroponte-honduras-nicaragua-contras-reagan-clinton> Acesso: 21.nov.2020.

Apesar de todas as dificuldades, o governo Lugo conseguiu significativas realizações que beneficiaram milhões de paraguaios. Foi sob seu governo que o país passou a ter um sistema de saúde público, gratuito e universal. Na área de educação, forneceu *laptops* para docentes e discentes do ensino médio. Conseguiu que o Brasil triplicasse o valor da energia comprada da parcela paraguaia da hidrelétrica de Itaipu (MONTEIRO, L. V., 2018).

Voltando à crise política, como dito, o início do fim do governo Lugo foi o massacre de Curuguaty. Em junho de 2012, trabalhadores sem-terra ocuparam uma fazenda do ex-senador colorado Blas Riquelme. Alegavam que o título de posse da propriedade era falso – denúncia que se comprovou dias depois. Os conservadores passaram a atacar Lugo, alegando que ele incentivava iniciativas do gênero por parte dos movimentos sociais. A operação das forças policiais que foram cumprir o mandado de reintegração de posse resultou na morte de 11 sem-terra e cinco policiais (MONTEIRO, L. V., 2018). Esse foi o pretexto para que os conservadores aumentassem sua pressão para interromper o governo Lugo, uma vez que as razões de fundo da crise envolveram o confronto com interesses oligárquicos (SOLER; PREGO, 2019).

Com isso iniciou-se o juízo político do presidente. Por um lado, as acusações eram extremamente vagas. No libelo, lê-se que o presidente fora inoperante, inábil e negligente em relação à crise de Curuguaty, e que tais práticas, por serem de conhecimento público, prescindiam de comprovação (SOLER; PREGO, 2019). Por outro lado, quando instada a pronunciar-se sobre a matéria e assegurar o amplo direito de defesa do presidente da República, a Suprema Corte validou todo o rito e afirmou que as garantias constitucionais do presidente estavam sendo respeitadas, a despeito da exiguidade para a confrontação probatória (SERRANO, 2016).

Novamente, a mídia oligopolista esteve a favor do golpe. Para o jornal *ABC Color*, o processo respeitara a legalidade e a institucionalidade e chegara a um “bom término”. Para o futuro, o jornal nutria “otimismo” e “esperança” em relação ao governo de Federico Franco, que assumiu no lugar de Lugo (SILVA, M.M.A.; VIDAL; ALMEIDA JR, 2017).

Na dimensão internacional, o neogolpe opôs os Estados sul-americanos e os Estados Unidos. Enquanto Washington reconheceu prontamente o novo governo, nenhum país na região reconheceu o governo de Franco. A Unasul, com base na sua cláusula democrática, suspendeu o Paraguai de seus fóruns deliberativos. Processo semelhante ocorreu no Mercosul, o que abriu caminho para que a Venezuela se tornasse membro pleno, uma vez que o que vinha postergando tal decisão era a protelação do Congresso paraguaio em ratificar o pleito de Caracas.

A normalização das relações com Assunção só foi restabelecida após a sucessão de Franco pelo também neoliberal Horacio Cartes, em 2013. Porém, a correlação de forças na região já havia sido alterada, uma vez que tanto Cartes (2013-2018) quanto Mario Benítez (2018

até o presente) vem implementando uma política externa alinhada aos Estados Unidos, como bem demonstra a participação do Paraguai na fundação do Grupo de Lima.

2.3. Precedentes da crise orgânica brasileira: da redemocratização às manifestações de junho de 2013

Recuperando uma citação feita anteriormente, o que o materialismo histórico nos ensina é que os seres humanos “fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). Dessa forma, julgamos necessário trazer aspectos da conjuntura pré-2013.

Com a Constituição de 1988, teve início o período conhecido como Nova República, fundada sobre “um regime formalmente muito inclusivo, mas que convive com padrões de exclusão social que estão entre os mais aberrantes do mundo” (MIGUEL, 2019, p. 39), porquanto o “texto constitucional abrigou um bom número de ambiguidades e de medidas cuja efetiva implantação foi postergada” (MIGUEL, 2019, p. 53). Adicionalmente, os primeiros presidentes eleitos, Fernando Collor de Mello (1989) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994 e 1998), tinham plataformas eleitorais neoliberais.

O auge do neoliberalismo no Brasil corresponde aos governos FHC (1995-2002). Tal qual ocorreu na vizinhança, as políticas neoclássicas tiveram consequências negativas, como depreciação dos serviços públicos e piora na qualidade de vida da maioria da população. Nesse contexto de crise social e econômica, o eleitorado brasileiro elegeu Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Lula foi reeleito em 2006 e, em 2010, conseguiu eleger a sucessora, Dilma Rousseff.

Embora de forma menos incisiva do que alguns dos outros presidentes de esquerda que marcam o ciclo progressista na América Latina, os governos petistas se pautaram por uma agenda socialmente inclusiva e por praticar uma política externa com vistas à autonomia e que priorizava as relações Sul-Sul (PEREIRA DA SILVA, 2019). O programa Bolsa Família, os aumentos reais do salário-mínimo, a participação na criação da Unasul e dos BRICS são alguns dos exemplos de iniciativas que marcaram o período petista. A deposição de Dilma Rousseff representou a solução de continuidade dessas políticas doméstica e externa.

O golpe de 2016 reagrupou as forças políticas no Parlamento em torno de uma agenda político-econômica que conta com o apoio irrestrito do bloco que tomou o poder. A burguesia viu no golpe a oportunidade de conseguir desmontar o Estado de bem-estar social no Brasil.

Não foi a primeira vez que ela lançou essa investida. Pelo contrário, tentou-se na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) (1986-1988), na Revisão Constitucional (1993-1994) e nos governos FHC (QUEIROZ, 2017). Assim, o golpe é tributário de uma disputa política, econômica e ideológica que deita raízes no processo de redemocratização e que ganhou novos contornos a partir de 2013, quando começa a crise orgânica objeto de nosso estudo.

Em nossa opinião, a luta ideológica é um dos aspectos mais decisivos – se não o mais – para a compreensão da crise brasileira. Além disso, e em consequência disso, esse elemento permeia a discussão tanto acerca de neogolpismo quanto de guerra híbrida. Por isso, está no terceiro capítulo a análise da rede de aparelhos privados de hegemonia pela qual as burguesias nativa e imperialista se estruturaram para descontinar a inclusão (política, social e econômica) e a autonomia que representavam os governos petistas.

Nessa disputa ideológica, o neoliberalismo opera duas estratégias discursivas. Uma é converter o trabalhador em empreendedor. O empreendedorismo representa o sucesso da burguesia em transferir para o trabalhador o custo da produção e eliminar os direitos trabalhistas. Ele já estava presente na estrutura político-econômica mesmo nos governos petistas. Porém, após o golpe, houve um empenho em precarizar ainda mais as condições laborais, notadamente com a aprovação da Reforma Trabalhista (2017) (ABÍLIO, 2020).

A outra é a da responsabilidade fiscal, que apresenta a eliminação dos direitos sociais e serviços públicos, materializada nas “reformas estruturantes”, como única solução para a crise econômica e condição para o crescimento econômico. Desde os anos 1990, com algumas variações, esse é o bordão entoado pela direita. (DELGADO; CASTRO, 2004). Esse discurso também foi a tônica da crítica aos governos petistas, agora sob a forma de que os direitos assegurados na Constituição não cabem no PIB. Aqui também cabe observar que os governos do PT, em que pese a ênfase social que os marcaram, não romperam com a lógica neoliberal, como bem ilustra a manutenção do “tripé macroeconômico”.

Por um lado, esses são os elementos positivos, propositivos, mobilizados pela burguesia. Por outro, o elemento negativo, combativo, fica por conta do anticomunismo, presente na retórica da direita há mais de um século e que recentemente foi atualizado para antipetismo.

Motta (2019) afirma que a esquerda sempre menosprezou o anticomunismo, embora esse componente ideológico já estivesse presente na política brasileira desde o fim do século XIX – ainda que com pouca capacidade organizativa –, tenha se tornado um dos principais elementos agregativos da direita a partir dos anos 1930, e tenha sido fundamental para a consecução do golpe de 1964, possibilitando secundar as diferenças entre os segmentos golpistas.

Como observa Chaloub (2018, p. 6–7), uma distinção da extrema-direita que contribuiu para a guinada à direita da política brasileira foi levar o debate para o campo moral. A isso se somou a retomada do anticomunismo. Criou-se um maniqueísmo no qual a esquerda é uma “patologia que não deve ser tolerada, mas extirpada”. Além disso, um efeito colateral da longevidade dos governos petistas foi que a extrema-direita pôde associar o PT ao *status quo*, dessa forma, ela pôde se apresentar como uma força de contestação e de mudança.

Nesse sentido, o combate à corrupção foi o elemento discursivo que arregimentou a maior parte da classe média em torno do antipetismo. A classe média tradicional – anterior aos governos petistas – e a “nova” classe média – formada por aqueles que abandonaram a condição de subempregados na esteira das políticas sociais promovidas pelos governos petistas – repelem o lulismo porque viam a inclusão social a ele associada como uma ameaça à sua condição privilegiada na estrutura político-social brasileira. Como o lulismo vinculava-se à inclusão social, pode-se dizer que ele obstava que o liberalismo ganhasse espaço nas classes populares e se materializasse na política partidária (SINGER, 2012).

Não sendo estratégico atacar os governos petistas pelo que realmente incomodava – as políticas sociais –, a direita mudou o foco da discussão da política para a moral, com destaque para a luta anticorrupção. Esse discurso toca particularmente a classe média, porque a corrupção distorce a meritocracia, valor muito caro aos estratos médios porque servem para legitimar seus privilégios. Em verdade, essa bandeira escamoteava seu incômodo com a “tímida” política social dos governos petistas, e foi colocada em primeiro plano porquanto o motivo real isolaria a classe média (BOITO JR., 2019).

Benoît Bréville e Renaud Lambert (2019) afirmam que corrupção é um termo “nebuloso” e “flutuante”. Céli Regina Jardim Pinto (2019) explica que “corrupção” é um termo de significado flutuante, ou seja, não é um marcador ideológico *a priori*, logo, pode ser mobilizado tanto pela direita como pela esquerda. Pinto (2019) identifica que a estratégia discursiva da direita passou por criar duas falsas cadeias de equivalência: esquerda, Estado forte, corrupção vs. luta contra a corrupção, Estado mínimo, direita.

No Brasil, historicamente, a luta contra a corrupção possui dois eixos. Um é a representação da corrupção como uma degeneração moral de uma determinada elite política. O outro é sua representação como “um mal intrínseco ao Estado, sobretudo quando este se imiscui em terrenos do mercado”, leitura que encontra eco em boa parte dos cientistas políticos, que olvidam o papel dos burgueses e das grandes corporações na formação das leis e no funcionamento do Estado. Ademais, a ideia de que a corrupção é uma prática disseminada torna prescindível a comprovação de culpa, assim, o respeito às formalidades processuais se torna um obstáculo à

purificação da sociedade. Não por acaso, os dois eixos da anticorrupção “coincidem com as duas narrativas centrais do discurso vitorioso de Jair Bolsonaro, representadas pelo ‘Posto Ipiranga’ Paulo Guedes e pelo ‘justiceiro’ Moro” (CHALOUB, 2019, p. 8–9).

A essa abordagem sobre os temas que perpassam a sociedade como um todo devemos acrescentar a análise político-institucional. Como observa Miguel (2018, p. 4–5), durante a transição para a democracia, devido às suspeitas em relação aos militares, setores da esquerda foram entusiastas do fortalecimento do papel da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público (MP). Esse entusiasmo, no entanto, negligenciou que “em seu conjunto, o Poder Judiciário atua como avalista da desigualdade e das relações vigentes de dominação”. A inobservância quanto à importância do Judiciário na luta de classes fez com que os governos petistas escolhessem para o STF juristas conservadores, cujas indicações causariam menos atritos.

Ademais, os governos petistas fortaleceram a PF e o MP, conforme reconhece Carlos Fernando dos Santos Lima, um dos procuradores da Lava Jato³⁷. Uma iniciativa do governo Lula, que teve continuidade no governo Dilma, e que contribuiu para o fortalecimento do MP foi a nomeação do primeiro indicado da lista tríplice da eleição interna do órgão. Tal ação não é uma obrigação, não era praticada antes e nem continuou a ser depois do golpe. Essa autonomia corporativa não se verifica nos EUA ou em qualquer Estado-membro da União Europeia³⁸.

Finalmente, há um componente de classe subjacente à conduta de delegados, promotores e juízes e que, em parte, explica seu comportamento político. Egressos de um segmento privilegiado da sociedade, a maioria desses agentes exercem seus ofícios influenciados por uma visão de classe segundo a qual as políticas sociais que marcaram os governos petistas representavam uma ameaça (SANTOS, I.F., 2015).

Na dimensão midiática, destacam-se dois aspectos: a defesa do neoliberalismo e o antipetismo. Durante a ANC, a mídia oligopolista militou contra a inclusão dos direitos sociais. Desde então, interdita o debate sobre os rumos da política econômica, apresentando exclusivamente as teses neoliberais (FONSECA, 2011). Além disso, eles participaram ativamente do movimento conservador que culminou na presente crise ao fortalecer os valores da meritocracia e do individualismo (FONSECA, 2012).

Já o antipetismo é uma marca da mídia oligopolista desde a eleição presidencial de 1989, quando, a fim de impedir a vitória do PT, associou-se o partido ao sequestro do empresário

³⁷ *Folha de São Paulo*, 31.mar.2016, p. A7.

³⁸ Como procuradores-gerais são escolhidos pelo mundo. DW, 17.set.2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-procuradores-gerais-s%C3%A3o-escolhidos-pelo-mundo/a-50445739>. Acesso: 04.dez.2020.

Abílio Diniz, ocorrido às vésperas do pleito, e fez-se edição tendenciosa do último debate de modo a prejudicar Lula. Nas eleições de 1994 e de 1998, houve um esvaziamento da cobertura política, com o fito de garantir a eleição e reeleição de FHC. Na eleição de 2002, houve um relativo aumento da cobertura política. Porém, o ponto de inflexão foi a eleição de 2006, tendência mantida desde então. O noticiário político passou a focar na corrupção. A instrumentalização do tema para depreciar a imagem do PT fica evidente na proporção entre a atenção dada a casos de corrupção ligados ao PSDB e ligados ao PT no noticiário no período eleitoral de 2010 e 2014: no primeiro, para cada caso vinculado aos tucanos, houve 19,5 casos vinculados aos petistas; no segundo, a relação foi de um para 13 (FERES JR.; SASSARA, 2016).

A despeito desse comportamento, os governos petistas não atuaram no sentido de tornar o ambiente comunicativo brasileiro mais plural. Podemos listar três iniciativas nessa matéria: disponibilizar no *site* do Ministério das Comunicações os nomes dos proprietários das concessões de rádio e televisão; criar a Agência Nacional de Audiovisual (ANCINAV); e criar o Conselho Nacional de Jornalismo (CNJ). Em todas as frentes, o governo recuou diante da reação da mídia e dos parlamentares a ela ligados (MIGUEL, 2019).

Agiu-se assim apesar de intelectuais ligados ao PT indicarem a necessidade de se atentar à temática das comunicações. Venício de Lima (2015), por exemplo, afirmou que os conhecidos viés direitista e métodos espúrios que caracterizam a mídia brasileira não isentam os governos petistas de sua responsabilidade de não ter efetivamente atuado para reverter o quadro.

Helena Martins (2020) pontua que a mídia deve ser entendida para além da função de informar; é necessário considerar sua função na formação da sociedade, em suas dimensões política, econômica e cultural. Para promover mudanças em uma sociedade há que se observar não apenas a política e a economia, mas também a comunicação, de modo a preparar o terreno para disputar ideologicamente a sociedade.

Finalmente, a questão militar, aqui dividida em três aspectos. Um é o papel histórico dos militares na política brasileira em geral, que, para José Genoino³⁹, passa por dois elementos inter-relacionados, a autonomia em relação ao poder civil e a tutela sobre o Estado:

o pensamento das Forças Armadas no Brasil sempre foi por total autonomia. Eles nunca aceitaram a subordinação ao poder civil, ao poder civil que emana do povo, ao comando da soberania popular. Por isso é que, diante de todas as crises institucionais, as Forças Armadas intervieram: Getúlio, Juscelino, renúncia de Jânio, 1964. Em todas as crises institucionais por que as Forças Armadas tiveram o papel protagonista? Exatamente porque elas se consideram uma força tutelar sobre o Estado.

³⁹ As citações de José Genoino se originam de entrevistas concedidas pelo político a este pesquisador.

O segundo aspecto declina desse papel “autoconcedido” das Forças Armadas. Os militares interditam o debate acerca dos crimes cometidos durante a ditadura. Desde a redemocratização até 2014, todos os momentos de tensão entre os militares e o poder civil têm a ver com esse interdito (SILVA, J.T., 2019). Nesse sentido, como observa Genoio, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2011-2014) representou o cruzamento do Rubicão: até então, “a relação com os militares vinha se mantendo equilibrada. Havia da parte deles o respeito por nós. E a gente não tinha mexido com eles. Dali em diante, nossa relação passou a ser mais difícil”.

Finalmente, há que se observar que até recentemente, o papel dos militares no golpe de 2016 vinha recebendo pouca atenção dos analistas, o que era justificável e compreensível, afinal nada indicava um envolvimento efetivo da caserna para a consecução do golpe. O lançamento do livro *A escolha* (2020), porém, deve influenciar estudos futuros. Feito a partir de uma série de entrevistas que Temer concedeu a Denis Rosenfield, o livro traz a informação de que o então vice-presidente teve conversas com os generais Eduardo Villas-Boas e Sérgio Etchegoyen, à época, respectivamente, comandante do Exército e chefe do Estado Maior, sobre os rumos da crise política que redundaria na derrubada de Dilma e na ascensão dele (Temer) à Presidência.

2.4. A sofisticação do neogolpismo⁴⁰ (I): apresentando as variáveis

Há três diferenças fundamentais do neogolpe que derrubou Dilma Rousseff em relação aos que derrubaram Zelaya e Lugo. A primeira refere-se ao tempo da operação. A contar da crise instalada à deposição do mandatário, o golpe hondurenho conta-se em semanas e o paraguaio, em dias. No caso do Brasil, a crise iniciou três anos antes – nas manifestações de junho de 2013. Além disso, nos casos hondurenho e paraguaio, à esquerda e à direita, escolheu-se por travar a batalha tão somente no campo institucional, ao reverso do caso brasileiro, no qual ambos os lados mediram força nas ruas de todas as grandes cidades em sucessivas manifestações multitudinárias. Finalmente, os mecanismos que concorreram para a consecução do golpe continuaram em atividade até pelo menos a eleição de 2018 (COELHO; MENDES, 2020).

L.V. Monteiro (2018) enxerga um paralelismo entre o presente momento, no qual o neogolpismo se apresenta, e o princípio do ciclo autoritário dos anos 1960-1980. Segundo o autor, os golpes no Paraguai (1954), na Guatemala (1954) e na Argentina (1962) podem ser

⁴⁰ Tomamos aqui emprestado o título de um artigo nosso com André Luiz Coelho.

interpretados como experiência para a tendência que seria aberta com o golpe no Brasil (1964). Da mesma forma, os neogolpes hondurenho e paraguaio foram a preparação desse tipo de golpe.

Gabriel Vitullo e Fabrício Pereira da Silva (2020) fizeram uma pesquisa cujos resultados – compilados na tabela abaixo – reforçam a tese de que o neogolpe no Brasil pode ser considerado um aprimoramento em relação aos anteriores. Tendo como recorte temporal 2009 a 2018, eles levantaram a quantidade de estudos sobre o tema em 24 periódicos de Ciência Política e Relações Internacionais – 22 latinos, dentre os quais oito são brasileiros, e dois voltados à política latino-americana mas que são editados fora da região –, quatro congressos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e cinco da Associação Latino-Americana de Ciência Política (Alacip). O resultado foi um universo de 16.773 documentos entre artigos, resenhas e trabalhos. Desses, apenas 214 (1,3%) dedicaram-se ao tema e outros 345 (2,1%) o mencionaram. Os autores consideraram tanto as produções que viram os casos hondurenho, paraguaio e brasileiro como golpe – “neogolpe”, “golpe parlamentar”, “golpe judiciário” etc. – quanto aqueles que consideraram que não foi golpe – “*impeachment*”, “impedimento”, “afastamento” etc.

Tabela 7 – Forma como o tema foi tratado: revistas e congressos; nacionais e estrangeiros; golpe ou *impeachment*

		Abordam diretamente									Mencionam								
		Honduras			Paraguai			Brasil			Honduras			Paraguai			Brasil		
		G	I	Σ	G	I	Σ	G	I	Σ	G	I	Σ	G	I	Σ	G	I	Σ
Revistas	Nacionais	5	2	7	6	3	9	16	13	29	2	1	3	0	1	1	5	25	30
	%	71,4	28,6	100,0	66,7	33,3	100,0	55,2	44,8	100,0	66,7	33,3	100,0	0,0	100,0	100,0	16,7	83,3	100,0
	Estrangeiras	29	3	32	16	5	21	1	9	10	52	3	55	27	12	39	9	23	32
	%	90,6	9,4	100,0	76,2	23,8	100,0	10,0	90,0	100,0	94,5	5,5	100,0	69,2	30,8	100,0	28,1	71,9	100,0
Congressos	ABCP	4	0	4	2	1	3	3	2	5	1	1	2	2	4	6	6	21	27
	%	100,0	0,0	100,0	66,7	33,3	100,0	60,0	40,0	100,0	50,0	50,0	100,0	33,3	66,7	100,0	22,2	77,8	100,0
	ALACIP	17	2	19	17	8	25	20	30	50	17	5	22	14	10	24	25	79	104
	%	89,5	10,5	100,0	68,0	32,0	100,0	40,0	60,0	100,0	77,3	22,7	100,0	58,3	41,7	100,0	24,0	76,0	100,0
Total		55	7	62	41	17	58	40	54	94	72	10	82	43	27	70	45	148	193
	%	88,7%	11,3%	100,0%	70,7%	29,3%	100,0%	42,6%	57,4%	100,0%	87,8%	12,2%	100,0%	61,4%	38,6%	100,0%	23,3%	76,7%	100,0%

Nota: G = Golpe; I = Impeachment

Fonte: adaptação própria a partir de Vitullo e Pereira da Silva (2020).

A informação que mais chama atenção é que, acerca dos casos hondurenho e paraguaio, predomina a visão de que tratou-se de um golpe, enquanto no caso brasileiro predomina a de que não foi um golpe. É importante lembrar que uma das razões que levou a desenvolver essa nova modalidade de *coup* foram os condicionantes impostos pela opinião pública doméstica e internacional (COELHO, 2016) e por tratados internacionais (SERRANO, 2016). Portanto, os golpistas foram bem sucedidos em fazer parecer que tudo transcorreu normalmente.

Isso posto, podemos proceder com a análise propriamente dita do neogolpe. A seção está subdividida em cinco partes: as ruas em movimento; o Parlamento; a luta contra a corrupção; o sistema de justiça; e a mídia.

2.4.1. *Manifestações populares e as consequências de 2013*

A crise política objeto de nosso estudo tem seu marco inicial nas manifestações de junho de 2013 (COELHO; MENDES, 2020; FREIXO, 2016; MENDES, 2018; PINTO, 2019; ROCHA, 2018; SINGER, 2018; SOUZA, 2016). Como, em nosso entendimento, aquelas manifestações se assemelham a uma revolução colorida (MENDES, 2018; SOUZA, 2020), sua análise é objeto do próximo capítulo. Assim, neste momento, focaremos nas suas consequências para a disputa política, não sem antes fazer uma observação.

A forma pela qual eclodiram aquelas manifestações não tem paralelo na história regional. Como demonstrou Hochstetler (2007) em seu estudo sobre as contestações de presidentes na América do Sul, há três razões que levam a esse tipo de crise: i) políticas econômicas neoliberais; ii) corrupção e outros escândalos; e iii) presidentes com minoria no Congresso. Apenas o presidente argentino Raul Alfonsín (1983-1989)⁴¹ enfrentou protestos sem que estivessem presentes as motivações acima, enquanto nove dos casos de contestação com mobilizações foram devido à implementação de políticas neoliberais.

Logo, o importante, por ora, é registrar que tais condições inexistiam em junho de 2013. Pelo contrário, a popularidade da presidenta às vésperas dos protestos era de 57%⁴², o governo não implementava políticas neoliberais, tampouco havia escândalos de corrupção envolvendo a presidenta ou seu círculo imediato. Não obstante, as manifestações ocorreram e alteraram a correlação de forças na sociedade e nas instituições brasileiras.

Aqueles protestos alteraram o perfil que as manifestações populares tinham no Brasil desde os anos 1980. Até junho de 2013, tais eventos eram hegemonizados pela esquerda. Essa inflexão ficou ainda mais evidente a partir de 2014, sendo que, em 2015, a direita passou a assumir a hegemonia das ruas (PINTO, 2019).

Foi em meio a esse quadro de “virada à direita” das ruas que se deu o processo eleitoral de 2014. As ruas ainda estavam agitadas, agora principalmente em torno dos gastos com a Copa

⁴¹ Não cabe aqui analisar as razões que levaram à renúncia de Alfonsín, sendo apenas necessário pontuar que seu governo enfrentou uma série de dificuldades, principalmente emanadas das Forças Armadas (COELHO, 2013).

⁴² DATAFOLHA: Aprovação a governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três semanas. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>. Acesso, 10.out.2020.

do Mundo de Futebol – “Não vai ter Copa!”. Como dito, o ano de 2015 marca a virada à direita das ruas. Dois fatos ajudam a entender esse giro. Do ponto de vista socioeconômico, o caráter elitista dos cinco grandes atos *pró-impeachment* – 15.mar.2015, 12.abr.2015, 16.ago.2015, 13.dez.2015 e 13.mar.2016 – pode ser resumido em dois dados: em todos eles, mais de 75% possuíam nível superior completo e mais de 60% tinham renda superior a 5 salários mínimos (SM), sendo que mais de 40% ganhavam acima dos 10SM (CAVALCANTE; ARIAS, 2019).

Ademais, a burguesia apoiou as manifestações golpistas antes mesmo da abertura do processo de impedimento. Em 2015, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) lançou a campanha “Não vamos pagar o pato”, cujo símbolo era o “pato amarelo” – bonecos infláveis, de vários tamanhos diferentes, sendo que, nos atos, sempre havia um com mais de 10m de altura. Aos manifestantes que ocupavam a av. Paulista, a FIESP franquiou seus banheiros – cujo acesso era controlado por Carla Zambelli⁴³, à época líder do movimento Nas Ruas e hoje deputada federal pelo PSL-SP, partido pelo qual Bolsonaro se elegeu presidente – e ofereceu filé mignon para os manifestantes *pró-impeachment*⁴⁴.

Voltando a 2014, mesmo com a ofensiva judicial – que será tratada à frente – e com demonstrações claras que a insatisfação com o governo crescia, a presidenta reelegeu-se. As condições desfavoráveis e a estreita margem com que Dilma Rousseff ganhara de Aécio Neves (PSDB) – menos de 3,5 milhões de votos, ou 3,2 pp. – geraram enorme insatisfação na direita, tanto no plano institucional quanto no popular. Como observa Rocha (2018, p. 112),

a energia das ruas acabou provocando o início de uma crise política que foi se agravando com o declínio da economia e com os desdobramentos da operação Lava Jato expostos diuturnamente na mídia. Mas foi apenas a partir da reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, que a nova direita começou a se materializar de fato a partir do primeiro protesto *pró-impeachment*, organizado logo após o anúncio da vitória da petista.

O primeiro turno daquela eleição prenunciou um futuro muito difícil para o próximo governo. Tributário dos protestos de 2013 e 2014, emergiu das urnas o que até então tinha sido o Parlamento mais conservador desde 1964. Comparando os resultados de 2010 e de 2014, houve uma redução de quase 50% na bancada de sindicalistas (83 para 46). Do lado do capital, embora a bancada empresarial tenha reduzido (246 para 190), a ruralista cresceu (205 para 273).

⁴³ Quando Carla Zambelli cuidava do acesso aos banheiros cedidos pela FIESP. Rogério Thomaz Jr. https://www.youtube.com/watch?v=Jy_GRa2bqM0. Acesso: 07.dez.2020.

⁴⁴ Fiesp oferece filé mignon a manifestantes *pró-impeachment* na Paulista. *Valor*, 17.mar.2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/03/17/fiesp-oferece-file-mignon-a-manifestantes-pro-impeachment-na-paulista.ghtml>. Acesso: 07.dez.2020.

Além disso, a bancada da “bala”⁴⁵ dobrou (27 para 55) e a evangélica cresceu 30% (69 para 90)⁴⁶.

2.4.2. O Parlamento

As eleições de 2014 instalaram uma contradição institucional, com um Executivo de esquerda e um Legislativo de direita. Nessa situação, a tendência é que o presidente tenha dificuldade de construir sua base parlamentar, o que, por sua vez, sói redundar em um conflito institucional que, historicamente, se resolve em desfavor do presidente (COELHO, 2013).

Já em fevereiro, quando da disputa para a presidência da Câmara dos deputados, restou evidente não apenas que o governo era minoritário, o que prenunciava dificuldades para a governabilidade, mas também sua fragilidade em resistir a uma ofensiva vinda desde o Parlamento. O resultado do pleito foi: Eduardo Cunha (PMDB-RJ), 267 votos; Arlindo Chinaglia (PT-SP), candidato do Planalto, 136; Júlio Delgado (PSB-MG), 100; Chico Alencar (PSOL-RJ), oito. Meses depois, em abril de 2016, a abertura do processo de impedimento foi aprovada com 367 votos, o que equivale à soma de Cunha e Delgado (COELHO; MENDES, 2020).

A vitória de Cunha sobre um candidato indicado pelo Planalto deixou claro que a relação com o Parlamento seria complicada. Nem os acenos aos liberais arrefeceram as tensões. Eleita com uma plataforma inclusiva, Dilma substituiu na Fazenda Guido Mantega, um (neo)desenvolvimentista, por Joaquim Levy, um operador do sistema financeiro e neoliberal, e apresentou soluções ortodoxas para a crise econômica. Nada obstante, o Congresso sabotava o governo com as “pautas-bomba”, criando a situação inusitada na qual liberais não só votavam contra cortes de gastos, como também propunham aumento de despesas (MIGUEL, 2019; SINGER, 2018).

Como observa Singer (2018), quando Dilma, ainda em 2011, decidiu pelo que ele chama de “ensaio republicano”, sua relação com o PMDB ficou conturbada. Dilma buscou privilegiar mais o currículo do que as indicações para as nomeações, assim, tentava eliminar o clientelismo enraizado no Estado brasileiro, para dar maior eficiência à máquina pública e desmontar esquemas de corrupção, o que ficou conhecido como “faxina ética”. Porém, alguns dos principais

⁴⁵ Parlamentares ligados à segurança pública ou apresentadores de programas policiaiscos.

⁴⁶ Nova composição do Congresso é a mais conservadora desde 1964. *Valor*, 05.jan.2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/01/05/nova-composicao-do-congresso-e-a-mais-conservadora-desde-1964.ghtml>. Acesso: 22.nov.2020.

Bancada evangélica cresce e mistura política e religião no Congresso. *Uol*, 19.out.2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/19/bancada-evangelica-cresce-e-mistura-politica-e-religiao-no-congresso.htm>. Acesso: 24.nov.2020.

beneficiados desse clientelismo era o grupo hegemônico do PMDB, cujo núcleo era composto pelo vice-presidente Michel Temer, Eduardo Cunha, Eliseu Padilha, Geddel Vieira Lima, Romero Jucá e Wellington Moreira Franco.

Há que se observar que enfrentar o clientelismo em geral, e o do PMDB em especial, era uma manobra com elevado grau de risco. Desde os anos 1980, o PMDB, com densa capilaridade pelo interior, é um dos maiores partidos do Brasil. Ademais, a base parlamentar do governo contava com outros partidos notadamente fisiológicos, como o PP e o PSD. Enfrentar esses interesses exigiria um esforço concentrado e, sobretudo, um capital político proporcional à força desses grupos no Parlamento, condições essas ausentes no governo (SINGER, 2018).

Afora a eleição de Cunha, ao longo de 2015, foram-se acumulando as tensões com o PMDB como um todo porque o partido passou a se apresentar como alternativa de direita para a solução da crise, fato materializado na *Ponte para o futuro*. Lançado em outubro, o documento, de corte neoliberal (ou ultraliberal), repetia a cantilena de que “a Constituição não cabe no orçamento” e propunha a eliminação de direitos sociais e a redução do Estado (SINGER, 2018). O fato de o governo Rousseff ter feito um estelionato eleitoral não dissipa o desconforto que se gerara, afinal, era o partido do vice-presidente apresentando à sociedade um plano político-econômico que subscrevia o projeto de governo derrotado no ano anterior.

Finalmente, o Rubicão foi cruzado em dezembro de 2015. Havia no Conselho de Ética da Câmara um processo pela cassação do mandato de Cunha. O deputado dependia da bancada petista no Conselho, que vinha sendo pressionada para não salvá-lo. Com efeito, no dia 2, à tarde, o PT anunciou que votaria pela continuidade do processo; à noite, Cunha acolheu um dos vários pedidos para abertura do processo de *impeachment* contra Rousseff. No dia 7, com sua carta dizendo-se insatisfeito com sua condição de “vice decorativo”, Temer formalizou o rompimento que já era evidente desde 1º de fevereiro, quando Cunha, um político de seu círculo próximo, lançou-se candidato a presidente da Câmara claramente em oposição à presidenta.

Já no dia 13 de dezembro, houve mais uma manifestação pró-*impeachment*. A saída de Dilma resultaria na condução de Temer, cujo já citado círculo íntimo era composto por políticos que se notabilizaram por serem fisiológicos e com largo histórico de denúncias de corrupção. Como já dito, parte do conflito entre Dilma e o PMDB era a intenção da presidenta em limitar a ação clientelista dos políticos ora citados. Mesmo assim, o discurso de luta contra a corrupção serviu de aglutinador para as manifestações golpistas.

2.4.3. A luta contra a corrupção

O discurso anticorrupção desempenhou – e desempenha – um papel central na crise política brasileira, sendo a principal palavra de ordem para a agitação social pró-golpe (BOITO JR., 2019; CAVALCANTE; ARIAS, 2019; CHALHOUB, 2016; PINTO, 2019). Embora o pedido de *impeachment* de Dilma não a acusasse de praticar corrupção, foi a “luta contra a corrupção” o principal chamariz para as manifestações contra o governo. Nos dois maiores desses atos em São Paulo – 15.mar.2015, 210 mil pessoas, e 13.mar.2016, 500 mil –, o “combate à corrupção” era a justificativa de mais da metade dos manifestantes (56% e 58%), à frente inclusive do impedimento de Dilma (32% e 38%), não obstante ter sido esse o motivo “formal” dos atos (CAVALCANTE; ARIAS, 2019).

Nesse sentido, é importante retomarmos três considerações feitas na seção 2.3. A direita foi exitosa em inculcar na sociedade a ideia de que a corrupção é a uma prática ligada ao Estado e não ao mercado. Também teve sucesso em construir duas equivalências antipódicas: esquerda-Estado forte-corrupção *vs.* luta contra a corrupção-Estado mínimo-direita. Finalmente, o tema “corrupção” possui forte apelo junto a setores médios da sociedade.

A essas três considerações, assomam-se outras sete. O argumento de lutar contra a corrupção foi a base da ofensiva do sistema de justiça, por meio principalmente da Operação Lava Jato. Além disso, “há um elemento perverso” no combate à corrupção: conforme o governo cria/fortalece mecanismos para esse fim, as operações e os processos tendem a aumentar (SERRANO, 2015). Dessa forma, o combate à corrupção pode ampliar a sensação da disseminação da própria corrupção. A terceira consideração é que os escândalos de corrupção são mais frutos da cobertura midiática do que do delito. Um ato de corrupção que não ocupe o noticiário não se torna escândalo (FERES JR.; SASSARA, 2016).

Em quarto lugar, a luta contra a corrupção foi uma das principais armas da “guerra midiática” contra o PT (CHALHOUB, 2016). Além disso, ela vinculava os *fronts* sistema de justiça, mídia e ruas: as operações de combate à corrupção alimentaram o noticiário e mantiveram a classe média de direita mobilizada. Em sexto, a luta contra a corrupção é uma falácia usada pela classe média, uma vez que sua motivação para pedir a saída de Dilma da presidência foram seus interesses de classe (BOITO JR., 2019). Prova disso é que o caso de corrupção envolvendo o presidente Temer e a empresa JBS⁴⁷ não teve o condão de desestabilizar o governo neoliberal. Lembremos que Dilma nunca foi acusada de participar de qualquer esquema pessoalmente.

⁴⁷ O empresário Joesley Batista gravou uma conversa com o presidente Temer no Palácio do Jaburu. Nela, o empresário informa que estava pagando uma “mesada” para Lúcio Funaro, doleiro e operador do PMDB, e para Eduardo Cunha, ambos presos no âmbito da Lava Jato. Ao ouvir tal informação, Temer diz que “tem que manter

Finalmente, há que se considerar nos anos 1980, o “principal representante [da luta contra a corrupção] entre os partidos políticos era [...] o PT, então apelidado por Leonel Brizola de ‘UDN de macacão’” (CHALOUB, 2019, p. 11). Esse discurso que transita entre a política e o moralismo ainda ecoa não só em setores do PT como na esquerda em geral.

2.4.4. O sistema de justiça

O sistema de justiça atuou de forma comissiva e omissiva em favor do golpe e da eleição de Jair Bolsonaro. A participação comissiva tem na Operação Lava Jato (OLJ) sua principal expressão. No entanto, há que se destacar também que houve omissão em relação aos atos “heterodoxos” praticados não apenas no âmbito da Lava Jato.

A OLJ, que teve início em março de 2014, funcionou como um elo entre as ofensivas do sistema de justiça, das ruas e da mídia. Além disso, desde o princípio, a operação trabalhou em sintonia com a dinâmica política, quer a das ruas ou a das instituições, e com os interesses da burguesia brasileira e imperialista⁴⁸.

Responsável pela OLJ na primeira instância em Curitiba, o então juiz Sérgio Moro se inspirou na operação italiana *Mani Pulite* (Mãos Limpas), que ele considera como “uma das mais exitosas cruzadas judiciárias contra a corrupção” (MORO, 2004, p. 60), “um momento extraordinário da história contemporânea do Judiciário” por, entre outros, “redesenhar o quadro político italiano” (MORO, 2004, p. 57). Esse redesenho exigiu a deslegitimação do sistema, que, por sua vez, fortalecia a própria operação. Esse moto perpétuo possuía dois suportes. Por um lado, a opinião pública servia de escudo para a operação. Por outro, a mídia “garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais”, afinal, “a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios” (MORO, 2004, p. 59). Além disso, Moro (2004, p. 59) destaca que, na Mãos Limpas, “as prisões [preventivas], confissões e a publicidade conferida às informações obtidas geraram um círculo virtuoso”.

Um dos expedientes mais frequentes da OLJ são as delações premiadas. Uma vez que essas são obtidas através de prisões preventivas por tempo indeterminado, os métodos da OLJ podem ser considerados análogos à tortura, como declara o ministro do STF Gilmar Mendes: “o uso da prisão preventiva para obter delação não encontra guarida no texto constitucional brasileiro. Pode até encontrar guarida no texto ‘constitucional de Curitiba’. Mas usar prisão

isso aí, viu?”. Além disso, o presidente designa o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) como intermediário entre o partido e a JBS. Dias depois, Loures foi filmado recebendo 500 mil reais enviados por Joesley. Dono da JBS grava Temer dando aval para compra de silêncio de Cunha. *O Globo*, 18.maio.2017, p. 3.

⁴⁸ A relação da OLJ com o imperialismo é abordada no capítulo seguinte.

provisória para obter delação é tortura”⁴⁹. Porém, essa não foi a única prática ilegal ou heterodoxa de Moro e da OLJ e que contou com a cumplicidade do STF.

Moro possuía um histórico de excessos, como decretar sucessivamente prisões preventivas; instruir investigações preliminares com duração excessiva a fim de perseguir indivíduos; monitorar advogados; agir de ofício – ou seja, sem ser motivado –; atuar como agente de perseguição penal, configurando-se como juiz acusador – figura que inexistente em nosso ordenamento. Embora tudo isso fosse conhecido oficialmente pelo STF desde 2006, a corte nada fez. Em 2016, o STF foi omissivo quanto ao crime cometido por Moro ao divulgar uma conversa entre a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula (FERNANDES, F.A., 2020).

Além disso, segundo a “Vaza Jato”, série de reportagens feitas a partir de vazamentos de mensagens privadas trocadas entre os procuradores e o então juiz Moro, as delações só interessavam se incriminassem alguma liderança petista, especialmente, o ex-presidente Lula, como foi o caso da delação de Leo Pinheiro, ex-presidente da construtora OAS. Em 2017, Pinheiro cumpria a segunda prisão preventiva e já havia apresentado várias versões diferentes para a delação, todas recusadas. Apenas quando o empresário apresentou a versão incriminando o ex-presidente, a delação foi aceita.⁵⁰ Essa delação foi a base para o que Serrano (2016) chama de “produção de atos formais” para a interferência do Judiciário no processo político.

Não obstante, parte do ferramental jurídico usado para derrubar Dilma e impedir o retorno do PT ao Planalto em 2018 foi fornecido pelos governos petistas, como as leis da ficha limpa (2010) e da delação premiada (2013). Ademais, as indicações de Lula e de Dilma para o STF e suas nomeações para o cargo de procurador-geral acabaram por fortalecer a posição golpista. Mesmo com a maioria tendo sido indicada pelos governos petistas, a suprema corte negou o pedido do governo para suspender a votação do *impeachment* na Câmara⁵¹ e recusou o *habeas corpus* de Lula, o que significou autorizar sua prisão.

2.4.5. A mídia

⁴⁹ FERNANDES, L. Delação de Palocci evidencia métodos de tortura da operação Lava Jato. *Brasil de Fato*, 27.abr.2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/27/delacao-de-palocci-revela-metodos-de-tortura-da-operacao-lava-jato>. Acesso: 23.out.2020.

⁵⁰ Lava Jato desconfiou de empreiteiro que acusou Lula, indicam mensagens. *Folha de São Paulo*, 30.jun.2019, pg. A4.

⁵¹ STF rejeita pedido da AGU e mantém votação do impeachment no domingo. *GI*, 15.abr.2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/stf-rejeita-pedido-da-agu-e-mantem-votacao-do-impeachment-no-domingo.html>. Acesso: 04.dez.2020.

Às vésperas da eleição presidencial de 2014, Sidney Chalhoub (2016, p. 37) publicou uma carta aberta na qual afirma que, a pretexto de lutar contra a corrupção, a mídia oligopolista promove uma “guerra civil midiática em torno desta eleição, desinforma o quanto pode, confunde e manipula. São anos a fio de fogo cerrado contra o governo, em matérias jornalísticas cujos autores assumem o ar arrogante de ilibados defensores da ética e do interesse público”.

Em 2015, apontada como principal problema do país por 22% da população, a corrupção ocupava o topo das preocupações dos brasileiros, à frente da saúde (17%), política (9%), segurança pública (8%), economia (6%) e educação (6%). A percepção dos brasileiros em relação à corrupção destoa dos nossos vizinhos: delinquência (23%), desemprego (16%), economia (8%) e corrupção (7%) (LATINOBARÓMETRO, 2015). Para Feres Jr. e Sassara (2016), a explicação desse quadro estava na exploração midiática da OLJ.

Ademais, a mídia se engajou na campanha golpista. Em março de 2015, houve uma manifestação a favor e uma contra o governo. No dia 13, quando a esquerda foi às ruas, *O Globo* trazia na capa a manchete “Crime organizado tinha dinheiro na Suíça” e logo abaixo uma foto da presidenta Dilma – referente a outra matéria. No dia 14, a manchete de *O Globo* era “Manifestantes pró-Dilma vão às ruas em 24 estados”. Já a da *Folha de São Paulo (FSP)* era “Atos defendem Dilma, mas criticam o governo”. No dia 15, dia em que a direita foi às ruas, a manchete de *O Globo* era “Políticos investigados multiplicaram bens” e, em cima dela, a referência “Escândalos na Petrobras”. Já a capa da *FSP* trazia uma chamada para o caderno especial “Democracia, 30” e uma foto das *Diretas, já!* (1984). Finalmente, no dia 16, ambos os jornais traziam várias fotos dos protestos. *O Globo* dizia “Democracia tem um novo 15 de março” – referência à posse de José Sarney (PMDB-MA), evento que simboliza o início da redemocratização –, enquanto a *FSP*, “‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país”.

O mesmo comportamento se observa nos últimos atos antes da votação do *impeachment* na Câmara (17.abr.2016). Em 13 de março, dia do ato contra o governo, *O Globo* trazia uma manchete central, “Empresas recusaram acordo de R\$ 1 bi para se livrar da Lava-Jato”, e uma secundária, “Manifestações devem tomar as ruas em 400 cidades”. A capa da *FSP* trazia uma foto de um grupo confeccionando faixas para o protesto. No dia seguinte, novamente ambos estampavam fotos de mais de meia página. *O Globo* dizia “Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro”; acima, lê-se: “Maior manifestação da história”. Já a *FSP* dizia “Ato anti-Dilma é o maior da história”. No dia 18, quando ocorreram as manifestações pró-governo, a manchete do jornal carioca era “Judiciário repudia ofensas e suspende manobra de Lula” e a

do jornal paulistano era “Reações em série ampliam isolamento de Dilma e Lula”. No dia seguinte aos atos, pela primeira vez, os jornais trouxeram fotos de mais de meia página das manifestações de esquerda. *O Globo* dizia que “Aliados de Dilma e Lula fazem atos em todos os estados” e a *Folha*, “Ato pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula o Datafolha”.

Sem embargo, o engajamento da mídia oligopolista na campanha golpista não se deveu a uma aversão ao PT. A questão de fundo da “guerra midiática” era ideológica e classista: os grandes veículos de comunicação defendem as pautas neoliberais porquanto seus interesses são os da burguesia. Em conjunto, investiram contra os direitos sociais desde a ANC. Também agiram e agem em uníssono no patrocínio da agenda neoliberal que vem sendo imposta desde a deposição de Dilma, como bem demonstram editoriais de *O Globo* e *Folha de São Paulo*.

As duas principais matérias da agenda neoliberal durante o governo Temer foram a EC 95 (“Teto dos Gastos”) e a reforma trabalhista. Sobre a primeira, a *FSP* publicou o editorial *Piso para o futuro* (10.out.2016): “a proposta que impõe um teto ao crescimento do gasto público é essencial para que a economia brasileira volte a crescer de forma sustentável”. Já *O Globo*, no editorial *Teto dos gastos é o marco zero de reformas* (18.jun.2016), afirma que:

O problema [dos gastos] se agravou devido ao populismo lulopetista, mas a tendência de gastos crescentes foi semeada pela Constituinte de 87 [...] Inoculou-se a ideia de um Estado por sobre a sociedade, responsável por resolver todos os males sociais. Resultou um total de despesas que não cabe no PIB. [...] As despesas sob o rótulo “social” [...] precisam passar por um pente-fino. Iniciou-se, com a apresentação da PEC do teto de gastos, uma fase decisiva para o Brasil no século XXI.

Acerca da reforma trabalhista, *O Globo* publicou o editorial *Momento para se quebrar a rigidez das leis trabalhistas* (12.jun.2016), no qual defende que “reformas têm de ser feitas. Uma delas é a da legislação trabalhista, [...] a fim de incentivar a geração de empregos”. Na mesma linha, a *Folha* publicou *Avanço trabalhista* (28.abr.2017), no qual enaltece o que considera ser o mais importante e positivo na reforma, a possibilidade de o negociado prevalecer sobre o legislado: “Reduz-se, assim, a excessiva tutela do Estado sobre as relações privadas, que muitas vezes dificulta ou inibe entendimentos capazes de preservar empregos”.

2.5. A sofisticação do neogolpismo⁵² (II): articulando as variáveis

⁵² Tomamos aqui emprestado o título de um artigo nosso com André Luiz Coelho.

Um neogolpe resulta da interação dialética entre as dinâmicas e os conflitos ocorridos nas instituições e nas ruas. Dentre as instituições, destacamos as agências do sistema de justiça, o Parlamento e a mídia. Observamos que os fatos relatados no item 2.3 indicam que possivelmente próximas análises deverão debruçar-se mais sobre a variável Forças Armadas, cujo papel no desenrolar da crise vem sendo desvelado aos poucos.

Ainda que, no longo prazo, essa interação fique evidente, no curto prazo tal coordenação nem sempre é óbvia. Por isso, optamos por apresentar a interação durante a crise como um todo para depois analisarmos dois recortes em que essa interação foi mais dinâmica e evidente.

Nossa narrativa começa em 2014. As eleições daquele ano foram fortemente influenciadas por dois fatos. Por um lado, a continuidade da agitação das ruas, tributária da onda de protestos que se iniciaram em junho de 2013. Por outro, em março daquele ano tinha início a Operação Lava Jato, que já despontava como importante elemento político e deixava claro sua função na estratégia da direita e o *modus operandi* com o qual trabalharia.

Exemplo de sua coordenação com o calendário político ficou evidente na eleição. Face ao acirramento da campanha eleitoral e ao fortalecimento de Dilma,

o troco da fuzilaria do lulismo viria de Curitiba. Em setembro, quando Dilma estava empatada com Marina [Silva (PV), até então liderando as intenções de voto], surgiu a colaboração premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, fortemente repercutida na imprensa. Preso na Lava Jato, Costa fez um depoimento vazado à revista *Veja* e publicado com uma chamada de capa afirmando que “o dinheiro sustentava a base aliada do PT no Congresso” (SINGER, 2018, p. 166–167).

Às vésperas do segundo turno, a *Veja* foi às bancas com novo ataque. A capa do semanário trazia Dilma Rousseff, presidenta candidata à reeleição, o ex-presidente Lula e, em letras vermelhas (cor do partido e associada à esquerda), a seguinte frase “Eles sabiam de tudo”. A frase era atribuída a Alberto Youssef, doleiro que fora o pivô da OLJ. Segundo a matéria, Lula e Dilma sabiam da rede de corrupção que se instalara na Petrobrás, fato nunca comprovado.

Apesar da guinada à direita das ruas e sob o cerco da mídia e do sistema de justiça, o PT ganhou mais uma eleição presidencial. Frustrada, a direita convocou o primeiro ato pró-*impeachment* poucos dias depois do pleito. No entanto, foi eleito o que até então era o Congresso mais conservador desde 1964. Em dezembro de 2015, o presidente da Câmara Eduardo Cunha iniciou o processo de impedimento de Dilma. Dias depois, novos atos pró-*impeachment*.

O pedido de *impeachment* tinha como objeto o que ficou conhecido como “pedaladas fiscais”. Seria exaustivo tratar aqui das minúcias jurídicas e contábeis a esse respeito. Ficaremos apenas com a consideração de Serrano (apud SANTOS, I.F., 2015, p. 28):

Nos crimes políticos, há a necessidade de participação dolosa do presidente. Nenhum dispositivo na lei faz referência à modalidade culposa e a Constituição faz referência expressa ao impedimento por “atos” do presidente. Pode-se até admitir sua responsabilização em “omissões comissivas”, ou seja, em situações nas quais se prove que o presidente sabia da prática criminosa, nada fez para impedi-la ou se beneficiou. No entanto, não cabe impedir um presidente por conta de atos praticados por terceiros.

Além do mais, dois fatos ilustram que se tratou de uma interpretação casuística da lei. Uma é que, dos 367 votos a favor do *impeachment*, apenas 45 parlamentares declararam fazê-lo usando algum termo relacionado ao libelo – “pedaladas”, “crime de responsabilidade”, “crédito suplementar” etc. Muito menos que “Deus” (76), “corrupção” (87) e “família” (156)⁵³. A outra é que a prática, que fora feita por todos os presidentes anteriores a Dilma e que subsidiou o pedido de impedimento dela, foi regulamentada tão logo o golpe foi dado⁵⁴.

Logo, não se tratava de uma questão jurídica ou contábil, senão política. E a situação política do governo era francamente desfavorável. O governo, que era minoritário no Legislativo, foi sendo acantonado pela ofensiva do sistema de justiça, com a Lava Jato à frente. A cada fase da Lava Jato, mais notícias contra o PT. A “guerra midiática” estimulava os atos golpistas.

Com o afastamento de Dilma, Temer, com o apoio da mídia, tratou de avançar com a agenda neoliberal. A partir daí, as manifestações de direita praticamente cessaram. Nesse tópico é interessante observar os desdobramentos da gravação da conversa entre Temer e o empresário Joesley Batista, na qual esse informou que pagava uma “mesada” para Cunha não firmar acordo de delação premiada. Diante desse fato, porém, os movimentos que levaram multidões às ruas contra a corrupção tergiversaram. O Movimento Brasil Livre (M BL) e o Vem pra Rua até esboçaram promover atos para exigir a renúncia de Temer, mas recuaram⁵⁵. Esses fatos reforçam a tese de que a anticorrupção é usada segundo as conveniências de classe.

⁵³ NALON, T. Onze deputados citam pedaladas fiscais como argumento na votação do impeachment. *Aos Fatos*, 19.abr.2016. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/onze-deputados-citam-pedaladas-fiscais-como-argumento-na-votacao-do-impeachment/>. Acesso: 01.dez.2020.

⁵⁴ Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais. *Brasil de Fato*, 02.set.2016. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais> Acesso: 01.dez.2020.

⁵⁵ BOLDRINI, A. MBL recua em pedido de renúncia e Vem Pra Rua adia ato contra Temer. *Folha de São Paulo*, 19.maio.2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885484-movimentos-anti-dilma-recuam-em-pedido-de-renuncia-de-temer.shtml>. Acesso: 01.dez.2020.

Além disso, destacamos uma diferença no comportamento das ruas durante o governo Dilma e durante o governo Temer. Diferentemente do que aconteceu ao longo da luta que decidiria a sorte da petista, quando houve manifestações multitudinárias a favor e contra a presidenta, não há registros de manifestações massivas a favor do peemedebista. A direita preservou Temer restringindo a luta para a arena onde já se sabia vencedora, o Parlamento.

Temer impôs com rapidez e violência a agenda neoliberal que havia motivado o golpe. Temer apresentou a PEC do Teto dos Gastos (EC 95) (17.abr.2016) ainda durante sua interinidade. Tão logo aprovada (15.dez.2016), o governo apresentou o projeto da reforma trabalhista (23.dez.2016). Antes mesmo da aprovação desta (13.jul.2017), apresentou a reforma da Previdência (06.mar.2017). Os protestos contra essa agenda foram tão duramente reprimidos que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) emitiram nota (26.maio.2017) condenando “o uso excessivo da força por parte da PM para reprimir protestos e manifestações no Brasil”⁵⁶. As abordagens d’*O Globo* e da *FSP* sobre os protestos foram sempre de forma negativa para os movimentos sociais: “Ato de centrais acaba em vandalismo”⁵⁷; “Protestos contra Temer em Brasília acaba em violência”⁵⁸. Já seus editoriais atribuíam os protestos a “grupos que defendem a manutenção de vantagens”⁵⁹ e defenderam a continuidade das reformas: “o governo não tem alternativa a não ser prosseguir com sua agenda”⁶⁰.

Avançando com o calendário, em abril de 2018, o ex-presidente Lula, líder nas intenções de voto⁶¹, foi preso no âmbito da OLJ. Em 1º de setembro, a pouco mais de 30 dias do primeiro turno (07.10.2018), o TSE, em decisão inédita, indeferiu a candidatura do petista. Conforme a campanha avançava, as candidaturas e os partidos que tradicionalmente representavam o neoliberalismo, Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e Henrique Meireles (PMDB-SP), desidratavam em favor de Jair Bolsonaro (PSL-RJ), político de extrema-direita, com uma agenda que mesclava ultraliberalismo e fundamentalismo religioso. Bolsonaro terminou o primeiro turno na liderança, foi para o segundo turno e ganhou a eleição, sagrando-se presidente do Brasil.

Feita essa análise panorâmica da crise brasileira, podemos observar mais detalhadamente dois recortes em que as variáveis interagiram de modo mais dinâmico e evidente. O

⁵⁶ ONU Direitos Humanos e CIDH condenam uso excessivo da força durante as manifestações sociais e durante operativos de segurança no Brasil. *OEA*, 26.maio.2017. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/069.asp>. Acesso em: 02.dez.2020.

⁵⁷ *O Globo*, 25.maio.2017.

⁵⁸ *Folha de São Paulo*, 25.maio.2017.

⁵⁹ *O Globo*, 29.abr.2017, p. 18.

⁶⁰ *Folha de São Paulo*, 29.abr.2017, p. A2.

⁶¹ *Folha de São Paulo*, 31.jan.2018, p. A4.

primeiro recorte vai da condução coercitiva do ex-presidente Lula (06.mar.2016) até a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados (17.abr.2016). O segundo vai do julgamento do *habeas corpus* em favor do petista no STF (04.abr.2018) até o final da eleição (27.out.2018).

2.5.1. *Da condução coercitiva de Lula à votação na Câmara*

Na manhã de 4 de março de 2016, uma sexta-feira, por ordem do juiz Sérgio Moro, a PF conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula para tomar-lhe o depoimento. Como era prática da OLJ, a mídia oligopolista fora avisada e às 6h já mostrava as viaturas e os agentes à porta da residência de Lula. Essa ação alimentou o noticiário não só por todo o fim de semana, como também na semana subsequente. No dia 13 daquele mês, mais de três milhões de pessoas foram às ruas na maior manifestação a favor do golpe (COELHO; MENDES, 2020).

Esse caso é interessante por alguns motivos. Como apontam os juristas Afrânio Silva Jardim, Humberto Fabretti e Rubens Casara, tal medida foi ilegal. Não havia justificativa para se recorrer ao expediente da condução coercitiva, porque a Constituição não permite que se force um acusado a comparecer para prestar depoimento, recurso cabível apenas a testemunhas, e, ainda assim, tal medida só se justifica após recusa da testemunha. Lula não poderia ser conduzido coercitivamente porque, sendo ele acusado, o expediente é inaplicável, ou porque, sendo ele testemunha, não havia se negado a atender intimação prévia. Ademais, como observa o cientista político Frederico de Almeida, a operação tinha como função criar um espetáculo para a imprensa.⁶² Como já mostrado, Moro considerava a publicidade um instrumento importante para o sucesso da “cruzada” contra a corrupção.

Além disso, a omissão do TRF-4, em cuja jurisdição se encontra a vara responsável pela OLJ em Curitiba, e do STF quanto às ilegalidades. Como já indicamos, Moro era contumaz em práticas heterodoxas. A dupla diferença agora era que a vítima do abuso de autoridade era um ex-presidente da República e uma das maiores lideranças políticas nacionais e que o ato, por cálculo do próprio juiz, possuía enorme notoriedade. No entanto, o TRF-4 não repreendeu Moro. Tampouco o fez o STF, à exceção do ministro Marco Aurélio Mello, que limitou-se a se declarar contrário a tal medida. Perante os olhos de todo o Brasil, as cortes superiores se omitiram enquanto um juiz de piso agia ao arripio da lei.

⁶² Para juristas, condução de Lula foi ilegal e espetacularizada. *Justificando*, 04.mar.2016. Disponível em: <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/312331335/para-juristas-conducao-de-lula-foi-ilegal-e-espetacularizada>. Acesso: 03.dez.2020.

Fortalecido pelas manifestações e pela negligência das cortes superiores, Moro voltou à carga em 16 de março de 2016, a um mês da votação do *impeachment* na Câmara. O juiz liberou para imprensa uma conversa do ex-presidente Lula com a então presidenta Dilma. Além de não guardar relação com as investigações contra o ex-presidente Lula, tal operação foi ilegal, porque tal interceptação só poderia ser feita pelo STF, já que a chefe de Estado participava da conversa. A operação acabou por impedir que Dilma nomeasse Lula ministro, o que era tido como um ato estratégico para a articulação contra o golpe (SINGER, 2018).

Essas ações articuladas entre a mídia e o sistema de justiça fortaleciam os setores golpistas no Congresso e nos movimentos sociais de direita. Estimulados pela cobertura midiática sobre a Lava Jato, milhões de pessoas foram às ruas a favor do golpe, o que facilita a operação no Congresso, afinal, os parlamentares passavam a ter como argumento que sua postura pela abreviação do mandato de Dilma estava em sintonia com a vontade da maioria da população. No dia 17 de abril, então, ocorreu a debacle. Os atos contra o golpe haviam mobilizado menos de um décimo do contingente pró-golpe⁶³. Na Câmara, o governo não conseguiu o terço de votos necessário para impedir a aprovação do *impeachment*. Com isso, o processo foi para o Senado. Como esperado e sabido, o governo não conseguiu também um terço dos votos na Câmara Alta, e o golpe se consumou mantendo as aparências de legalidade.

2.5.2. *Da prisão de Lula à eleição de Bolsonaro*

Em 2018, Lula aparecia como favorito nas pesquisas de intenção de votos para presidente. Porém, a *FSP* encontrou uma forma bem particular de trazer essa informação: “Sem Lula, Bolsonaro lidera e quatro disputam o 2º lugar”⁶⁴. Os dados indicavam que havia ocorrido uma recomposição no campo da direita: o PSDB, tradicional partido a vocalizar os interesses neoliberais, parecia perder espaço para Bolsonaro, candidato de extrema-direita.

A razão formal para fazer a observação “sem Lula” é que a pesquisa fora realizada logo após o TRF-4 confirmar a sentença condenatória proferida pela primeira instância, no caso, o juiz Moro, em julho de 2017, o que tornava Lula inelegível por conta da “lei da ficha limpa”. Sobre a condenação, note-se que não se conseguiu comprovar que o ex-presidente fosse o dono do imóvel que, segundo a tese da acusação, teria sido dado pela construtora OAS como propina. Moro sustentou a condenação com base em “atos de ofício indeterminados”, sendo que “o Direito Penal é regido por princípios jurídicos, dentre os quais o da taxatividade [...] Em outras

⁶³ Mobilização antigoverno foi 13 vezes maior que a de ontem. *O Globo*, 19.mar.2016, p. 4.

⁶⁴ *Folha de São Paulo*, 31.jan.2018, p. 1.

palavras, não há base jurídica para condenação por corrupção sem um ato comprovado que tenha beneficiado a OAS” (TARDELLI, 2017).⁶⁵

Em março de 2018, o TRF-4 indeferiu os recursos apresentados, abrindo caminho para a prisão do ex-presidente. Paralelamente à questão específica do julgamento de Lula, nos círculos jurídicos e políticos debatia-se uma questão genérica que teria reflexos nesse caso particular: a possibilidade ou não de que um condenado em segunda instância tivesse o direito de recorrer em liberdade. Em 2009, essa matéria já havia sido julgada pelo STF, que decidira que a reclusão só se efetivaria após o trânsito em julgado, e, em 2016, voltou atrás.

No dia 3, véspera da apreciação do *habeas corpus* de Lula, o general Eduardo Villas Boas, comandante do Exército, faz uma postagem em uma rede social na qual “assegura à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia”. Dia 4, por seis a cinco, o STF entendeu que é constitucional a prisão após decisão em segunda instância e negou o *habeas corpus* impetrado pela defesa de Lula. Há que se destacar três pormenores no julgamento. A maioria dos ministros indicados pelos governos petistas votou a favor da prisão do ex-presidente. Com exceção de Alexandre de Moraes, que fora indicado por Temer, todos que votaram pela prisão de Lula foram indicações do PT. Por outro lado, entre os que votaram contra a prisão, a maioria (três dos cinco) foram indicados por governos anteriores à era petista.

Os outros dois pormenores referem-se à ministra Rosa Weber. Em 2016, Weber compusera a minoria que defendeu o entendimento de que não seria constitucional a prisão antes do trânsito em julgado. Em 2018, Weber disse que, conquanto mantivesse a postura anterior, votaria com a maioria de 2016⁶⁶. É inescapável observar que, se ela tivesse votado segundo suas opiniões pessoais, a ministra estaria em harmonia com a “nova” maioria. O terceiro detalhe é que na época do julgamento da ação penal (AP) 470⁶⁷ – conhecida como “caso mensalão” –, Weber, que fez coro à “teoria do domínio do fato”, teve como juiz assistente Sérgio Moro⁶⁸.

⁶⁵ Ainda que exceda os limites da pesquisa, não poderíamos deixar de registrar que hoje Moro é sócio da consultoria Alvarez & Marsal, que, em 2017, sustentou que o referido imóvel pertencia à OAS. Fonte: Nova empregadora de Moro disse em 2017 que triplex não era de Lula. *Conjur*, 02.dez.2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-02/consultoria-moro-disse-2017-triplex-nao-lula>. Acesso: 05.dez.2020.

⁶⁶ *Folha de São Paulo*, 05.abr.2018, p. A5.

⁶⁷ Alguns autores, como W.G. dos Santos (2017) e Serrano (2016), apontam o julgamento da AP 470 como um dos precedentes do golpe de 2016 porque foi nele que se inverteu de forma mais explícita a presunção de inocência e passou-se a aceitar a inversão do ônus da prova. Nesse tocante, o voto de Weber pela condenação de José Dirceu e José Genoino é emblemático pelo seguinte trecho: “não é possível acreditar que Delúbio [Soares, ex-tesoureiro do PT] sozinho tenha comprometido o PT” (O Globo, 05.out.2012).

⁶⁸ De Curitiba para o mundo: a trajetória de Sergio Moro até a saída do governo Bolsonaro. *Migalhas*, 24.abr.2020. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/quentes/325426/de-curitiba-para-o-mundo--a-trajetoria-de-sergio-moro-ate-a-saida-do-governo-bolsonaro>. Acesso: 05.dez.2020.

Um dos aspectos de um neogolpe é que, por trás do respeito formal às normas, há uma interpretação casuística delas, aspecto evidente no caso em tela. No dia do julgamento, faltavam seis meses para o primeiro turno da eleição presidencial. Pesquisa realizada em março indicava não só que Lula liderava as intenções de votos como possuía o dobro de Bolsonaro, segundo colocado. Finalmente, em novembro de 2019, novamente a questão da prisão após segunda instância foi pauta do Supremo. Com o voto decisivo de Weber, restabeleceu-se o entendimento de que a reclusão só deve ser aplicada após o trânsito em julgado⁶⁹.

Do ponto de vista analítico, é interessante retomar a citação do jurista Pedro Serrano (2016, p. 106) quando elenca as condições e os mecanismos pelos quais opera o Estado de exceção e trazer um dos tópicos: “a necessidade de produção de atos formais advindos de um poder parcialmente dominado pela expressão do conservadorismo, a fim de combater a ascensão ao executivo dos governos de esquerda democrática ou dos interesses que ela representa”. Nesse sentido, a condenação do ex-presidente por “atos de ofício indeterminados” constituiu o “ato formal” para que o conservadorismo impedisse que a esquerda retornasse ao governo federal. Assim, constata-se que “os vetores que somaram força para a desestabilização e o *impeachment* continuaram operando mesmo após o sucesso do neogolpe de 2016 tanto para a permanência de Michel Temer no poder (2016-2018) como para a eleição de Jair Bolsonaro” (COELHO; MENDES, 2020, p. 227).

Voltando à linha cronológica, no dia seguinte ao julgamento do *habeas corpus* de Lula, (5.abr.), Moro decretou sua prisão. A prisão de Lula entrava para o rol dos “atos formais” que viabilizava a interferência no processo político-eleitoral. Com base nela, aplicou-se a “lei da ficha limpa”, o que tornava o ex-presidente inelegível. Em agosto, em nova demonstração de casuismo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em desacordo com sua jurisprudência⁷⁰, impugnou a candidatura de Lula, exigindo sua substituição na chapa e nos programas eleitorais.

Ao longo da campanha, Bolsonaro firmou-se como representante da direita e ganhou a eleição. Nessa trajetória, o candidato contou com o apoio implícito de uns e explícito de outros. A burguesia mostrou sua predileção por ele em evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na ocasião, Bolsonaro foi o candidato mais aplaudido, e o presidente da entidade, Robson Braga de Andrade, afirmou que sua categoria “não tem receio, de forma alguma, de um governo de Jair Bolsonaro”⁷¹. O jornal *O Estado de São Paulo*, em editorial (08.10.2018), afirmou ser “Uma escolha muito difícil” optar por Haddad, representante de um partido que havia

⁶⁹ *O Globo*, 08.nov.2019.

⁷⁰ *O Globo*, 02.ago.2019, p. 5.

⁷¹ *Folha de São Paulo*, 19.jul.2019, p. A4.

governado o país por 13 anos, e Bolsonaro, político que enaltecia o regime autoritário. Embora a imprensa internacional classificasse Bolsonaro como de extrema-direita, a *Folha de São Paulo* proibiu o uso do termo para designá-lo⁷². A *TV Globo*, que historicamente promove o último debate das campanhas presidenciais, cancelou o confronto do segundo turno porque Bolsonaro se recusou a participar. Assim, a emissora rompia a tradição de manter o púlpito vazio e abrir espaço para que os demais candidatos se apresentassem.

Finalmente, o judiciário foi omissivo diante das irregularidades cometidas pela campanha de Bolsonaro. Uma das maiores irregularidades foi o uso de *fake news*. Prevendo que esse instrumento seria um desafio para as autoridades, o TSE criou, em dezembro de 2017, Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições, que, além de técnicos do tribunal, contava com representantes do Exército, da Polícia Federal, do Ministério Público Eleitoral, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da sociedade civil⁷³. Pouco efetivo, apenas em 15 de outubro, em pleno segundo turno, é que o TSE exigiu que o *YouTube* e o *Facebook* retirassem do ar os vídeos que disseminavam a *fake news* do *kit gay*⁷⁴. Embora o tribunal tivesse dado 48h para o cumprimento da ordem, até hoje essa mentira é propagada por diversos canais, dentre os quais o do próprio Bolsonaro⁷⁵ e de Silas Malafaia⁷⁶, pastor evangélico e apoiador de Bolsonaro.

Outra omissão das autoridades diz respeito ao financiamento ilegal da campanha de Bolsonaro. Em 18 de outubro, foi noticiado que havia um grupo de empresas pagando pelo disparo massivo de mensagens contra o PT e a favor de Bolsonaro⁷⁷. Uma vez que estavam vetadas as doações de pessoas jurídicas às campanhas, esse tipo de veiculação configurava prática irregular e ilegal.

No dia 27 de outubro, Bolsonaro obteve a maioria dos votos e foi eleito presidente do Brasil. Na semana seguinte, ele anunciou Moro como seu ministro da Justiça. No dia 2 de janeiro, na cerimônia de transmissão do ministro da Defesa, Bolsonaro vira-se para o general Villas Boas e diz que “o senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui”⁷⁸.

⁷² *Folha de São Paulo*, 14.out.2018.

⁷³ *Folha de São Paulo*, 06.out.2018, p. A14.

⁷⁴ Facebook e YouTube têm 48h para retirar do ar vídeos com inverdades sobre livro de educação sexual. *TSE*, 16.out.2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/facebook-e-youtube-tem-48-horas-para-retirar-do-ar-videos-com-inverdades-sobre-livro-de-educacao-sexual>. Acesso: 06.dez.2020.

⁷⁵ Haddad, o criador do kit-gay: Vamos mudar o rumo da educação. *Jair Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RLaXUWxrVJQ>. Acesso: 06.dez.2020.

⁷⁶ Bolsonaro prova que Haddad é o pai do Kit Gay. *Silas Malafaia Oficial*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DfzoQ_bkRII. Acesso: 06.dez.2020.

⁷⁷ *Folha de São Paulo*, 18.out.2018, p. A4.

⁷⁸ *O Globo*, 03.jan.2019, p. 6.

2.6. Lacunas teóricas

Nossa pesquisa sobre o assunto incluiu artigos acadêmicos, livros de referência na área, trabalhos apresentados em congressos, matérias e colunas em sítios e entrevistas que trataram da destituição de Dilma Rousseff como sendo um (neo)golpe de Estado. Obviamente, não temos a ilusão de que lemos tudo o que foi produzido, inclusive porque a produção editorial e o conteúdo “online” são variáveis sobre as quais não temos controle.

Ao ler autores que analisam a destituição de Dilma Rousseff a partir da chave do neogolpismo – ou qualquer variação como “golpe parlamentar”, “golpe institucional”, “golpe midiático” etc. – percebemos duas grandes lacunas. Uma diz respeito à influência da dimensão internacional; a outra, referente a como as ruas “entraram em movimento” em junho de 2013.

Acerca da influência da dimensão internacional, em que pese muitos lembrarem que tal variável é importante para interpretar o caso brasileiro, quase todos o fazem sem aprofundar. Entre outros, Coelho (2018, 2016), Coelho e L. Monteiro (2017), Coelho e Mendes (2020), L. Monteiro (2018), Medeiros (2018), Pereira da Silva (2019) e Santos (2017) deixam claro que o golpe ocorrido no Brasil faz parte de um fenômeno sistêmico. Ainda que o façam com ênfase variada, esses autores pontuam que as classes dominantes, nas mais diversas latitudes, desenvolveram novas táticas para contornar a vontade democrática e submeter o Estado aos seus interesses por meio de processos que a maioria das pessoas não percebem serem golpes de Estado. Além disso, com exceção de W.G. dos Santos (2017), esses autores e Miguel (2019) indicam que mudar a política externa dos referidos Estados era um dos objetivos do golpe.

Outra consideração importante é que dois autores pontuam a possibilidade de que houve participação dos Estados Unidos no golpe de 2016, mas que ainda não se pode afirmar como isso se deu. Pereira da Silva (2019, p. 96) destaca que os neogolpes contaram com “o (por enquanto) ainda difícil de comprovar, mas muito provável apoio de *think tanks* de direita internacionais e do governo dos Estados Unidos”. Já Miguel (2019, p. 13; 165) destaca que o golpe precisa ser analisado a partir de múltiplas variáveis, sendo uma delas “a nova ofensiva do imperialismo estadunidense” e que “um fator cuja importância no golpe ainda está por ser plenamente desvendada é a influência dos interesses estadunidenses”.

Finalmente, percebemos uma lacuna teórica em um evento-chave para entender o processo que levou à derrubada de Dilma e à eleição de Bolsonaro: as manifestações de junho de 2013. Ainda que muitos analistas convirjam para remeter àqueles eventos o início da crise, via de regra, não se discute o que teria catalisado tanta energia a ponto de alterar de tal forma a

política brasileira. Entram nesse rol Chaloub e Lima (2018), Coelho e Mendes (2020), Domingues (2016), Guimarães e Moreira (2018), L. Monteiro (2018), Pinto (2019), Rocha (2019), Santos e Szwako (2016) e Singer (2018).

Com efeito, há grande dificuldade em explicar junho de 2013. Principalmente porque não nos parece plausível que aquelas manifestações “de repente” cresceram exponencialmente “e surgiram, do nada, manifestações em todas as maiores capitais, sem que se soubesse muito bem por quê” (SINGER, 2018, p. 104).

Por outro lado, Freitas (2019), Jessé Souza (2020) e nós mesmos em trabalhos anteriores (MENDES, 2019, 2018) consideramos que junho de 2013 pode ser considerado uma revolução colorida, uma face da guerra híbrida. Já Fiori (2020, p. 107) afirma que as guerras híbridas constituem uma forma complexa de intervenção dos EUA e que, entre os aspectos delas, há a “indução e manipulação dos ‘levantes populares’” como os ocorridos no Brasil. No entanto, o autor não deixa claro se ele considera ou não que os levantes já foram manipulados desde 2013.

2.7. Conclusão preliminar

Ao longo da Modernidade, conforme o Estado e a sociedade foram ficando mais complexos, o fenômeno golpe de Estado passou por transformações em sua aparência. Porém, sua essência foi preservada nos aspectos gerais e na sua função política. Golpes de Estado consistem no uso de meios excepcionais para interferir no funcionamento das regras política, especialmente nas concernentes à transição de elites, e tem como objetivo redistribuir o poder, seja para tomar o controle do Estado, seja para impedir que o controle escape das mãos da burguesia.

Após o fim da Guerra Fria, estabeleceu-se uma conjuntura que inibe a execução de golpes de Estado tal qual o senso comum e parte da academia o concebem, especialmente sua variante militar, outrora tão usual. Um dos aspectos dessa nova conjuntura é o respeito à democracia. Desde os anos 1980, a burguesia forjou a sinonímia entre democracia e neoliberalismo, muito embora haja entre ambos uma dicotomia, haja vista que o nível de exploração a que a classe trabalhadora é submetida no neoliberalismo é incompatível com o regime democrático.

No caso brasileiro, a redemocratização ocorreu em paralelo à ascensão do neoliberalismo à condição de ideologia e sistema político-econômico dominantes. Por ainda não ter estabelecido sua hegemonia, os neoliberais não conseguiram que a Constituição de 1988 refletisse seus interesses, o que fez com que a Nova República fosse um período de intensa disputa ideológica, que tinha como ponto de tensão a manutenção ou não de direitos sociais.

Nesse embate, os *leitmotifs* liberais foram a antinomia entre empregos e direitos e a tese de que os direitos não cabem no PIB. Apesar de ocuparem o centro do seu discurso desde 1988, apenas em 2018 empregos e direitos foram apresentados como elementos mutuamente excludentes por um presidenciável competitivo, quando Bolsonaro disse que “o trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”⁷⁹.

A eleição de Bolsonaro é mais um elemento na crise orgânica que teve início em 2013, quando o Brasil passou a assistir a um fenômeno novo: a direita passou a ocupar as ruas do país. Na esteira dos protestos daquele ano, tensões até então embotadas ganharam força e se alimentaram mutuamente, gerando a crise aqui analisada. A autoimagem que as Forças Armadas têm de instituição tutelar do Estado; uma mídia que milita pelas causas neoliberal e antipetista; e um sistema de justiça que recorre a métodos de exceção a fim de auxiliar a acumulação de capital são algumas dessas questões que saíram da inércia a partir de 2013. Além disso, a direita teve sucesso em criar uma equivalência entre corrupção e esquerda, de uma forma geral, e ao PT, em especial. Finalmente, o discurso anticorrupção serviu de biombo para que a classe média apoiasse o projeto da elite de desestabilizar e derrubar a presidenta Dilma e eleger Bolsonaro.

A partir de 2013, as engrenagens para o neogolpe começaram a trabalhar. Ajustado à conjuntura pós-Guerra Fria, as elites latino-americanas desenvolveram uma nova forma de submeter o Estado aos seus interesses contornando os processos democráticos. É nesse contexto que surgem os neogolpes: golpes de Estado sem o protagonismo das Forças Armadas e apoiados na interação dialética entre as ruas e instituições, como a mídia, o sistema de justiça e o Parlamento. Um neogolpe resulta do círculo vicioso no qual as ações institucionais insuflam as ruas e as manifestações fortalecem o golpismo nas instituições.

No caso brasileiro, o amálgama para o neogolpe foi a luta anticorrupção, com a Lava Jato vinculando todas as frentes. Focada nas lideranças do PT, especialmente no ex-presidente Lula, a OLJ alimentou o noticiário e o antipetismo, o que serviu de pretexto para manifestações massivas, que, por sua vez, reduziram o custo transacional do golpe desferido em 2016.

Em que pese a semelhança com os neogolpes anteriores, o caso brasileiro representou um aprimoramento do fenômeno. Sua forma lenta, a criação de diversos atos formais e a intensa participação popular são alguns dos elementos desse aperfeiçoamento. O outro foi a continuidade em operação dos instrumentos que viabilizaram o golpe mesmo depois que esse já se havia consumado, de modo a impedir que o golpe fosse desfeito com o retorno das esquerdas ao poder

⁷⁹ Bolsonaro: trabalhador terá que escolher entre direito e emprego. *Catraca Livre*, 28.ago.2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-trabalhador-tera-que-escolher-entre-direito-e-emprego/> Acesso em 08.dez.2020.

na eleição de 2018. A partir de leituras casuístas das leis, Lula foi preso e tornado inelegível. Por outro lado, Bolsonaro contou com o apoio da elite, da mídia e do sistema de justiça, que, por ação ou omissão, pavimentaram seu caminho até a Presidência.

Destaque-se também que parte da crise se deve a erros do PT enquanto governo. As duas leis cuja importância para o golpe é indelével, a da “ficha limpa” e a da “delação premiada”, foram promulgadas respectivamente por Lula e Dilma. Ademais, os governos petistas não enfrentaram aqueles problemas que quando saíram da inércia fomentaram a crise orgânica.

Pode-se dizer que o neogolpe brasileiro foi extremamente bem-sucedido. Em parte porque entre os cientistas políticos prevalece a visão institucionalista, que dá pouca ênfase às dinâmicas ocorridas fora das instituições. Também contribuíram para essa visão o quão aprimorado ele foi em relação às experiências hondurenha e paraguaia.

Finalmente, mesmo entre as análises que tratam da crise orgânica brasileira a partir da chave do neogolpismo, há lacunas teóricas importantes. Uma é a insuficiência em explicar como as ruas entraram em movimento em 2013. Esse fato se observa mesmo entre os que consideram as manifestações de junho como eventos-chave para o golpe de 2016. Ademais, também não elucidam a dimensão internacional da crise e do golpe. Notadamente, observa-se uma insuficiência para explicar qual é a relação entre a crise brasileira e a disputa de poder que ocorre em escala global. Assim como, ainda que alguns apontem indícios do envolvimento dos Estados Unidos nos eventos, essa participação permanece não explicada. Para ambas as lacunas o conceito de guerras híbridas, tema do próximo capítulo, oferece melhores instrumentos analíticos.

3. GUERRA HÍBRIDA

“Fala-se em espontaneidade, mas o desenvolvimento espontâneo do movimento operário aponta justamente para a subordinação deste à ideologia burguesa”

(Vladimir Lenin)

Este capítulo visa analisar a crise orgânica brasileira a partir da ótica de uma guerra híbrida. Para isso, é necessário cumprir quatro atividades preliminares: definir guerra; abordar as transformações mais recentes ocorridas na guerra; apresentar três das principais doutrinas bélicas contemporâneas – guerra de quarta geração, guerra não convencional e guerra híbrida – ; e analisar o fenômeno das revoluções coloridas. A crise brasileira, especificamente, dividimos em duas partes, junho de 2013 e *lawfare*.

Cumpra, ainda, fazer uma observação. Nossa análise geopolítica privilegia o comportamento dos Estados Unidos. Não se trata de ignorar que, dialeticamente, os eventos da política internacional resultam da ação e reação de múltiplos atores. Nossa opção decorre tanto das limitações inerentes ao tipo de pesquisa aqui realizado quanto a três fatos: os Estados Unidos (EUA) são o principal ator da política internacional; a América Latina e o Brasil, historicamente, fazem parte da zona de influência imediata dos EUA; e não há indícios de que seus principais oponentes na arena internacional – Rússia e China – tenham influenciado decisivamente os eventos sobre os quais nos debruçamos.

3.1. Guerra

Uma vez que a guerra se metamorfoseou ao longo do tempo, sua definição conceitual demanda atualização, o que nem sempre é trivial. Porém, para demonstrar como a crise brasileira pode ser considerada uma guerra híbrida, é mister enfrentar esse desafio.

Autor do verbete “guerra” no *Dicionário de política*, de Bobbio et al., Umberto Gori (2010) destaca que inexistente uma definição consensual para guerra.

Os internacionalistas estudam os critérios com base nos quais é possível distinguir exatamente o estado de guerra do estado de paz [...] Estas definições, porém, não visam tanto colher a essência do fenômeno, quanto evidenciar seus determinados momentos formais, os quais, contudo, vão desaparecendo cada vez mais da praxe atual (GORI, 2010, p. 571).

O autor está indicando duas dificuldades enfrentadas pela Ciência Política para analisar as guerras. A primeira é que não se está alcançando a essência do objeto. A outra refere-se à atualização. A pesquisa em tela dialoga com ambas as questões, afinal, não atingindo a essência do objeto e apegados a uma conceituação de guerra insuficiente para caracterizar o fenômeno no presente, não estaria a maioria dos analistas deixando de perceber que houve uma guerra a fim de submeter o Brasil à vontade dos Estados Unidos?

Gori prossegue:

A tradição doutrinal tem insistido muito sobre o fato de que a violência se expressa na guerra por meio da “força armada”. Isso reduziu bastante os casos que podemos configurar como guerra; mas, mesmo assim, se se ganhou em matéria de precisão, perdeu-se um pouco o contato com a realidade do nosso tempo. Hoje, a “força” não se expressa mais (nem é mais assim concebida) apenas em termos militares [...] Todos os outros tipos de guerra (psicológica ou guerra fria, guerra econômica, etc.), que têm tanta influência sobre as relações internacionais, fogem a esta norma específica atual (GORI, 2010, p. 571).

Novamente, o autor expõe a dificuldade que a academia tem demonstrado para apresentar uma definição de guerra aplicável aos nossos dias. Reconhecer essa dificuldade não o impede de formular o que ele considera a definição “mais próxima da realidade”: “a guerra se configura, ao mesmo tempo, como uma espécie de conflito, uma espécie de violência, um fenômeno de psicologia social, uma situação jurídica excepcional e, finalmente, um processo de coesão interna” (GORI, 2010, p. 572).

Gori (2010) observa ainda que os objetivos da guerra podem ser de duas naturezas: absoluta ou limitada. Uma foca na destruição total do adversário; a outra, em alterar o comportamento do oponente, redefinindo as relações de poder num determinado território.

O trabalho de Gori nos ajudou a identificar o estado da arte no que toca a concepção política da guerra. Cumpre agora aprofundar o tema a partir do trabalho Sun Tzu, Nicolau Maquiavel e Carl von Clausewitz, pensadores que a ele se dedicaram e cujas obras são basilares para sua análise.

3.1.1. *Sun Tzu*

Em *A arte da guerra*, o general Sun⁸⁰ (2007) explicitava a relação entre os assuntos bélicos e políticos logo no primeiro parágrafo: “a guerra tem importância crucial para o Estado

⁸⁰ Conforme consta na própria apresentação da edição usada nesta pesquisa, há uma polêmica sobre a existência ou não do general Sun Tzu. Não entraremos nessa controvérsia, uma vez que, para nossa investigação, o que

[...] quem não reflete sobre o assunto evidencia uma indiferença condenável pela conservação” (SUN, 2007, p. 12).

Sun (2007) pontua que a qualidade de um general se mede não pelas batalhas épicas, mas pelas vitórias obtidas sem que se tenha necessitado combater, ou, em suas palavras, o melhor general é aquele que “sem derramar uma gota de sangue, sem mesmo desembainhar a espada, consegue tomar as cidades” (SUN, 2007, p. 21). Para ele, não poderia ser diferente, afinal, “a melhor política guerreira é tomar um Estado intato; uma política inferior consiste em arruiná-lo” (SUN, 2007, p. 19).

Para vencer sem precisar combater é importante sabotar o Estado inimigo por meio da cizânia em suas fileiras, da interferência nas suas relações exteriores; e dificultar que seus governantes tenham capacidade de tomar decisões. Por outro lado, o zelo para com a coesão interna (“harmonia nas relações humanas”) possui mais relevância que o senso de oportunidade (tempo) ou o conhecimento do terreno (espaço) (SUN, 2007).

Sun (2007) dedica o derradeiro capítulo de seu livro ao que chamou de “da arte de semear a discórdia”. Por isso, não se deve economizar na espionagem, cuja função se divide em duas. A mais óbvia é a de obter informações acerca do alvo. A outra é a de insuflar divisões, no que consiste o segredo de todo o sucesso. Explica ainda que a criação da discórdia deve operar de forma segmentada, de acordo com nichos específicos.

O grande segredo para vencer sempre consiste na arte de semear a divisão: nas cidades e nas aldeias, no exterior, entre inferiores e superiores [...].
 Chamo divisão nas cidades e nas aldeias aquela mediante a qual se consegue conquistar os habitantes das cidades e das aldeias que estão sob dominação inimiga, envolvendo-os para que possam ser usados com segurança, em caso de necessidade.
 Chamo divisão exterior aquela mediante a qual se consegue aliciar os oficiais que servem no exército inimigo.
 Pela divisão entre inferiores e superiores entendo a que nos coloca em condições de aproveitar a dissensão que semeamos entre os aliados, entre as diferentes guarnições, ou entre os oficiais dos diversos escalões do exército inimigo. [...]
 Se souberes infiltrar traidores nas cidades e nos vilarejos inimigos, em breve terás ali muitas pessoas inteiramente devotadas (SUN, 2007, p. 75–76).

3.1.2. *Maquiavel*

Maquiavel ensina que subverter a ordem dentro de um Estado é um passo importante para que “uma parte dele possa ser seguramente tomada” (MAQUIAVEL, 2013, p. 33). Afirma:

interessa é o conteúdo da obra *A arte da guerra*, pouco importando se Sun Tzu foi uma pessoa real ou um pseudônimo de um ou vários estrategistas.

“por mais poderoso que seja o próprio exército, necessita-se sempre da ajuda da gente local para o ingresso nas suas terras” (MAQUIAVEL, 2013, p. 9).

Ainda sobre a conquista, o autor enfatiza que se deve estar providente para aproveitar as oportunidades. “Os homens que querem fazer uma coisa devem primeiro, com toda indústria, preparar-se, para que possam, quando a ocasião chegar, estar aparelhados para satisfazer o que se dispuseram a operar” (MAQUIAVEL, 2015, p. 38). Complementa o autor que, uma vez conquistado um Estado soberano, será mais fácil dominá-lo “através de seus próprios cidadãos do que por outros meios” e que um dos modos de manter tal domínio é “recolhendo um tributo e criando em seu interior um governo oligárquico que lhes coíba todo amotinamento” (MAQUIAVEL, 2013, p. 24).

3.1.3. Clausewitz

Para o general Clausewitz (2005, p. 295), “a arte da guerra, no seu ponto máximo, é a política”. O autor pontua que, para além da destreza militar, na execução do combate propriamente dito, o sucesso de uma campanha depende de conquistar o que hoje chamaríamos de “corações e mentes” do inimigo: “mesmo que esses objetivos [militar e territorial] estejam conquistados, ainda assim, a guerra, ou seja, os sentimentos e atividades ameaçadoras de grupos hostis não poder ser julgados como findos, enquanto a vontade do inimigo também não for dominada” (CLAUSEWITZ, 2005, p. 31).

Clausewitz (2005) ensina que a estratégia é o conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da campanha e possui cinco categorias: moral, física (capacidade militar), matemática (ângulos das linhas de combate), geográficos e estatísticos. O autor destaca que, dentre elas, a mais importante diz respeito às forças morais. Por sua vez, uma das principais armas contra as forças morais do inimigo é o elemento surpresa, devido à sua capacidade de confundir e reduzir a coragem do inimigo.

No entanto, a surpresa está condicionada à existência da oportunidade, que, por sua vez, não é um elemento que o comandante controla. O sucesso do elemento surpresa “está relacionado com a imprescindível presença de circunstâncias favoráveis, que, obviamente, não acontecem com muita frequência e que raramente podem ser provocadas pelo próprio comandante” (CLAUSEWITZ, 2005, p. 164).

3.2. Transformações recentes da guerra: do fim da Segunda Guerra Mundial ao século XXI

Mary Kaldor (2012) observa que, desde o fim da Guerra Fria, vêm ocorrendo o que ela chama de “novas guerras”: modalidades de violência que transcendem as fronteiras nacionais e que não são alcançadas pela gramática política. As novas guerras seriam marcadas pela indistinção, pela dificuldade em estabelecer seus limites, especialmente no que diz respeito se os atores são estatais ou não, quem são os combatentes e os civis. Segundo ela, as novas guerras relacionam-se ao enfraquecimento do poder do Estado, cujo monopólio da violência haveria sido erodido com o avanço da globalização.

Kaldor (2012) também frisa a relação entre a tecnologia da informação (TI) e as novas guerras. Em que pese afirmar que se trata mais do que incorporar ao combate a tecnologia de ponta, ela reconhece que as mídias eletrônicas potencializam a capacidade de mobilização e ação política.

Finalmente, explica que a função de distinguir entre novas e velhas guerras era alterar a percepção dominante sobre as guerras (KALDOR, 2012), o que é muito importante para a pesquisa em tela, afinal, há no cenário político uma forma de submeter Estados e populações e que escapa das caracterizações tradicionais de guerra. A razão dessa inobservância deriva de que “o que tendemos a perceber como guerra [...] é, de fato, um fenômeno específico que se formou na Europa entre os séculos XV e XVIII, embora tenha passado por várias fases diferentes desde então” (KALDOR, 2012, p. 15)⁸¹.

Apresentado esse contexto teórico geral, podemos tratar das transformações pelas quais a guerra passou e que, em nosso entendimento, ajudam a iluminar os mecanismos que contribuíram para a crise orgânica brasileira objeto de nosso estudo.

O advento e a proliferação das armas nucleares figuram entre as principais razões – senão a principal – para que os Estados mais poderosos buscassem alternativas às guerras convencionais, que se tornaram virtualmente impraticáveis nessa nova realidade. Dessa forma, foi necessário desenvolver outras formas de combate (SIMIONI, 2011).

⁸¹ Tradução nossa do trecho “*What we tend to perceive as war [...] is, in fact, a specific phenomenon which took shape in Europe somewhere between the fifteenth and eighteenth centuries, although it has passed through several different phases since then*”.

Assim, um aspecto que foi central na Guerra Fria foi a luta no campo ideológico. Para travar essa disputa, Estados Unidos e União Soviética usaram todas as plataformas tecnológicas disponíveis. Essa foi uma dimensão do conflito tão importante que há quem fale na “Guerra Fria Cultural” (SAUNDERS, 2008).

Entre os estadunidenses, o mentor dessa operação foi George Kennan. Formulador da estratégia da contenção e do Plano Marshall, ele foi “um dos pais da CIA [Agência Central de Inteligência]”, a quem coube a guerra cultural. Em 1947, ano de fundação da Agência, suas ideias inspiraram uma diretora do Conselho de Segurança Nacional que instruiu a CIA “a empreender ‘atividades psicológicas sigilosas’ que apoiassem as políticas anticomunistas norte-americanas” (SAUNDERS, 2008, p. 53). Assim, “a CIA construiu um ‘consórcio’ cuja dupla tarefa era vacinar o mundo contra o contágio do comunismo e facilitar a aceitação dos interesses da política externa norte-americana” (SAUNDERS, 2008, p. 14).

Em 1961, os Estados Unidos fundaram a *United States Agency for International Development* (USAID), órgão do Departamento de Estado dos Estados Unidos cuja missão é “apoiar a condução da política externa estadunidense” e promover “a democracia, a paz e a prosperidade mundo afora”⁸². Para tanto, a USAID estabelece parcerias em outros países. Essas parcerias podem ser com instituições públicas ou privadas.

Tão logo foi fundada, a USAID passou a operar na América Latina, trabalhando em parceria com *think tanks* liberais, financiando professores universitários de direita e de esquerda – quando não fossem comunistas –, recrutando e oferecendo instrução a agentes de segurança. Dessa forma, a USAID tanto contribuiu para a desestabilização dos governos derrubados na região quanto apoiou as ditaduras que seguiram aos golpes.⁸³

Em 1983, os EUA criaram o *National Endowment for Democracy* (NED). O fundo surgiu da necessidade de apoiar abertamente instituições que possuíssem afinidade ideológica com o governo estadunidense, uma vez que vez que o financiamento secreto da batalha de ideias não foi bem recebido quando, em 1967, foi tornado público. Apesar de ser uma organização não-governamental, o NED recebe e distribui recursos públicos a organizações privadas a fim de promover os valores da democracia liberal e do livre-mercado⁸⁴.

⁸² Mission, vision and values. *USAID*. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/mission-vision-values>. Acesso: 30.dez.2020.

⁸³ Para mais detalhes, ver item 1.2.1, no qual o tema é discutido mais profundamente.

⁸⁴ History. *NED*. Disponível em: <https://www.ned.org/about/history/#1>. Acesso: 30.dez.2020.

O NED é um elemento chave na retomada da ofensiva estadunidense. Ele articula a tese falaciosa e propagandística da inseparabilidade entre neoliberalismo e democracia, enunciado central da Doutrina Reagan e replicado por todos os governos estadunidenses que vieram depois. Sua criação foi seguida da de outras três instituições com as quais o fundo trabalha: o International Republican Institute (IRI), o National Democrat Institute (NDI) e o Center of Private Enterprise (CIPE). Os dois primeiros são *think tanks* ligados aos principais partidos estadunidenses. O CIPE é uma entidade vinculada à Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Essas quatro instituições foram criadas para travar de forma aberta a guerra ideológica que a CIA vinha travando de forma encoberta (PECK, 2010). Ademais, a relação entre o NED e a CIA fica evidente pelo fato de que pela direção do fundo passaram notáveis ex-agentes de inteligência, como John Dimitri Negroponte⁸⁵ (MEYSSAN, 2004).

Montado para travar a guerra ideológico contra o socialismo soviético, tal aparato não foi desmobilizado após a vitória na Guerra Fria. A partir dos anos 1990, além de continuar operando nas ex-repúblicas soviéticas, o NED atuou para desestabilizar os governos de Jean-Bertrand Aristide (Haiti), Fidel Castro (Cuba) e Hugo Chávez (Venezuela). O NED distribui recursos para ONGs e *think tanks* liberais cujos militantes recebem formação intelectual – desde teoria liberal até ação política – oferecida direta ou indiretamente por quadros da USAID, do IRI e do NDI (MACKINNON, 2010). Esses financiamento e treinamento são chave para compreender as revoluções coloridas, e conseqüentemente a crise brasileira.

Analisadas as transformações pelas quais a guerra passou e que dialogam com nosso tema de pesquisa, cumpre apresentar as doutrinas militares que igualmente relacionam-se com nossa proposta investigativa.

3.3. Guerras de quarta geração, guerras não convencionais e guerras híbridas

Devido ao já apontado constrangimento que as armas nucleares impõem às guerras convencionais, as forças armadas em todo o mundo têm buscado soluções que se adequem a essa realidade. A depender da doutrina, essa nova modalidade vai receber o nome de assimétrica, irrestrita, de quarta geração ou híbrida, entre outros.

⁸⁵ A relação passada e presente de Negroponte foi tratada no item 2.2.2.1.

Independentemente da escola, a guerra psicológica assume a centralidade

tendo em vista que, neste tipo de conflito, o que se busca é atingir o moral do adversário. Diante disso, pode-se afirmar que todos os outros tipos de guerra são decorrentes de suas ações e, mais do que isso, todos os outros tipos de guerra serão subordinados à guerra psicológica (SIMIONI, 2011, p. 210).

Tal orientação visa destruir a capacidade de coesão (SIMIONI, 2011) ou minar a liderança (KORYBKO, 2018b) do inimigo, tal qual ocorreu no Brasil a partir de 2013 e que viabilizou o neogolpe e eleição de Bolsonaro. A esse respeito, julgamos que há três abordagens que ajudam a entender a crise orgânica pela qual o Brasil passa: guerra de quarta geração, guerra não convencional e guerra híbrida.

3.3.1. Guerra de quarta geração

O conceito de guerra de quarta geração foi desenvolvido por Willian Lind em 1989. Em 2004, face aos desafios enfrentados pelos EUA no Afeganistão e no Iraque, Lind publicou novo artigo sobre o tema, no qual assim caracteriza as quatro gerações das guerras modernas: a primeira (1648-1860): linhas e colunas fixas e grandes contingentes; a segunda (1860-1918): guerra de atrito com linhas e colunas fixas; a terceira (1918 em diante): guerra de movimento, com elevado poder de fogo articulado a velozes deslocamentos de tropas e algum grau de descentralização das operações táticas; quarta (1945 em diante), elevado grau de descentralização e conflitos focais (LIND, 2004).

Segundo Lind, a partir de 1945, os elementos da quarta geração foram sendo introduzidos de forma complementar até o fim da Guerra Fria, quando os conflitos de quarta geração se tornaram predominantes. Para ele, uma das características da guerra de quarta geração é que nem sempre é possível distinguir militares de civis (LIND, 2004).

3.3.2. Guerras não convencionais

Dentre os cenários possíveis de atuação das Forças Armadas estadunidenses, a *National Defense Strategy* de 2005 elencou a guerra irregular, situação em que o excedente de força estadunidense é desafiado por métodos não convencionais de combate (HOFFMAN, 2007). Em 2010, o Departamento de Defesa (DOD) emitiu o documento Training Circular (TC) 18-01, que instrui as forças especiais sobre guerras não convencionais, afinal, “em um futuro previsível, as forças dos EUA se envolverão predominantemente em operações de guerra irregular”

(U.S., 2010, p. iv)⁸⁶, embora recorde que esse tipo de operação já fora experimentado na Segunda Guerra Mundial (1942-1945), na Guerra da Coreia (1951-1953), no teatro europeu durante a Guerra Fria (1952-1989), na Guatemala (1954), em Cuba (1960) e na Nicarágua (nos anos 1980) (U.S., 2010).

O DOD define guerras não convencionais como “atividades realizadas para permitir que um movimento de resistência ou insurgência possa coagir, interromper ou derrubar um governo ou poder de ocupação operando através ou com uma força subterrânea, auxiliar e guerrilheira”. O DOD afirma que “a intenção dos esforços de guerra não convencionais dos EUA é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de uma potência hostil, desenvolvendo e sustentando forças de resistência para cumprir os objetivos estratégicos dos EUA” (U.S., 2010, p. 1.1).

Um elemento importante em uma campanha de guerra não convencional é a subversão, “ações destinadas a minar a força ou moral militar, econômica, psicológica ou política de uma autoridade governante” e cuja função é “dilapidar o poder do governo ou elemento de ocupação, retratando-o como incapaz de atender às demandas da população” (U.S., 2010, p. 1.6-1.7)⁸⁷.

O documento destina uma seção à “viabilidade para o patrocínio dos Estados Unidos”, na qual fica claro que Washington reconhece seus limites para interferir no quadro político da “nação hostil”: “embora forças externas possam alterar e moldar o ambiente existente em algum grau, elas não podem fabricá-lo ou transplantá-lo artificialmente” (U.S., 2010, p. 1.3). Nesse sentido, o TC 18-01 destaca que essas operações excedem a capacidade de ação dos DOD e que, por isso, exige cooperação interagências para assim melhor explorar as condições favoráveis.

Há condições gerais e específicas que condicionam o sucesso desse tipo de operação. Em geral, uma população dividida é mais vulnerável. Por outro lado, entre as condições específicas que facilitam uma campanha de guerra não convencional, uma relaciona-se mais à nossa pesquisa: a existência de segmentos nacionais dispostos a colaborar com os Estados Unidos (U.S., 2010). Como já apontado, um dos resultados da crise iniciada em 2013 é o alinhamento

⁸⁶ Tradução do trecho “For the foreseeable future, U.S. forces will predominantly engage in irregular warfare (IW) operations.”

⁸⁷ Tradução dos trechos “Subversion undermines the power of the government or occupying element by portraying it as incapable of effective governance to the population” e “Actions designed to undermine the military, economic, psychological, or political strength or morale of a governing authority”.

do Brasil à política externa estadunidense, ou seja, forças endógenas se dispuseram a cooperar com Washington.

3.3.3. Guerras híbridas

O termo “híbrido” aparece como característica da gestão da violência nos círculos político-militares tanto nos Estados Unidos quanto na Rússia. Ambos alegam que as guerras híbridas são praticadas contra seus interesses. No Brasil, o termo “guerra híbrida” vem sendo usado por intelectuais de esquerda para explicar as transformações ocorridas desde 2013 e também aparece em produções vinculadas ao circuito militar – revistas, sítios e eventos focados na temática de defesa e em trabalhos elaborados nas academias militares, como apontamos na Introdução.

3.3.3.1. Guerras híbridas sob a ótica estadunidense

Ao que tudo indica, a primeira vez que o termo “guerra híbrida” foi usado foi no artigo *Transformation or stagnation? Rethinking Australia's defence* (2002), de Alan Dupont, no periódico *Australian Journal of International Affairs*. Porém, foi a partir de uma série de publicações de Frank Hoffman, tenente-coronel do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, que o conceito foi elaborado e ganhou notoriedade.

Para Hoffman, “a indefinição dos modos de guerra, a indefinição de quais lutas e quais tecnologias são utilizadas, produz uma ampla gama de variedade e complexidade que chamamos de guerra híbrida” (HOFFMAN, 2007, p. 14)⁸⁸. Além disso, “como visto em Kosovo, Afeganistão e Iraque, adversários irregulares estão adotando táticas e modos de operações para compensar nosso poder de fogo e vantagens na coleta de inteligência, vigilância e reconhecimento” (HOFFMAN, 2007, p. 15)⁸⁹.

3.3.3.2. Guerras híbridas sob a ótica russa

⁸⁸ Tradução do trecho “*The blurring of modes of war, the blurring of what fights, and what technologies are brought to bear, produces a wide range of variety and complexity that we call hybrid war*”.

⁸⁹ Tradução do trecho “*As seen in Kosovo, Afghanistan, and Iraq, irregular adversaries are adopting tactics and modes of operations to offset our firepower and advantages in intelligence collection, surveillance and reconnaissance.*”

Em 2015, Andrew Korybko publicou *Hybrid wars: the indirect adaptive approach*⁹⁰. Trata-se de uma iniciativa do *think tank* do qual Korybko é um dos conselheiros, o *Institute for Strategic Studies and Predictions*, cuja missão é “promover o fortalecimento da posição internacional da Federação Russa”⁹¹. De modo geral, a obra busca passar a visão de Moscou sobre as transformações geopolíticas ocorridas na Eurásia desde o fim da Guerra Fria. Nesse sentido, a tônica do livro é que a guerra híbrida faz parte de uma estratégia dos EUA para desestabilizar o entorno russo e, assim, ampliar seu poder. Especificamente, o livro traz uma sistematização que abrange teoria, estratégia e prática das guerras híbridas. E é esse aspecto que nos interessa, especialmente pelo detalhamento do *modus operandi* de uma revolução colorida, uma vez que nos enquadrámos entre aqueles que julgam que os eventos de 2013 foram um desses golpes brandos.

Do ponto de vista teórico, Korybko (2018b) recupera as teses estadunidenses de guerra de quarta geração, guerra híbrida e guerra não convencional. Para ele, as guerras híbridas constituem “um novo método de guerra indireta sendo perpetrada pelos EUA” (KORYBKO, 2018b, p. 13) e “são o epifenômeno das guerras de quarta geração” (KORYBKO, 2018b, p. 27). São uma nova forma de mudança de regime que principia com uma revolução colorida, “um golpe brando”, “que é logo seguida por um golpe rígido, por intermédio de uma guerra não convencional, se o primeiro fracassar” (KORYBKO, 2018b, p. 13).

Em uma guerra de quarta geração, a estratégia deve pautar-se pela abordagem indireta, a fim de dissimular o ataque. Nesse ponto, o autor recupera um conceito militar de “ciclo OODA” (observação, orientação, decisão e ação), fundamental para a resposta militar. É nesse ponto que entra a revolução colorida:

A imprevisibilidade inerente à abordagem indireta dribla o ciclo OODA do alvo desorientando-o, debilitando assim sua capacidade de tomar as decisões certas e de agir da maneira mais apropriada. As revoluções coloridas desorientam a política e as Forças Armadas porque suas manifestações são propositalmente estruturadas para parecer imprevisíveis (KORYBKO, 2018b, p. 31).

À frente, voltaremos ao tema das revoluções coloridas a fim de incorporar as contribuições de outros analistas e mostrar como o conceito pode colaborar para a compreensão da crise brasileira, especialmente no que diz respeito aos protestos de 2013. Por ora, traremos o derradeiro tópico dessa seção.

⁹⁰ Em 2018, o livro chegou ao Brasil, com o título *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*.

⁹¹ Sobre o ISIP. Disponível em: <http://isip.su/ru/about>. Acesso: 05.jan.2021.

3.3.3.3. Guerras híbridas e a academia brasileira

Podemos segmentar a abordagem da academia brasileira sobre as guerras híbridas em quatro grupos. Um trata do tema de modo geral ou desvinculado da realidade brasileira. *Grosso modo*, são análises que discutem seus aspectos teórico-militares. Quando o analisam de forma específica, tratam-no como um fenômeno localizado na Eurásia – sempre tendo a Rússia como promotora da guerra híbrida. O segundo conjunto aborda a questão como algo com o que as Forças Armadas brasileiras deveriam se preocupar. Aqui, novamente, o risco vem de Moscou.

Há também dois grupos que percebem a prática da guerra híbrida no Brasil. Um o faz com viés de direita, para quem a esquerda vinha promovendo guerra híbrida contra o Estado brasileiro, mesmo quando a esquerda era governo. Essa é a tese hegemônica entre os militares brasileiros e tem na caserna seus principais entusiastas (LEIRNER, 2020).

Finalmente, há aqueles que julgam que a guerra híbrida travada no Brasil é conduzida por uma articulação da direita nacional com os Estados Unidos. Nesse sentido, é pertinente trazer a visão de Fiori a respeito do tema, uma vez que o autor faz uma definição sintética e com a qual temos afinidade.

Num nível mais alto e mais complexo de intervenção [dos Estados Unidos], encontra-se aquilo que os analistas têm chamado de “guerra híbrida” ou “guerra de quarta geração”. Um tipo de guerra que não envolve necessariamente bombardeios, nem o uso explícito da força, porque seu objetivo principal é a destruição da vontade política do adversário [...] Até o limite da indução e manipulação dos “levantes populares” que foram utilizados em alguns países da Europa Central e do Oriente Médio, e que agora estão sendo utilizados na América Latina. E também no Brasil (FIORI, 2020, p. 107).

Uma vez que é essa a tese com a qual temos afinidade, é com base nela que conduziremos o restante do capítulo.

3.4. Revoluções coloridas

As revoluções coloridas possuem como “manual de campo” o livro *Da ditadura à democracia*, do cientista político estadunidense Gene Sharp (KORYBKO, 2018b; MONIZ BANDEIRA, 2013). Em 1983 Sharp criou o Programa sobre Ações Não Violentas, no Centro de Assuntos Internacionais de Harvard, e a Albert Einstein Institution, dedicada ao estudo e à promoção dos métodos não violentos de ação política (MEYSSAN, 2005).

No final dos anos 1980, Sharp começa a trabalhar com o coronel Robert Helvey, à época responsável pela formação dos adidos miliares. Foi por meio dele que Sharp estabeleceu relação com grupos anticomunistas em diversos países, como Taiwan, Tibete, Iugoslávia e Myanmar. Em 1989, Sharp foi a Beijing. Duas semanas após sua chegada, ocorreram os protestos da Praça Tiannamen. Percebendo a influência de Sharp no evento, as autoridades chinesas expulsaram-no rapidamente (MEYSSAN, 2005).

Antes de abordar os principais aspectos de *Da ditadura...* há que se observar que a obra foi idealizada e publicada durante a afirmação da hegemonia neoliberal, ideologia que tem como estratégia discursiva forjar uma identidade entre democracia e livre mercado, recuperando a tese do livro *O caminho da servidão* (1944), no qual Hayek defende que qualquer intervenção na economia é autoritarismo. Logo, a forma como Sharp mobiliza os conceitos ditadura e democracia partem desse pressuposto ideológico.

Da ditadura... é dedicado à luta não violenta, tipo de ação política que visa “levar a erros de julgamento e ação pelos ditadores” e que “é travada por armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas aplicadas pela população e as instituições da sociedade” (SHARP, 2010, p. 23). Segundo Sharp (2010, p. 41), na luta não violenta, “os estrategistas devem escolher um tema cujo mérito será amplamente reconhecido e difícil de rejeitar”.

Ademais, o livro não contém nada que seja alheio à dinâmica social e política experimentada em Estados onde vigore a democracia liberal e o Estado de direito, mesmo onde esses fundamentos sejam bastante relativizados, como na América Latina⁹². Porém, em arranjos sócio-políticos não ocidentais, o livro pode rerepresentar formas de luta política com as quais nem as autoridades nem a sociedade estejam familiarizados.

Foi o que aconteceu quando, no final da década de 1990, um grupo de jovens sérvios teve contato com ele. Como anota o próprio Sharp (2010, p. 62), “entre 1993 e 2002 houve seis traduções. Entre 2003 e 2008 houve 22”. Para entender esse crescimento exponencial, é preciso analisar os eventos ocorridos na Sérvia em 2000, ano em que houve a Revolução Bulldozer (Sérvia, 2000).

3.4.1. *Bulldozer, a revolução “case de sucesso”*

⁹² Ver itens 2.2.1.2.

Segundo a narrativa da mídia e dos governos do Ocidente, a Iugoslávia vivia sob uma tirania. Nada obstante, o governo de Slobodan Milosevic (1997-2000) estava longe de representar um regime autoritário. Os partidos políticos faziam suas manifestações massivas legalmente e a imprensa gozava de total liberdade para fazer cerrada oposição ao governo (MACKINNON, 2010).

Por outro lado, USAID, NED, NDI, IRI e instituições privadas, como a *Open Society Foundation* (OSF) e a *Freedom House*, há muito operavam financiando ONGs e veículos de mídia e davam formação política para ativistas sérvios. O discurso de defesa dos direitos humanos, das liberdades individuais e da liberdade de imprensa era o biombo da guerra ideológica estadunidense (FAIRBANKS, 2004; MACKINNON, 2010), cujo investimento foi próximo a 64 milhões de dólares apenas em 2000 (BERZINA, 2014).

Entre os ativistas que receberam recursos e treinamento do sistema de guerra ideológica estadunidense, merecem destaque os que tinham como líderes Srda Popovic e Ivan Marovic, alguns dos jovens sérvios a quem se referiu Sharp. Em 1998, eles criaram o movimento Otpor! (Resistência!, em sérvio), que se tornou o principal beneficiário dos recursos que USAID, NED, OSF, Freedom House, NDI e IRI distribuíram à oposição sérvia. Assim, o Otpor! liderou a Revolução Bulldozer (29.set.2000-05.out.2000), que culminou com a derrubada do governo Milosevic em 5 de outubro 2000 (MACKINNON, 2010). Para acompanhar de perto o desdobramento dos eventos, em abril daquele ano desembarcara em Belgrado o coronel Kelvey, a quem Popovic se referia como “meu herói”: “ele é o mestre Yoda de nossa ordem *Jedi*”⁹³ (MACKINNON, 2010, p. 64).

A Revolução Bulldozer resulta da comunhão de interesses e a afinidade ideológica entre, de um lado, segmentos iugoslavos e, de outro, burguesia e Estados ocidentais – EUA à proa. Foram forças domésticas que promoveram a Revolução Bulldozer, mas o fizeram com decisivo apoio externo. Aqui não cabe detalhar tampouco julgar as razões, mas o fato é que a condução política de Milosevic desagradava parte da população local. Para os Estados Unidos e seus aliados europeus, era interessante demover um aliado da Rússia, de modo a enfraquecê-la geopoliticamente. Assim, os EUA, se apoiando na oposição sérvia, puseram sua estrutura de guerra ideológica – USAID, NED, NDI, IRI, *tink tanks* e ONGs – para alimentar ainda mais a cizânia na Iugoslávia.

⁹³ Tradução do trecho “‘He’s my hero,’ Popović said of Helvey. ‘He is the Yoda master of our Jedi order. He’s the best trainer I’ve ever seen.’”.

Em que pese a Revolução Bulldozer não ter iniciado um ciclo neoliberal na Iugoslávia e tampouco ter transformado Belgrado em um satélite de Washington, o evento propiciou enorme aprendizado, razão pela qual se buscou replicá-lo. A estrutura da guerra ideológica, então, viabilizou um intercâmbio entre os militantes de Otpor! e ativistas de outros países do antigo bloco socialista. É nesse contexto que ocorre o aumento do número de traduções disponíveis do livro *Da democracia...* Como citado, segundo o próprio Sharp (2010), a partir de 2003, o número mais do que quadruplicou, passando de seis para 28. Esse é o ano em que ocorre a Revolução Rosa (Geórgia).

3.4.2. *Revoluções coloridas na Geórgia, na Ucrânia e alhures*

Em 2003, na Geórgia, um grupo de jovens militantes egressos do *Liberty Institute* criou o movimento Kmara! (Basta!, em georgiano). Em 2004, na Ucrânia, jovens que haviam trabalhado na OSF criaram o movimento Pora! (Está na hora!, em ucraniano). Esses coletivos desempenharam papel decisivo no que ficou conhecido, respectivamente, como Revolução Rosa (03.nov.2003-23.nov.2003) e Revolução Laranja (22.nov.2004-23.jan.2005). O Kmara! e o Pora! não apenas se inspiraram no Otpor! e dele receberam instrução. Tal qual o grupo sérvio, o georgiano e o ucraniano receberam apoio da USAID, do NED, do IRI, do NDI e de ONGs e *think tanks* neoliberais, através de formação política e recursos financeiros (MACKINNON, 2010). Estima-se que a estrutura de guerra ideológica tenha desembolsado aproximadamente US\$ 500 mil na Revolução Rosa e mais de US\$ 35 milhões na Revolução Laranja (BERZINA, 2014).

A partir de então, movimentos de contestação semelhantes passaram a ser observados nas diversas latitudes. Recentemente, eventos ocorridos em alguns Estados têm sido classificados como revoluções coloridas (ou tentativas), entre os quais podemos elencar Hong Kong (Revolta dos Guarda-Chuvas, desde 2014) (PENIDO; STÉDILE, 2021), Ucrânia (Euromaidan, 2014) (AGUIAR, 2014), Nicarágua (desde 2018) (FUSER, 2018).

Embora sejam eventos muito distintos entre si, há um *leitmotiv*: potências ocidentais exploraram/exploram uma divisão existente nesses Estados (ou territórios, no caso de Hong Kong) e forças endógenas, apoiadas desde o exterior, buscam desestabilizar governos que desagradam tanto esses segmentos domésticos quanto as forças ocidentais. Não temos aqui como detalhar cada um dos referidos processos, no entanto, é possível identificar linhas gerais presentes nos eventos classificados como revolução colorida.

3.4.3. Plano geral das revoluções coloridas

Segundo Ieva Berzina (2014), da Academia de Defesa da Letônia, uma revolução colorida possui cinco etapas: i) protestos pacíficos massivos; ii) provocação e campanha para desacreditar o governo; iii) neutralização da capacidade de ação do governo; iv) caos político e social; v) tomada do poder. Para a analista, “a desestabilização da política interna pode levar a uma mudança de governo no interesse de atores geopolíticos mais influentes ou pode ficar presa em uma fase de caos social e político se o governo no poder não ceder” (BERZINA, 2014, p. 12)⁹⁴.

Já Korybko (2018b) propõe uma forma de análise distinta, mas não conflitante. Para ele, a revolução colorida tem que ser estruturada de forma a parecer espontânea: a partir de uma sistemática campanha de informação e propaganda, as pessoas atingidas passam a considerar que sua ação é movida por uma volição genuína e se tornam militantes de uma causa. Trata-se de uma operação de guerra ideológica cujos valores são sintetizados no tripé neoliberalismo-democracia liberal-hegemonia estadunidense.

A estrutura de uma revolução colorida tem raízes no exterior e se ramifica nos Estados-alvos. ONGs e *think tanks* com atuação na escala internacional articulam, de um lado, agências estadunidenses, do outro, ONGs, *think tanks* e movimentos sociais de abrangência nacional. As principais lideranças nacionais transitam nas duas esferas, recebem recursos financeiros e treinamento, sendo que o treinamento pode ser tanto no exterior ou no âmbito doméstico, sendo, neste caso, ministrado por lideranças de estatura internacional. No entorno dessas lideranças, vão-se criando redes, em cuja extremidade estão os simpatizantes (KORYBKO, 2018b).

Uma vez montada, a estrutura permanece de prontidão à espera de um “acontecimento”. Esse evento “deve ser controverso e polarizador (ou ao menos retratado dessa maneira) e liberar toda a energia acumulada do movimento. [...] É o ‘chamado público’ do movimento e gatilho da revolução colorida” (KORYBKO, 2018b, p. 125). Dentre a lista de acontecimentos com potencial de catalizador elaborada pelo autor, destacamos “aprovação (ou veto) de lei controversa” (KORYBKO, 2018b, p. 126).

⁹⁴ Tradução do trecho “*the destabilization of domestic policy may lead to a change of government in the interests of more influential geopolitical players or it can get stuck in a phase of social and political chaos if the government in power does not concede*”.

Quando iniciada, a revolução colorida adota a tática “enxame e mente de colmeia”. Essa tática consiste em induzir os militantes a promoverem ataques de maneira aparentemente caótica, embora direcionados especificamente a elementos que representem simbólica ou administrativamente o poder. É nesse momento que as mídias sociais assumem papel fundamental. A despeito de elas serem também importantes nos momentos antecedentes ao acontecimento, é a partir dele que elas se tornam centrais, quer no impulsionamento dos atos, quer na divulgação deles (KORYBKO, 2018b).

A partir dessas linhas gerais, podemos passar para o debate acerca do quanto os eventos de junho de 2013 assemelham-se a uma revolução colorida.

3.5. Junho de 2013: a revolução colorida brasileira?

As manifestações de junho de 2013 figuram entre os principais eventos da política brasileira recente. Pela sua gênese, pelo seu simbolismo e, sobretudo, pelos seus resultados, aquelas manifestações inquietam analistas, provocam – e provocarão por muito tempo – intensos e acalorados debates.

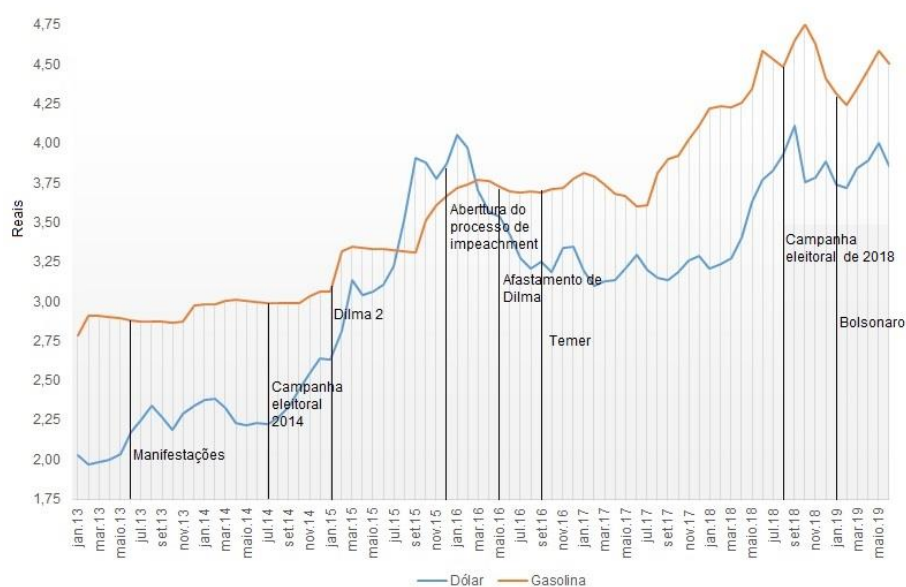
Como dissemos no item 2.4.1, a presença ou ausência de manifestações populares contra os mandatários tem sido o fator decisivo para selar a sorte do presidente quando seus mandatos são contestados. Três são as razões que colocam o povo nas ruas contra um governo: políticas econômicas neoliberais; corrupção e outros escândalos; e presidentes com minoria no Congresso. O fato de nenhuma dessas variáveis estarem presentes em maio e junho de 2013 torna a causa daquelas manifestações algo intrigante.

Uma das dificuldades para analisar aqueles protestos deve-se à indisponibilidade de dados sobre os primeiros atos (SINGER, 2013), que poderiam contribuir para identificar a mudança qualitativa dos manifestantes no que toca suas demandas, classe social, filiação ideológica etc. A maioria dos dados disponíveis são de poucas cidades e, mormente, de após o dia 17 de junho (SINGER, 2013), quando os atos já haviam transitado da esquerda para a direita. Não obstante, pesquisa realizada no dia 20 entre os manifestantes em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília indica uma predominância

da classe média: 49% possuíam escolaridade intermediária e 43%, alta ⁹⁵; 56%, renda familiar entre 2 e 10 SM e não menos que 23%, renda superior a 10 SM (SINGER, 2013).

Nesse sentido, propondo explicações para o aumento das manifestações, alguns autores, como Fortes (2016) e Singer (2013), identificam uma crescente e até então silenciosa insatisfação na classe média, cuja manutenção do padrão de vida estava comprometida pela inflação de alguns itens de sua cesta de consumo. Mesmo, porém, assumindo o potencial crítico do que eles apontam, pensamos que o aumento do custo do padrão de vida é algo insuficiente para explicar por que a classe média resolveu se mobilizar naquele inverno. É o que nos mostra o Gráfico 6, que compila as variações da cotação do dólar e do preço da gasolina – duas variáveis que, ademais de impactar diretamente o custo de vida da classe média, possuem reflexos indiretos na economia como um todo – a partir de 2013 com a marcação alguns dos principais fatos políticos do período.

Gráfico 6 – Variação do dólar e da gasolina e eventos políticos importantes (2013-2019).



Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Banco Central do Brasil.

Outra tese que busca explicar a motivação para manifestações é que a “nova classe trabalhadora” – geração que, na esteira das políticas inclusivas dos governos petistas, saíra do subemprego ao qual seus pais haviam sido condenados – enfrentava dificuldades de se inserir no mercado (SINGER, 2018). A essa tese se associa a da “inflação dos diplomas”: a demanda

⁹⁵ Intermediária: Ensino Médio completo + superior incompleto; alta: superior completo ou mais.

por profissionais graduados não acompanhou a oferta gerada pela expansão do efetivo qualificado (SOUZA, 2016). Porém, em 2013, a taxa de desemprego desenhou a seguinte trajetória: entre janeiro e maio, subiu de 5,4% para 5,8%; teve seu pico em junho, 6,0%; e passou a declinar até fechar o ano em 4,3%⁹⁶. Em dezembro de 2017, já após a aprovação da reforma trabalhista, a taxa era de 11,8%⁹⁷. Embora sejam dados agregados, é presumível que entre os jovens recém-diplomados esse índice fosse ainda maior, dada a falta de experiência, quesito geralmente cobrado pelos contratantes.

Portanto, a insatisfação latente na classe média, o desemprego entre os “novos trabalhadores” e a inflação dos diplomas são insuficientes para explicar por que as manifestações se tornaram tão grandiosas. Ou então, por que não ocorreram novamente em 2017 e 2018, quando a situação era bem pior do que em 2013. Não queremos negar seu potencial para gerar uma crise, mas pensamos que essas eram algumas das fragilidades internas que poderiam ser e foram exploradas para desestabilizar o Brasil.

Há ainda a tentativa de explicar junho de 2013 a partir de duas teses articuladas: foi a) um movimento repentino e espontâneo b) em reação à violência excessiva com a qual a polícia reprimiu os atos do dia 13 – aqui chamada de “indignação solidária”. Ao se analisar o discurso da mídia oligopolista no período, pode-se perceber que essa é a narrativa predominante na direita. Porém, ela encontra guarida em intelectuais de esquerda. Para o petista Singer (2013, p. 25), “o uso desmedido da força [em 13.jun.2013] atraiu a atenção e a simpatia do grande público [...] Agora outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena”. Já para Sabrina Fernandes (2019, p. 184), que se coloca à esquerda do PT, “o processo explodiu por conta da solidariedade contra a violência policial e da indignação coletiva”.

À esquerda do PT, além da crença na tese da repentina espontaneidade e da indignação solidária, é comum encontrarmos uma visão idealista daqueles protestos. Como observa Fernandes (2019, p. 35), esses setores, entre os quais ela se inclui, esperavam que aqueles protestos fossem “um marco para um novo período de ascensão das massas”. Eles consideram que 2013 foi “de fato um evento progressista” (FERNANDES, S, 2019, p. 231), “foi competitivo e tanto

⁹⁶ Desemprego recua para 4,3% em dezembro de 2013, diz IBGE. *GI*, 31.jan.2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/desemprego-fica-em-43-em-dezembro-diz-ibge.html>. Acesso: 14.jan.2021.

⁹⁷ Desemprego fica em 11,8% no 4º trimestre de 2017. *GI*, 31.jan.2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-118-no-4-trimestre-de-2017.ghtml>. Acesso: 14.jan.2021.

a esquerda quanto a direita, em suas várias expressões, estavam em disputa para capturá-lo” (FERNANDES, S, 2019, p. 94).

Para os que defendem essas teses, milhões de pessoas teriam decidido, repentina e espontaneamente, ir às ruas porque teriam se indignado com a violência da repressão policial. Em que pesem cada um dos simpatizantes dessas teses apontar que havia outros elementos a se somar, a linha geral é essa: repentina espontaneidade e indignação solidária. De nossa parte, discordamos totalmente da primeira e entendemos que a segunda há que ser relativizada.

Finalmente, há ainda a tese de que junho de 2013 não foi algo monolítico, como defendem Gerab Baggio (2016), Fernandes (2019), Fortes (2016), Singer (2013) e Souza (2016). Segundo essa linha, com a qual concordamos em geral, aqueles protestos tanto podem ser divididos temporalmente quanto possuíram enorme pluralidade ideológica e social, especialmente a partir do dia 17.

Junho de 2013 iniciou com o reajuste das tarifas de transportes nas principais cidades do país. Há anos, quando do reajuste, o Movimento Passe Livre (MPL) promovia manifestações contrárias à medida. O MPL é um grupo de esquerda e os primeiros a atenderem as suas convocatórias eram da mesma linha ideológica. O MPL é um movimento suprapartidário e horizontal, ou seja, não está vinculado a qualquer partido, mas não repudia militantes de partidos políticos, e não há lideranças “instituídas”, todas as decisões são tiradas em coletivo, em assembleias (SINGER, 2018). Como esses protestos convocados inicialmente pela esquerda se tornaram o marco da ofensiva da direita é questão que intriga parte significativa dos analistas, entre os quais este pesquisador.

Singer (2018) e Souza (2016) propõem segmentações semelhantes que conciliam cronologia, temática, extensão e grau de heterogeneidade. Ficaremos com a segmentação proposta por Singer (2018) por ser mais específica, mas, reforçamos, ambas convergem nas linhas gerais. O autor divide as manifestações em três fases. A primeira, de 6 a 13 de junho, praticamente restrita à capital paulista, com manifestantes predominantemente de esquerda e contados na casa dos milhares, tinha como pauta a redução (ou não reajuste) das passagens dos transportes públicos. A segunda vai do dia 17 ao dia 20. Agora, a temática era diversa: à redução das passagens foram sendo agregados o repúdio à violência policial, o questionamento aos gastos com a Copa da FIFA, o “não à PEC 37” e os “fora” Dilma, Cabral, Alckmin etc. Agora, havia manifestantes de todas as orientações ideológicas e, sobretudo, eles estavam em todas as principais cidades do país, sendo contados, já no dia 17, na casa das centenas de milhares e, no dia 20,

totalizavam mais de 1,5 milhão. Outras marcas importantes dessa fase, observadas já no dia 17, foram a hostilização aos partidos políticos e sindicatos e a presença da bandeira nacional e da camisa da CBF. A terceira fase, de 24 a 28, é marcada pela fragmentação de temas e de iniciativas: vários grupos convocando atos diferentes por pautas distintas. Continuavam a ser atos massivos e espalhados, porém, bem menores que os da semana anterior.

Daí para frente, os protestos assumem uma dinâmica com a qual nem as lideranças políticas, tampouco os analistas, estavam habituados. Tal evolução foi tratada no capítulo 2. Agora, focaremos especificamente nas fases um e dois que Singer (2018) propôs.

Antes de passar a analisar aqueles protestos é importante registrar que um dos principais desafios da pesquisa em tela é caracterizar 2013 como uma revolução colorida, condição importante – mas não decisiva⁹⁸ – para configurar que houve no Brasil uma guerra híbrida. Nesse sentido, a primeira consideração a ser feita é sobre a aplicabilidade do conceito guerra híbrida tal qual sistematizado por Korybko (2018b), uma vez que, no seu livro, ele afirma que uma revolução colorida é seguida por uma guerra não convencional e que nos dois casos verifica-se a ingerência dos Estados Unidos. Essas dúvidas são pertinentes afinal não há (ainda?) elementos que permitam concluir que a crise brasileira contou com a interferência estadunidense ou que poderia ter evoluído para uma guerra não convencional. No entanto, em uma entrevista em 2018, o próprio Korybko (2018a) é taxativo: “há uma guerra híbrida muito intensa sendo travada no Brasil neste momento”.

A possibilidade de considerar a crise brasileira um caso de guerra híbrida e os protestos de 2013 uma revolução colorida foi um dos assuntos tratados na entrevista que José Genoíno concedeu a este pesquisador.

A guerra híbrida possui plasticidade, adaptabilidade. Há uma flexibilidade nos princípios. A experiência de guerra híbrida que ocorreu no Brasil é diferente do que aconteceu em países como Ucrânia e Líbia. No Brasil, o seu cerne foi a negação da política. Política no sentido de espaço do contraditório, do debate e do respeito às posições contrárias. A guerra híbrida atualiza a noção de inimigo. O oponente passa a ser tratado como inimigo, que é uma noção militar e não política, naquele sentido que eu falei. As manifestações de 2013 fizeram parte dessa guerra híbrida ao modo brasileiro.

Dessa forma, nossa pesquisa busca explicar esse “modo brasileiro” de revolução colorida. Nesse sentido, voltamos ao desafio da interferência estadunidense, desafio que mudou de

⁹⁸ Há autores, como Penido e Stédile (2021, no prelo) e Korybko (2018a), que consideram que houve uma guerra híbrida no Brasil sem entrar em detalhes se 2013 foi ou não uma revolução colorida.

grau quando trocamos “interferência” por “influência”. Afinal, de fato, diferentemente dos casos sérvio, georgiano e ucranianos⁹⁹, não há – ao menos até agora – fatos que vinculem inequivocamente o crescimento dos protestos a partir de 17 de junho de 2013 com uma ação dos Estados Unidos, quer por suas agências estatais ou por ONGs e *think tanks* que operam a guerra ideológica.

Nesse momento, quem indicou o caminho foi Ilton Freitas, autor que afirma, no livro *Guerra híbrida contra o Brasil* (2019), que houve uma revolução colorida no país. Questionado sobre esse tema em entrevista a esse pesquisador, Freitas observou que “as articulações orgânicas com os impérios (britânico e norte-americano) por aqui, a meu juízo, são superiores e envolvem processos tradicionais de circulação de elites”.

Essa consideração nos remeteu novamente à discussão sobre hegemonia. Mais especificamente, à análise de Robert Cox. Como observa o autor, por um lado, as potências intermediárias recebem forte influência externa na economia e na política, por outro, a hegemonia “não se baseia apenas na regulação do conflito interestados, mas também numa sociedade civil concebida globalmente, isto é, num modo de produção de extensão global que gera vínculos entre as classes sociais dos países nela incluídos” (COX, 2007, p. 118). Enquanto na Eurásia, essa sociedade civil é disputada entre os EUA e as potências globais lá localizadas (Rússia e China), no caso brasileiro não há contraponto, mesmo nos períodos de relativo afastamento e a busca por autonomia *vis-à-vis* os Estados Unidos.

Outro diferencial é o grau de ocidentalização que se observa no Brasil. Aqui estão presentes os fundamentos da democracia liberal, como o primado do direito, imprensa livre, liberdade confessional, ideológica e organizativa e eleições regulares e livres. Não custa lembrar que esses fundamentos não são, na prática, extensivos a toda sociedade. Apesar de parte da sociedade viver sob o jugo da exceção¹⁰⁰ e do golpe de 2016, o fato é que, formalmente, no Brasil vige, desde 1988, uma democracia liberal.

É com base nessas premissas e no panorama apresentado que procederemos ao estudo de 2013. Nessa etapa, a análise possui três enfoques: a disputa ideológica que já era travada antes das manifestações; o comportamento de dois dos principais veículos de comunicação da burguesia brasileira, a *Folha de São Paulo* e *O Globo*; e a questão da internet e das redes sociais.

⁹⁹ Houve duas revoluções coloridas na Ucrânia, a Laranja, em 2004/2005, e a Euromaidan, em 2013/2014.

¹⁰⁰ Ver item 2.2.1.2.

3.5.1. *Conquistando corações e mentes: a guerra ideológica dentro do Brasil*

Ideologia é o conjunto ou sistema de ideias, valores e crenças cuja função é orientar a ação política, seja para transformar uma dada realidade ou correlação de forças, seja para preservá-la (EAGLETON, 2019; HEYWOOD, 2010; LARRAIN, 2012; SCHWARZMANTEL, 2008; STOPPINO, 2010). Terry Eagleton (2019, p. 46) apresenta uma definição de ideologia particularmente interessante para nossa pesquisa: “um campo discursivo no qual os poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo”. Ou seja, a ideologia propõe visões e conduções da política em todas as áreas, dentre as quais destacamos a economia e a política externa.

A guerra híbrida leva ao extremo a ideia de Sun e Maquiavel de escorar-se nos elementos que podem auxiliar a conquista de um território. Nesse sentido, a ideologia é fundamental. Ela arregimenta as pessoas que conduzem a revolução colorida. Por isso, esse item analisa como a direita brasileira vinha se estruturando para a disputa ideológica.

Como demonstramos, ideologia e cultura são aspectos sociais intimamente relacionados, como bem ilustra o fato de que a guerra ideológica travada a partir do fim da Segunda Guerra Mundial teve como subproduto a “Guerra Fria Cultural”. A ascendência cultural estadunidense em nossa sociedade é facilmente percebida na música, no cinema e na televisão. Logo, há uma forte influência ideológica dos EUA em nossa sociedade.

Afora o aspecto cultural da guerra ideológica, no Brasil trava-se, desde a redemocratização, uma disputa de visões de sociedade, de formas de organizar a vida material. Esse embate estabeleceu-se nos anos que antecederam a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) (1987-1988) e perdura até hoje. Trata-se de uma batalha por corações e mentes para definir os rumos da sociedade e do Estado brasileiros.

Para conquistar e manter sua hegemonia na sociedade, a burguesia constitui aparelhos privados cuja atribuição é travar a disputa ideológica, dentre os quais se destacam os *think tanks*, “instituições permanentes de pesquisa e/ou divulgação de ideias que procuram informar e influenciar instâncias governamentais e a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (ROCHA, 2017, p. 6). Camila Rocha (2018) e Flávio Casimiro (2018) analisaram os *think tanks* pelos quais a burguesia brasileira operou para defender seus interesses desde a redemocratização e identificam três movimentos relacionados a eles. Dos anos 1980

até 1995, os *think tanks* neoliberais tiveram um crescimento quantitativo e geográfico. Porém, a eleição de FHC foi lida como uma vitória final. A reeleição do tucano fortaleceu essa ilusão. Como resultado, ocorreu um refluxo na batalha ideológica e o empresariado reduziu seu investimento nessas instituições. Esse movimento estendeu-se até 2006, quando ocorreu a reorganização da direita para travar a batalha ideológica a partir da percepção de que Lula seria reeleito.

O mesmo equívoco de, uma vez no governo, abdicar de travar a disputa ideológica na sociedade foi cometido pela esquerda de um modo geral, e pelo PT especificamente. Nas palavras de José Genoíno, o partido errou ao não travar a disputa ideológica, renunciando, assim, à luta pela hegemonia na sociedade:

De certa forma, havíamos aberto mão de disputar as ruas. O partido caminhou para um institucionalismo exacerbado. Claro que tínhamos que disputar e ocupar as instituições, mas a gente se acomodou. Era necessário disputar o imaginário, ir além do “é o que dá para fazer”. Mas não: a gente se acomodou e não percebeu as mudanças. Paramos de trabalhar com a noção de conflito e passamos a operar na noção de consenso. Só levamos adiante o que haveria consenso. O que causaria conflito, a gente evitava.

Voltando aos *think tanks* de direita, entre os do primeiro período, o principal – e a inspiração de quase todos os congêneres – é o Instituto Liberal (IL), fundado em 1983 e que articula os diversos segmentos da burguesia brasileira. A partir dos anos 1990, o IL passa a subscrever projetos formulados pelo CIPE e pelo NED, dessa forma, o IL passa a constituir-se “como um veículo de articulação da burguesia brasileira em seus objetivos de internacionalização no quadro do capital-imperialismo” (CASIMIRO, 2018, p. 277).

A rearticulação da direita brasileira se deu, a partir de 2006, primeiramente no ambiente virtual, principalmente nos fóruns e comunidades do *Orkut* voltados para a divulgação e discussão do liberalismo e da produção de Olavo de Carvalho (ROCHA, 2018). Essa agitação virtual resultou em uma “nova geração” de *think tanks* liberais, indo desde os neoliberais, como o Instituto Millenium (IMIL), em 2006, até os ultraliberais, como o Instituto Mises Brasil (IMB), em 2007. Finalmente, merece destaque a fundação do Estudantes Pela Liberdade (EPL), em 2009. Esse *think tank* é a “versão” brasileira do Students For Liberty, grupo a partir do qual surgiu o Movimento Brasil Livre (MBL) (CASIMIRO, 2018; ROCHA, 2018).

Todas essas instituições, mais o IL e outros *think tanks* de direita – Atlantos, Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Instituto Liberal São Paulo (ILIPS), Instituto Liberdade e Livres

– são associados à Atlas Network¹⁰¹ (CASIMIRO, 2018; ROCHA, 2018), uma espécie de “*metathink tank*” (AMARAL, 2015) que articula mais de 400 instituições congêneres em todo o mundo e que trabalha junto à USAID e ao NED defendendo as teses liberais e os interesses dos Estados Unidos mundo afora (FANG, 2017). A Atlas possui um duplo papel na guerra ideológica. Por um lado, forma quadros em cursos e eventos. Por outro, ela é uma espécie de gestora de fundos do capital internacional para financiar a guerra ideológica. Por meio da Atlas, doações de corporações como ExxonMobil, Google, Indústrias Koch, Mastercard e Merrill Lynch (ATLAS, 2018) chegam a instituições como o IL, IMB e o IMIL (AMARAL, 2015; ROCHA, 2018).

Logicamente, os *think tanks* de direita brasileiros não recebem recursos materiais e intelectuais vindos exclusivamente do exterior, afinal, a burguesia nativa e seus intelectuais orgânicos participam ativamente dessa rede de *think tanks*. Para citar alguns representantes desses dois grupos, podemos elencar, respectivamente, Ambev, Globo, Gerdau, Itaú-Unibanco e Votorantim; Bolívar Lamounier, Demétrio Magnoli, Edmar Bacha, Ives Gandra Martins e Rubens Barbosa (CASIMIRO, 2018)¹⁰².

Portanto, temos uma complexa trama que envolve atores empresariais e estatais articulados em escala internacional e nacional. Um “*metathink tank*” – Atlas Network – recebe instruções e financiamento de agências vinculadas ao Estado estadunidense – USAID e NED. Esse mesmo “*metathink tank*” é financiado por algumas das maiores corporações internacionais. *Think tanks* em diversos países recebem recursos repassados tanto pela Atlas quanto pelas burguesias nativas. Toda essa rede é composta por lideranças políticas que, por sua vez, influenciam milhões de simpatizantes da causa liberal e da política externa dos Estados Unidos.

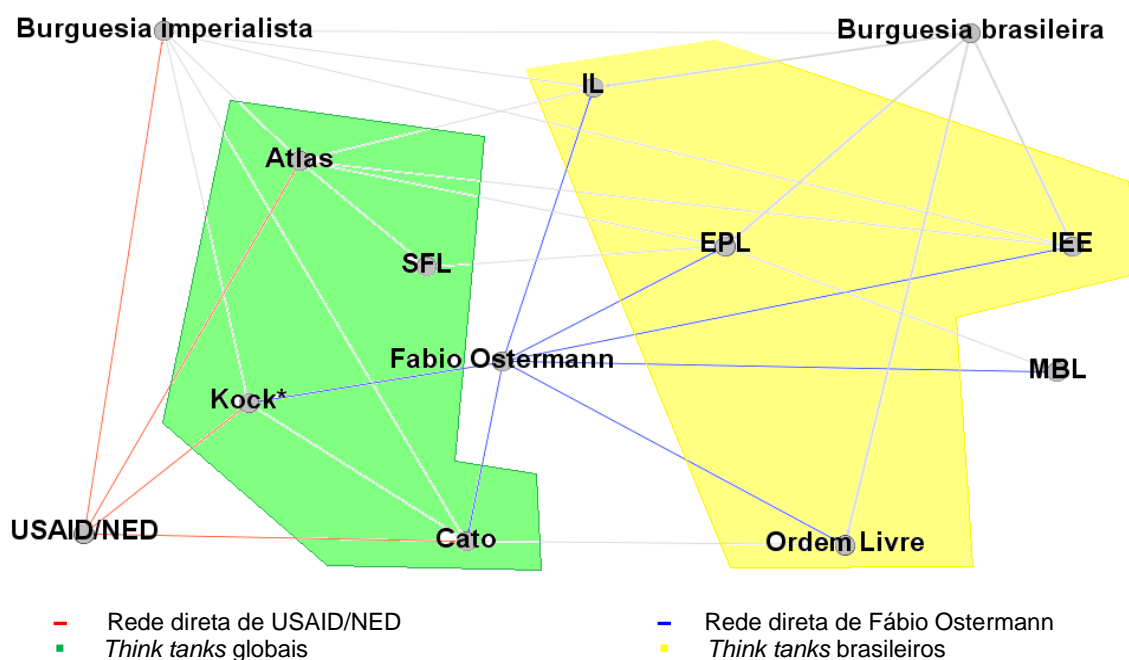
Tomemos como exemplo o caso do deputado estadual Fábio Ostermann (NOVO-RS). Ostermann é um militante de expressão nacional dos ultraliberais que se articulam na tendência LIVRES, outrora abrigada no PSL e hoje no NOVO. Ele fez cursos no exterior no Cato Institute e nas fundações Koch. Passou pelo IL e pelo IEE. Foi um dos fundadores do Ordem Livre, EPL – ligado à Atlas – e do MBL (ROCHA, 2018). Lembremos que o Cato, a Atlas e as fundações Koch possuem relação com a USAID e o NED; que os *think tanks* com atuação internacional

¹⁰¹ A lista completa de *think tanks* brasileiros associados à Atlas pode ser vista em <https://www.atlas-network.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil>.

¹⁰² Para mais detalhes, ver Casimiro (2018), que apresenta extensa lista dos dois grupos citados.

recebem financiamento da burguesia imperialista; e que os *think tanks* nacionais recebem recursos tanto da burguesia imperialista quanto da burguesia nativa. Essa rede, tendo Ostermann como elemento principal, está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Estrutura de guerra ideológica a partir das relações de Fábio Ostermann e USAID-NED.



*Os bilionários Charles e David Koch tanto fazem parte da burguesia imperialista, sendo financiadores da Atlas e do Cato, quanto possuem suas próprias fundações voltadas para a defesa do liberalismo.
Fonte: Amaral (2015), Atlas (2018), Atlas (sítio eletrônico), Casimiro (2018), Fang (2017) e Rocha (2018).

Podemos depreender do gráfico que uma das principais lideranças do MBL, movimento importante na desestabilização do governo Dilma e no golpe de 2016, possui ligações diretas e assumidas com três dos principais nós da rede de guerra ideológica imperialista – Atlas, Cato e Fundações Koch. Por seu turno, essas três instituições possuem relação direta com USAID e com o NED, duas peças centrais na estrutura governamental dos EUA para a guerra ideológica.

Há ainda um dado acerca de pessoas e instituições da estrutura de guerra ideológica dos EUA que merece ser destacado. Entre 2012 e 2013, a responsável pela divisão de América Latina e Caribe da USAID foi a embaixadora Liliana Ayalde. Antes disso, ela participara da

elaboração do Plano Colômbia (1999)¹⁰³. Em junho de 2013, Ayalde foi designada embaixadora no Brasil¹⁰⁴.

Finalmente, há a questão da influência dos militares. Como dissemos no item 2.3, a participação da caserna na crise brasileira vem sendo aos poucos desvelada. Para a discussão central deste capítulo, dois aspectos da questão militar são relevantes: a aproximação da caserna com aquele que viria a ser um dos “ideólogos” na nova direita, Olavo de Carvalho; e a visão dos militares quanto ao seu papel na arena internacional. Em janeiro de 1999, Carvalho defendeu que era “hora de repensar a Revolução (sic) de 1964”¹⁰⁵. Em 31 de março, discursou no Clube Militar. Entre novembro de 2001 e maio de 2002, palestrou em três conferências ocorridas em espaços militares. De acordo com Leirner (2020), no livro *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida*, essas palestras foram o início dessa aproximação entre Carvalho e os militares e foi assim que ganhou força o “marxismo cultural” e a defesa do “politicamente incorreto”¹⁰⁶. Lembremos também que, como já apontado, a reorganização da direita teve como um dos eixos os fóruns virtuais sobre a obra de Carvalho (ROCHA, 2018).

O segundo aspecto vincula-se à geopolítica. Desde o fim da Guerra Fria, mais especificamente a partir da I Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA) (1995), houve a revisão do papel das Forças Armadas na região. O corolário dessa mudança foi uma hierarquização das Forças Armadas das Américas: enquanto aos militares estadunidenses – principalmente – e canadenses – subsidiariamente – caberia a defesa hemisférica, aos militares dos demais Estados – Brasil incluído – caberia combater crimes transnacionais, como o tráfico de drogas, ou seja, assuntos de segurança. Frise-se que, afora a denúncia, em 2010, por parte de Nelson Jobim, à época ministro da defesa brasileiro, essa tentativa estadunidense de submeter toda a região aos seus objetivos geoestratégicos não gerou maiores debates, nem por parte dos militares brasileiros – que ao que tudo indica aceitaram o papel a eles incumbido – tampouco por parte dos governos petistas (MATHIAS; ZAGUE; SANTOS, 2019).

¹⁰³ Liliana Ayalde. US Department of State. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/r/pa/ei/biog/108806.htm>. Acesso: 12.jan.2021.

¹⁰⁴ *Folha de São Paulo*, 07.jun.2013, p. A11.

¹⁰⁵ CARVALHO, O. A história oficial de 1964. *O Globo*, 19.jan.1999, p. 7.

¹⁰⁶ Em verdade, como observa Jason Stanley (2018), a expressão “marxismo cultural” fora cunhada pelos nazistas, e o responsável por trazê-la de volta à cena política foi David Horowitz, personagem que, nos Estados Unidos, combate a “ditadura do politicamente correto” e dissemina teorias da conspiração, o anti-intelectualismo e outras teses de extrema-direita desde os anos 1980. Portanto, podemos dizer que Carvalho é uma cópia de Horowitz.

É nesse quadro que eclodem as manifestações de junho de 2013, que começaram à esquerda e se tornaram o marco da retomada da iniciativa da direita. Para compreender essa transição, a mídia oligopolista desempenhou papel decisivo.

3.5.2. *Folha de São Paulo, O Globo e “indignação solidária”*

A mídia oligopolista tanto compõe os aparelhos de hegemonia da burguesia brasileira quanto é aliada da política externa dos Estados Unidos¹⁰⁷. Nesse caso, a narrativa da *Folha de São Paulo (FSP)* e d’*O Globo* acerca dos protestos é importante para entender como os protestos se agigantaram¹⁰⁸. As revoluções coloridas desestabilizam porque levam milhares de pessoas às ruas contra o governo em meio a uma forjada espontaneidade. Nesse sentido, como mostraremos, tanto a *Folha de São Paulo* quanto *O Globo* contribuíram para inflar os protestos.

Os primeiros protestos convocados pelo grupo foram nos dias 6, 10 e 11 de junho de 2013. Aqui é interessante observarmos que a *FSP* e *O Globo* condenaram esses atos, exibindo fotos de depredações e incêndios, associando-os a vandalismo. No entanto, há que se observar que a *FSP* deu muito mais atenção ao assunto, o que é compreensível, afinal, eram em São Paulo os maiores e mais violentos protestos. No dia 13, estava marcada mais uma manifestação. Naquele dia, a *FSP* exibia na primeira página uma foto, de quase meia página, com um policial com a face ensanguentada, e seu editorial dizia que era “hora de retomar a paulista [...] É hora de pôr um ponto final nisso”¹⁰⁹.

No dia 14, ambos começaram a mudar a narrativa. A *FSP* trouxe na primeira página uma foto de um policial negro batendo com o cassetete em uma mulher branca. *O Globo* trouxe um grupo de jovens brancos, agachados, sob a mira das espingardas de um grupo de policiais. Ao longo dos dois diários, repetiam-se imagens de jovens subjugados e manchetes associando a PM a termos como “violência” e “caos”. No fim de semana e no dia 17 – data marcada para

¹⁰⁷ Há vários exemplos para sustentar a existência dessa convergência, como as opções da *FSP* e d’*O Globo* por chamar Maduro de ditador e de afirmar que a Venezuela vive sob uma ditadura; ou por não chamar de golpe o que aconteceu na Bolívia em novembro de 2019. Ademais, coincidentemente, nas mesmas edições pesquisadas para analisar a narrativa midiática sobre os protestos (ver Apêndices), encontramos editoriais que mostram esse alinhamento, como o da *Folha de São Paulo* (18.jun.2013, p. A2), a respeito do Irã, e o d’*O Globo* (18.jun.2013, p. 18), a respeito do Equador. Em todos esses casos, a abordagem desses jornais converge com o discurso emanado desde Washington.

¹⁰⁸ Ver Anexos B e C.

¹⁰⁹ *Folha de São Paulo*, 13.jun.2013, p. A2.

novas manifestações –, os jornais buscaram retratar os atos como um espaço de diversidade ao mesmo tempo em que criticavam a violência policial.

A partir do dia 18, *FSP* e *O Globo* passaram a enaltecer os atos em geral e criticar as depredações, frisando tratar-se de grupos minoritários. No “chapéu” das matérias d’*O Globo* sobre as manifestações, onde antes se lia “Tensão urbana”, no dia 18 constava “Um país que se mexe” e, a partir do dia 19, “O Brasil nas ruas”. Ambos os jornais mostravam a bandeira nacional ganhando espaço, fato mais notório no jornal carioca, apesar de o paulistano fornecer a imagem que resume bem os interesses da burguesia brasileira nos atos: a sede da FIESP passou a exibir a bandeira nacional. No dia 23, a primeira página de *O Globo* trazia dois jovens brancos, uma tem uma bandeira cobrindo o nariz e a boca enquanto segura outra flâmula esticada às suas costas; ao seu lado, o outro segura uma rosa.

Essa análise da cobertura midiática serve para iniciar a discussão sobre a tese de que a violência policial teria sido o estopim para o crescimento exponencial das manifestações. Como dissemos, esse argumento deve ser relativizado. Primeiramente porque aquele não foi um ato isolado de violência policial, tanto que, em 2012, o Conselho de Direitos Humanos da ONU havia recomendado a extinção das polícias militares¹¹⁰. Além do mais, depois de 2013, a repressão policial ficou ainda mais intensa, motivando, em 2017, a OEA e a ONU a se manifestarem. Se a recomendação de 2012 era genérica, a nota conjunta da em 2017 condenava especificamente “o uso excessivo da força por parte da Polícia Militar para reprimir protestos e manifestações no Brasil”¹¹¹.

Por isso pensamos que a tese da indignação solidária deva ser relativizada. Não ignoramos que a polícia foi violenta ou negamos que algumas pessoas possam ter, genuinamente, ido ao ato do dia 17 por indignação. Defendemos sua relativização porque, em nosso entendimento, a violência policial *per se* teve menos impacto no crescimento dos atos do que a cobertura da mídia.

Em nosso entendimento, o crescimento exponencial dos protestos já ocorreu por influência da direita, no que a mídia oligopolista desempenhou papel decisivo, primeiro, clamando por violência, depois, condenando essa mesma violência e, finalmente, enaltecendo os

¹¹⁰ Conselho da ONU recomenda fim da Polícia Militar no Brasil. *GI*, 30.maio.2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.html>. Acesso: 13.jan.2021.

¹¹¹ ONU Direitos Humanos e CIDH condenam uso excessivo da força durante as manifestações sociais e durante operativos de segurança no Brasil. *OEA*, 26.maio.2017. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/069.asp>. Acesso em: 02.dez.2020.

protestos que já no dia 17 apontavam para a guinada à direita. Associada à manipulação midiática, há que se avaliar também outra variável: a internet e as redes sociais.

3.5.3. *O papel da internet e das redes sociais na transformação de 2013*

Autores que, como Fernandes (2019), Fortes (2016) e Singer (2013, 2018), acreditam que o crescimento exponencial das manifestações foi algo repentino e espontâneo não consideram em suas análises a mobilização que os grupos de direita promoveram para o primeiro ato da segunda rodada das manifestações. Como observa Rocha (2018), desde 2006, na esteira da sua reorganização para a disputa ideológica, a direita vinha, através das redes sociais (*Orkut* e *Facebook*, principalmente), convocando manifestações. Essas iniciativas partiam principalmente da juventude ultraliberal, mas também de Marcello Reis, saudosista da ditadura e proprietário da comunidade “Revoltados Online”.

A respeito de como os protestos de junho de 2013 estavam sendo percebidos pelos jovens ultraliberais, é interessante observar que, segundo Ostermann, uma liderança desse segmento, havia nessa juventude ultraliberal muitos que estavam interessados em sair das redes e partir para as ruas e que ele e outros fundadores do MBL passaram a discutir o tema mais intensamente às vésperas do dia 17 de junho (ROCHA, 2018).

Não nos parece razoável que milhares de jovens liberais tenham decidido repentina, espontânea e simultaneamente engrossar manifestações de esquerda. Tampouco nos parece plausível que eles tivessem sido motivados por indignação solidária para com as vítimas da polícia no dia 13. O tema não foi comentado em nenhum dos relatos das entrevistas que essas lideranças liberais concederam a Rocha (2018). Destaque-se ainda que entre as lideranças de direita que despontaram estão Marcello Reis (Revoltados Online), saudosista da ditadura, e Carla Zambelli (Nas Ruas), deputada da base de Bolsonaro e hoje casada com um policial ligado ao bolsonarismo.

Adicionalmente, a partir de estudo realizado por Tiago Pimentel e Sérgio Amadeu da Silveira (2013), observa-se que os perfis de *Facebook* mais ativos na convocação para o ato do dia 17 eram de direita ou possuem postura ideológica ambígua. Por “postura ideológica ambígua” referimo-nos especificamente às várias páginas “*Anonymous*”¹¹², que, embora possam ser

¹¹² Pimentel e Silveira (2013) identificaram, entre os mais ativos, perfis como *AnonymousBrasil*, *Anonymous Rio*, *Anonymous Brasil*, *AnonymousBR* e *Plano Anonymous Brasil*.

considerados anarquistas de esquerda, à época, divulgaram um vídeo dizendo, ao som do Hino Nacional, que entre as reivindicações estavam a recusa à PEC 37 e que a corrupção fosse tornada um crime hediondo (GERAB BAGGIO, 2016).

Até a chamada para os atos do dia 11, praticamente apenas os perfis do MPL, da mídia e de “pessoas comuns” figuravam entre os que mais tratavam do assunto. As exceções ficavam por conta dos perfis *Por trás da mídia mundial* (de extrema-direita), *Movimento Contra a Corrupção* e *AnonymousBrasil*. Nas horas que antecederam os atos do dia 13, incorporaram-se à lista *Anonymous Rio*, *Anonymous BR*, *Anonymous Brasil* e o *Plano Anonymous Brasil*. Finalmente, o engajamento para o dia 17 passou a incluir também *Quero o fim da corrupção*, Pedro Bial, *Brasil contra a corrupção* e *O gigante acordou* (PIMENTEL; SILVEIRA, 2013).

Não obstante, o uso político das redes sociais já vinha chamando a atenção fora do Brasil. Caso dos estrategistas da campanha de Barack Obama para a Presidência estadunidense. Eles perceberam, em 2008, a utilidade do *Facebook* para perfilar o eleitorado e assim otimizar os esforços de propaganda de duas formas: direcionando a publicidade para eleitores mais suscetíveis ao convencimento e segmentando esse eleitorado em potencial para que cada grupo recebesse peças de campanha que dialogassem mais com seus interesses e suas idiossincrasias (EMPOLI, 2019).

Em 2012, a campanha de reeleição do democrata aprimorou essas técnicas psicométricas, agora incorporando a manipulação dos algoritmos. Por um lado, os perfis no *Facebook* forneciam as informações necessárias ao perfilamento. Por outro, o algoritmo fazia com que esse perfil fosse exposto a conteúdos que mobilizam seus sentimentos (EMPOLI, 2019).

Em um debate acerca da influência dos algoritmos do *Google* e do *Facebook* nas democracias, promovido pela *Agência Pública*, Eugênio Bucci observou: “quando uma pessoa conta as suas histórias mais íntimas e as histórias que mais a mobilizam emocionalmente, afetivamente, ela está inserindo dados e mais dados em um sistema que vai transformar aquilo em valor econômico”¹¹³. Podemos argumentar que o mesmo se aplica para a política: a posse de informações que atingem o emocional dos indivíduos possui valor político porque tem o potencial de influenciar como a pessoa vai reagir a um evento.

Como observam Penido e Stédile (2020, no prelo), em uma revolução colorida,

¹¹³ O impacto dos algoritmos do Facebook e Google na democracia. *A.Pública*, 24.maio.2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/05/o-impacto-dos-algoritmos-do-facebook-e-google-na-democracia/>. Acesso: 14.jan.2021.

as redes sociais assumem papel determinante. Através delas, o núcleo da revolução colorida tanto faz a propaganda de suas ideias quanto pode recrutar novos simpatizantes. Não há nenhuma surpresa neste aspecto. Ao contrário, seria surpreendente acreditar numa suposta neutralidade das redes sociais, afinal, por trás de sua aparência de “liberdade” e “anarquia”, de suposta “autogestão” ou “nenhum controle”, estão, na verdade, poucas empresas de tecnologia, todas sediadas nos Estados Unidos.

Finalmente, há um fato desconsiderado pela maioria dos analistas – e por todos aqui mobilizados. Às vésperas dos protestos do dia 17, circulou pelo *Facebook* uma *fakenews* na qual Jô Soares aconselhava os manifestantes a “usarem a bandeira brasileira como manto em volta do corpo, qualquer ato contra uma pessoa que esteja com a bandeira sobre o corpo é um ato contra a bandeira nacional. Isso é crime”¹¹⁴. Assim, a bandeira nacional e a camisa da seleção brasileira de futebol se tornariam símbolos do movimento que desestabilizaria o Brasil, promoveria o golpe de 2016 e culminaria na eleição de Bolsonaro, candidato com retórica nacionalista.

Como observamos em trabalho anterior,

a escolha da camiseta da CBF diz muito sobre o golpe e os golpistas. Primeiramente, denuncia a predileção do privado ante o público, típico da ideologia neoliberal [...] Em segundo lugar, demonstra um nacionalismo sazonal e oportunista. Sazonal, porque só se manifesta a cada quatro anos nas Copas (masculinas). Oportunista porque muitos daqueles não perdem a oportunidade por demonstrar sua devoção às culturas estadunidense e europeia e ojeriza à cultura nacional. Oportunista, também, porque não vê nenhum problema na venda do patrimônio natural às companhias estrangeiras (MENDES, 2019).

3.6. *Lawfare*, Operação Lava Jato, geopolítica e guerra híbrida

Ivan Marovic, co-fundador do Otpor! e uma das lideranças da Revolução Bulldozer, instruiu diversos militantes em técnicas de luta não-violenta na Geórgia, na Ucrânia, entre outros. À mesa em um café em Belgrado, em 2011, Marovic mostra um jogo de computador que ele criou. *A force more powerful*¹¹⁵ é um simulador no qual o jogador lidera um grupo de oposição a um governo. Morovic explica como funciona o jogo: “A maldade do regime depende

¹¹⁴ Ver Anexo D.

¹¹⁵ A página do *International Center on Nonviolent Conflict*, organização criada por Marovic e Popovic, não disponibiliza mais esse jogo, mas informa que ele ganhou uma continuação, *People Power: The Game of Civil Resistance*, que está disponível gratuitamente. <https://www.nonviolent-conflict.org/a-force-more-powerful-the-game-of-nonviolent-strategy/#:~:text=A%20unique%20collaboration%20of%20experts,the%20strategy%20of%20nonviolent%20conflict.&text=A%20Force%20More%20Powerful%20is,of%20conflict%20using%20nonviolent%20methods>. No entanto, o *A force...* é vendido pela Amazon <https://www.amazon.com/Force-More-Powerful-Game-Nonviolent-Strategy/dp/B0018S20BK>. Ambos os acessos ocorreram em 20.jan.2021.

da inteligência artificial: como é que o computador imita o regime. Isso varia de cenário para cenário. Se você quiser jogar num cenário fácil, recomendo lutar contra a corrupção” (O NEGÓCIO, 2011).

De fato, desde o fim da Guerra Fria, o imperialismo estadunidense instrumentaliza a luta contra a corrupção para atingir seus objetivos geopolíticos e geoeconômicos (BOITO JR., 2019; BRATSIK, 2017; BRÉVILLE; LAMBERT, 2019). Para tanto, apoia-se em duas leis e duas instituições. O *Foreign Corruption Practice Act* (FPCA) (1977) foi concebido para punir estadunidenses que praticassem corrupção no exterior e ganhou *status* internacional quando, inspirado nele, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) editou a Convenção Antissuborno (1997), depois ratificado por diversos países, entre os quais, o Brasil (2000) (NASSIF; ALVES, 2020a).

Já as instituições são a Seção de Integridade Pública do Departamento de Justiça (SIP-DOJ) e o Departamento de Segurança Interna (DHS, da sigla de *Department of Homeland Security*). A primeira investiga corrupção de agentes públicos, e notabiliza-se por conduzir processos de forma pouco ortodoxas, como ocultar provas e depoimentos, e usar prisões preventivas para conseguir depoimentos que corroborem suas teses. O DHS articula 22 agências de informação e espionagem, entre elas a CIA e a *National Security Agency* (NSA) (NASSIF; ALVES, 2020a).

A internacionalização do espírito do FCPA e a criação do DHS relacionam-se com o recrudescimento do imperialismo estadunidense e com a crise de hegemonia. Como dito no capítulo 1, Washington usou os atentados de 11 de setembro de 2001 como pretexto para implementar um projeto de dominação global. Na esteira dos atentados, editou o Ato Patriótico, que, escudando-se na relação entre a “lavagem de dinheiro” e o terrorismo, ampliou os poderes do FCPA, eliminando seus limites territoriais (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019). Além disso, uma vez que se atribuiu a vulnerabilidade àqueles atentados ao não compartilhamento de informações, foi criado o DHS para coordenar as agências de espionagem (NASSIF; ALVES, 2020a).

Não obstante, a aplicação do FCPA e as operações do DHS subsidiam ações que aumentem o poder global estadunidense. Como denunciou Edward Snowden, ex-agente da NSA, os programas de espionagem em massa dos Estados Unidos “nunca foram sobre o terrorismo: são sobre espionagem econômica, controle social e manipulação diplomática. Eles são sobre

poder”¹¹⁶. O DHS procura em governos e empresas que representem um obstáculo à hegemonia estadunidense fatos que permitam a aplicação do FCPA.

É nesse contexto que, em 2013, vem a público que a Petrobras fora espionada pela NSA¹¹⁷ e que, em 2014, inicia a Operação Lava Jato (OLJ), cujo foco são práticas de corrupção na referida empresa. A espionagem da estatal mais importante do Brasil é o elo entre a estratégia de poder estadunidense e a crise brasileira.

3.6.1. *Lawfare*

De acordo com Freitas (2019), um dos aspectos da guerra híbrida no Brasil foi o uso do *lawfare*. Segundo Cristiano Zanin, Valeska Martins e Rafael Valim (2019, p. 26), “*lawfare* é o uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar e aniquilar um inimigo” e tem a guerra híbrida como categoria contígua. O termo, cunhado em 1975, se popularizou a partir de 2001, quando, nos Estados Unidos, começou um debate a respeito. No início, *lawfare* referia-se ao uso do Direito Internacional para obstar as operações militares estadunidenses. No entanto, desde 2007, prevalece a acepção de *lawfare* como sucedâneo para as intervenções militares (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019).

O *lawfare* possui três dimensões estratégicas: geografia, armamento e externalidades. A operação deve observar a jurisdição na qual haja as maiores chances de sucesso, burlando assim o princípio do juiz natural. Armamento refere-se às normas com as quais se promove o ataque (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019). Observam os autores que as principais leis para a prática de *lawfare* são “as anticorrupção, antiterrorismo e relativas à segurança nacional. Isso ocorre porque tais leis, em regra, veiculam conceitos vagos – manipuláveis facilmente –, ostentam violentas medidas cautelares e investigatórias e vulneram gravemente a imagem do inimigo” (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019, p. 38).

Finalmente, as externalidades incluem os mecanismos extralegais que auxiliam na consecução do objetivo político. Por meio de manipulação de informações, esses instrumentos, dentre os quais se destaca a mídia, trabalham para criar um ambiente favorável à perseguição jurídica (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019).

¹¹⁶ Carta de Edward Snowden aos brasileiros. *Exame*, 17.dez.2013. Disponível em: <https://exame.com/brasil/veja-a-integra-da-carta-de-edward-snowden-aos-brasileiros/>. Acesso: 20.jan.2021.

¹¹⁷ *O Globo*, 09.set.2013, p. 3.

Cada uma das dimensões estratégicas possui um conjunto de táticas a ela vinculada. No caso da primeira dimensão, dentre as táticas listadas pelos autores, destacamos a parcialidade dos agentes do sistema de justiça – essa parcialidade deve considerar desde os promotores e juízes até a hierarquia recursal da jurisdição – e “a relação dos aplicadores do Direito de determinada região com agentes estrangeiros, notadamente no caso de *lawfare* geopolítico” (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019, p. 77).

No caso dos armamentos, destacamos o Estado de exceção ou “normas *ad hoc*”. O voto do desembargador Rômulo Puzzollatti, do TRF-4, por ocasião do julgamento acerca das práticas heterodoxas do juiz Moro, ilustra bem não apenas a excepcionalidade da Lava Jato como também a parcialidade da cadeia recursal na qual a operação estava inserida. Para o desembargador, os processos e as investigações a ela vinculados “constituem caso inédito (único, excepcional) no direito brasileiro. Em tais condições, neles haverá situações inéditas, que escaparão ao regramento genérico, destinado aos casos comuns” (POZZULATTI apud ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019, p. 93).

Com relação à terceira dimensão, destacamos a manipulação de pautas que possam facilitar a perseguição ao inimigo. Novamente, aqui se sobressai o combate à corrupção, uma vez que ele possui elevada “capacidade de agregar apoio tanto midiático quanto popular [...] As leis anticorrupção e suas investigações criam verdadeiros espetáculos através da mídia que fragilizam os acusados e criam o cenário perfeito para o *lawfare*” (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019, p. 94).

Como bem indicam os autores, a Operação Lava Jato é um dos maiores exemplos de *lawfare* que se tem conhecimento (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019). Trataremos agora dos aspectos geopolíticos da Lava Jato, uma vez que a análise acerca de seus métodos e suas implicações na crise brasileira foi tema do capítulo anterior.

3.6.2. Operação Lava Jato: *lawfare* e relações com os Estados Unidos

Nada justificava juridicamente a OLJ ser em Curitiba. A cidade, porém, atendia às exigências da dimensão geográfica para o *lawfare* porque a parcialidade dos agentes do sistema

judiciário daquela circunscrição já era conhecida nos Estados Unidos desde o caso Banestado¹¹⁸, entre 2001 e 2004, quando o DHS forneceu informações para as investigações. Outro fato que vincula o caso à OLJ é que parte do elenco consta em ambos os casos: Yousseff; Moro; os delegados Érika Marena e Márcio Anselmo; e os procuradores Carlos Fernando dos Santos Lima e Januário Paludo (NASSIF; ALVES, 2020b).

Em 2009, por iniciativa do DOJ, ocorreu no Rio de Janeiro o Projeto Pontes, como parte da estratégia de aumentar sua influência sobre os agentes dos sistemas de justiça hemisféricos e estimular sua cooperação formal e informal. No seminário, Moro palestrou sobre “lavagem de dinheiro” e forças-tarefa proativas. Já Shari Villarosa, vice-coordenadora de Contraterro-rismo do DOJ, elucidou a função geopolítica do evento ao elogiar a presença no sistema de justiça brasileiro de agentes dispostos a militar em sentido contrário ao governo eleito (FERNANDES, F.A., 2020).

Em junho de 2013, Snowden denunciou que os EUA promoviam espionagem mas-siva¹¹⁹. Em julho, descobre-se que o monitoramento incluía brasileiros¹²⁰. Em setembro, dia 2, vem à tona que a presidenta Dilma fora espionada¹²¹. Dia 9, foi revelado que Petrobrás fora monitorada e que, ao que tudo indica, o foco eram a tecnologia de extração em águas profundas e o inventário do pré-sal¹²². Em março de 2014, teve início a OLJ.

Durante a OLJ, os procuradores brasileiros agiram em conluio com as autoridades estadunidenses e viam como arriscado que alguns casos passassem pelo Ministério da Justiça (MJ) ou pelo Itamaraty. A OLJ recorrentemente interagiu de forma ilegal com autoridades dos Estados Unidos, dentre as quais, destaca-se a agente do FBI Leslie Backschies. Backschies, especialista em FPCA, chegou a ir ao MPF de Curitiba em 2015, sem a ciência do MJ, para se reunir com a força-tarefa da Lava Jato e a posar com o cartaz da campanha *10 medidas contra a corrupção*, encampada por agentes do MPF, tendo os procurados da força-tarefa à testa (VIANA; NEVES, 2020).

Finalmente, em 2017, no *Atlantic Council*, *think tank* cuja missão é “fortalecer a liderança e o envolvimento dos Estados Unidos no mundo, em parceria com aliados e parceiros,

¹¹⁸ Banestado era o banco do estado do Paraná. O caso Banestado diz respeito a operações ilegais que usavam o banco para recebimento de propina e evasão fiscal.

¹¹⁹ *O Globo*, 07.jun.2013, p. 31.

¹²⁰ *O Globo*, 07.jul.2013, p. 36 e 37.

¹²¹ *O Globo*, 02.set.2013, p. 3.

¹²² *O Globo*, 09.set.2013, p. 3 e 4.

para moldar soluções para os desafios globais”¹²³, ocorreu a conferência *Lessons from Brazil* [Lições do Brasil]. O discurso de Kenneth Blanco, adjunto do DOJ, expôs como a OLJ é um caso de *lawfare* e a que interesses parte do sistema de justiça brasileiro serviu – como ela ajudou a “moldar soluções para os desafios” estadunidenses. Sem qualquer constrangimento, Blanco relata como essa cooperação internacional produz provas ilegalmente; afirma que a OLJ é um exemplo de aplicação do FPCA e de cooperação entre o DOJ e um sistema de justiça estrangeiro, que é um modelo que deve ser replicado; e cita a condenação de Lula – ocorrida na antevéspera – como um caso de sucesso desses métodos e dessa interação.¹²⁴

3.7. Conclusão preliminar

Há uma dupla dificuldade para se conceituar guerra. Não é trivial atingir a essência do fenômeno. Consequentemente, tampouco é elementar apresentar conceitos atualizados que possam sintonizar a teoria e a realidade. De forma simplificada, a partir da discussão aqui acumulada, podemos dizer que a guerra é uma ação política com vistas a conquistar um território. Para isso, não é necessário o emprego da força, em verdade, a eficiência estratégica e a violência são inversamente proporcionais. Frise-se também que um bom estrategista usa a população do território alvo a seu favor: identifica os conflitos; estimula a cizânia; se apoia em desertores durante a conquista; e para manter seu domínio designa seus representantes guindados entre os entreguistas. Essa síntese das teses de Sun, Maquiavel e Clausewitz ecoam nas doutrinas da guerra de quarta geração, guerra não convencional e guerra híbrida.

A respeito dessas novas doutrinas, não se pode dizer que é uma novidade genuína a indistinção entre combatentes e não combatentes e entre a violência praticada por forças estatais e não estatais. Afinal, não há registro que na história da colonização e do imperialismo fossem poupadas mulheres, crianças ou idosos dos povos ameríndios, africanos, aborígenes ou asiáticos. Além disso, a colonização e o imperialismo sempre contaram com forças públicas (estatais) e privadas. Para não nos estendermos nos exemplos, lembremos das entradas e bandeiras no

¹²³ Tradução do seguinte trecho: “*the Atlantic Council is a nonpartisan organization that galvanizes US leadership and engagement in the world, in partnership with allies and partners, to shape solutions to global challenge*”. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/about/>. Acesso: 21.jan.2021.

¹²⁴ *Lessons From Brazil: Fighting Corruption Amid Political Turmoil. Atlantic Council*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rR5Yiz84b5c&feature=emb_title. Acesso: 21.jan.2021.

Brasil, da iniciativa dos colonos estadunidenses na expansão a oeste e da empresa colonial de Cecil Rhodes na África Meridional.

As guerras híbridas vinculam-se a uma estratégia imperialista que usa como biombo a defesa da democracia liberal e do neoliberalismo. Sua condução sustenta-se no trabalho desde uma rede que comporta agências governamentais dos EUA, USAID e NED a *think tanks* e ONGs que estão na linha de frente da guerra ideológica, que permite dominar territórios – subjugar sua população e espoliar seu patrimônio – sem que seja necessário uso da força. Nesse sentido, a novidade, pode-se dizer, está na sistematização e no grau de importância da etapa e da face civil presentes nas doutrinas contemporâneas.

Nesse sentido, a obra de Korybko (2018b) é um importante ponto de partida analítico. Entretanto, não pode servir de apara ou embotador. Assim, em que pese haveremos investigado a crise brasileira tendo o seu livro como referência, nosso estudo extrapolou alguns pontos. O primeiro desses pontos foi considerarmos que a guerra não convencional não é imprescindível à guerra híbrida e que a revolução colorida é não só uma etapa da guerra híbrida, mas também uma face. Dessa forma, o fato de inexistir elementos que indiquem que, se o golpe fracassasse, o Brasil entraria em uma guerra não convencional não refuta, *a priori*, que tenha havido aqui uma revolução colorida.

Exigir a possibilidade da escalada para a guerra não convencional implicaria em ter que reconsiderar se há ou não uma guerra híbrida em Hong Kong, e, no limite, estudarmos se havia a perspectiva de que os casos sérvio, georgiano e ucraniano (2004/2005) evoluiriam para a violência armada, sob risco de não mais considerá-los revoluções coloridas. Ademais, sem entrar nessa polêmica das etapas, o próprio Korybko (2018a) considera que aqui no Brasil se trava uma guerra híbrida.

O segundo ponto em que nossa pesquisa extrapola a proposta de Korybko (2018b) é um tanto menos polêmico. Em seu livro, o autor não trata especificamente de *lawfare*. Entretanto, deixa em aberto a inclusão do *lawfare* uma vez que tanto destaca o papel de agentes civis quanto não estabelece limites para a atuação deles.

Dessa forma, operamos com a tese de que houve no Brasil uma guerra híbrida desdobrada em duas estratégias, a revolução colorida e o *lawfare*. A revolução colorida teria começado em junho de 2013, mais especificamente, os atos a partir do dia 17. Já o *lawfare* seria materializado na Operação Lava Jato, a partir de 2014.

É interessante observar como que, a partir de 17 de junho de 2013, a história política brasileira cumpriu todas as etapas de uma revolução colorida descritas por Berzina (2014): i) protestos pacíficos massivos; ii) provocação e campanha para desacreditar o governo; iii) neutralização da capacidade de ação do governo; iv) caos político e social; v) tomada do poder. Nesse sentido, a leitura de que aquelas manifestações foram uma revolução colorida não é implausível e conta com a simpatia de Genoino, Fiori (2020), Freitas (2019) e Souza (2020).

Não obstante, os eventos de 2013 não se aplicam exatamente no modelo apresentado por Korybko (2018b). Essa incongruência deve-se especialmente por não ter sido possível nessa pesquisa comprovar a interferência dos Estados Unidos naquelas manifestações. Porém, como demonstramos, a influência existiu e a sociedade brasileira é muito mais próxima à cultura e à ideologia estadunidenses do que aquelas onde ocorreram as revoluções coloridas analisadas por Korybko (2018b).

Podemos recuperar algumas dessas influências, o que já serve de enlace para destacar que um dos resultados positivos da nossa pesquisa é a indicação de caminhos que podem ser retomados por nós mesmos ou servirem de ponto de partida para outros investigadores curiosos acerca dos eventos de 2013. Por exemplo, o caso de Fábio Ostermann. Mesmo sendo, dentre as lideranças liberais entrevistadas por Rocha (2018), quem mais recebeu formação nos *think tanks* internacionais, Ostermann não figura entre os nomes mais conhecidos dessa geração de militantes. Ademais, a pessoa não precisa ir ao exterior para receber treinamento direto desses da USAID, uma vez que militantes poderiam vir ao Brasil. Quantos militantes liberais com pouca visibilidade no cenário político nacional poderiam também ter recebido formação nos grandes *think tanks*?

O mesmo se aplica às agências estadunidenses. Mapear que a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil foi diretora adjunta para América Latina da USAID foi relativamente fácil e está longe de ser um fato irrelevante. Encontrar a participação de quadros de escalão intermediário é tarefa que exige muito mais fôlego do que os prazos de uma dissertação permitem, mas que poderá elucidar muito sobre o início da crise que levou ao golpe de 2016, à eleição de Bolsonaro em 2018 e que, em verdade, persiste até hoje.

Adicionalmente, hoje já se sabe que a ascensão da extrema-direita nos últimos anos foi influenciada pelas redes sociais e pela manipulação dos algoritmos. Já se sabe também que redes sociais e algoritmos são instrumentos na luta política, prática que comprovou sua eficiência em 2008, teve um salto qualitativo em 2012 – respectivamente eleição e reeleição de Obama

– e atingiu seu clímax com a vitória do Brexit¹²⁵, a eleição de Donald Trump à presidência dos EUA (2016) e a eleição de Bolsonaro. O que impede que tais mecanismos tenham sido usados nas manifestações de junho de 2013 no Brasil?

Adicionalmente, o *lawfare* desempenhou um papel importante na crise. Por um lado, os agentes da OLJ agiram em parceria com agentes estadunidenses. Vale observar que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos reconhece que o cumprimento dos objetivos estratégicos estadunidenses exige uma articulação interagências. Como o DOD não nomeia quais órgãos devem lhe apoiar, não se pode descartar que o DOJ esteja incluído na lista. Por outro lado, como expusemos no capítulo anterior, a perseguição promovida pela OLJ alimentou o golpismo tanto nas instituições quanto nas ruas.

Dessa forma, apoiando-se em forças endógenas – porque foram elas as protagonistas tanto em 2013, 2016 e 2018 –, o imperialismo conseguiu a desestabilização de um governo que não rezava pela cartilha neoliberal e que praticava uma política externa autônoma em relação aos Estados Unidos. Para tanto, foi fundamental a disputa por corações e mentes, tarefa executada através das redes sociais, da manipulação de algoritmos e de uma malha de *think tanks* a serviço da ideologia neoliberal, segundo a qual, os direitos sociais prejudicam a economia e a corrupção é um mal intrinsecamente estatal. Uma vez que os EUA são os arautos do neoliberalismo e se colocam como implacáveis combatentes na luta contra a corrupção – elemento central da sua estratégia desde o fim da Guerra Fria –, para os neoliberais, pratiquem eles ativismo no ambiente físico ou virtual, a defesa da hegemonia estadunidense é uma consequência.

¹²⁵ Plebiscito no qual a população do Reino Unido decidiu sair da União Europeia.

CONCLUSÃO FINAL

Na sua ascensão, a burguesia mobilizou as massas e reiteradamente as traiu e abateu. (...) O Estado autoritário necessita de uma base democrática de massas; o líder deve ser eleito pelo povo, e ele o é.

(Herbert Marcuse, Prólogo de O 18 de brumário de Luís Bonaparte, de Karl Marx)

Em dezembro de 2019, o Centro de Estudos sobre Brasil, da Universidade de Oklahoma (EUA), lançou um edital para um simpósio, cujos trabalhos comporiam um dossiê. A chamada pública tinha o seguinte mote: “O que está acontecendo com o Brasil?”¹²⁶. Muito mais do que algo curioso ou uma coincidência de agendas, a razão de trazer esse fato é ilustrar a dimensão da inquietação acerca da crise orgânica – política, econômica, social e agora também sanitária – pela qual passa o Brasil e que nos dispusemos a investigar nessa dissertação.

Recuperando alguns parâmetros da nossa pesquisa, entendemos que essa crise é um processo que se inicia em junho de 2013, passa pela derrubada da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, culmina na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e se estende até o presente. O diferencial de nossa investigação foi analisar essa crise mobilizando os conceitos de neogolpismo e guerra híbrida. Ambas as abordagens partem da ideia de que fenômenos políticos que acompanham as sociedades há séculos passaram por transformações. São golpes, são guerras, mas com novas feições, adaptadas à realidade hodierna. Por último, mas não menos importante, neogolpes e guerras híbridas contam com expedientes diversionistas cuja finalidade é fazer parecerem ser tudo menos o que são: golpes e guerras.

Especificamente, nossa pergunta de pesquisa foi a seguinte: como os conceitos neogolpismo e guerra híbrida podem ajudar compreender a crise orgânica pela qual passa o Brasil desde as manifestações de junho de 2013, que levou à derrubada de Dilma Rousseff e culminou com a eleição de Jair Bolsonaro? Para tanto, apresentamos a hipótese de que o neogolpe ocorrido no Brasil faria parte de uma estratégia maior de uma guerra híbrida.

Antes de trazer nossas conclusões a respeito, cumpre fazer uma observação. Nossa pesquisa encontrou desafios inerentes à própria natureza da proposta investigativa. Recuperando, novamente, o que disse o professor Igor Fuser na banca de qualificação desse trabalho,

¹²⁶ Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/sites/default/files/documentos/2019/12/chamada-para-simposio-universidade-oklahoma-1823.pdf>. Acesso: 19.abr.2020.

trata-se de uma “pesquisa a quente, sobre eventos que ainda estão se desdobrando diante de nossos olhos”¹²⁷. Esse aspecto teve duas consequências. Uma é que algumas evidências surgiram enquanto pesquisávamos ou escrevíamos. A outra é que, em oposição, houve situações em que a proximidade temporal cobrou seu preço. Quer para ratificar nossa hipótese, quer para refutá-la, com o tempo novos elementos surgirão para ajudar a elucidar esse período. O fato é que conduzimos essa investigação com os dados disponíveis hoje, acerca de eventos que distam entre dois e sete anos.

Feita essa observação, podemos retomar as conclusões.

A crise brasileira que aqui foi analisada possui uma dimensão internacional e outra doméstica. Do ponto de vista geopolítico, ela se relaciona com a crise da hegemonia dos Estados Unidos, ameaçada principalmente pela China, mas também pela Rússia. Do ponto de vista interno, ela reflete o aguçamento da luta de classes em nosso país. Nas duas pontas, há um componente que se destaca: a força da ideologia como arma no conflito político. É a ideologia que faz com que as pessoas ajam tendo como fim interferir nas relações de poder, quer para mantê-las, quer para subvertê-las.

Em uma guerra ideológica, conquistam-se os corações e as mentes das pessoas em prol de uma causa, de uma visão de mundo. Essa conquista se dá aos poucos, em muitos casos, de forma silenciosa e dissimulada. Uma vez recrutadas, as pessoas começam a operar em prol dessa ideologia, que pode ser orientar o Estado a reduzir as desigualdades e colocar-se de forma autônoma e soberana na arena internacional; ou pode ser orientar o Estado a abster-se de impor limites à exploração entre os seres humanos e ter uma postura subalterna no cenário global. O que os eventos de 2013 para cá indicam é que a segunda visão de mundo tem encontrado mais adeptos entre os brasileiros, frisando que essa adesão pode se dar ativa ou passivamente, por cumplicidade ou indiferença.

Essa guerra ideológica se expressou e se expressa tanto na dimensão doméstica quanto global da crise. Internamente, ela assumiu a forma de uma contrarrevolução preventiva. Ainda que seus interesses não estivessem frontalmente ameaçados pelas políticas inclusivas implementadas pelos governos do PT, a burguesia nativa decidiu agir preventivamente não apenas para restabelecer os padrões de exploração e acumulação anteriores a 2003, quando se iniciou o ciclo petista, mas também para desmontar direitos sociais e serviços públicos.

¹²⁷ A qualificação ocorreu de forma virtual entre 10h00 e 12h30 do dia 30 de julho de 2020.

Desde a Constituinte (1987-1988), essa tessitura político-socioeconômica, que visava assegurar um mínimo de dignidade aos brasileiros, sobretudo aos mais pobres, representava um entrave para a acumulação irrestrita e, pela ótica burguesa, precisava ser eliminada. O (dito) elevado custo dos direitos sociais e dos serviços públicos e a (dita) antinomia entre direitos e empregos são variações daquele tema, são enunciados que clamam pelo fim de qualquer constrangimento em relação à exploração da classe trabalhadora. A força da ideologia burguesa e a eficiência de seus propagadores restaram evidentes em ao menos três episódios da crise brasileira. As esquerdas foram incapazes de promover mobilizações que impedissem a aprovação da “PEC do Fim do Mundo” e da reforma trabalhista. Não se conseguiu que a maioria da classe trabalhadora deixasse de ficar indiferente a um ataque às suas condições materiais de existência. Porém, pensamos que exemplo melhor foi o fato de Bolsonaro ganhar o voto da classe produtiva dizendo que “o trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”¹²⁸.

Na dimensão internacional, essa guerra ideológica atende pelo nome de imperialismo. Como demonstramos, a dominação imperialista possui formas diversas além das intervenções militares, por certo sua expressão mais óbvia. Dentre elas, podemos listar a dominação por meio do monopólio tecnológico e da cultura. No entanto, o principal mecanismo pelo qual o imperialismo é exercido hoje é o neoliberalismo, a ideologia a serviço da dominação dos países centrais. É através dele que os Estados centrais obtêm acesso a recursos naturais e sociais dos Estados periféricos a um preço subvalorizado. O resultado disso não é apenas o enriquecimento da burguesia financeira. Uma vez que a acumulação por espoliação transfere riqueza da periferia para o centro do sistema capitalista, ela responde por fração da estabilidade política verificada nos Estados centrais porque essa decorre, em parte, do bem-estar social experimentado naquelas latitudes.

Nesse arranjo, e mesmo antes da hegemonia neoliberal, as burguesias latino-americanas costumam funcionar como prepostas dos interesses imperialistas e operadoras dessa transferência de riqueza. O par dessa espoliação, como dito, é a instabilidade política regional. Essa, por sua vez, tem seu paroxismo nos golpes de Estado, que foram tão frequentes no século XX e que precisaram se ajustar à nova conjuntura, na qual esses expedientes não soem ser bem vistos.

¹²⁸ Bolsonaro: trabalhador terá que escolher entre direito e emprego. *Catraca Livre*, 28.ago.2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-trabalhador-tera-que-escolher-entre-direito-e-emprego/>

Os neogolpes surgem da necessidade das burguesias locais em contornar a insanável contradição entre os aspectos materiais e formais da democracia. Na região, a democracia liberal nunca passou de um simulacro, e mesmo esse simulacro desagradou as elites locais, como bem demonstram os neogolpes hondurenho, paraguaio e brasileiro. Substancialmente, essas novas modalidades de golpes foram a forma que as burguesias nativas encontraram para contornar o descompasso entre seus anseios e os resultados eleitorais.

Como demonstramos, a derrubada de Dilma Rousseff, em 2016, a inelegibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva e a eleição de Jair Bolsonaro, ambos em 2018, constituem partes do neogolpe, um golpe de Estado levado a termo não por militares, senão por agentes no Parlamento, no sistema de justiça, na mídia oligopolista e por movimentos sociais de direita. No lugar dos tanques nas ruas, entraram em cena as interpretações casuísticas das leis; a perseguição policial, judicial e midiática; e mobilizações populares. Através do neogolpe, tem início no Brasil a contrarrevolução acima descrita e que é a marca doméstica da crise brasileira.

No entanto, o neogolpe é tributário da conjuntura aberta pelas manifestações de junho de 2013, tema que serve de enlace para o outro conceito-chave de nosso trabalho, a guerra híbrida. A guerra híbrida constitui hoje um dos mais sofisticados métodos imperialistas. Não obstante, ela também pode ser entendida como o ponto alto de doutrinas e estratégias formuladas por Sun Tzu, Nicolau Maquiavel e Carl von Clausewitz, como, por exemplo, ganhar uma guerra sem precisar recorrer ao conflito armado; escorar-se em forças endógenas tanto para conquistar um território quanto para mantê-lo sob controle; e identificar e estimular a cizânia nas trincheiras inimigas.

Uma das principais autoridades no que se refere a guerras híbridas é Andrew Korybko, especificamente por seu livro *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Todavia, entendemos que tal obra não pode servir de apara ou embotador. Assim, em que pese haveremos investigado a crise brasileira tendo o seu livro como referência, nosso estudo extrapolou alguns pontos. O primeiro desses pontos foi considerarmos que a guerra não convencional não é imprescindível à guerra híbrida e que a revolução colorida não é só uma etapa da guerra híbrida, mas também uma face. Dessa forma, o fato de inexistir elementos que indiquem que, se o golpe fracassasse, o Brasil entraria em uma guerra não convencional não refuta, *a priori*, que tenha havido aqui uma revolução colorida.

Outro ponto em que nossa análise extrapolou o esquema proposto no referido livro foi a inclusão do *lawfare* como parte da guerra híbrida, o que é fundamental para entendermos a

relação entre esse tipo de ação imperialista e a crise brasileira. Esse adendo encontra respaldo no próprio manual de operação para guerras não convencionais do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, o Training Circular (TC) 18-01, que destaca o fato de ser esse tipo de intervenção um esforço interagências e que, portanto, exige cooperação de toda a estrutura governamental estadunidense.

Além disso, não se pode olvidar o papel do *lawfare* na crise brasileira, tendo a Operação Lava Jato à frente. Houve um duplo conluio, um entre o juiz Sérgio Moro e os promotores da força-tarefa e outro entre agentes brasileiros – promotores e juiz – e autoridades estadunidenses. Esses conchavos serviam à luta política doméstica e internacional. Internamente, a Lava Jato alimentou a crise que abreviou o mandato de Dilma, impediu a candidatura de Lula e viabilizou a eleição de Bolsonaro. Do ponto de vista internacional, ela serviu aos interesses geopolíticos dos EUA porque ajudou a sabotar o projeto de um Brasil com autonomia na arena internacional e aliado da China e da Rússia.

Finalmente, a guerra híbrida é essencialmente uma guerra ideológica. Tal constatação permite alinhar a eclosão das manifestações de junho de 2013 e a luta política que lhe sucedeu, tanto nas instituições quanto nas ruas.

De fato, desde a redemocratização, a mídia oligopolista e os *think tanks* de direita operavam para conquistar os corações e mentes brasileiros para a aceitação da inevitabilidade tanto do neoliberalismo quanto da hegemonia estadunidense. Porém, em que pese todo o empenho desses aparelhos ideológicos, desde 2002, as urnas indicavam outro caminho. Nem mesmo o recrudescimento da luta ideológica observado a partir de 2006, tanto em ambiente virtual – fóruns, páginas e perfis – como em ambiente real – reestruturação da rede de *think tanks* –, foi capaz de reverter a tendência do eleitorado em votar em candidatos que negassem a agenda neoliberal.

Nesse sentido, pela ótica de uma guerra híbrida, as manifestações de junho de 2013 decorreram de um senso de oportunidade por parte da direita. Aqueles atos começaram como algo de esquerda, como se vê pelas pautas e pelos grupos que os convocaram inicialmente. No entanto, a direita enxergou neles a chance de extravasar toda a energia acumulada em anos de trabalho ideológico.

Como demonstramos, entre o dia 13 de junho – quando os atos foram violentamente reprimidos – e o dia 17 – quando inicia a mudança quantitativa e qualitativa dos atos –, houve uma inflexão tanto nas redes sociais quanto na mídia oligopolista. No ambiente virtual, os perfis

de direita passaram a ser os principais a tratarem do tema. Além disso, não se pode menosprezar o impacto que a *fakenews* que recomendava aos manifestantes irem vestidos com a bandeira nacional teve para a conjuntura que ali se abriu. Já a mídia oligopolista, que pouco se mostra sensível à violência contra manifestantes, mormente quando esses levantam bandeiras de esquerda, passou a condenar a violência policial que ela mesma havia exigido na véspera. Finalmente, a partir do dia 17, a cobertura passou a enaltecer os atos.

A interpretação de que estava em curso uma revolução colorida nos parece, portanto, muito plausível, sobretudo se comparada à visão predominante, da direita à esquerda, de que o crescimento daquelas manifestações foi fruto da súbita espontaneidade e da indignação solidária, ou seja, que milhões de pessoas decidiram espontânea e repentinamente se manifestar porque ficaram indignadas com a violência policial. Vale a pena lembrar alguns pontos acerca daquelas manifestações.

A partir do dia 14, passaram a se envolver na convocação lideranças e militantes ultraliberais e saudosistas da ditadura, dois segmentos que dificilmente engrossariam atos de esquerda e que tampouco costumam demonstrar empatia para com as vítimas da violência policial. Além disso, já era sabido tanto o potencial dos algoritmos e das redes sociais para mobilizações também como usar essas duas ferramentas como armas políticas. Finalmente, desde as revoluções coloridas ocorridas no Cáucaso e no Leste Europeu, as direitas têm expertise em travestir uma operação de guerra ideológica em revolta popular.

Em essência, uma revolução colorida é, em primeiro lugar, uma contrarrevolução e, em segundo, a mais moderna expressão da guerra ideológica, tomando aqui a acepção de ideologia como conjunto de enunciados vinculado à visão de sociedade e cuja função é promover e legitimar os interesses de uma classe social. Trata-se de convencer parte da população a defender os interesses de um segmento da elite nacional e o imperialismo.

É importante destacar que esse tipo de operação não pode ser confundido ou reduzido a uma manobra palaciana orquestrada desde o exterior. O que ocorre é a convergência de interesses entre segmentos domésticos e imperialistas. Por um lado, aqueles se beneficiam de recursos e de treinamento fornecidos pelos Estados Unidos – seja por instituições governamentais ou privadas – para alterarem as relações de poder naquela sociedade a seu favor. Por outro, forças endógenas decidem ser os prepostos do imperialismo naquele Estado, afinal, frise-se, são forças internas que travam a guerra ideológica, derrubam governos tidos como hostis pelos

Estados imperialistas e passam a trabalhar como defensores de um sistema que transfere parte da riqueza de seu próprio território para o enriquecimento de outro Estado.

A estrutura dessa guerra ideológica é centrada nas agências estadunidenses NED e USAID e numa rede de *think tanks* e ONGs empenhadas na divulgação do neoliberalismo e na formação de militantes e ativistas da causa. Destaque-se que essa rede de instituições privadas é financiada por recursos gerenciados pelo NED e recebe suporte intelectual da USAID.

Como demonstramos, alguns dos *think tanks* que travaram a guerra ideológica na sociedade brasileira possuem relação próxima com suas congêneres internacionais, que, por sua vez, atuam articuladamente com a USAID e o NED. Esse vínculo se dá prioritariamente de duas formas: por intercâmbio entre os militantes e as lideranças; e através de financiamento que, em última instância, significa o repasse de recursos das grandes corporações associadas ao imperialismo.

Finalmente, temos que reconhecer que não foi possível demonstrar explícita e inequivocamente a participação dos Estados Unidos nos eventos de 2013. No entanto, encontramos dois indícios de que a comprovação de tal nexos pode ser apenas uma questão de tempo. Ou, quiçá, de uma pesquisa cujo escopo lhe conceda maior fôlego do que uma dissertação de mestrado nos conferiu.

Um desses indícios a que nos referimos é a rede de relacionamentos de Fabio Ostermann. Como observamos, ainda que ele não figure entre as mais conhecidas dessas (então) jovens lideranças ultraliberais, foi possível identificar que ele frequentou instituições muito próximas às agências que ocupam as posições centrais na estrutura governamental de guerra ideológica dos EUA. O outro indício refere-se ao fato de que a embaixadora Liliana Ayalde, que assumiu a representação dos EUA no Brasil em 2013, coordenara as operações da USAID na América Latina.

Nessas duas pontas, considerando movimentos sociais de direita brasileiros e instituições governamentais estadunidenses, quantas pessoas menos notáveis podem fornecer o vínculo explícito e inequívoco entre as manifestações de junho de 2013 e o governo dos EUA? Esse é um dos caminhos investigativos que abrimos para o futuro.

Não obstante, entendemos que reconhecer que não foi possível identificar o nexos inquestionável entre aquelas manifestações e o governo dos EUA não prejudica a validade de nossa hipótese. Primeiramente porque a relação que a elite e a sociedade brasileiras possuem

para com suas correlatas estadunidenses é muito mais próxima do que a observada na Sérvia, na Geórgia e na Ucrânia, onde ocorreram os mais amplamente reconhecidos exemplos de revolução colorida. Portanto, a influência de Washington nos eventos de 2013 poderia se dar de forma muito mais sutil.

Em segundo lugar, houve influência. Como descrito nos parágrafos acima e demonstrado especialmente no último capítulo, para além da forte penetração da cultura estadunidense na cultura brasileira e do histórico vínculo entre as elites daqui e de lá, há um intenso intercâmbio entre os *think tanks* de direita no Brasil e os principais *think tanks* com atuação global e que defendem o neoliberalismo e a hegemonia estadunidense. Em terceiro lugar, o *lawfare* promovido pela Lava Jato, e que ocupou lugar destacado no neogolpe brasileiro, pode ser interpretado como uma manobra de guerra híbrida.

Finalmente, um dos aspectos do neogolpe brasileiro que o difere dos seus antecessores foi a intensa mobilização popular. No entanto, para além de interromper o mandato da ex-presidenta Dilma, o que aqueles atos promoveram efetivamente foi uma contrarrevolução neoliberal e a capitulação do Brasil frente ao imperialismo. Mobilizações multitudinárias como as que ocorreram no Brasil, e que foram importantes tanto para a consecução do neogolpe quanto para sua aceitação – inclusive acadêmica –, são típicas de guerras ideológicas, e essas têm na guerra híbrida sua versão mais atual e aprimorada.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Colapso ou atualidade do empreendimento colonial? **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 150, n. 13, p. 18–19, jan. 2020. .

ADAM, G. A Federação Russa: metamorfoses de uma potência. *In*: VIZENTINI, P. G. F.; ADAM, G.; VIEIRA, M. B. B.; SILVA, A. L. R. da; PEREIRA, A. D. (orgs.). **BRICS: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

AGNEW, J. A. **Hegemony: the new shape of global power**. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

AGUIAR, P. **Ucrânia: do carnaval laranja às cinzas da guerra civil**. 22 fev. 2014. **Opera Mundi**. . Acesso em: 9 jan. 2021.

ALMENDARES, J. Por trás do golpe. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 25, n. 3, p. 8–9, ago. 2009.

AMARAL, M. **A nova roupa da direita**. 23 jun. 2015. **Agência Pública**. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

AMIN, S. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, v. 9, n. 18, p. 77–123, 2005. DOI 10.1590/S1413-77042005000100005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-77042005000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 set. 2020.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto Ed. UNESP., 2013.

ATLAS. **Annual Report 2017**. Arlington (Virgínia): Atlas Network, 2018.

BARBÉ, C. Golpe de Estado. (N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, orgs.) *In*: Dicionário de política. 13., 4ª reimp. ed Brasília, DF: Ed. Univ. de Brasília, 2010. v. 1. p. 545–547.

BERZINA, I. **Color Revolutions: Democratization, hidden influence, or warfare?**, n. 1. Letônia: National Defense Academy of Latvia Center for Security and Strategic Research, 2014.

BIANCHI, Á. Golpe de Estado o conceito e sua história. *In*: FREIXO, A. de; MACHADO, R. P. (orgs.). **Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização**. Coleção Pensar político. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

BOITO JR., A. As facetas ocultas da Lava Jato. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 146, n. 13, set. 2019.

BORON, A. A questão do Imperialismo. *In*: BORÓN, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (orgs.). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 28. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715085933/cap23.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRAGA, R. **Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRATSIK, P. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. **Crítica Marxista**, v. 44, p. 22, 2017.

BRÉVILLE, B.; LAMBERT, R. Dar um sermão para o mundo ou transformá-lo? **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 146, n. 13, p. 4–5, set. 2019.

CARDOSO, S. A. **Golpe de Estado no século XXI : o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal**. 2016. 128 f. Dissertação – Insitituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CASARA, R. R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 3a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CAVALCANTE, S.; ARIAS, S. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). *In*: BOUFFARTIGUE, P.; BOITO JÚNIOR, A.; BÉROUD, S.; GALVÃO, A. (orgs.). **O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais**. São Paulo, SP: Alameda, 2019.

CHALHOUB, S. A “velha corrupção”: carta aberta aos jovens sobre as eleições. *In*: CASTRO, H. M. M. de; BESSONE, T. M. T.; MAMIGONIAN, B. G.; FACINA, A. (orgs.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo, SP: Alameda, 2016.

CHALOUB, J. As duas faces da corrupção no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 146, n. 13, set. 2019.

CHALOUB, J. Um olhar sobre a instável hegemonia da direita radical - *Le Monde Diplomatique*. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 136, n. 12, p. 6–7, nov. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/um-olhar-sobre-a-instavel-hegemonia-da-direita-radical/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CHALOUB, J.; LIMA. Os Juristas Políticos e suas Convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 49, n. 1, p. 202–252, 2018.

CLAUSEWITZ, C. **Da guerra: a arte da estratégia**. São Paulo: Tahyu, 2005.

COELHO, A. L. Apresentação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 49, n. 1, p. 14–27, 2018.

COELHO, A. L. **Por que caem os presidentes?: contestação e permanência na América latina**. 2013. 295 f. Tese – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COELHO, A. L. Um novo modelo de destituição de mandatários ou a releitura de velhas práticas? Reflexões sobre a instabilidade presidencial contemporânea na América. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 113, dez. 2016. DOI 10.9732/P.0034-7191.2016V113P11. Disponível em: <http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/448/368>. Acesso em: 21 out. 2020.

COELHO, A. L.; MENDES, M. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. , p. 21, 2020.

COELHO, A. L.; MONTEIRO, L. V. O retorno da direita na América Latina: estratégias institucionais e neogolpismo. *In*: 9º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP), 2017. Montevideu: [s. n.], 2017.

COELHO, A. L.; SANTOS, V. **O primeiro ano da Política Externa de Temer e a desconstrução das últimas décadas**. 10 abr. 2017. [Escuta]. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2017/04/10/o-primeiro-ano-da-politica-externa-de-temer-e-a-desconstrucao-das-ultimas-decadas/>. Acesso em: 28 set. 2020.

COSPITO, G. Hegemonia. (G. Liguori & P. Voza, orgs.) *In*: Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. *In*: GILL, S. (org.). **Internacionalização e democratização: Europa Meridional, América Latina e a crise econômica mundial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

DELGADO, G. C.; CASTRO, J. A. de. Direitos sociais no Brasil sob risco de desconstrução. **Boletim de Políticas Sociais**, v. 9, p. 146–151, 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4646/1/bps_n.9_direitosENSAIO2_Guilherme9.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

DOMINGUES, J. M. A esquerda no nevoeiro. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 35, n. 03, p. 84–101, nov. 2016. DOI 10.25091/S0101-3300201600030005. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/106/#58de110e51478>. Acesso em: 3 out. 2020.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ELLIS, R. E. **The Influence of Extra-Hemispheric Actors on the Crisis in Venezuela**. Análise. Washington: Foreign Affairs Committee U.S. House of Representatives, 2017. Disponível em: <https://docs.house.gov/meetings/FA/FA07/20170913/106398/HHRG-115-FA07-Wstate-EllisR-20170913.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FAIRBANKS, C. H. Georgia's Rose Revolution. **Journal of Democracy**, v. 15, n. 2, p. 110–124, 2004. DOI 10.1353/jod.2004.0025. Disponível em: http://muse.jhu.edu/content/cross-ref/journals/journal_of_democracy/v015/15.2fairbanks.html. Acesso em: 8 jan. 2021.

FANG, L. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. 2017. **The Intercept Brasil**. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FERES JR., J.; SASSARA, L. D. O. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, n. 2, p. 205–225, jul. 2016. DOI 10.25091/s0101-3300201600020011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002016000200205&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

FERNANDES, F. A. **Geopolítica da intervenção: a verdadeira história da Lava Jato**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

FERNANDES, L. A. V. **Professores universitários na mira das ditaduras: A repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior**. 2016. 241 f. Tese – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2019.

FIORI, J. L. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis: Vozes, 2020.

FIORI, J. L. Estados, moeda e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Coleção Zero à esquerda. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a.

FIORI, J. L. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Coleção Zero à esquerda. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012b. p. 11–46.

FONSECA, F. A mídia contra a democracia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 63, n. 6, p. 22–23, out. 2012.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 41–69, dez. 2011. DOI 10.1590/S0103-33522011000200003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

FORTES, A. movimentos de 2013 e os novos desafios da esquerda brasileira. In: FREIXO, A. de (org.). **Manifestações no Brasil: as ruas em disputa**. Coleção Pensar Político. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FREITAS, I. **Guerra híbrida contra o Brasil**. Porto Alegre: Liquidbook, 2019.

FREIXO, A. de. Tudo à frente, nada à frente: protestos de rua e a crise política no Brasil (2013-2016). **Manifestações no Brasil: as ruas em disputa**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FUSER, I. **Golpismo nicaraguense tira a máscara**. 25 abr. 2018. **Opera Mundi**. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/49278/igor-fuser-golpismo-nicaraguense-tira-a-mascara>. Acesso em: 1 abr. 2019.

FUSER, I.; CASTRO, F. **Bolívia: o golpismo sob prova das urnas**. 3 out. 2020. **Fundação Lauro de Campos e Marielle Franco**. Disponível em: <http://www.laurocampos.org.br/2020/10/03/bolivia-o-golpismo-sob-prova-das-urnas/>. Acesso em: 21 out. 2020.

GERAB BAGGIO, K. Entre 2013 e 2016, das “jornadas de junho” ao golpe. *In*: CASTRO, H. M. M. de; BESSONE, T. M. T.; MAMIGONIAN, B. G.; FACINA, A. (orgs.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

GILL, S.; LAW, D. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. *In*: GILL, S. (org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GORI, U. Guerra. (N Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, orgs.) *In*: Dicionário de política. 13. ed Brasília, DF: Ed. Univ. de Brasília, 2010. p. 571–577.

GUIMARÃES, J. R.; MOREIRA, M. S. A imprevisibilidade democrática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 97, 8 mar. 2018. DOI 10.1590/339716/2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000200702&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 3 out. 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2007.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAYEK, F. A. von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEYWOOD, A. **Ideologias Políticas. Do Liberalismo ao Fascismo**. São Paulo: Ática, 2010. v. 1.

HOBDEN, S.; JONES, R. W. Marxist theories of International Relations. *In*: BAYLLIS, J.; SMITH, S. (orgs.). **The globalization of world politics: an introduction to International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX ; 1914 - 1991**. trad. Marcos Santarrita. 2. ed. 50. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOCHSTETLER, K. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 72, p. 09–46, 2007. DOI 10.1590/S0102-64452007000300002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2020.

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the 21th Century: the rise of the hybrid wars**. Arlington (Virgínia): Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

KALDOR, M. **New and old wars: organized violence in a global era**. Cambridge: Polity Press, 2012.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KORYBKO, A. **Brasil é alvo de guerra híbrida, diz analista**. 18 out. 2018a. **Tutameia**. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/brasil-e-alvo-de-guerra-hibrida/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018b.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77, 26 abr. 2018. DOI 10.11606/0103-2070.ts.2018.138082. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/138082>. Acesso em: 26 ago. 2020.

LARRAIN, J. Ideologia. (T. Bottomore, org.) *In*: Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 271–274.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 1995-2015**. Santiago do Chile: [s. n.], 2015.

LEIRNER, P. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: ALAMEDA CASA EDITORIAL, 2020.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, V. de. A direita e os meios de comunicação. *In*: CRUZ, S. V. e; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). **Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2015.

LIMA, M. M. B. O golpe de 2016 no Brasil e os BRICS. *In*: PRONER, C.; CITTADINO, G. G.; MAGALHÃES, J. N.; PEIXOTO, K.; GUIMARÃES, M.; PÉREZ ESQUIVEL, A. (orgs.). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Projeto Editorial Praxis. 1a edição. Bauru, SP: Canal 6 Editora : Instituto Joaquín Herrera Flores : Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2016. p. 388–391.

LIND, W. Understanding Fourth Generation War. **Military Review**, v. 84, n. 5, p. 12–16, 2004.

LOSURDO, D. **Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MAAR, W. L. A contrarrevolução no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 128, n. 11, p. 10–11, mar. 2018.

MACFARLANE, N. O “R” dos Brics: a Rússia é uma potência emergente? *In*: HURRELL, A. (org.). **Os Brics e a ordem global**. FGV de bolso. Série Entenda o mundo. 1a ed. Rio de Janeiro, Brazil: FGV Editora, 2009.

MACKINNON, M. **The new cold war: revolutions, rigged elections and pipeline politics in the former soviet union.** [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://www.overdrive.com/search?q=96E13BF6-7DBF-4EB9-A4CB-B34BCA2FF06B>. Acesso em: 31 dez. 2020.

MAJEROWICZ, E. A China e a Economia Política Internacional da Tecnologias da Informação e Comunicação. 2019.

MAQUIAVEL, N. **Da arte da guerra.** São Paulo: Martin Claret, 2015.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe.** Porto Alegre (RS): L & PM, 2013.

MARINGONI, G. Viralatismo em marcha: golpe visa redefinir lugar do Brasil no mundo. In: SOUZA, J.; VALIM, R. (orgs.). **Resgatar o Brasil.** São Paulo, SP: Contracorrente : Boitempo, 2018.

MARTINS, C. E. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 463–481, dez. 2018. DOI 10.1590/s0103-49792018000300003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-497920180003000463&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 set. 2020.

MARTINS, H. **Comunicações em tempos de crise: economia e política.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, A. L. Forma e estrutura do internacional: capitalismo, Direito Internacional e Relações Internacionais. In: DAVID, T. D.; SILVA, M. B. O. (orgs.). **Marxismo, Direito e Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MATHIAS, S. K.; ZAGUE, J. A.; SANTOS, L. F. S. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 136–168, abr. 2019. DOI 10.1590/1807-01912019251136. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000100136&tlng=pt. Acesso em: 18 nov. 2020.

MAZZUOLI, V. de O. **Curso de Direito Internacional Público.** 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

MEDEIROS, J. Regressão Democrática na América Latina: do ciclo político progressista e ao ciclo político neoliberal e autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 49, n. 1, p. 98–133, 2018.

MENDES, M. **A Revolução Canarinho.** 11 jul. 2019. **Brasil 247.** Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-revolucao-canarinho>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MENDES, M. Revoluções coloridas e o golpe no Brasil em 2016. **Terra Livre**, n. 51, p. 38, 2018.

MEYSSAN, T. La Albert Einstein Institution: no violencia según la CIA. 2005. **Red Voltaire.** Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article123805.html>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MEYSSAN, T. Las redes de la injerencia «democrática». 2004. **Red Voltaire**. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article122880.html>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1ª edição. São Paulo, SP, Brasil: Fundação Rosa Luxemburgo : Editora Expressão Popular, 2019(Coleção Emergências).

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 55–56, p. 155–184, 2002. DOI 10.1590/S0102-64452002000100007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 out. 2020.

MIGUEL, L. F. Poder Judiciário: a ponta de lança da luta de classes. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 128, n. 11, mar. 2018.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONIZ BANDEIRA, L. A. Moniz Bandeira denuncia apoio dos EUA a golpe no Brasil (entrevista). In: PRONER, C.; CITTADINO, G. G.; MAGALHÃES, J. N.; PEIXOTO, K.; GUIMARÃES, M.; PÉREZ ESQUIVEL, A. (orgs.). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Projeto Editorial Praxis. 1ª edição. Bauru, SP: Canal 6 Editora : Instituto Joaquín Herrera Flores : Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2016b. p. 335–340.

MONTEIRO, L. V. Os Neogolpes e as Interrupções de Mandatos Presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 49, n. 1, p. 55–97, 2018.

MONTEIRO, T. F. Facções políticas civis nas ditaduras militares do Brasil e Chile: os homens do IPES e dos “Chicago Boys” (1955-1990). **Ars Historica**, v. 8, p. 60–80, 2013. .

MORAES, D. de. O papel da mídia na batalha ideológica da América Latina. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, n. 1, p. 14–30, 2017.

MORO, S. Considerações sobre a operação Mani Pulite. **Revista do Centro de Estudos Judiciários**, v. 26, p. 56–62, set. 2004.

MOTTA, R. P. S. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, E. L.; MOTTA, R. P. S.; BOISARD, S. (orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo, SP: Alameda, 2019. p. 75–98.

MOTTA, R. P. S. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 237–266, jun. 2010. DOI 10.1590/S0102-01882010000100012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000100012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 1 out. 2020.

NASSIF, L.; ALVES, C. **Como a anticorrupção virou bandeira política do Departamento de Estado (Lava Jato B - Ep. 1)**. [S. l.: s. n.], 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X7rzUEjKVos&t=136s>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NASSIF, L.; ALVES, C. **Do Banestado à Lava Jato: a cooperação Brasil-Estados Unidos (Lava Jato B - Ep. 2)**. [S. l.]: GGN, 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AjitiOPUztQ>. Acesso em: 20 jan. 2021.

O NEGÓCIO DA REVOLUÇÃO. [S. l.]: Journeyman Pictures, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U7PD05rFD_I. Acesso em: 20 jan. 2021.

PAIVA, H.; GAVIÃO, L.; PRONER, C. As causas estruturais do golpe de 2016: ódio de classe, interesses geopolíticos e crise política. In: PRONER, C.; CITTADINO, G. G.; MAGALHÃES, J. N.; PEIXOTO, K.; GUIMARÃES, M.; PÉREZ ESQUIVEL, A. (orgs.). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Projeto Editorial Praxis. 1a edição. Bauru: Canal 6 Editora : Instituto Joaquín Herrera Flores : Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2016. p. 247–262.

PECEQUILO, C. S.; LUQUE, A. A. Estados Unidos e Rússia: Convergência e Divergência Geopolítica (1989-2016). **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 17, 30 dez. 2016. DOI 10.20889/M47e17017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/M47e17017>. Acesso em: 19 out. 2020.

PECK, J. **Ideal illusions: how the U.S. government co-opted human rights**. 1st ed. New York: Metropolitan Books, 2010(American empire project).

PENIDO, A.; STÉDILE, M. E. **Ninguém regula a América: Guerras Híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. v. (no prelo), .

PEREIRA DA SILVA, F. **América Latina em seu labirinto: democracia e autoritarismo no século XXI**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2019.

PÉREZ ESQUIVEL, A. Golpe no Brasil é parte de um projeto de recolonização da América Latina (entrevista). In: PRONER, C.; CITTADINO, G. G.; MAGALHÃES, J. N.; PEIXOTO, K.; GUIMARÃES, M.; PÉREZ ESQUIVEL, A. (orgs.). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Projeto Editorial Praxis. 1a edição. Bauru, SP: Canal 6 Editora : Instituto Joaquín Herrera Flores : Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2016.

PÉREZ-LIÑÁN, A. **Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America**. [S. l.: s. n.], 2007.

PERISSINOTO, R. **Por que golpe?** Academia.edu, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192_Por_que_golpe. Acesso em: 28 set. 2020.

PIMENTEL, T.; SILVEIRA, S. A. **Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013**. 14 nov. 2013. **Escola de redes**. Disponível em: <http://escoladere-des.net/group/a-terceira-invencao-da-democracia/forum/topics/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PINHEIRO, L.; LIMA, M. R. S. de. Para onde vai a América do Sul? **Boletim OPSA**, v. 13, n. 2, p. 4–5, jun. 2018.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *In*: SOLANO, E.; ROCHA, C. (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PORTA, L. la. Consenso. (G. Liguori & P. Voza, orgs.) *In*: Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017.

PORTELLA, P. H. G. **Direito Internacional Público e Privado: incluindo noções de direitos humanos e comunitário**. 13. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

QUEIROZ, A. A. O desmonte do Estado de proteção social. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 117, n. 10, p. 4–5, abr. 2017.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do poder**. Brasília: Atica, 1993.

RAMÍREZ, H. R. A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 38, n. 1, p. 62–80, 2 jul. 2012. DOI 10.15448/1980-864X.2012.1.11586. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/11586>. Acesso em: 2 out. 2020.

RAMÍREZ, H. R. **Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996**. 2005. 709 f. Tese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

ROCHA, C. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. *In*: SOLANO, Esther; ROCHA, C. (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROCHA, C. **“Menos Marx, mais Mises”:** uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 233 f. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, C. Think tanks ultraliberais e nova direita brasileira. v. 124, n. 11, p. 6–7, nov. 2017.

RODRIGUES, B. S. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas ve-ladas. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 139–168, 2020. .

ROUVINSKI, V. Russian-Venezuelan Relations at a Crossroads. fev. 2019. **Wilson Center**. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/russia-venezuela_report_rouvinski_final.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

SANTOS, T. dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Santa Catarina: Insular Livros, 2020.

SANTOS, W. G. dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. 1ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV Editora, 2017.

SANTOS, F.; SZWAKO, J. Dos impasses aos desafios de reconstrução da democracia no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 35, n. 03, p. 172–184, nov. 2016. DOI 10.25091/S0101-

3300201600030010. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/106/#58de110e9851f>. Acesso em: 3 out. 2020.

SANTOS, I. F. Conservadores avançam e flertam com golpismo. **Caros Amigos**, v. 216, n. 18, p. 24–28, mar. 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 7. reimpr. São Paulo, SP: Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo, 2012(Coleção Milton Santos, 1).

SARAIVA, M. G.; SILVA, Á. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117–137, dez. 2019. DOI 10.23906/ri2019.64a08. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri64/RI_64_art08_MGSAVCS.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

SAUNDERS, F. S. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARZMANTEL, J. J. **Ideology and politics**. London ; Thousand Oaks, CA: SAGE, 2008.

SERRANO, P. **A Justiça na sociedade do espetáculo: reflexões públicas sobre direito, política e cidadania**. São Paulo: Alameda, 2015.

SERRANO, P. **Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção**. São Paulo, SP: Alameda, 2016.

SHARP, G. **Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação**. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010.

SILVA, M. M. A. da; VIDAL, L. O.; ALMEIDA JR, G. P. de. Golpes de Estado midiáticos na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Entropia**, jan-jun. v. 2, n. 2, p. 104–118, 2017.

SILVA, J. T. As Forças Armadas brasileiras e as heranças da ditadura militar de 1964: cultura política de direita e interdição do passado (1995–2014). In: BOHOSLAVSKY, E. L.; MOTTA, R. P. S.; BOISARD, S. (orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo, SP: Alameda, 2019.

SIMIONI, A. A. C. Uma visão da evolução das guerras modernas: a ameaça da guerra cibernética no conflito de quarta geração. **Revista Marítima Brasileira**, v. 131, n. 1, p. 202–221, 2011.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 97, p. 23–40, nov. 2013.

SINGER, A. Novas expressões do conservadorismo brasileiro (entrevista). **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 63, n. 6, p. 20–21, out. 2012.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2018.

SOLER, L.; PREGO, F. Derechas y neogolpismo en América Latina. Una lectura comparada de Honduras (2009), Paraguay (2012) y Brasil (2016). , p. 20, 2019.

SOUZA, J. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. São Paulo, SP: LeYa, 2016.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles.”** Porto Alegre: L & PM, 2018.

STOPPINO, M. Ideologia. (Norberto Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, orgs.) *In: Dicionário de política*. 13. ed Brasília, DF: Ed. Univ. de Brasília, 2010.

SUN, T. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L & PM, 2007.

TARDELLI, B. **Muita convicção, nenhuma prova. O Raio-x da sentença de Moro no caso Triplex**. 13 jul. 2017. **Justificando**. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/07/13/muita-conviccao-nenhuma-prova-o-raio-x-da-sentenca-de-moro-no-caso-triplex/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

U.S., D. of the A. Training Circular 18-01. 30 nov. 2010. Disponível em: <https://nsnbc.files.wordpress.com/2011/10/special-forces-uw-tc-18-01.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

UTA, I. C. 5G and The 4th Industrial Revolution -. 18 mar. 2019. **Brand Minds**. Disponível em: <https://brandminds.live/5g-and-the-4th-industrial-revolution/>. Acesso em: 19 out. 2020.

VIANA, N.; NEVES, R. **O FBI e a Lava Jato**. 1 ago. 2020. **Agência Pública**. Disponível em: <https://apublica.org/2020/07/o-fbi-e-a-lava-jato/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VISENTINI, P. G. F. **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Elsevier/Campus, 2013.

VISENTINI, P. G. F. **O Grande Oriente Médio: Da descolonização à primavera Árabe**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/book/9788535271676>. Acesso em: 19 out. 2020.

VISENTINI, P. G. F. Para uma concepção marxista das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico. *In: DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, M. B. O. da (orgs.). **Marxismo, Direito e Relações Internacionais***. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

VITULLO, G.; PEREIRA DA SILVA, F. O que a ciência política (não) tem a dizer sobre o neogolpismo latino-americano? **RAPAM**, v. 14, n. 2, p. no prelo, 2020.

WALLERSTEIN, I. M. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. trad. Elsa T. S Vieira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

YEROS, P.; MOYO, S. El resurgimiento de los movimientos rurales bajo el neoliberalismo. *In: MOYO, S.; YEROS, P. (orgs.). **Recuperando la tierra: el resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina***. Colección Sur/Sur. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100713074819/02MoYeros.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANIN, C.; MARTINS, V.; VALIM, R. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

Sítios consultados

Acervo Folha de São Paulo: <https://acervo.folha.com.br/>

Acervo O Globo: <https://acervo.oglobo.globo.com/>

Atlas Network: <https://www.atlasnetwork.org/>

The Observatory of Economic Complexity: <https://oec.world/en/>

APÊNDICE A – Informações sobre as entrevistas

Durante a pesquisa, realizamos quatro entrevistas.

Entrevistado	Forma	Data
Ilton Freitas	E-mail	22.nov.2019 (envio) 28.nov.2019 (resposta)
José Genoio	Vídeo conferência (<i>Google Meet</i>)	28.ago.2020
José Genoio	Vídeo conferência (<i>Google Meet</i>)	06.nov.2020*
Kátia Gerab Baggio	Vídeo conferência (<i>Google Meet</i>)	07.jan.2021

* A entrevista do dia 6 de novembro de 2020 foi realizada em parceria com Jefferson Nascimento, à época, mestrando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

ANEXO A – Jair Bolsonaro e Silas Malafaia ainda mantêm no ar a *fakenews* do “kit gay”.

A screenshot of a YouTube video player. The video title is "Haddad Cria KIT GAY Para Crianças de 6 Anos" in red text. The video shows a man in a suit speaking at a podium. Below the video, the description reads "Haddad, o criador do kit-gay: Vamos mudar o rumo da educação." and shows 184,457 views from October 2018. The channel is "Jair Bolsonaro" with 3.17 million subscribers. The video has 16 million likes and 620 comments. The interface includes a search bar, navigation icons, and a system tray at the bottom showing the date 06/12/2020.

A screenshot of a YouTube video player. The video title is "Bolsonaro prova que Haddad é o pai do Kit Gay." The video shows a man in a suit speaking at a podium, with a woman in the background. Below the video, the description reads "Bolsonaro prova que Haddad é o pai do Kit Gay." and shows 57,079 views from October 2018. The channel is "Silas Malafaia Oficial" with 1.27 million subscribers. The video has 6.2 million likes and 158 comments. The interface includes a search bar with the text "malafia kit gay", navigation icons, and a system tray at the bottom showing the date 04:21 06/12/2020.

ANEXO B – Cobertura das manifestações de junho de 2013 feita pela *Folha de São Paulo*

FOLHA DE S.PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 • SEXTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.746

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01H06 • R\$ 3,00

Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP

Em protesto contra a elevação das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo, manifestantes interditaram vias como a avenida Paulista e protagonizaram cenas de vandalismo, como a depredação de estações. A PM prendeu 15 pessoas.

Em nota, o prefeito Fernando Haddad (PT) disse que "entende", mas lamenta o protesto. O governo Geraldo Alckmin (PSDB) também lamentou. *Cotidiano C1*

Joaquim Barbosa afirma que STJ é 'órgão burocrático'

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, chamou o Superior Tribunal de Justiça de "órgão burocrático de Brasília" ao criticar o arquivamento do caso da morte de um calouso de medicina da USP após um trope em 1999. *Poder A6*

Após meses de impasse, Congresso oficializa criação de quatro tribunais. *A4*

PTB volta ao governo federal e deve se aliar a Dilma em 2014

Poder A9

ESCADA INDISCRETA

Uma inquilina do edifício Copan, no centro de SP, foi multada em R\$ 678 após um casal de visitantes de seu apartamento ser pego fazendo sexo nas escadas do prédio. "É ridícula essa situação de moralismo", disse a garota flagrada. *Cotidiano C10*

Diagnóstico de câncer raro pelo teste do pezinho pode levar à cura

Saúde C13

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Duas faces do Senado", sobre sabatina do novo ministro do STF, e "Muito além das macas", acerca de dificuldades da rede pública de saúde.



319.736 exemplares impressos + digitais



Manifestantes liderados pelo Movimento Passe Livre, ligado a estudantes, ao PSOL e ao PSTU, queimam catracas de papelão na avenida 23 de Maio

guia
Confira festivais e casas noturnas para ouvir jazz e blues em SP *Pág. 8*



A atriz, que morreu ontem aos 91 anos

RUY CASTRO
Esther Williams levou o balé subaquático ao cinema *Mundo A12*

ESPORTE
Fifa diz que pode não conseguir entregar ingressos em cima da hora *93*

EUA monitoram ligações de milhões de americanos

Governo Obama admite ter acesso a autor, data e duração de telefonemas

O governo democrata de Barack Obama admitiu que monitora milhões de americanos que usam serviços da empresa telefônica Verizon. Na vigilância, revelada pelo diário britânico "The Guardian", os EUA têm acesso a autor, data e duração das chamadas, mas não ao teor.

Funcionários do governo afirmaram que a meta é identificar contatos entre terroristas e que o Congresso sabia da prática. Boa parte dos sistemas de vigilância foi autorizada pela chamada Lei Patriótica (Patriotic Act), assinada em 2003 pelo então presidente George W. Bush.

Para o ex-vice-presidente Al Gore, a vigilância é "obscenamente escandalosa". O colunista do "Guardian" que revelou o caso escreveu que "muita gente achava que o governo Obama não continuaria a fazer o que Bush fazia". Para o "New York Times", houve abuso de poder.

Ainda ontem, o jornal "The Washington Post" informou que o governo utiliza, desde 2007, um programa secreto chamado Prism que se conecta a servidores de gigantes como Google, Microsoft, Facebook e Apple, com entrada em e-mails e contas de usuários. *Mundo A10*



► LIBERTADOS Depois de 106 dias, 7 dos 12 corintianos detidos na Bolívia sob suspeita de participar da morte de um torcedor rival na Libertadores deixaram a prisão *Esporte D1*

RODÍZIO *Cotidiano C2*
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 9.0

FALE COM A FOLHA
Visa como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o redator-chefe. *folha.folha.com.br*

ATMOSFERA *Cotidiano C2*
Tempo firme na capital paulista
Mínima 12°C. Máxima 24°C.

NOVO CITROËN C3.
É MUITO MAIS C3.

Véja as ofertas na página 5

SUPERMEGAHIPER
FEIRÃO
CITROËN

VOCÊ VAI COMPRAR SEU CITROËN!

www.citroen.com.br

GENIUS TECHNOLOGIE

FOLHA DE SÃO PAULO
SEXTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2013 C1

cotidiano

COPAN
Casal é multado
ao ser flagrado
fazendo sexo
nas escadarias
Pág. C10 ▶

LEI SECA
Alckmin defende
'ficha suja' para
quem tiver a
carteira cassada
Pág. C11 ▶

Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP

Manifestação liderada por estudantes reuniu ao menos 2.000 pessoas e fechou a avenida Paulista

A PM utilizou balas de borracha e gás para tentar conter depredação; houve 15 detidos e 3 feridos

DE SÃO PAULO

Em protesto contra a elevação da tarifa de ônibus, metrô e trem em São Paulo, manifestantes entraram em confronto com a Polícia Militar, interditaram vias e provocaram cenas de vandalismo ontem à noite na região central. O ato levou à interdição de vias como 23 de Maio, Nove de Julho e Paulista na hora de pico. Estações de metrô foram depredadas e fecharam. No centro e na Paulista, quebraram placas, picharam muros e ônibus, atearam fogo, provocaram danos a um shopping e ao Masp. Os manifestantes são ligados ao Movimento Passe Livre, liderado por estudantes e alas radicais de partidos. Eles marcaram novo protesto para hoje às 17h no Largo da Batata, em Pinheiros.



Estudantes e policiais em frente ao shopping Pátio Paulista, durante manifestação contra a alta das tarifas de transporte

O reajuste da tarifa de ônibus, metrô e trem, de R\$ 3 para R\$ 3,20, vale desde domingo e ficou bem abaixo da inflação. A alta dos ônibus foi de 6,7%, contra 15,5% do IPCA. O aumento foi decidido pelo prefeito Fernando Haddad (PT) e pelo governador

Geraldo Alckmin (PSDB).

O ato, diz a PM, reuniu cerca de 2.000 pessoas — organizadores falavam em 6.000.

Eles saíram em passeata às 18h do centro até a Paulista.

Houve ao menos 15 detidos, incluindo Altino de Melo Frazeres, presidente do

sindicato dos metroviários. Segundo a polícia, dois PMs e um manifestante se feriram.

A PM utilizou bombas de gás e balas de borracha.

O Metrô disse lamentar os "atos violentos" e que estuda responsabilizar autores. A assessoria de Haddad afir-

mau que "a prefeitura entende a manifestação", mas que lamenta que ela "tenha tomado proporções violentas".

Organizadores argumentaram que não era possível controlar toda a multidão.

▶ LEIA MAIS na pág. C4

Grupo reúne ala radical de partidos e estudantes

DE SÃO PAULO

O Movimento Passe Livre é formado por alas mais radicais do movimento estudantil e de partidos como PSOL e PSTU. Eles defendem transporte público gratuito e nos últimos anos têm protestado sempre que a tarifa sobe.

Em 2011, quando a gestão Gilberto Kassab (PSD) elevou a passagem de R\$ 2,70 para R\$ 3, fizeram mais de uma dezena de atos, parando o trânsito e provocando confrontos. A bancada petista na Câmara apoiava o movimento.

Um dos protestos terminou com um boneco de Kassab queimado, em frente ao apartamento do ex-prefeito. Outro acabou com manifestantes, veredores e policiais feridos em frente à prefeitura.

O ato de ontem foi convocado nas últimas semanas por cartazes com a frase "Se a tarifa aumentar, São Paulo vai parar" e panfletos entregues na cidade.

Um deles diz que "todo aumento é uma injustiça" e que se trata de "escóbia política pela exclusão, que só beneficia os cofres dos empresários de ônibus".

HITACHI
Inspire the Next

"A GENTE NÃO PODE USAR MÁGICA PARA CHEGAR LÁ MAIS RÁPIDO?"

Na Hitachi, questões desafiadoras nos inspiram. É por isso que temos uma abordagem diferente para ajudar as cidades a enfrentarem a crescente pressão em suas redes de transporte. Nosso compromisso é encontrar soluções que proporcionem sistemas de transporte eficientes e com os quais se pode contar. Com tecnologias inovadoras, já estamos colocando isso em prática por meio de sistemas de material rodante e de gerenciamento de tráfego, além de outras soluções para a infraestrutura de transporte. O futuro merece mais do que respostas prontas. Hitachi Social Innovation.
social-innovation.hitachi.com

SOCIAL INNOVATION
IT'S OUR FUTURE

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 92 • SÁBADO, 8 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.747

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 08H14 • R\$ 3,00

Inflação perde força em maio e tem a menor alta em um ano

O ritmo de alta da inflação desacelerou em maio. O IPCA, índice oficial do governo, apresentou aumento de 0,37%, abaixo dos 0,55% de abril. Foi a menor taxa desde junho de 2012.

Um consumo mais fraco e a safra recorde de grãos ajudaram a segurar a inflação. Apesar do alívio, a taxa em 12 meses subiu para 6,50%, o teto da meta. **Mercado 1 B1**

ANÁLISE Além de tarifa, desvalorização já é ameaçada pela tenacidade de alta do dólar, escreve Gustavo Patti. **B2**

Presidência torna sigilosos dados sobre as viagens de Dilma Rousseff

Mundo 2 pág. 1



O presidente Barack Obama durante discurso na Califórnia

Obama defende vigiar usuários de internet e ligações

'Não dá para ter 100% de segurança, 100% de privacidade e zero inconveniência', diz presidente sobre dados rastreados

O presidente americano, Barack Obama, disse que o monitoramento de cidadãos por meio de rastreamento de linhas telefônicas e acesso a servidores das principais empresas de internet dos EUA é "legal e limitado".

"Não estamos ouvindo os telefonemas", declarou. "Não dá para ter 100% de segurança, 100% de privacidade e zero inconveniência."

Obama confirmou o uso do programa Prism, que acessa e-mails, vídeos, fotos e bate-papos nos servidores de Google, Facebook, Apple, YouTube, Microsoft, Skype e Yahoo, com entrada em contas de usuários de fora dos EUA. O rastreamento também afetou milhões de usuários da telefônica Verizon.

A Verizon confirmou que entregou informações de telefonemas de usuários devido a uma ordem judicial.

Já as grandes companhias de internet negaram que tenham participado do programa de vigilância do governo americano. As empresas, entretanto, não informaram se usuários do Brasil também tiveram suas informações rastreadas. **Mundo 1 A18**



Manifestantes em protesto contra o aumento das tarifas de transporte ocupam pistas da marginal Pinheiros, em São Paulo, ao lado de estação de trem

Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus

No segundo dia de protestos contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo, ativistas fecharam vias importantes, e a cidade teve 226 km de lentidão, terceiro maior índice do ano.

Na marginal Pinheiros, a polícia usou bombas de gás para dispersar manifestantes. Houve vandalismo, com pichação de ônibus e pontos. O medo na região fez o comércio fechar mais cedo e um colégio e empresas anteciparam a saída de alunos e funcionários. **Cotidiano 1 C1**

Em meio a crise, presidente da Funai deixa cargo por razões médicas

Poder 2 pág. 1

Engenhão ficará fechado até o fim de 2014, afirma Prefeitura do Rio

Esporte D1

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Portos abertos à vista", acerca de vetos presidenciais à medida provisória, e "Tribunais 'sub judice'", sobre novas cortes na Justiça Federal.

ILUSTRADA

Novo livro reúne ensaios de Ruy Castro escritos em primeira pessoa **E1**

Série 'Psi', da HBO, mostrará rotina do psicanalista fora do consultório **E2**

FOLHINHA Meninos aceleram no kart atrás do sonho de ser piloto profissional **Pág. 1**

ESPECIAL Caderno da Copa das Confederações estreia amanhã **folha na copa**



315.469 exemplares impressos + digitais

FALE COM A FOLHA
Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as edições e a circulação em folha.folha.com.br

ATMOSFERA **Cotidiano C2**
Dia de sol na Grande SP
Mínima 14°C Máxima 21°C

A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS DEVE MUDAR?

NÃO DALMO DALLARI
Função não pode ficar com órgãos despreparados

SIM RICARDO BACHA
Funai se tornou obsoleta e está à mercê de ONGs **Opinião A3**



COMPRE CERTA 2013 CAR-DRIVER

FAÇA A COMPRA CERTA.

i30

VENCEDOR DO PRÊMIO COMPRA CERTA DA REVISTA CAR AND DRIVER.

VEJA MAIS NA PÁGINA 5

HYUNDAI NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 • TERÇA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.750

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 0106 • R\$ 3,00



TRISTE ROTINA Policial em confronto, no centro do Rio, durante protesto contra a alta da tarifa de ônibus. 31 pessoas foram levadas para a delegacia, nove delas menores. **Cotidiano C4**

Análise do mensalão vai durar até 2 anos, diz ministro do STF

Para Dias Toffoli, esse deve ser o tempo necessário para que o Supremo Tribunal Federal julgue todos os recursos

O ministro do Supremo José Antônio Dias Toffoli estimou, em entrevista a **Fernando Rodrigues** e **Felipe Seligman**, que o julgamento do mensalão vá demorar ainda de um a dois anos para ser concluído. Só então serão executadas as penas. Até lá, os réus devem permanecer em liberdade, inclusive os quatro deputados que hoje exercem mandato.

Segundo Toffoli, esse é o tempo necessário para analisar todos os recursos do julgamento no STF, que em dezembro condenou 25 réus do mensalão, incluindo o ex-ministro José Dirceu. Ex-advogado do PT e ex-assessor de Dirceu na Casa Civil, Toffoli disse que "não há provas" contra o ex-chefe, repetindo argumento que usou para absolvê-lo.

O ministro negou ter sofrido qualquer tipo de pressão do ex-presidente Lula, que o indicou para uma vaga no Supremo em 2009. É comparado ao estilo do petista na atual presidente. Para Toffoli, Lula "ouvava mais, sentia mais" antes de tomar uma decisão, enquanto Dilma Rousseff "se baseia mais na autoridade versus subordinação". **Poder A4 e A5**

Reservas ocupam Planalto, governo e prefeitura de SP

Desde a manhã de ontem, um "time reserva" comanda o país, o seu maior Estado e sua principal metrópole. Foi o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, quem despachou no Planalto. No Estado de São Paulo, o vice-governador Guilherme Afif Domingos assumiu a gestão. A vice Nádia Campello está à frente da prefeitura paulistana. **Poder A6**

Com melhora dos EUA, dólar sobe e BC intervém duas vezes

A agência de classificação de risco Standard & Poor's melhorou a perspectiva da nota de crédito dos EUA, de negativa para estável. A mudança reforça a visão de que a recuperação da economia americana está se firmando e que os juros podem subir. Com a possível alta, investidores passariam a aplicar mais nos EUA em detrimento de países como o Brasil.

A notícia fez o dólar subir, e o Banco Central precisou intervir duas vezes no mesmo dia —foi a primeira vez que isso aconteceu desde dezembro. Mesmo assim, a moeda fechou com alta de 0,6%, a R\$ 2,346 —a maior cotação desde maio de 2009. Para frear a escalada da moeda, o governo estudou aumentar o poder dos bancos de vender dólares. **Mercado B1**

Deficitário, estádio do Pacaembu irá para o setor privado

O estádio do Pacaembu será repassado ao setor privado por até 30 anos. A prefeitura abriu licitação para a reforma e a gestão do local, hoje deficitário, e estima que a empresa vencedora gastará R\$ 350 milhões para modernizá-lo. A ideia é que, além de eventos esportivos, o campo abrigue shows, o que hoje é proibido. **Exporte D4**

Haddad culpa preço da passagem por alta em sua rejeição

O prefeito Fernando Haddad (PT) disse que o reajuste da tarifa de ônibus explica o aumento de sua rejeição. Segundo o Datafolha, o percentual de eleitores que acham a gestão petista ruim ou péssima subiu de 14% para 29%. Haddad e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) estão em Paris. Hoje haverá novo protesto contra a alta dos transportes em SP. **Cotidiano C1**

Ônibus andarão em faixas exclusivas nas marginais

Faixas exclusivas de ônibus serão implementadas até julho nas marginais Tietê e Pinheiros —ficarão na pista local, à direita, nos dois sentidos. Na Tietê, no sentido Castello Branco, a faixa de ônibus funcionará das 6h às 9h. O horário será das 17h às 20h. **Cotidiano C6**

ILUSTRADA
No filme 'Antes da Meia-Noite', casal busca amor em meio à rotina **C1**

FOLHA NA COPA
Fifa proíbe tocar instrumentos na Copa das Confederações **A1**

BOA NOTÍCIA
USP lança amanhã cursos abertos e gratuitos pela internet **Cotidiano C9**

VLADIMIR SAFATLE
Ameaça terrorista vira justificativa para atitudes totalitárias **Opinião A2**

Taxa de suicídio entre jovens no Brasil aumenta 30% em 25 anos

A taxa de suicídio entre jovens no Brasil aumentou ao menos 30% nos últimos 25 anos. O crescimento é maior do que o da média da população, segundo o psiquiatra José Manoel Bertolote, autor de livro sobre o tema. A curva ascendente é contrária à tendência vista na Europa ocidental, nos EUA, na China e na Austrália, onde o número de jovens suicidas vem caindo. **Equilíbrio C10**

ROSELY SAYÃO
País não devem se sentir pressionados a tirar rápido as fraldas dos filhos

Não há tempo certo nem para começar nem para terminar o processo de tirar as fraldas dos filhos. Não há método mais ou menos adequado; não há receita. A criança costuma dar sinais claros de que quer aprender a usar o banheiro. Os pais não têm de se preocupar tanto nem antecipar o processo. **Equilíbrio C11**



SALA DE ESTAR Índios de quatro etnias assistem à TV após invadirem a sede da Funai em Brasília; os indígenas dizem que o ministro Gilberto Carvalho não os atendeu, mas o governo afirmou que os líderes se recusaram a participar de reunião **Poder A8**

PODER A6
Novos tribunais vão custar R\$ 922 mil por ano, diz estudo

RODÍZIO Cotidiano C2
Não devees circular carros com placas cujo final seja 3, 4

ATMOSFERA Cotidiano C2
Sol entre nuvens em São Paulo
Mínima 19°C Máxima 24°C

FALE COM A FOLHA
Não comece entrar em contato com o serviço ao assinante, os editores e a redação em: folha@folha.com.br

311.504 exemplares impressos + digitais

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Alckmin em segurança", sobre avaliação do governador de São Paulo, e "Nô na transparência", acerca de descumprimento de lei de gestão pública.

Magnata financia a criação de robôs com mente humana

The New York Times pág. 1
O suplemento The New York Times passará a ser publicado às terças.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 • QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.751

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 1H07 • R\$ 3,00



Militantes interditam a avenida Paulista em manifestação contra o aumento das tarifas do transporte em São Paulo; foi o terceiro confronto com a polícia em menos de uma semana

EUA e Japão fazem Bolsa de SP cair ao menor nível desde 2011

Dúvidas sobre medidas de estímulo nos EUA e no Japão derrubaram Bolsas pelo mundo ontem. No Brasil, o Ibovespa caiu 3%, o menor nível desde agosto de 2011. O índice Dow Jones teve queda de 0,8%. O Banco Central voltou a intervir duas vezes no mercado, e o dólar fechou com desvalorização de 0,2%. **Mercado B1**

Ministro Mantega (Folha) promete segurar gastos para cumprir superávit de 2,3% do PIB neste ano. **B4**

Gurgel dispensa subprocuradora por 'falta de sintonia'

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afastou a subprocuradora Deborah Duprat. Ela divergiu do superior no julgamento do projeto que inibe a criação de partidos. Gurgel disse que a sintonia entre eles era "insuficiente". **Poder A5**

Polícia da Turquia reprime ativistas em praça de Istambul

A polícia da Turquia usou bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água para expulsar manifestantes da praça Taksim, em Istambul. Horas mais tarde, milhares de militantes voltaram a se reunir no local, e houve novo confronto. **Mundo A10**

AL WEIWEI
Ao monitorar os cidadãos, governo americano age como a China

Jacob Gorender, historiador marxista, morre em SP aos 90 anos

Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista

No 3º e mais violento protesto, ativistas enfrentam PM e atacam ônibus e estações do metrô; 20 são detidos



No alto, policiais disparam bomba de efeito moral; acima, ativistas incendiam ônibus

No mais violento protesto contra o aumento da tarifa do transporte público, manifestantes voltaram a entrar em conflito com a polícia na região central de São Paulo. Como saldo, 20 pessoas foram detidas. Dois ônibus foram parcialmente queimados, e outros, apedrejados. Estações de metrô foram depredadas, muros, pichados, e vitrines, quebradas. Lojas e bancos fecharam as portas. Foi o terceiro ato em menos de uma semana — os ativistas são contra a alta da passagem, de R\$ 1 a R\$ 3,20. Segundo a PM, mais de 5.000 pessoas foram ao protesto. A prefeitura fala em 2.500.

Segundo policiais, militantes jogaram pedras, paus e coquetéis molotov contra a PM, que atirou bolas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta. A manifestação ocorreu sem a presença na cidade do prefeito Haddad (PT) e do governador Alckmin (PSDB), que estão em Paris. O Movimento Passe Livre promete um novo protesto amanhã. Ontem, policiais civis e servidores da saúde protestaram contra o governo Alckmin, e reintegração de posse na zona sul também terminou em confronto. **Cotidiano C1**

DEPOIMENTO
Sangrando, PM aponta sua arma, mas não dispara

GIRA BERGAMIM JR.
DE SÃO PAULO
Um policial e um manifestante caíram no chão atirados. Cerca de dez pessoas começaram a agredir o PM com pedras, socos e chutes. Mesmo atingido, ele se levantou. De pé, sangrando, o policial apontou a arma para o grupo. Não disparou. **Cotidiano C4**

'Não temos controle; virou revolta', diz organizadora do ato

"Não temos controle. A manifestação se transformou numa revolta popular", disse Nina Cappello, 23, estudante de direito e uma das organizadoras do Movimento Passe Livre. Cappello culpou a "repressão violenta da polícia" pelo resultado. Segundo ela, a manifestação estava pacífica até que houve grande repressão no centro. **Cotidiano C5**

COMIDA
Chefs organizam panelaço contra arrastões em restaurantes **F3**

ALEXANDRA FORBES
Violência fere a imagem de SP como meca gourmet **Comida F3**

Bellini • Brasil
zequeiro 1958 **365**

FOLHA NA COPA
Estreia série Os Caras das Copas, com personagens dos Mundiais **01**

Parte do teto de Congonhas cai e atinge passageira

Um bloco de gesso se desprendeu do teto do aeroporto de Congonhas e atingiu uma passageira. O acidente ocorreu perto do saguão central. Após ser atendida num hospital, a vítima foi liberada para embarcar. O buraco no teto já foi fechado. A Infraero informou que irá analisar as causas da queda do gesso. **Cotidiano C10**

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Gradual e inseguro", sobre desempenho do governo na gestão da economia, e "Melhoras marginais", acerca de faixas exclusivas de ônibus.

310.196 exemplares
Impressos + digitais
Bellini • Brasil
zequeiro 1958
RODÍZIO Cotidiano C2
Não devem circular carros com placas cujo final seja 5 ou 6

ATMOSFERA Cotidiano C2
Chuva à tarde na capital paulista. Mínimo 19°C. Máximo 24°C.
FALE COM A FOLHA
Vá como entrar em contato com o serviço ao assinante, ao editor e a circulação. folha@folha.com.br

FOLHA DE S. PAULO
QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2013 C1

cotidiano

Manifestantes atacam ônibus durante protesto contra tarifa no Parque Dom Pedro 2º

SUSTO
Bloco de gesso cai do teto e atinge passageira em Congonhas
Pág. C10 ▶

ENSINO MÉDIO
Professor terá bolsa para melhorar desempenho
Pág. C12 ▶

5.000 manifestantes, segundo a PM

2 ônibus parcialmente incendiados

5 agências bancárias depredadas

20 pessoas detidas

Protesto mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP

★ MANIFESTANTES QUEIMAM ÔNIBUS E DEPREDAM BANCOS E METRÔ NO CENTRO ★ 20 SÃO DETIDOS

Grupo culpa violência da polícia e admite que perdeu controle; PM diz ter sido alvo de coquetéis molotov

DE SÃO PAULO

As ruas da região central de São Paulo viveram ontem um clima de guerra durante o mais violento protesto contra a alta da tarifa do transporte coletivo, que durou mais de cinco horas.

O ato resultou em uma série de confrontos entre manifestantes e policiais militares e em cenas de vandalismo de maior proporção do que nos dois protestos anteriores, na semana passada.

O dia terminou com saldo de 20 detidos, ônibus parcialmente incendiados, vitrines de lojas e de bancos quebradas e ao menos duas estações de metrô (Brigadeiro e Triunfo) depredadas.

Os manifestantes lançaram pedras e paus contra a PM, que atirou balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta. Segundo a polícia, grupos atiraram até coquetéis molotov.

A folha presenciou uma agressão contra um PM que tentava evitar que o prédio do Tribunal de Justiça fosse pichado. Cercado, ele apontou uma arma para os manifestantes.

O ato foi organizado pelo Movimento Passe Livre, que se diz apartidário. Mas contou com a participação de partidos políticos de esquerda e movimentos anarquistas.

O grupo se diz contrário à violência e admite que não conseguiu controlar os manifestantes. Em sua avaliação, o confronto foi resultado de uma "revolta popular" e da violência excessiva da PM.

A polícia estimou em mais de 5.000 os participantes. A prefeitura, por meio da Guarda Civil Metropolitana, afirmou serem 2.500.

O grupo protesta contra a

alta de R\$ 3 para R\$ 3,20 nas passagens, mas tem como bandeira a adoção da gratuidade no transporte público. A manifestação de ontem ocorreu sem a presença na cidade do prefeito Fernando Haddad (PT) e do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que monitoraram de Paris, onde apresentam a candidatura de São Paulo para a Expo 2020. Eles não se pronunciaram.

PAZ E GUERRA

O ato de ontem começou na Paulista, às 17h, e seguiu pacificamente pela rua da Consolação em direção ao centro, bloqueando a via.

Depois, entrou no acesso à ligação Leste-Oeste, descepeitando um acesso feito com a polícia para que o ato seguisse para a Câmara.

No trajeto, um rapaz que pichava uma mureta foi agredido por policiais e detido e o clima começou a esquentar.

O primeiro confronto foi no terminal Parque Dom Pedro 2º, quando o grupo furou o bloqueio policial. A Força Tática formou nova barreira e os policiais foram agredidos com pedras, paus e lixeiras. A PM revisou com bombas.

Outro grupo de manifestantes invadiu o terminal e pichou ônibus. A PM atirou mais bombas e passageiros correram desesperados.

Nas ruas do entorno da praça da Sé houve novos confrontos e as portas da estação chegaram a ser fechadas.

Um grupo voltou à Paulista e improvisou barricadas queimando lixo e placas com itinerários dos ônibus.

Também quebraram orelhões, lixeiras e as entradas das estações de metrô. A confusão só terminou às 22h30.

Um novo protesto está marcado para amanhã, no Theatro Municipal. (ANDRÉ MONTENEGRO, EDUARDO SERRAQUE, GIBA BERSAMIN JR., LEANDRO MACEDO, TALITA REDONILLI, FELIPE SOUZA, FERNANDA PEREIRA NEVES E ADRIANA FARIAS)

LEIA MAIS nas págs. C3 e C5

VIAJE COM A CVC

DÓLAR REDUZIDO PRORROGADO

R\$ 1,99

Só até domingo você garante sua viagem de férias para alguns dos principais destinos dos brasileiros no exterior por um câmbio superespecial: US\$ 1,00 = R\$ 1,99

BUENOS AIRES
A capital mais europeia da América Latina espera por você, com o saboroso churrasco, o fango de Cardel, o colorido bairro da Boca e as lojas da Calle Florida.
4 dias - Saídas diárias - Pacote incluindo passagem aérea ida e volta e 3 diárias no Hotel Duomi, localizado a poucos metros da Avenida de Mayo e do Obelisco, com café da manhã.
A partir de **10x sem juros de R\$ 73 REAIS**
A vista R\$ 730. Base US\$ 367

SANTIAGO
Esta metrópole conta com a bela paisagem da Cordilheira dos Andes ao fundo, além de ter ruas arborizadas e uma deliciosa gastronomia à base de frutos do mar.
4 dias - Saídas diárias - Pacote incluindo passagem aérea ida e volta e 3 diárias no Hotel Fundador, localizado bem no Centro da capital chilena, com café da manhã.
A partir de **10x sem juros de R\$ 115 REAIS**
A vista R\$ 1.150. Base US\$ 580

Consulte outras opções de destinos com dólar reduzido.

PUNTA CANA
Os resorts dessa praia da República Dominicana têm cassinos, restaurantes com sistema Tudo Incluído, discotecas, clubes para as crianças e marinas.
8 dias - Saídas às segundas, sextas e sábados - Pacote incluindo passagem aérea ida e volta, transporte aeroporto/hotel/aeroporto e 7 diárias no hotel It's Villas Bavaro, com 7 restaurantes e localizado no paradisíaco praia de Bavaro, com sistema Tudo Incluído.
A partir de **10x sem juros de R\$ 316 REAIS**
A vista R\$ 3.160. Base US\$ 1.588.

MIAMI
Você vai ficar maravilhado com os gigantes shoppings, as praias deslumbrantes, os restaurantes deliciosos e as animadas discotecas que agitam a badkiddada cidade da Flórida.
5 dias - Saídas diárias - Pacote incluindo passagem aérea ida e volta e 4 diárias no hotel Courtyard Miami Dadeland, a poucos passos do centro comercial Dadeland Mall.
A partir de **10x sem juros de R\$ 256 REAIS**
A vista R\$ 2.560. Base US\$ 1.280.

E mais: você paga em 10X sem juros e sem entrada com parcelas fixas em reais

PRESTÍGIO O SEU AGENTE DE VIAGENS.

BOGOTÁ - SHOPPING CENTRO 1	390-2884	OSAKA - LARRETO HOTEL/GRAND	792-2884
BOGOTÁ - SHOPPING CENTRO 2	344-2333	SHOPPING MARIANA - SHOP MARIANA/FINCO	344-4489
BRASÍLIA - SHOPPING IAPAR	387-2221	SP MARLÊ - HOTEL ANDORRINA/HOTEL	222-9885
LA PAZ - JONAS NETS	780-0286	RECIFE TURISMO - JONAS NETS	160-274
MADRID TURISMO - JONAS NETS	291-4881		
MELBOURNE - SHOPPING MARETTA	320-6350	OSAKA - TAMBORE E ALPHAVILLE	410-7245
MELBOURNE - CENTRO 1	323-5434	MCI ALPHAVILLE - SHOPPING ALFA	410-7245
MIAMI TOR - JONAS MARIA CARDOSO	398-3277	SEATTLE TURISMO - SHOPPING DANES	410-8862
POUNAHU TURISMO - CENTRO	414-4418	SP/LA PAZ - SHOPPING CONTINENTAL	136-118

Preço médio: condições especiais de dólar reduzido a R\$ 1,99 válido para compras até um dia após a publicação deste anúncio exclusivamente para os destinos Miami, Orlando, Denver, Nova York, Boston, Rio de Janeiro, Santiago de Chile, Porto Galvo. Preço médio para outros destinos: Buenos Aires, Washington, Santiago, São Paulo, Toronto, Costa Rica, Atlanta, Miami, Orlando. Condição de pagamento em parcelamento (10x) válida sem juros no cartão de crédito. Consulte tabela de tarifas e tarifas com taxas. A CVC não realiza operações de câmbio de moedas.

TUDO POR UMA BOA VIAGEM

DEPOIMENTO

Sozinho, PM quase foi linchado na região da Sé

Tive certeza de que ele, ao sacar arma, iria atirar após ser agredido com pedras

GIBA BERGAMIM JR.
DE SÃO PAULO

Um policial militar com rosto banhado de sangue, cercado e agredido com socos, chutes e pedras por cerca de dez manifestantes.

A cena na rua 11 de Agosto, a poucos passos da praça da Sé, marco zero da cidade de São Paulo, foi impressionante não só para mim, mas até para integrantes do Movimento Passe Livre, que organiza atos contra a tarifa.

"O PM iria ser linchado", admitiu o estudante de Ciências Sociais Matheus Preis, 19, que, com outro grupo, tentava, para a proteção do PM, conter os mais radicais.

A agressão que testemunhei por volta das 20h30 ocorreu ao lado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Após se levantar, sangrando, o PM tirou a arma do coldre e a apontou para os manifestantes. Depois, para o alto. Tive certeza de que ele iria atirar. Mas o policial militar não disparou nenhum tiro.

PICHAÇÃO

A agressão ocorreu quando a manifestação seguia pela região da Sé, após confronto entre policiais e manifestantes no Parque Dom Pedro. Eu acompanhava parte do grupo que seguiu outro caminho. Foi quando o PM que atua na segurança do prédio viu um jovem pichando a parede do prédio da Justiça.

Com a mão na arma que estava no coldre, o policial correu e agarrou o rapaz, que tentou se desvencilhar.

Ambos caíram no chão, atacados. Foi quando parte do grupo começou a sequência de agressões com pedras, chutes, socos. Eram cerca de dez contra um. Sangrando na cabeça e no rosto, o policial conseguiu se levantar.

De pé, segurando o pichador ainda agachado pela gola da camisa, ele apontou a arma para os manifestantes. Outros objetos foram lançados e o policial se protegeu, abaixando a cabeça.

Temí não só que o policial atirasse, para se proteger, mas também que o grupo continuasse a agressão. Por isso me aproximei de outros manifestantes que se posicionaram para proteger o PM.

O policial, que não conseguiu identificar, silenciou, enquanto o sangue escorria.

Junto com manifestantes que tentavam dar fim à confusão, gritei pedindo calma aos agressores. Em seguida, pedi a dois jovens que chamassem uma ambulância.

Não havia nenhum outro policial junto com ele na hora da confusão. Mesmo cerca do, o PM saiu dali e caminhou só em direção a um acesso ao tribunal. Um colega se aproximou. Colocado num carro da corporação, foi levado ao hospital. Até a ontem, a sala de imprensa da PM não tinha informações sobre ele.

Giba Bergamim Jr./Folhapress



Policial militar ferido em ação contra aumento de tarifas

TARIFÁRIAS

Faturamento

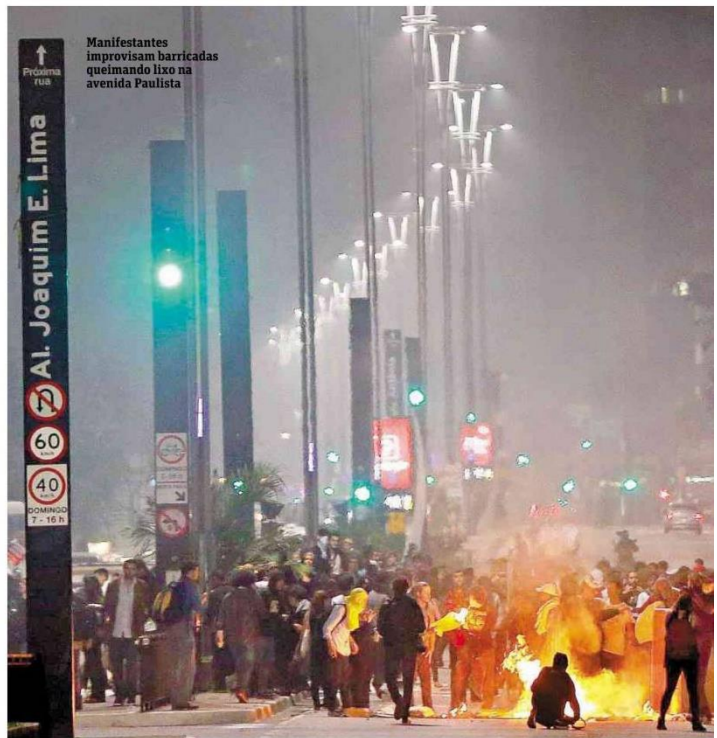
Nas principais ruas do calçadão do centro financeiro de São Paulo as pessoas buscaram abrigo onde podiam durante os confrontos. "Ficou todo mundo muito assustado" disse Hilo Valnet Coutinho, 31, fiscal de uma loja Marisa no largo do Patriarca. Quase em frente, havia uma barricada em chamas feita com lixo. Segundo o funcionário, a loja fechou mais cedo e deixou de faturar na véspera do dia dos Namorados.

iPhone

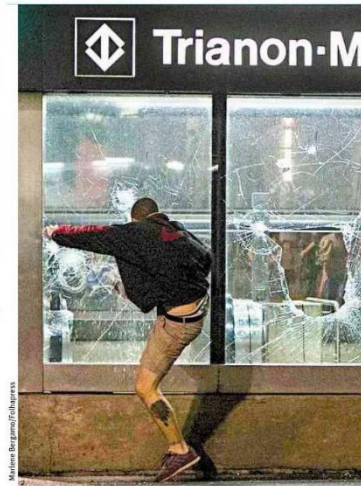
Um manifestante do grupo que voltou à avenida Paulista após os primeiros confrontos com a Polícia Militar desferiu cinco "voadores" até conseguir quebrar um dos vidros da entrada da estação Trianon do metrô. Após destruir o vidro, sacou seu iPhone e registrou o feito.

Presente

O vidro e o retrovisor do carro (um Renault Scénic) de José Aroldo, 56, foi quebrado em frente ao terminal Parque D. Pedro 2º. "O protesto é justo, mas não precisavam esculachar. Pelo menos, eles não levaram o presente da minha namorada, que estava dentro", disse, aliviado.



GUERRA DA TARIFA



Manifestante quebra vidro da estação Trianon-Masp de metrô, na avenida Paulista, após protestos na noite de ontem

MOVIMENTO PASSE LIVRE

Criado em janeiro de 2005, defende o transporte público gratuito

ALGUNS PARTICIPANTES

> PARTIDOS

PSOL Integrantes do "Juntos!" (juventude do partido)

PT Integrantes do JPT (juventude do PT)

PSU Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

> ATIVISTAS ANARQUISTAS

KAOS e BLACK BLOC, que pregam a realização de danos materiais "contra a opressão"

SÃO PAULO EM CONFLITO

Série de confrontos entre PMs e manifestantes marca o terceiro protesto do Movimento Passe Livre



RETORNO PARA A AV. PAULISTA

CRONOLOGIA

2 JUN

> Passagens de ônibus municipais, metrô e trens metropolitanos sobem de R\$ 3 para R\$ 3,20, um reajuste de 6,7%
> A integração do ônibus com metrô ou trens passa a

custar R\$ 5, com alta de 7,5% em relação ao preço antigo, de R\$ 4,65
> O aumento das passagens fica abaixo da inflação de 15,5% do IPCA, acumulado desde janeiro de 2011

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br
 *** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 93 • QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.752 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01HS2 • R\$ 3,00

Materiais com ilustrações de Bruno Nogueira

RECEBA HOJE

GUIA DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES

Confira as sedes e a tabela do torneio que começa sábado

+ Perfil das oito seleções

- NÚMEROS DO PROTESTO**
- 87 ônibus depredados
 - 8 policiais militares feridos
 - 30 manifestantes feridos
 - 19 detidos, dos quais 6 já foram soltos

Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo

Polícia acionará Tropa de Choque em ato hoje, e Alckmin cobrará manifestantes por prejuízos

Mantega recua e zera imposto para segurar a alta do dólar

Dois dias depois de afirmar à **Folha** que não pretendia retirar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) de operações com dólar no mercado futuro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que a alíquota de 1% deixará de existir. O objetivo é atrair mais dólares ao país e segurar a escalada da moeda americana, que ontem subiu para R\$ 2,149, a maior cotação em quatro anos. **Mercado B1**

Dilma Rousseff vê pessimismo em críticos do governo

Em um momento de queda de popularidade, a presidente Dilma acusou os críticos de serem como o "velho do Restelo", personagem do poeta português Luís de Camões e símbolo do pessimismo. Segundo ela, o "velho do Restelo não terá a última palavra no Brasil". **Poder A4**



ENCURRALADO Ferido, policial militar Wanderlei Vignoli agarra militante e aponta arma a manifestantes para evitar que fosse linchado no protesto de anteontem em SP; um dia depois, ele disse que teve medo de morrer ao ser cercado **Cotidiano 1 C2**

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) chamou de "baderneiros" e "vândalos" os manifestantes que incendiaram ônibus em protesto anteontem, no centro de São Paulo, contra o aumento das tarifas de transporte. "A polícia vai responsabilizar e exigir o ressarcimento de patrimônio destruído, seja público ou privado. Isso é absoluta violência, vandalismo, baderna e é inaceitável", afirmou Alckmin. Ele está em Paris com o prefeito Fernando Haddad (PT), que também condenou a violência durante a manifestação. O ato deixou um rastro de destruição na cidade. Ao menos 87 ônibus foram danificados, vidros de lojas e bancos, quebrados, e estações de metrô, depredadas. Novo protesto está marcado para hoje, às 17h, em frente ao Theatro Municipal. A Polícia Militar diz que será mais dura na repressão a atos de vandalismo e que não relevará nem casos isolados. A Tropa de Choque segurará a manifestação. Após reunião com líderes dos protestos, o Ministério Público diz que levará a Haddad e Alckmin proposta de suspensão por 45 dias da tarifa de R\$ 3,20. **Cotidiano 1 C1**

guerra dos PINGUINS

Manifestantes contra o governo turco têm usado imagens de pinguins nos protestos. No primeiro dia, em vez de exibir imagens da repressão policial, a CNN turca veiculou filme sobre as aves, enfurecendo ativistas. Em protesto, TV opositora cortou a transmissão do discurso do premiê para exibir imagens dos animais. **Mundo A10**

poder A18
 Câmara rejunta nova divisão de recursos para os Estados

CIÊNCIA
 Em 2014, sonda espacial pousará em cometa pela primeira vez **P4g. 7**

Delator de esquema de espionagem diz querer ser julgado em Hong Kong
Mundo A18

RODÍZIO **Cotidiano 2 pág. 2**
 Não devem circular carros com placas cujo final seja: **7 ou 8**



TURISMO
 Dunas e lagoas rendem cenário exclusivo a Lençóis Maranhenses **F1**

EDITORIAIS **Opinião A2**
 Leia "Retomar a Paulista", a respeito de protestos abusivos, e "Tribunal em causa própria", acerca de emenda constitucional que cria quatro TRFs.

CONTARDO CALLIGARIS
 Estranho não é transar na escada, mas sim transar sempre na cama **E14**

310.883 exemplares
 Imprensa • digitais

ATMOSFERA **Cotidiano 2 pág. 2**
 Sol entre nuvens na capital paulista. **Mínima 16°C Máxima 22°C**

FALE COM A FOLHA
 Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as edições e a embalagem. **148.folha.com.br**

ANÁLISE/RICARDO BONALUME
 Antes de tudo, policial tem que ter disciplina **Cotidiano 1 C2**

Presos em protesto são da periferia e de regiões nobres
 Das 13 pessoas ainda presas ontem devido ao protesto, só duas são estudantes. Há jornalistas, professores, metalúrgico, publicitário e artista. Eles vêm de áreas nobres, como Alphaville e Perdiços, e da periferia, como Poá e Piratuba. **Cotidiano 1 C5**

FAÇA A COMPRA CERTA.

i30

VENCEDOR DO PRÊMIO COMPRA CERTA DA REVISTA CAR AND DRIVER.

NEW THINKING. HYUNDAI. THE NEW POSSIBILITIES.

COMPRA CERTA 2013

CAR-DRIVER

VEJA MAIS NA PÁGINA 5.

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FILLAS
 Diretor Editorial: STAVIO FRAS FILHO
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TELLEIRA MENDES E JUDITH BRETTO
 Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
 Conselho Editorial: ROGERIO CEARA DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO CORREIA, JANO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSO, CARLOS HETTOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TELLEIRA MENDES, LUIZ FILLAS E OTÁVIO FRAS FILHO (presidente)
 Diretores-executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MERLE ROSSAR (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (baurocentro) E EDUARDO ALCANTARA (gestão/relações e serviços especiais)

EDITORIAIS

#editorial@folha.com.br

Retomar a Paulista

Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público

Olto policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de paiz São Paulo — e chega perto demais de conseguir-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 — abaixo da inflação, é útil assinalar — não passa de pretexto, e dos mais vis.

São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorevolucionária, que buscam tirar proveito da compressiva irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já traí a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças e metais bancários têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que abusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstrem, com

isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir — menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Campos investigam, identificam e processam os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

Tribunal em causa própria

A emenda constitucional que cria quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs) é um exemplo pronto, e agora acabado, do amadorismo com que membros do Legislativo e do Judiciário tratam a administração da Justiça no país.

Uma semana depois de sua promulgação pelo Congresso, ainda são incertos os custos embutidos na proposta. Tudo se passa como se as despesas fossem questão de importância menor — e não são nada modestos os recursos públicos envolvidos.

Seriam R\$ 922 milhões ao ano, segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A Associação dos Juizes Federais do Brasil estima a conta em R\$ 700 milhões. "Bem menos", retruca Félix Fischer, presidente do Superior Tribunal de Justiça, que finaliza a regulamentação da medida.

Não será surpresa, porém, se a fatura chegar perto de R\$ 8 bilhões, conforme aventa Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal e crítico da emenda.

Escandaloso por si só, o descaio com os cofres públicos é ainda mais deplorável porque nem sequer há evidências de que os quatro novos TRFs sejam necessários.

Contra, o estudo do Ipea sugere que eles tornam a Justiça menos produtiva. Como existem

despesas fixas consideráveis, o custo de cada processo aumenta com a diminuição da escala — a elevação pode chegar a 68% na elevação ao gasto unitário anual.

Se fosse preciso pagar esse preço por uma Justiça melhor, as cifras poderiam ser contabilizadas como investimentos. Mas não é esse o caso. O mesmo trabalho do Ipea, em exercício hipotético, indica formas de aprimorar o atendimento judicial "a custo zero".

Um dos caminhos seria remanejar os Estados atendidos por alguns TRFs existentes, sem desrespeitar a contiguidade territorial. Outra solução soa quase banal: elevar a produtividade média de todos os magistrados ao nível observado no TRF-3, o mais produtivo.

Há mais coisa emenda. O TRF-9 surgirá com carga de trabalho tão baixa que só precisará de dois magistrados, mas a Constituição exige um mínimo de sete juizes em cada tribunal federal. Já o TRF-4 (que cobrirá apenas o Rio Grande do Sul) resolveria todos os casos pendentes em menos de um ano, tornando-se ocioso depois disso.

É difícil evitar a conclusão de que os novos TRFs atendem sobretudo aos interesses dos próprios juizes, que terão facilidades suas promoções, e dos políticos, que os ostentam como conquista.



ROGÉRIO GENTILE

Previsão perversa

SÃO PAULO - A previsão do ministro Toffoli de que o julgamento do mensalão ainda vá demorar até dois anos para ser concluído no Supremo Tribunal Federal é estratagemada. Explicita o estado falimentar da Justiça brasileira, muito embora o ministro tenha anunciado tal prazo como se fosse o mais natural do mundo. Não é. Ou não deveria ser.

A denúncia do mensalão foi apresentada ao STF em 12 de abril de 2006. O julgamento só "acabou" em 17 de dezembro de 2012, mais de seis anos depois, quando os ministros decidiram que a condenação criminal de um parlamentar leva à perda automática de seu mandato.

Descolamos, então, que o "filme" era apenas o início de uma nova e vagarosa fase. Primeiro, houve o necessário — afinal, ninguém é de ferro. Na volta, os ministros redigiram seus votos, o acórdão foi publicado e os advogados conseguiram dobrar o prazo para a apresentação dos recursos. Agora, o tribunal precisa analisar as tais contestações e, é claro, os

advogados poderão fazer novas apelações, que terão de ser novamente estudadas, e quem sabe vá ser necessário mais um julgamento.

Se a previsão de Toffoli se concretizar, o STF terá levado, para julgar apenas os recursos do processo, praticamente o mesmo tempo que o necessário para erguer um estádio de futebol. As obras do Itaipu, palco da abertura da Copa, começaram em 30 de maio de 2011. A expectativa é que tudo esteja pronto em dezembro, levando, portanto, quase os mesmos dois anos e meio dos recursos do mensalão.

A lentidão da Justiça é sempre perversa: culpados permanecem impunes e inocentes são obrigados a viver sob a sombra de uma punição. Como pode um processo levar mais de seis anos para ser julgado e o ministro ainda considerar natural o STF demorar outros dois anos e meio para analisar os recursos? Isso fez o bom senso. Tanto quanto um ex-advogado do PT poder julgar José Dirceu, José Genoino e companhia.

ELIANE CANTANHEDE

"Acinho boa gente"

BRASÍLIA - Acácio Neves, do PSDB, parece assistir de camarote aos erros do governo e à sucessão de indicações ruins na economia, como baixo crescimento, inflação no teto da meta, aumento de juros, Bolsa despencando, dólar disparando e incertezas na área fiscal.

"A oposição não pode ser arguta da desgraça, das más notícias", disse ele, prometendo uma campanha sem baixo astral e recusando a caricatura de velho do Resto.

Não significa que não esteja comemorando a queda de Dilma nas pesquisas: 6 pontos na popularidade e 7 nas intenções de voto. Mas que ele não esteja trabalhando ativamente para articular sua candidatura. Ao contrário, está a mil por hora.

Suas petições são manuseadas praticamente inédita união do PSDB, a composição de chapas vigorosas nos Estados e a atração de forças hoje aliadas a Dilma, mas suscetíveis a pulso de barco. Não são poucas.

Acácio tem agenda cheia para se fazer conhecido e, principalmente,

crystalizar a sensação na área política, no meio empresarial e em setores acadêmicos e culturais de que seu nome é competitivo e tem reais chances de vencer. Quer um efeito, digamos, quase psicológico.

Também vai bater na tecla de que alinhado social não é exclusivismo dos governos do PT. Está criando o Portal Social do PSDB na internet e vai inaugurar uma exposição na terça-feira, na Câmara, sobre os 25 anos do PSDB, os 19 do real e o aniversário de FHC, seu patrono.

Mesmo evitando "baixo astral", Acácio aproveitou a conversa, enquanto Dilma anunciava eletrôdo-mésticos em conta para a baixa renda, e afirmou: "Ela só não disse de onde vem o dinheiro. Não é do governo, é do trabalhador".

Mais ou menos como o "Lalinha paiz e amor" de 2002, o tucano encena o personagem "Acinho boa gente". Mas, também como Lula, o bom momento é para eleitor ver o programa eleitoral registrar. No mais, guerra é guerra. Na hora certa.

PAULA CESARINO COSTA

Faltas e dribles

RIO DE JANEIRO - A cidade parou. Twitter, Facebook e torpedos estavam a mil no começo da noite de terça-feira. Trajetos feitos normalmente em 30 minutos demoravam mais de uma hora, distâncias de 8 km foram percorridas em quase duas horas. Ninguém entendia. Ninguém explicava. Havia ocorrido um acidente na avenida Brasil, a principal via que corta a cidade da zona norte à zona oeste, no início da tarde. Deu um nó. Para quem ia em qualquer direção.

O trânsito congestionado virou assunto cotidiano na boca dos cariáticos. Com uma ponta de irritação: "Estamos virando São Paulo".

É no quesito mobilidade (urbana e aérea) que mora o perigo para os grandes eventos no Brasil.

A Copa das Confederações começa no fim de semana, em seis cidades. São poucos dias de competição, raras turistas de fora e, no caso do Rio, apenas três jogos realizados na cidade (dois deles no domingo).

Será menos do que um ensaio. Até agora, o teste do Maracanã deu certo. Dentro e fora. Mas era tudo festa. O governo teme o único jogo que acontece às 16h de um dia de semana, apesar de um dos times ser o Fla... A saída foi decretar feriado escolar no bairro e ponto facultativo.

Em meio a obras, o presidente da Anac diz que o Galeão está totalmente preparado para receber quem vier. Vamos negociar com São Pedro para o Santos Dumont não fechar.

Carecemos também o risco sério de ficar "mudos". A quantidade de vezes que uma ligação de celular é interrompida impressiona. Cada operadora tem seus "pontos mudos" pela cidade. No Maracanã, a situação é pior. As empresas já se defendem antecipadamente: "Faltou tempo".

Talvez haja um paralelo entre a seleção em campo e o país em torno dela: desentrosados, alimentando dúvidas sobre sua eficiência e com a esperança de que, na última hora, a criatividade vença a desorganização.

KENNETH MAXWELL

Bisbilhoteiros & Cia.

Edward Snowden acaba de se integrar a um ilustre grupo de denunciante.

Mas, diferente de Julian Assange — o australiano que fundou o WikiLeaks, hoje refugiado na Embaixada do Equador, no andar térreo de um edifício em Knightsbridge, Londres — e Bradley Manning — soldado norte-americano que está sendo julgado em Fort Meade, Maryland, pelo vazamento de centenas de milhares de arquivos digitais —, Snowden partiu enquanto continua livre, morando em Hong Kong.

Do seu quarto de hotel em Hong Kong, ele apareceu em uma entrevista em vídeo para justificar suas ações ao revelar informações sobre o projeto Prism, uma operação de espionagem altamente secreta, aos jornais "Washington Post" e "Guardian".

Depois, voltou a desaparecer. O Departamento de Justiça dos EUA diz estar "instigando uma investigação", mas não fez outros comentários. Snowden não tem dúvida de que os norte-americanos o apunhalaram, se pudermos, quer diretamente, quer por meio de extradição extrajudicial, quer por meio de terceiros.

Snowden, 29, era funcionário da Booz Allen Hamilton no Havaí e aparentemente trabalhava como prestador de serviços técnicos à CIA e à Agência de Segurança Nacional (NSA). Ao expor a bisbilhoteira norte-americana, ele alega estar agindo em defesa do interesse público. Seu maior medo, diz, é que sua alerta quanto ao imenso escopo da espionagem eletrônica dos EUA seja ignorado ou, pior, justificado como custo necessário e aceitável da luta incessante contra o terrorismo mundial.

Manning já é um herói improvável na história das grandes denúncias. Admitiu ser culpado por dez das acusações contra ele, mas a Promotoria persiste em sua corte marcial por "ajudar o inimigo", que pode lhe valer sentença de prisão perpétua. O veterano entre os grandes denunciante, Daniel Ellsberg, que entregou ao "New York Times" os sigilosos Papéis do Pentágono nos anos 70, está em campanha por Manning. O soldado é visto como traidor por alguns e como ícone gay por outros.

Assange, tendo violado os termos de sua fiança e se desentendido com antigos partidários e patrocinadores financeiros, está refugiado em Londres para evitar extradição para a Suécia, onde enfrenta acusações de agressão sexual, ainda que alegue ter o longo braço dos EUA. Ele já elogiou as ações de Snowden.

Há um velho ditado segundo o qual toda ação produz reação. Os excessos da Bisbilhoteiros & Cia. resultaram no surgimento de uma brigada muito alta de combate a bisbilhoteiros, plenamente preparada para denunciar abusos, apesar das potenciais consequências para a liberdade e o bem-estar de seus integrantes.

KENNETH MAXWELL escreve na coluna: Folha de São Paulo. Tradução de PAULO NEGRÃO

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 • SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.753

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 1H22 • R\$ 3,00

Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos

★ NO 4º ATO CONTRA TARIFA, PM CERCA MANIFESTANTES E USA BALAS DE BORRACHA E BOMBAS DE GÁS ★ DEZENAS DE PESSOAS FICAM FERIDAS E 192 SÃO DETIDAS ★ HADDAD CRITICA CORPORAÇÃO



Policial agride casal que tomava cerveja em bar na avenida Paulista, próximo ao Masp, ontem à noite, e recebeu ordem para que deixasse o local

A Polícia Militar reagiu com forte violência à quarta manifestação contra o aumento das tarifas de transporte, o que levou caos e tensão ao centro de São Paulo.

O estopim ocorreu quando a PM fez bloqueios na região da rua da Consolação para tentar conter os manifestantes, estimados em cerca de 5.000, e evitar que chegassem à av. Paulista.

Policiais usaram bombas de gás e balas de borracha. Manifestantes responderam com pedras. A violência agravou pedestres e motoristas, que chegaram a abandonar os carros nas ruas.

Dezenas de pessoas ficaram feridas — muitas delas não faziam parte do protesto. A PM não informou quantos policiais se feriram.

Houve ao menos 192 detenções, em meio a incidentes isolados de depredação.

O prefeito Haddad (PT) disse que "a imagem que ficou foi a da violência policial". O governador Alckmin (PSDB) afirmou, em rede social, que o governo "não vai tolerar vandalismo".

Rio e Porto Alegre também tiveram atos contra o reajuste. Novo protesto foi marcado para segunda-feira em São Paulo. **Continuação 1 C1**

Petrobras está impedida de fazer comércio internacional

Devido a uma dívida de R\$ 7,3 bilhões, a Petrobras está impedida de importar, exportar e de participar de rodadas de leilão do pré-sal, segundo a própria estatal.

O motivo é o cancelamento da certidão de débitos da empresa por uma decisão da Justiça em processo que discute a dívida com a Receita. A Petrobras tentou, em vão, reverter a medida. **Mercado B1**

EUA afirmam que Síria usou armas químicas contra rebeldes

Os EUA disseram ter informações de que tropas do presidente sírio, Bashar al-Assad, lançaram mão de armas químicas contra os rebeldes.

O governo diz que as forças sírias usaram gás sarin em pequena escala diversas vezes e que de 100 a 150 pessoas morreram nos ataques. A gestão Obama está dividida quanto a uma intervenção militar no país. **Mundo A12**



A repórter Giuliana Vallone, ferida no olho por tiro da PM

Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque

ELIO GASPARI
COLUNISTA DA FOLHA

Quem acompanhou a manifestação pode assegurar: os distúrbios começaram por um grupo de uns 20 homens da Tropa de Choque, que, a olho nu, chegaram com esse propósito.

Nenhum megafone mandou a passeata parar. Começaram a atirar bombas de gás. Manifestantes buscaram pedras e também conseguiram o que queriam: uma batalha campal. Foi cena de conflito de canibais com antropólogos. **Cotidiano 1 C3**

Jornalistas da Folha levam tiros da PM; sete são atingidos

Sete jornalistas da Folha foram atingidos pela PM, incluindo Giuliana Vallone e Fábio Braga, feridos no rosto por balas de borracha. "Um PM atirou covardemente nela", disse testemunha. A Secretaria da Segurança lamentou os casos. **Cotidiano 1 C2**

HÉLIO SCHWARTSMAN Democracia precisa aprender a conviver com manifestações

Mesmo rejeitando o vandalismo, deve-se reconhecer que protestos por vezes tornam-se democracia. É preciso garantir que movimentos reivindicatórios ocorram sem julgar o que os motiva. **Opinião A2**

saúde pág. 7

Suprema Corte dos EUA proíbe a patente de genes humanos

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as edições e a publicidade: folha.com.br

RODÍZIO Cotidiano 2 pág. 2

Não devem circular carros com placas-rua final sete: 9,00

317.575 exemplares
Impressão + digital

ATMOSFERA Cotidiano 2 pág. 2

Temperaturas amenas na Grande SP: Mínima 24°C, Máxima 29°C

ISSN 2446-9770
00733
9 771134-172048

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "A nova face do Irã", a respeito de eleições naquele país, e "Aviso aos navegantes", acerca de declaração de Dilma contra críticos de seu governo.

ELANTRA ECO
FIAT 1.6i 170 cv

MAIS POTENTE E MAIS ESPAÇOSO QUE CRUZE E CIVIC.

Respeite os limites de velocidade. VEJA MAIS NA PÁGINA 5.

HYUNDAI New Freedom. New Possibilities.

★
★
★

FOLHA DE S. PAULO
SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2013 C3

cotidiano¹

CPTM
Greve para três linhas e deixa 1 milhão de pessoas sem trem
Pág. C8 ▶

ÔNIBUS
Marginal Tietê terá faixa exclusiva a partir de 2ª
Pág. C9 ▶

Policial aponta arma para manifestantes ajoelhados na rua Maria Antônia, no centro de São Paulo

Novo protesto tem reação violenta da PM

GUERRA DA TARIFA Quarto ato contra reajuste no transporte deixa dezenas de feridos no centro de SP; 192 são detidos

O quarto dia de protestos contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo foi marcado pela repressão violenta da Polícia Militar, que deixou feridos manifestantes, jornalistas — sete deles da **Folha** — e pessoas que não tinham qualquer relação com os atos.

O confronto teve início quando manifestantes tentaram subir a rua da Consolação, em direção à avenida Paulista, onde havia um bloqueio policial. Sem ter sido

agredida, a Tropa de Choque cercou os manifestantes e disparou bombas de efeito moral e balas de borracha. Assustados, motoristas abandonaram os carros.

Depois, manifestantes repetiram as cenas de depredação dos protestos anteriores, danificando ônibus e uma agência bancária na avenida Angélica. Ao todo, 192 manifestantes foram detidos. Segundo o Movimento Passe Livre, cem pessoas ficaram feridas.

O prefeito Fernando Haddad (PT) disse que o ato de ontem foi marcado pela violência policial. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que a PM não vai tolerar “depredação, violência e obstrução de vias públicas”. O secretário da Segurança, Fernando Grela, afirmou que a polícia agiu para “garantir a ordem”, mas ordenou que a Corregedoria apure relatos de abuso. **LEIA MAIS nas pág. C2 a C6**

HITACHI
Inspire the Next

**“SE PUDÉSSEMOS BEBER O OCEANO,
NÃO TERÍAMOS ÁGUA SUFICIENTE?”**

Na Hitachi, questões desafiadoras nos inspiram. É por isso que temos uma abordagem diferente para ajudar as cidades a enfrentarem a crescente pressão sobre seu abastecimento de água. Nosso compromisso é encontrar soluções integradas que otimizem o ciclo de reutilização dos recursos hídricos.

Cômodas tecnologias inovadoras, já estamos colocando isso em prática por meio de avanços no tratamento de água, tais como dessalinização de água do mar, sistemas de tratamento de esgoto e purificação. O futuro merece mais do que respostas prontas. Hitachi Social Innovation.

social-innovation.hitachi.com

SOCIAL INNOVATION
**IT'S OUR
FUTURE**

C2 cotidiano 1 ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2013

FOLHA DE S. PAULO



Bombas e balas de borracha deixam centro em pânico

Motoristas abandonaram carros nas ruas, e até prédio da PUC foi alvo de gás; manifestantes estimulavam cem feridos

PM diz que só atua após agressões e crimes; protesto voltou a ter vandalismo, como pichação e depredação

DE SÃO PAULO

Com balas de borracha e bombas de efeito moral, policiais militares agiram com violência para reprimir a quarta manifestação contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo em uma semana. A PM promoveu um cerco ao centro e à avenida Paulista, agravando os confrontos e deixando em pânico pedestres e motoristas, que, no meio da confusão, chegaram a abandonar carros na rua. A noite, havia 192 detidos. A polícia não informou sobre feridos. O Movimento Passe Livre, que organiza os protestos, afirma que cem manifestantes se machucaram. Eles programam novo ato na segunda, às 17h, em frente à estação Faria Lima do Metrô. O protesto também voltou a ter cenas de vandalismo e depredação, embora com menor intensidade que nos an-

teriores. Uma agência bancária e um hotel tiveram vidros quebrados. Ônibus foram apedrejados e, assim como muros, pichados. Lixeiras foram incendiadas e utilizadas como barreira contra a PM. A manifestação saiu por volta das 18h30 do Teatro Municipal, no centro, em direção à praça Roosevelt, onde terminaria, após acordo entre manifestantes e polícia. Havia 5.000 pessoas, diz a PM. O grupo fala em 20 mil. O ato era pacífico até chegar à esquina das ruas da Consolação e Maria Antônia. O confronto começou quando um grupo tentou furar um bloqueio policial para seguir em direção à Paulista. Policiais da Tropa de Choque passaram a dar tiros de borracha para todos os lados e a lançar bombas. Manifestantes revidaram com pedras. Bombas de gás chegaram a ser lançadas até dentro de um prédio da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica). Um aluno relatou à **Folha** que professores se trancaram em salas para se protegerem. "Parecia que estávamos na ditadura militar", disse a arquiteta Isabella Frederico, 36,

que assistiu ao início da confusão de cima de um prédio. Centenas de jovens, muitos chorando, correram para se refugiar nos fundos de um posto de combustível — também alvo de bombas da PM. A ação da polícia, seguida de confrontos, se repetiu em ruas como Augusta, Angélica, Frei Caneca e Bela Cintra. Houve detenção de manifestantes que carregavam vinagre — para amenizar efeitos do gás — ou máscaras. No final da noite, os manifestantes chegaram à Paulista, bloqueada pela PM e novamente palco de confronto. Ao menos 55 pessoas foram atendidas em um posto de emergência montado no espaço independente Matilha Cultural, disse Pedro Campana, 26, médico responsável. A **Folha** presenciou um PM agredindo, com chutes, um manifestante imobilizado, no chão, em frente à prefeitura. Nina Cappello, do Passe Livre, diz que "houve abuso" da polícia. O tenente-coronel Marcelo Pigazzari, comandante da PM na Paulista, disse achar "impossível que a PM tenha agido sem ter sido agredida ou presenciado crimes".



Passageiros se protegem de gás lacrimogêneo em ônibus

'Me arrancaram da mesa e deram porrada' diz jovem

DE SÃO PAULO

Pessoas arrancadas de bares por policiais com cassetetes. Bombas de gás lançadas contra quem deixava o trabalho na av. Paulista e até dentro de um carro. Pedestres atingidos por balas de borracha. Cenas como essas foram vistas pela reportagem durante os confrontos. A empresária Paula Sampaio, 40, assistiu dentro de seu carro, durante quase uma hora, uma "cena de guerra". Ela estava na rua João Prado quando bombas começaram a cair em meio aos carros no trânsito. "Fiquei presa no carro assistindo a tudo. PMs atiraram bombas, mas vi um rapaz abrir o lixo e atirar garrafa contra os PMs", disse. Um casal de estudantes que tomava cerveja num bar da avenida Paulista recebeu de PMs a ordem para que saísse. "Me arrancaram da mesa, me jogaram no chão e deram porrada", disse a universitária Gabriela Lacerda, 24, que estava com o namorado Raul Longhini, 20. Perto dali, um PM mirou um grupo que incluía funcionários do shopping Center 3 e atirou bombas. Na Consolação, uma bomba da PM quebrou o vidro e parou dentro do carro de um idoso. Segundo o fotógrafo Adriano Lima, manifestantes quebaram outro vidro para retirá-lo.

Jornalistas são feridos por disparos de policiais militares

Sete repórteres da Folha foram feridos, dois deles por balas de borracha; 'o policial mirou em mim e atirou', afirma fotógrafo

DE SÃO PAULO

A repressão aos protestos contra o aumento da tarifa do transporte também atingiu jornalistas, entre eles sete repórteres da **Folha**. Os casos mais graves foram os dos repórteres Giuliana Vallone e Fábio Braga, atingidos no rosto por disparos de bala de borracha da PM. Giuliana foi ferida na região do olho direito e precisou ser socorrida. "Quando ela me disse para sair dali por causa do tumulto, um policial mirou e atirou covardemente nela", afirma. Giuliana foi levada para o hospital Sírio-Libanês. Até a



Policial militar dispara spray de pimenta contra cinegrafista durante confronto em rua na região central de São Paulo

conclusão desta edição, a jornalista continuava sendo atendida. Ela havia tomado 15 pontos no rosto. O repórter-fotográfico Fábio Braga foi atingido por dois

disparos de bala de borracha, na virilha e no rosto. Braga registrava o protesto na esquina da rua Maria Antônia com a Consolação. "Eles nos encurralaram e abriram

esgo aleatoriamente. Os manifestantes chegaram a ajoelhar e colocar as mãos para cima, mesmo assim a PM atirou."

Com o impacto, Braga caiu e foi socorrido por outros jornalistas. Logo em seguida, enquanto deixava o local, recebeu novo tiro de bala de borracha. "No segundo disparo, o policial mirou em mim e atirou", diz ele, que passa bem.

No início do protesto, o repórter da "Carta Capital" Pietro Locatelli foi detido. Um vídeo postado na internet mostra PMs atirando contra jornalistas, mesmo após os profissionais se identificarem (**Folha**, no1294895). A **Folha**, o secretário Fernando Grella Vieira (Segurança) afirmou: "Eu me solidarizo e lamento o episódio. Quero dizer que vamos apurar o ocorrido. Se ficar comprovado, vai haver responsabilização." Informado sobre os jornalistas atingidos afirmou: "Isso aí é inadmissível. Se ficar caracterizado que o ataque foi deliberado, vai haver responsabilização." A **Folha** divulgou nota em que repudia a violência e protesta contra a falta de discernimento da Polícia Militar no episódio.

Excepcionalmente, a seção Atmosfera e a coluna Barbara Gancia estão na pág. 2 de Cotidiano 2

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 • DOMINGO, 16 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.755

EDIÇÃO SÃO PAULO • CONCLUÍDA ÀS 23H20 • R\$ 5,00

Marcelo Regazzi - 13 Jun 2013/Folhapress

TV FOLHA + são paulo + COTIDIANO

A SEMANA
em que São Paulo
ARDEU



TV CULTURA
19h30, reprise às 23h

INTERNET
Acompanhe pelo site
da Folha e pelo UOL

Alunos da USP tentam, em vão, ir a protesto sem pagar tarifa; Polvilho, o líder, dá mexericas contra tensão **Catoliano C4**

Polícia Militar afirma que militantes do PSOL arregimentam punks para praticar vandalismo; partido nega **C4**

Confira imagens e frases dos dois últimos atos contra o aumento das tarifas **são paulo pág. 18**

ALAN GRIPP E FÁBIO ZANINI

Polícia insuflou as manifestações em SP e Istanbul **C4**

Ricardo Regazzi/Folhapress



Neymar comemora seu gol, o primeiro da vitória em Brasília

DENTRO DE CAMPO, FOI FÁCIL

Com um belo gol de Neymar, Brasil vence Japão por 3 a 0 na abertura da Copa das Confederações **Folha na Copa D1**

TOSTÃO

Já temos um time, não o suficiente para atuar no nível das melhores seleções **D9**

Itália e México jogam às 16h, no Rio, e Espanha encara Uruguai às 19h, em Recife **D9**

Estreia do Brasil tem vaia a Dilma, feridos e presos

Presidente é hostilizada três vezes; em protesto antes do jogo, 30 pessoas são detidas

A presidente Dilma Rousseff foi vaiada três vezes durante a abertura da Copa das Confederações, em Brasília. Constrangido, o presidente da Fifa, Joseph Blatter, indagou: "Onde está o fair play?", o que o levou a ser hostilizado pelos torcedores.

Na última semana, Dilma teve de lidar com a notícia da queda de sua popularidade, apontada pelo Datafolha, e com a subida do dólar, que forçou o governo a adotar medidas para conter a alta. Pressionada, ela atacou os críticos em três ocasiões.

Antes da partida, em frente ao estádio, aconteceu um protesto contra os gastos federais na Copa e em apoio ao Movimento Passe Livre. A polícia usou bombas de efeito moral, balas de borracha e gás de pimenta para reprimir a manifestação.

Ao menos 29 pessoas se feriram, segundo policiais ouvidos pela Folha. Já o governo do DF diz que foram só três. Trinta acabaram detidas. Para o comando da PM, a ação foi correta. **Folha na Copa**

ANÁLISE Vaia reflete os sinais de instabilidade, escreve Valdo Cruz **D3**

LOBO MAU

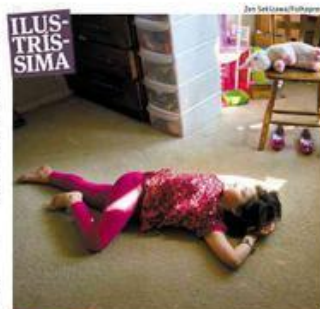
"Ou ele fazia ou ia ser torturado", diz Maria Helena Gomes de Souza, viúva de Amílcar Lobo. Na ditadura militar, ele atestava se presos podiam continuar a ser torturados. Quando criança, a filha do médico, que relata sofrer até hoje, ouviu que o pai era o lobo mau. **Poder A8**

Morre a escritora Tatiana Belinky aos 94 anos em SP

Poder A13

ATMOSFERA Cotidiano C2
Frente fria chega pelo litoral
Mínima 17°C. Máxima 23°C

FALE COM A FOLHA
Vale o e-mail ou o contato com o serviço ao assinante, as editorias e a circulação em **folha.com.br**



SOU MENINA A americana Danann Tyler, 10, que nasceu menino, mas desde os dois anos se expressa como garota; sua história revela aspecto movido das questões de gênero **P14**

ISSN 0100-4713
3 0755
9 771414 372019

340.865 exemplares
Impressos + digitais

Centrista vence eleição no Irã e celebra 'triunfo da moderação'

O clérigo centrista Hasan Rowhani, único candidato moderado a disputar as eleições iranianas, será o novo presidente do país, informa **Samy Adghimi**, de Teerã. Rowhani superou no primeiro turno cinco candidatos, todos conservadores. Em declaração à TV, ele disse que sua vitória foi "o triunfo da moderação e do desenvolvimento". **Mundo A14**

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Poderes separados", a respeito de debate no STF sobre projeto em tramitação, e "O DNA é de todos", sobre decisão da Suprema Corte dos EUA.

Respeito os limites de velocidade.

Qual AUTO Comprar ESCOLHA 2013

VEJA MAIS NA PÁGINA 5.

ix35

CAMPEÃO ABSOLUTO ENTRE OS SUVs PREMIUM SEGUNDO A REVISTA AUTOESPORTE.

HYUNDAI NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

FOLHA DE S. PAULO
DOMINGO, 16 DE JUNHO DE 2011 C1

cotidiano

Ato contra tarifa une punks a ativistas do 'paz e amor'

GUERRA DA TARIFA

Protestos contra preço do transporte reúne diferentes perfis

Em São Paulo, foram quatro atos; 131.246 pessoas já confirmaram presença no quinto, marcado para amanhã

TALITA REDINELLI
DE SÃO PAULO

Com flores amarelas e brancas nos cabelos, um grupo se reunia aos pés da escadaria do Teatro Municipal de São Paulo na última quinta-feira.

No topo da escada, conversava uma turma de cortes moicanos, jaquetas pretas com símbolos anarquistas e toucas cobrindo todo o rosto.

Do outro lado, jovens com bandeiras e camisas amarelas, íris e cabelos desgrenhados pintavam cartazes.

Eram da juventude do PSOL e estavam próximos de militantes do PT e do PSTU, parecidos — ao menos nas roupas.

Não muito longe, meninos do Anonymous, hackers que protestam invadindo sites do poder público, irritavam-se com a ostentação partidária.

"Tenho vontade de rasgar as bandeiras. Os caras estão fazendo propaganda. Só não rasgo para não criar briga no movimento", dizia um deles, um estudante de 26 anos que se identificou como Fênix.

Foi do Teatro Municipal que essas trupas diversas saíram em marcha. Uniram ali suas diferenças para lutar contra o aumento na tarifa dos transportes públicos.

Para o Movimento Passe Livre, que convoca os atos, 20 mil pessoas participaram. Para o PM, 5.000. Foi o quarto protesto — três deles acabaram em confronto com a PM.

Neste dia não seria diferente. "Tem que haver amor", dizia Abner Mendonça, 20, estudante de história na PUC-SP.

Ele e amigos compunham a ala "paz e amor", que distribuía flores, iguais as que enfeitavam seus cabelos. Estavam preocupados com declarações do governo de que a polícia, agora, seria "mais dura".

"Não tem que haver violência de nenhuma parte", dizia Elisabeth Costa, 27, estudante de história da arte, na Unesp.

Apostados como membros da ala violenta, os punks do topo da escada se defendiam.

"Quando a gente faz algo pacifista, a polícia repete logo com bombas. Toda ação atrai uma reação", dizia um, que não quis ser identificado.

Mas o grupo reconhecia ter realizado em outros atos o Black Bloc — uma forma de ativismo que defende ações "para causar danos materiais às instituições opressivas". Na prática, picham paredes e quebriam vidros de bancos.

Na multidão, um dos punks antifascistas acabava de ver um grupo de skinheads. Eles são inimigos e em dias comuns o encontro acabaria em briga. Naquele dia, se ignoraram.

Uma diversidade de manifestantes promete aumentar em novo ato amanhã, em Pinheiros. Até a madrugada de ontem, 131.246 pessoas confirmaram presença no evento pelo Facebook. Entre eles, um bancário, a gerente de uma multinacional e um guitarrista.



Jovem segura ramo de flores em protesto na Consolação

Garantia de Conforto & saúde
copel

copel

ESPECIALISTA EM COLCHÕES

Desde 1965

365 noites de garantia total

www.copelcolchoes.com.br

Conjunto Mont Serrat

- Qualidade testada e aprovada
- Molas individuais ensacadas
- Tecido com fibras de bambu
- Altura do colchão: 26 cm

10x 100,80
ou À VISTA 1.008,00

Conjunto na medida de 1,38x1,88

Conjunto Orthosupport

- Suporte para biotipos de até 150 kg
- Molas contínuas: maior quantidade de molas e melhor apoio ao corpo
- Tecido em malha com fibras de bambu
- Altura do colchão: 27 cm

10x 147,40
ou À VISTA 1.474,00

Conjunto na medida de 1,38x1,98

Travesseiro Prissy

Travesseiro de espuma viscoelástica que memoriza o conforto da cabeça, mantém a temperatura agradável e facilita a circulação sanguínea.

10x 9,10
ou À VISTA 91,00

Travesseiro na medida de 50x75

Conjunto Cloud Luxe Queen

- Molas ensacadas individualmente
- Borrão de espuma de alta densidade, que oferece maior firmeza nos laterais
- Altura do colchão: 32 cm

10x 293,60
ou À VISTA 2.936,00

Conjunto na medida de 1,56x1,98

Lojas em Brasília e Rio de Janeiro.

0800-0133433

Compras online: www.copelcolchoes.com.br - blog.copelcolchoes.com.br

São Paulo	Santa Maria - 11 5046 0477	Pinheiros 3 - 11 3089 0488	Mag. dos Crans - 11 4725 8750
Zona Norte	Shop. Interlagos - 11 5046 0022	Lago 1 - 11 3876 0380	Osasco - 11 3040 7543
Santana	Johannes - 11 5046 0868	Lago 2 - 11 3877 4388	S. Bernardo do Campo - 11 4322 4084
Carandiru - 11 3861 0282	Shop. SAs - 11 5050 2224	Shop. CasaMódul - 11 3850 2268	Sarunã - 11 4150 8055
Shop. Láz. Carter - 11 2242 3071	Santa Ana - 11 5051 0476	Pavlovski - 11 3840 3560	Suzano - 11 4740 2332
Itaquera - 11 2863 4236	Zona Leste	Centro	Itororó - 11 4740 2332
Zona Sul	Repeta - 11 3052 8050	Carandiru - 11 3275 4040	Itororó 2 - 11 4740 2332
Jardim América 1 - 11 3040 0883	Shopping - 11 2206 5052	Santa Cecília - 11 3160 4834	Itororó 3 - 11 4740 2332
Jardim América 2 - 11 3040 4377	S. Miguel Paulista - 11 2287 5245	Grande São Paulo	Itororó 4 - 11 4740 2332
Morumbi - 11 3824 9679	Mozão - 11 2450 2405	Guarulhos 1 - 11 2440 7193	Ribeirão Preto 2 - 11 3425 5377
Moema 1 - 11 5050 3794	Vila Cardeal - 11 3050 4809	Guarulhos 2 - 11 3239 8448	Ribeirão Preto 3 - 11 3425 5342
Moema 2 - 11 5050 4084	Shop. Interlagos - 11 5050 0888	Santa André 1 - 11 4423 1928	Shop. Ribeirão - 11 3425 5342
Itaim Bibi - 11 3108 4445	Zona Oeste	Santa André 2 - 11 4426 4742	São José do Campos - 11 3913 2164
Comas (Lapa) - 11 5042 4577	Pinheiros 1 - 11 3052 5620	Santa André 3 - 11 4423 0538	Shop. Parque D. Pedro - 11 3036 2677
Vila Mariana - 11 5071 4330	Pinheiros 2 - 11 3050 1037	Shop. Internacional - 11 2425 3302	Campos Shopping - 11 3328 3434

LEIA MAIS na pág. C3

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREITAS

Diretor Editorial: OTAVIO FREITAS FILHO

Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO

Editor executivo: SÉRGIO DIÓGENE

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JAKO DE FREITAS, GILBERTO DORNHEIM, CLÁUDIO ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CLESON PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREITAS e OTAVIO FREITAS FILHO (coordenador)

Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILO BISSARI (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (divulgação) e EDUARDO ALCARO (planejamento e versão anglês)

EDITORIAIS

#folhaonline.com.br

Poderes separados

STF se inclina a não intervir na tramitação de projeto sobre partidos; tribunal deve examinar norma só após debates em congresso

Falta computar alguns votos, mas parece selado no Supremo Tribunal Federal (STF) o destino de uma liminar particularmente polêmica, concedida pelo ministro Gilmar Mendes em abril deste ano.

A decisão de Mendes atendeu aos pedidos de um senador do campo oposicionista, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que buscava sustar a tramitação do projeto de lei que dificulta a criação de novos partidos.

No que foi visto como um claro casuismo para prejudicar sobretudo a formação da Rede Sustentabilidade, agremiação com que Marina Silva pretende disputar as eleições presidenciais do ano que vem, a Câmara dos Deputados aprovou um conjunto de regras que restringe fortemente o acesso de novas legendas ao tempo de TV e às verbas do fundo partidário.

É certo que a proposta tem uma face oportunista, pois sufoca a oposição e aumenta as chances de a presidente Dilma Rousseff ser reeleita no primeiro turno. Não é menos certo, porém, que teria o efeito de inibir manobras para driblar a fidelidade partidária.

Gilmar Mendes, agora no plenário do STF, voltou a apoiar a reivindicação do senador Rollemberg. O ministro José Antonio Dias Toffoli, tido como simpático aos interesses governistas, acompanhou a decisão de seu colega.

Foram os únicos, contudo. Pre-

valeceu no corte o entendimento de que não cabe ao Judiciário manifestar-se, desde já, sobre o projeto. Afinal, depois de aprovada na Câmara, a iniciativa tem ainda de passar pelo exame do Senado; em seguida, depende de sanção do Executivo para virar lei.

Seria uma extravagância, raciocinaram outros ministros do STF, interromper o caminho do projeto antes mesmo de sua votação pelos senadores. O ato equivaleria a uma espécie de censura, por parte do Judiciário, sobre os debates internos ao Parlamento.

O expediente seria admissível se houvesse grave vício formal, como o descumprimento de ritos legislativos ou a inobservância de prescrições regimentais — questões de tramitação, e não de conteúdo. Por inconstitucional que se considere o projeto da Câmara, reside ainda no Legislativo o campo legítimo da sua contestação.

Apesar dos muitos argumentos de Mendes e de Toffoli, acertou a maioria dos ministros do STF em preservar um princípio tão ou mais importante que o da pluralidade partidária. A saber, o da independência entre os Poderes.

No calor das disputas entre Congresso e Judiciário, prevaleceu um espírito de contenção e equilíbrio. Mesmo um ministro notoriamente cioso das prerrogativas do Supremo, como o presidente Joaquim Barbosa, deu a entender que, se for o caso, a constitucionalidade da iniciativa só poderá ser examinada depois de esgotados os debates parlamentares. O Judiciário avalia a constitucionalidade das leis, não de projetos ainda em curso.

O DNA é de todos

Com vários anos de atraso em relação a outras partes do mundo, os Estados Unidos se renderam ao que parece óbvio até para quem ignora as mínimas da biologia molecular: se os genes são comuns a todos os seres humanos, que os recebem por via natural dos pais, o código de DNA neles contido não pode ser reconhecido como propriedade intelectual.

A lei brasileira, por exemplo, impede a concessão de patentes para material genético humano.

Na quinta-feira, a Suprema Corte americana determinou por nove votos a zero que genes humanos não podem ser objeto de patentes. Derubou, assim, a interpretação até então vigente, do Escritório de Patentes dos EUA, de que as sequências de DNA podiam receber tal privilégio.

A decisão se deu na ação movida por médicos e instituições de saúde contra as patentes dos genes BRCA 1 e BRCA 2 conferidas à empresa Myriad Genetics, de Utah (Oeste dos EUA). A abreviação se refere a "breast cancer", câncer de mama em inglês.

"A Myriad nada criou", escreveu o juiz Clarence Thomas pelo tribunal. "Certamente descobriu um gene importante e útil, mas se-

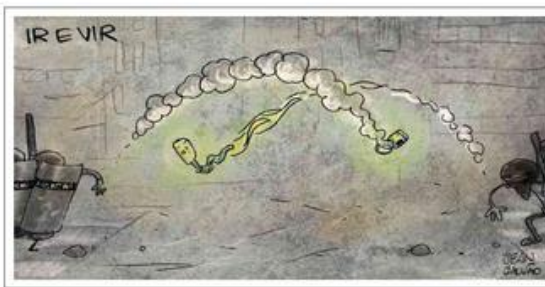
parar o gene do material genético em volta não é ato de invenção."

Variações truncadas dos dois genes estão associadas com um considerável aumento da probabilidade, entre 11% e 65%, de uma mulher desenvolver tumores de mama ou de ovário ao longo da vida.

Essas sequências de DNA só explicam uma parcela pequena dos tumores mamários; a maioria deles tem origens não hereditárias, como mutações sofridas após o nascimento. Apesar disso, tornaram-se um teste diagnóstico a mais no arsenal de oncologistas.

Foi após descobrir que portava uma dessas variações que a atriz Angelina Jolie, cuja família apresenta outros casos de tumores ginecológicos, decidiu extirpar ambas as mamas como forma de prevenção. Uma opção extrema e controversa, na opinião de vários especialistas, que preferem lançar mão de drogas antitumorais e exames mais frequentes.

Com a decisão da Suprema Corte, restringe-se o monopólio da Myriad sobre os genes. O custo dos exames correspondentes pode cair. E, mais importante, restaura-se a liberdade de qualquer pesquisador trabalhar com essas sequências sem ter de pedir licença à empresa.



HÉLIO SCHWARTZMAN

Terror psicológico

SÃO PAULO - Qual real é a ameaça do terrorismo? A revista britânica "The Economist" e o blogueiro e matemático Nate Silver, guru das previsões eleitorais, sustentam que o temor é exagerado e não justificam as medidas de exceção tomadas pelo governo norte-americano, que incluem a espionagem em massa.

Concordo com eles. O argumento é estatístico. Nas contas de Ronald Bailey, editor da revista "Reason", após o 11 de Setembro, a chance anual de um americano ser morto num atentado terrorista dentro ou fora do país foi de uma em 20 milhões. A título de comparação, o risco de óbito em acidente de trânsito nos EUA é de um para 19 mil; de afogar-se na banheira, um para 800 mil; e de ser frito por um raio, um para 5,5 milhões. Estima-se que, desde 2001, os EUA tenham gasto US\$ 1 trilhão em medidas e programas contra o terrorismo. Se a meta fosse salvar vidas, seria mais racional investir esse dinheiro (ou uma fração dele) em obras de segurança viária ou mesmo

cobrindo a América de para-raios.

O problema com as pessoas é que elas não são racionais, especialmente quando se trata de medos. Esse é um mecanismo evolutivo que surgiu bem antes da razão e é muito mais eficaz do que ela. Somos, afinal, todos descendentes de indivíduos que, ao menor sinal de perigo, souberam fugir rapidamente. As mentes mais inquisitivas, que procuravam estimar objetivamente o grau da ameaça, não deixaram progredir.

É claro que as coisas mudaram do Pleistoceno para cá. Hoje, vivemos num ambiente muito mais controlado, no qual faria mais sentido calcular riscos do que reagir desreadamente a perigos raros ou imaginados. Só que nossas mentes foram forçadas para operar na idade da Pedra, não no mundo da estatística e das tabelas estatísticas. O resultado é que estamos praticamente condenados a gastar recursos públicos de forma pouco sábia e a reagir com o flego quando deveríamos usar a cabeça.

heliopaul.com.br

ELIANE CANTANHÉDE

Insatisfação

BRASÍLIA - Nas décadas de 1960 e 1970, secundaristas e universitários lutaram bravamente contra uma ditadura e a favor de utopias sedutoras. Muitos morreram e foram torturados quase ainda crianças.

Nos anos 1980, novas gerações lutaram nas ruas pelas "diárias, 13". E, nos 1990, militares pintaram a cara pelo impeachment de Collor. Mais do que demolir um presidente indesejável, sonhavam edificar um país mais justo, mais decente.

A década de 2000 passou em branco. Inebriados pelo mito Lula e a miragem da esquerda pura e ética, os movimentos acomodaram-se e estufaram o peito no salão de aula. Utopias e sonhos coletivos cederam às ambições pessoais. O "cada um por si" venceu o "um por todos, todos por um".

As manifestações de agora começaram por 20 centavos a mais na passagem de ônibus em São Paulo e alastraram-se para Rio, Curitiba, Goiânia, Teresina e outras capitais. Coincidiram com os tabo-

de guerra dos índios e podem ser o fim da longa liberação, um sinal para os Poderes da República. Basta de violência, de desvio, de impunidade.

É nesse clima que o país é informado de uma tal "resistência Ufana" - Frente de Movimentos e Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa". No Rio, fazem passeatas. Em Brasília, queimam pneus e fecham avenidas contra a falta dos estudos com dinheiro público. E os protestos vão longe. Pela internet, o novo "Democracia não tem fronteiras" convoca estudantes e trabalhadores brasileiros para manifestações, terça-feira, em 30 cidades de 15 países.

Seria ingenuidade imaginar que tudo isso é uma enorme coincidência e que não há nenhuma conexão entre grupos e manifestações — ao menos uma mesma motivação.

O espectro da insatisfação ronda o Brasil. E pode explicar até a inexplicável violência de policiais — eles próprios são cidadãos irritados.

CARLOS HEITOR CONY

Uma lição do passado

RIO DE JANEIRO - O grande assunto da semana que passou foram os protestos, que se tornaram atos de vandalismo, em São Paulo e no Rio de Janeiro principalmente, e até tiveram repercussões internacionais. Não irei comentá-los, seria uma redundância, mas vou lembrar um momento do passado.

Governo de JK (1956-1961). Por duas vezes, oficiais da Aeronáutica tentaram golpes, em Jacareacanga e Araraquás, levaram armas, aviões e deixaram manifestos, exigiam a deposição do presidente e convocavam o povo para uma guerra civil. Inscrito no não isso a força para combater os revoltosos. Passada a crise, anistiou todos os oficiais envolvidos no golpe. Praticamente, não perdeu uma noite de sono por causa deles.

Em meio de seu mandato, estourou um movimento no Rio: estudantes ligados à UNE, a pretexto de um aumento nas passagens dos bondes, imobilizaram a cidade, detendo nos trilhos da Light e exigindo

um recuo do governo que autorizara as novas tarifas.

Ao contrário de Jacareacanga e Araraquás, JK passou duas noites sem dormir. Com seu instinto político, sabia que a paralisação do principal meio de transporte numa grande cidade, mesmo sem atos de vandalismo, representava sério perigo para seu governo. Convocou a liderança da UNE, serviu cafézinho e água gelada aos estudantes e colocou a questão de forma simples: "Se vocês continuarem o movimento, eu serei deposto e vocês serão presos. É isso ou vocês querem?".

Nem houve debate nem consulta às bases. Os estudantes liberaram os trilhos, os bondes voltaram a circular. Duas rebeliões militares foram extirpadas, não havia apoio da população para um golpe de Estado. A paralisação pacífica dos bondes numa só cidade fez JK arrumar a mala para ir embora. O episódio consta de suas memórias.

HENRIQUE MEIRELLES

Tensão pré-normal

Os mercados mundiais, sobretudo os de ações e de renda fixa, têm sofrido grande volatilidade nas últimas semanas.

Além das incertezas da economia mundial, com a desaceleração na China e os desafios da Europa, a razão principal da volatilidade são as antecipações feitas por agentes do mercado de uma possível retração de estímulos monetários pelo Fed (o banco central dos EUA) e as dúvidas sobre a eficácia dos estímulos do BC japonês.

A medida que as economias se normalizam, é natural e inevitável em algum momento a retração desses estímulos.

Quando o Fed iniciou o chamado "afrouxamento quantitativo" (que nada mais é do que a compra de títulos nos mercados pelo BC dos EUA), isso foi saudado por alguns como o fim da ortodoxia dos bancos centrais e da "obsessão com a inflação". Segundo essa linha de pensamento, os bancos centrais haviam mudado.

Os fatos mostram que foi uma conclusão precipitada. Em primeiro lugar, porque, numa forte recessão, a inflação tende a cair abaixo da meta. Há, inclusive, o risco de deflação, isto é, queda de preços, o que cria outros problemas para a política monetária.

Nos EUA, depois de todas essas ações do Fed, o cálculo do núcleo da inflação preferido pelo BC norte-americano ficou em 1,05% em 12 meses acumulados até abril. Foi a menor inflação medida por esse índice desde que ele foi criado, em 1959.

Em segundo lugar, numa crise de crédito, os canais de transmissão normais da política monetária deixam de funcionar. Nesses momentos, é vital uma ação rápida e forte dos bancos centrais para restabelecer o crédito.

O Fed, o Banco Central Europeu, e, agora, o BC japonês atuaram justamente para recuperar os canais de crédito e a liquidez, restaurando assim os mais importantes canais de transmissão da política monetária. Normalizada a situação, os bancos centrais voltam a exercer suas funções de forma clássica.

Foram tomadas, portanto, medidas inovadoras e, às vezes, ousadas, mas que não mudam, em essência, os mandatos dos bancos centrais.

O Fed tem deixado claro que, quando a economia voltar à normalidade e subirem as expectativas de inflação, ele passará a vender papéis em sua carteira para contrair a liquidez, e as taxas de juros voltarão a subir.

Os mercados já anteciparam esses movimentos, e os juros já subiram moderadamente, o que é uma das razões da volatilidade.

Resumindo, o que acontece agora nos EUA, com reflexo no mundo todo, é a aproximação do momento em que o BC norte-americano voltará a tirar recursos do mercado, vendendo títulos e subindo os juros para manter a inflação na meta.

HENRIQUE MEIRELLES escreve em domingo nesta coluna.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 • SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.756

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01H • R\$ 3,00



► CAMPO DE BATALHA Manifestantes e Tropa de Choque voltaram a entrar em confronto ontem, desta vez em frente ao Maracanã, antes da partida entre Itália e México. Folha na Copa D2

Governo de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje

Tropa de Choque não será acionada caso protesto às 17h seja pacífico, diz secretário da Segurança Fernando Grella

Na véspera de mais um protesto contra o aumento das passagens do transporte público em São Paulo, o secretário da Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, convidou os líderes do Movimento Passe Livre para uma reunião hoje, às 10h. Segundo o governo, o objetivo é definir o trajeto da manifestação, que começa às 17h, no largo da Batata.

O Movimento Passe Livre declarou que vai conversar com o governo, mas que não aceitará interferências quanto à definição do percurso. Grella afirmou que a Tropa de Choque não deverá ser acionada porque acredita que o protesto será pacífico. Ainda assim, a estação Faria Lima do metrô, que fica na região do ato de hoje, foi cercada por tapumes metálicos.

Além de São Paulo, hoje devem acontecer manifestações em outros 12 municípios de oito Estados do país. Ontem, atos no exterior reuniram brasileiros em cidades como Dublin (Irlanda), Berlim (Alemanha), Montréal (Canadá), Nova York e Boston (EUA). **Cotidiano C1**

Protestos e violência em São Paulo tornaram análise de programas de Dilma e Marcelo Revoredo. Ilustrada E1

ANTÔNIO PRATA
São Paulo deve se preparar hoje para um evento de grandes proporções
Cotidiano C4

ANÁLISE SAMY DANA
Paulistano trabalha 14 minutos para pagar tarifa, 4 vezes mais que em Pequim
Cotidiano C3

RICARDO BALTHAZAR
Preocupação dos manifestantes é manter distância de partidos políticos
Opinião A2

Dilma cortou discurso após receber vaias de torcedores

Por causa das vaias que ouviu do público em Brasília, anteontem, na abertura da Copa das Confederações, a presidente Dilma Rousseff reduziu a sua fala a apenas uma frase. Ela tinha um discurso curto preparado, mas o abandonou e anunciou apenas o início do torneio. Antes disso, já prevendo protestos, o cerimonial da Presidência decidiu que o discurso não seria mais feito do campo, mas da tribuna de honra. **Folha na Copa D7**

FOLHA TRANSPARÊNCIA

Papéis revelam os gastos da presidente em suas viagens

Documentos do Itamaraty mostram que a lista de exigências para as viagens de Dilma Rousseff no exterior inclui média de 55 quartos em hotéis, 17 carros, caminhão-bus para bagagem, telefone e internet para a comitiva e material de escritório, relata **Fernanda Odilla**. As despesas com viagens presidenciais passarão a ser sigilosas até o final do mandato de Dilma. **Mundo A10**

cotidiano c5

Menino de dois anos é morto durante assalto em Minas

RODÍZIO Cotidiano C2

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 1.2

310.262 exemplares
Impressão digital



► CAMPO DE FUTEBOL O italiano Balotelli carrega De Rossi após seu gol contra o México. Folha na Copa D2

FOLHA NA COPA
Espanha e Itália estreiam com vitória na Copa das Confederações D1

RESULTADOS DE ONTEM

Itália 2 x 1 México

Espanha 2 x 1 Uruguai

HOJE

Itália x Nigéria
16h (Rádio e SporTV)



Tapumes protegem entrada de estação do metrô em SP

FOLHAINVEST

Títulos do Tesouro Direto voltam a render acima de dois dígitos B1

TEC

Falta de lei para internet expõe usuário brasileiro à vigilância dos EUA F1

ILUSTRADA

Guinada do líder Malcolm X aos direitos humanos é tema de livro E12

ANÁLISE MARISA LAJOLE

Humor e fantasia guiaram a obra de Tatiana Belinky

O humor e a musicalidade, fortes tradições no gênero infantil, ecoam na obra de Tatiana Belinky, figura ímpar na literatura brasileira que morreu anteontem, aos 94. Seu trabalho cumpre a função maior do livro: a fantasia, o reforço da identidade e a solidariedade com o diferente. **Cotidiano C6**

Pais de crianças com autismo seguem diferentes métodos

Atividades em grupo, como teatro, capoeira e judô, têm sido cada vez mais procuradas por pais de crianças com autismo e incorporadas aos tratamentos clássicos. O objetivo dessas iniciativas é estimular as relações sociais entre as crianças. Entre os tratamentos utilizados, estão as terapias comportamentais e a psicanálise. **Saúde C7**

ENTREVISTA DA 2ª ALEXANDRE RANDS

Desigualdade no país se deve aos atrasos em educação

O economista Alexandre Rands, da Universidade Federal de Pernambuco, diz que atrasos educacionais explicam 100% das desigualdades de renda no Brasil. Se correto, o diagnóstico do pesquisador significa que o país tem investido em políticas erradas há décadas. "Os gastos com educação nas regiões mais pobres são muito inferiores aos do Sudeste. Ainda estamos reproduzindo as desigualdades regionais." **Entrevista da 2ª A12**

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Os tentáculos dos EUA", sobre sistema de espionagem do governo americano, e "Ensinar a ensinar", a respeito de cursos para professores.

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço de assinantes, seu editor e a equipe de vendas. **folha.folha.com.br**

ATMOSFERA Cotidiano C2

Dia Chevere na capital paulista. **Música 16C. Máxima 20C.**

OPINIÃO GUERRA DA TARIFA

Polícia criou 'metamanifestação' com violência

Cidade para por muitas razões — como no Natal, na Paulista —, não só pelo trânsito provocado pelos protestos

ANTONIO PRATA
COLUNISTA DA FOLHA

A prisão do jornalista Piero Locatelli, na passeata da última quinta (<http://mizgs.me/I27Xc>), pelo inaudito crime de porte de vinagre, diz muito sobre a postura da PM durante aquela tarde e noite. De, ainda, uma pista de como o governo paulista conseguiu transformar um movimento de 5.000 pessoas, cujos motivos pareciam questionar a greve a quase metade da população, num poderoso ímã de insatisfações — a se crer nas confirmações via Facebook, deze-

nas de milhares podem comparecer hoje à 5ª Manifestação do Movimento Passe Livre, no largo da Batata.

Piero, repórter da Carta Capital, estava no viaduto do Chá filmando a polícia revistar alguns manifestantes, quando um PM pediu para que ele também abrisse sua mochila. Havia ali uma garrafa de vinagre — substância que, ao ser inalada, minimiza os efeitos do gás lacrimogêneo. Encontrada a garrafa, ele foi detido e levado para o 78º DP.

Se a produção, o porte e o consumo do ácido acético não configuram crime em territó-

rio nacional, por que o jornalista foi preso? Porque o vinagre era indício de que ele estava ali para a manifestação — e sair às ruas para manifestar se, como indicam a detenção do repórter e os relatos, fotos e vídeos dos feridos pelas balas de borracha e golpes de cassete naquela noite, é visto pelo governo como uma atividade criminosa.

Justificando as ações da PM, o governador Geraldo Alckmin afirmou que "a polícia tem o dever de preservar o direito de ir e vir". Muito acertadamente, um tuitador lembrou que a decoração na-

talisa das agências bancárias da Paulista também restringe o direito de ir e vir, a cada dezembro, e ninguém jamais foi preso ou tomou tiro de borracha no rosto por causa disso. Pelo contrário, nos últimos anos a CET fechou algumas vezes as pistas da avenida, em certas horas do dia, para que os pedestres apreciassem os enfeites.

A constatação acima não significa subscrever o slogan "Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar", apenas aceitar o fato de que nossa cidade (ou uma parte dela) para por outras razões, sem que seja en-

viada a Tropa de Choque. Seria a discussão sobre o preço do transporte público motivo menos sobre do que as luzinhas e as renas do Papai Noel?

Se na última quinta a polícia houvesse acompanhado os manifestantes pacificamente, ou os bloqueado e tentado negociar, talvez o MPI tivesse perdido força. Talvez alguns dos participantes tivessem partido pro quebra-quebra e o movimento acabaria desmoralizado perante a opinião pública. A violência da PM, contudo, criou para hoje essa metamanifestação: é o direito de ir às ruas, mais

do que o preço do ônibus, o que parece motivar as 186.014 pessoas que, até a conclusão deste texto, haviam confirmado a presença no largo da Batata, pelo Facebook.

Claro que nem todo mundo vai — para muitos, dizer que irá já é uma forma de dar apoio — mas é fundamental que o governo se prepare para um evento de grandes proporções. É imprescindível que a polícia se comporte de maneira radicalmente diferente do que fez na quinta: não só para que se garanta um dos direitos mais básicos da democracia, mas para evitar uma tragédia.

Grupos organizam protestos em ao menos 44 cidades do país

Organizados na internet, protestos ocorrem também no exterior

DE SÃO PAULO
DE CAMPINAS
DE FORTALEZA
DE CURITIBA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM NATAL

Manifestantes se mobilizam para realizar nesta semana protestos em ao menos 44 cidades de todo o país. O objetivo das mobilizações varia entre exigir a redução das tarifas de transporte público e apoiar os que protestaram na semana passada em cidades como São Paulo e Rio.

A maioria das manifestações deve ocorrer na quinta-feira (20), data escolhida por movimentos estudantis e políticos para realizar o "Dia Nacional de Lutas Contra o Aumento das Passagens". Até ontem, havia previsão

de protestos em 23 cidades. Hoje devem acontecer mobilizações em 13 cidades de oito Estados — SP, RJ, MG, PA, AL, BA, PR e RS.

Os protestos estão sendo organizados pelo Facebook. Até ontem, cerca de 187 mil internautas haviam confirmado presença na manifestação de hoje em São Paulo. As redes sociais também mobilizam internautas brasileiros que vivem fora do país. Para hoje há previsão de dois protestos nos EUA.

Os manifestantes prometem para amanhã atos em 28 cidades de 11 países.

PELO PAÍS

O aumento das tarifas do transporte público já movou

neste ano protestos de rua ou embates judiciais e políticos em pelo menos 11 grandes cidades brasileiras.

Em Curitiba, onde a passagem subiu em março, houve manifestações de apoio aos atos de São Paulo e Rio.

Em Natal, mesmo com uma recente redução de dez centavos, devido à isenção de PIS e Cofins, os protestos não foram interrompidos.

Em Aracaju, manifestantes têm reivindicado a redução da tarifa e a prefeitura ainda estuda o que fazer.

Em Santos e Sorocaba (SP) ocorreram protestos nos últimos dias. O reajuste em Jolo Pessoa e em Recife ocorreu nas férias escolares, o que desmobilizou manifestantes.

PROTESTOS PELO PAÍS

Manifestantes de mais de 20 cidades devem promover atos na quinta-feira

- MOTIVAÇÃO DOS ATOS**
- Redução da tarifa
 - Contra monopólio de empresa de ônibus
 - Pelo transporte público de qualidade
 - Solidariedade aos manifestantes de SP



Fonte: Páginas de mobilizações no Facebook

Cidades	Horário
São Carlos (SP)	17h
Guaratinguetá (SP)	18h
Campinas (SP)	17h
Uberlândia (MG)	17h
Piracicaba (SP)	17h
São José dos Campos (SP)	16h
Rio Claro (SP)	17h
Saquarema (RJ)	17h
Belém (PA)	17h
Pelotas (RS)	17h
Blumenau (SC)	18h
Jornville (SC)	18h/30
Goiania (GO)	17h
Recife (PE)	não informado
Petrolina (PE)	17h
Natal (RN)	17h
Jolo Pessoa (PB)	16h
Aracaju (SE)	16h
Fortaleza (CE)	não informado
Palmas (TO)	17h
Mauá (AM)	17h
Salvador (BA)	14h
Caraguicuba (SP)	17h

FOCO



Em ato em Berlim, grupo pede o fim da violência policial contra manifestantes



Em NY, a comunidade brasileira também se reuniu ontem

Brasileiros no exterior fazem atos em apoio a manifestantes

SIDNEY GONÇALVES DO CARMO
DE SÃO PAULO

Em solidariedade, brasileiros espalhados pelo mundo se mobilizaram ontem para apoiar os protestos contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem nas principais cidades do Brasil.

Nas tardes de ontem, mais de 2.800 brasileiros se organizaram nas cidades de Dublin (Irlanda), Berlim (Alemanha), Nova York (EUA), Boston (EUA) e Montreal (Canadá).

Em Dublin, cerca de 2.000 pessoas participaram do protesto que foi batizado de "Brazil Awakening Dublin" (em tradução literal, "o Brasil despertando Dublin"). Segundo a organização, a

ideia de promover uma concentração, sem incluir caminhadas pela cidade, foi determinada da polícia, para evitar transtornos no trânsito.

"Tínhamos pouco mais de 3.000 presenças confirmadas no Facebook, mas não imaginávamos que as pessoas de fato fossem para a rua", surpreendeu-se André Cedeiro, uma das organizadoras.

Em Nova York, os brasileiros tiveram dificuldades para realizar o evento no Central Park. Cerca de cem manifestantes, a maioria estudantes na faixa de 20 anos, se reuniram no local com cartazes. Contudo, o movimento teve de ser remarcado devido à falta de permissão da polícia.

"Apenas os estudantes in-

ternacionais politizados e com uma situação boa no Brasil foram manifestar."

Em Berlim, na Alemanha, cerca de 350 pessoas se reuniram na Kottbuser Damm, importante via da cidade. A polícia acompanhou o protesto, que foi apoiado por membros do movimento turco.

Apesar da chuva, 150 pessoas protestaram em frente ao consulado brasileiro em Montreal, no Canadá, em uma mobilização convocada no Facebook pelo movimento Democracia Não Tem Fronteiras. A mestrandia Ana Cláudia Costa fez um cartaz pedindo menos samba e mais dignidade.

Com bandeiras do Brasil e faixas verdes e amarelas, os manifestantes levaram cartazes — em português, inglês e francês — criticando a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil.

Colaboraram JOANA CUNHA, de Nova York, e GABRIELA BAZZO

Marginal Tietê terá faixa só para ônibus a partir de hoje

Trecho funcionará só nos horários de pico

DO "AGORA"

As faixas exclusivas de ônibus na marginal Tietê começam a funcionar hoje.

Nesta primeira semana, motoristas infratores não serão multados: agentes da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) vão orientá-los a respeito das novas regras. Invadir a faixa de ônibus à direita nos horários de funcionamento é uma infração leve e rende multa de R\$ 53,20, além de três pontos na carteira de habilitação.

As faixas serão implantadas apenas nos horários de pico, na faixa da direita da pista local, nos dois sentidos, no trecho entre as pontes das Bandeiras e Arcandúva.

Das 6h às 9h, a faixa funcionará no sentido Castello Branco, lá entre as 17h e as 20h, a exclusividade para os ônibus valerá no sentido da rodovia Ayrton Senna.

O corredor para coletivos funcionará apenas de segunda a sexta-feira.

A faixa da ponte das Bandeiras, no sentido Castello Branco para a avenida Santos Dumont, também será exclusiva para os ônibus das 6h às 12h. Fora desse intervalo, ela será aberta para qualquer veículo.

Os acessos a pontes e vias à direita continuam sendo feitos da mesma forma, desde que o motorista não tráfegue pela faixa exclusiva.

O objetivo das faixas é priorizar a circulação do transporte coletivo.



Protesto solidário às manifestações pelo Brasil em Dublin

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 • TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.757

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01:58 • R\$ 3,00



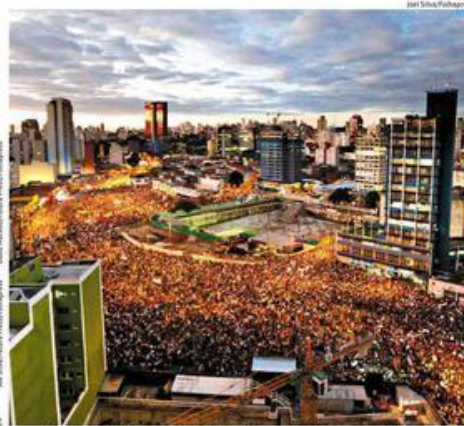
Em Brasília, aos gritos de 'o Congresso é nosso', manifestantes quebram cordão de isolamento da PM e invadem a laje da sede do Legislativo; segurança do Planalto foi reforçada

Milhares vão às ruas 'contra tudo'; grupos atingem palácios

★ MANIFESTAÇÃO É A MAIOR NO PAÍS DESDE O 'FORA, COLLOR' (1992) ★ EM SP, MAIS DE 65 MIL PROTESTAM, DIZ DATAFOLHA ★ ASSEMBLEIA DO RIO É ATACADA E SEDE DO GOVERNO PAULISTA SOFRE TENTATIVA DE INVASÃO



Cartazes dos protestos pelo país



Largo da Batata, local da concentração inicial dos manifestantes na capital paulista

ATMOSFERA Cotidiano C11
Sol entre nublados em São Paulo
Mínima 15°C Máxima 25°C

RODIZIO Cotidiano C11
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 3, 4

310.003 exemplares impressos + digitais
ISSN 1677-0504
9 771414 572032

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Protestos e vaia", acerca de mudança no clima político brasileiro, e "O Irã se move", sobre eleição de clérigo Rowhani para a Presidência do país.

Centenas de milhares de pessoas foram às ruas em 12 capitais do país para protestar contra aumento das tarifas de transporte, corrupção, gastos da Copa do Mundo e para reivindicar a melhoria de serviços públicos, como saúde, educação e segurança, entre outras demandas. Políticos também foram alvos, como a presidente Dilma (PT), os governadores Alckmin (PSDB-SP) e Cabral (PMDB-RJ) e o prefeito Haddad (PT-SP).

Foi a maior onda de protestos políticos no país desde os caras-pintadas, em 1992, pelo impeachment do então presidente Collor.

A maioria das manifestações foi pacífica, mas houve vandalismo contra sedes do poder. Em São Paulo, um portão do Palácio dos Bandeirantes foi derrubado — a polícia impediu a invasão. No Rio, onde o protesto juntou 100 mil pessoas, um grupo atacou a Assembleia Legislativa. Em Brasília, militantes tomaram o teto do Congresso Nacional.

Na capital paulista, o ato reuniu ao menos 65 mil pessoas, segundo o Datafolha. Dos participantes, 84% disseram não ter preferência partidária. Um novo protesto está marcado para hoje, às 17h, na Sé. **Cotidiano C1**

FERNANDO RODRIGUES

Desfecho do movimento é imprevisível. **Cotidiano C3**

Se tarifa do transporte fosse zero, valor do IPTU dobraria em SP. **Cotidiano C8**

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FÉLIX

Diretor Editorial: OTAVIO FÉLIX FILHO

Supervizor de redação: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editor executivo: SÉRGIO DA SILVA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CÍZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, LIANO DE FREITAS, GILBERTO DORNHEIM, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANCEL, TEIXEIRA MENDES, LUIZ FÉLIX E OTAVIO FÉLIX FILHO (coordenador)

Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (coordenador), MURILLO BOSSAR (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (assinaturas) E EDUARDO ALCARO (distribuição e serviços especiais)

EDITORIAIS

#folhaonline.com.br

Protestos e vaias

Muda o clima político no país; governo Dilma não tem respostas para inflação nem para saúde, educação, segurança e transportes

No fim de semana em que teve início a Copa das Confederações, a programação de TV foi tomada por anúncios do programa Minha Casa Melhor, investida da presidente Dilma Rousseff para estancar a popularidade em queda. Trata-se de linha de crédito subsidiado, de até R\$ 18,7 bilhões, para incentivar a compra de eletrodomésticos.

O benefício só está disponível para os mutuários do programa Minha Casa Minha Vida em dia com as prestações, num universo de 3,75 milhões de moradias já entregues ou com construção prevista. Serão até R\$ 5 mil por família para adquirir móveis, geladeiras, computadores e outros aparelhos.

Em quatro dias, 12 mil famílias assinaram contratos. Centenas de milhares se seguirão, com bons motivos para aplaudir o Planalto.

Todos os outros brasileiros, em contraste, veem sua capacidade de consumo estreitar-se de forma acelerada, sob o golpe duplo do aumento da inflação (que já cortou os salários) e dos juros (que deve onerar as compras a prazo). A eretia política econômica do governo federal prejudica mais gente do que os favorecidos por suas iniciativas de transferência de renda.

Decerto as vaias recebidas pela presidente no estádio Mané Garrincha, sábado, não têm relação direta só com a deterioração das condições de vida da população. Sempre

haverá espectadores de futebol dispostos a apurar uma autoridade. Dilma Rousseff resvalará para o autoengano, porém, se desconsiderar que as vaias vieram na semana em que se espalharam pelo país protestos contra altas de preços (tarifas de transportes) e contra o que alguns percebem como mau emprego de verbas públicas (nos eventos esportivos, entre outros).

É fato que, no terceiro ano de seu governo, são fortes os sinais de que se rompe a bolha de otimismo que levou Dilma ao Planalto.

A reação habitual da presidente tem sido aumentar a aposta, como no caso do Minha Casa Melhor. Estima-se que o programa possa exigir subsídio de até R\$ 1 bilhão ao ano. Para custodiá-lo, o governo recorre a mais endividamento público, com transferência de R\$ 8 bilhões à Caixa Econômica Federal, a fundo perdido.

O total de crédito bancário para aquisição de bens (excluídos automóveis), hoje, está próximo a R\$ 10 bilhões. Num passe de mágica, o programa quase triplica o valor. É um despropósito, num momento em que o consumo não parece mais capaz de estimular a atividade econômica de forma duradoura. Será apenas um alívio temporário para os setores contemplados, à custa de maior endividamento das famílias.

O que aflige os brasileiros é a perda de poder aquisitivo, com inflação, e a incapacidade do Estado de apresentar soluções concretas para a crise nas áreas vitais de saúde, educação, segurança e transportes. Mais consumo e mais futebol não resolvem nada disso.

O Irã se move

A vitória inesperada do líder centrista Hassan Rowhani na eleição presidencial iraniana representa o primeiro sinal encorajador dos últimos anos na relação entre Teerã e as potências ocidentais. Apoiado por setores de oposição, Rowhani derrotou cinco conservadores apoiados pelo regime logo no primeiro turno. Bastou-lhe uma plataforma óbvia: o Irã precisa melhorar sua imagem externa para aliviar sanções ao programa nuclear que prejudicam as condições de vida da população.

A base política de Rowhani vai além da classe média liberal. Inclui parcelas expressivas da população mais pobre, exaurida pela crise. Ao longo da campanha, o líder-guerrilha mostrou sua experiência diplomática, acumulada nos anos em que chefiava delegações iranianas nas conversas atômicas, lhe dava as melhores credenciais para diluir a tensão na política externa.

Nas capitais europeias, Rowhani é lembrado como o negociador que chegou a suspender o programa nuclear. Ao contrário do conservador Mahmoud Ahmadinejad, age com serenidade e fala inglês.

É preciso cuidado com o otimismo, porém. No sistema teocrático em vigor desde a revolução de 1979,

decisões estratégicas são prerrogativa do líder supremo, aliató Ali Khamenei. Não haverá mudança substancial nas conversas nucleares sem sua anuência.

Rowhani se diz disposto a dialogar com os EUA e promete maior transparência nas atividades atômicas, mas considera inalienável o direito de enriquecer urânio para fins pacíficos. Também manterá a hostilidade a Israel, cravada no centro da política iraniana, assim como o apoio ao regime sírio. Rowhani ocupou altos cargos no aparato de segurança. Na condição de "hojatoleslam", nível abaixo do de aliató na hierarquia xilta, relaciona-se bem com líderes radicais a Guadua Revolucionária, força militar que sustenta o regime. O mesmo ceticismo se aplica ao plano doméstico.

Rowhani preconizou mais liberdade política e moral. Milhões o elegeram na esperança de corrigir a injustiça de 2009, quando o governo esmagou protestos contra a reeleição de Ahmadinejad, diante dos indícios de fraude. É muito improvável que o regime tolere mudanças significativas nesse campo. O primeiro desafio de Rowhani será conter as expectativas que sua eleição criou, dentro e fora do país.



- Pode parecer estranho, mas, para mim, esta paisagem é de uma beleza acachapante.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Virtudes e limites

SÃO PAULO - Hoje eu vou divergir do amigo e mestre Clóvis Rossi que, em sua coluna dominical, disse que as democracias estão fracassando, já que não conseguem processar as demandas das diversas manifestações de massa a que vêm sendo submetidas nas últimas décadas.

Precisamos, antes de mais nada, desdixar alguns equívocos sobre a democracia. Ela até que funciona, mas não pelas virtudes que normalmente lhe atribuímos. Para começar, é preciso esquecer o mito do eleitor racional que compara propostas, as analisa e toma a melhor decisão. Se há um momento em que o cidadão tende a ser especialmente emocional, é o instante do voto. A coisa só dá certo porque, em condições ordinárias, as posições mais extremadas tendem a anular-se, emparrando a escolha para grupos menos radicais.

A democracia também não tem o dom de eliminar os conflitos presentes na sociedade. O que ela procura fazer é institucionalizá-los e discipliná-los, para que se resolvam da for-

ma menos violenta possível. Daí que é impossível e indesejável eliminar completamente o caráter meio balde de protestos e atos públicos.

Voltando às considerações de Rossi, eu não diria que o fato de as ações de movimentos como "Occupy" e "Indignados" não terem se materializado em propostas concretas signifi- que uma derrota. Ao contrário, mesmo com sua pauta imprecisa e vagamente metafísica, eles contribuíram para modificar as percepções de governantes e da própria sociedade. Pela primeira vez, norte-americanos estão discutindo seriamente o problema da desigualdade social. Esses jovens, com seus acampamentos, cartazes bem-humorados e doses até que moderadas de violência conseguiram afetar o "Zeitgeist" (espírito da época), o que não é pouca coisa.

É evidente, porém, que a democracia não opera milagres. Ela não vai resolver a crise econômica nem diminuir os efeitos sociais perversos da perda de confiança no futuro.

heliog@net.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

No alvo, os palácios

BRASÍLIA - As vaias à presidente Dilma Rousseff na estreia do Brasil na Copa das Confederações têm de ser relativizadas. Além de o público do estádio Mané Garrincha não representar a maioria do eleitorado brasileiro, a verdade é que, mais cedo ou mais tarde, todo governante é vaiado. Nem o popularíssimo Lula escapou - aliás, em circunstâncias semelhantes, no Fan de 2007.

Mais preocupante para Dilma é o contexto em que ocorrem as vaias. Inflação e juros sobem, popularidade cai. O PIBinho frustra, a insegurança aumenta. Dólar dispara. Bolsas caem. Base aliada inflada, mais problemas para o Planalto. E o principal: os protestos populares ganharam o país e são mostrados ao mundo.

É óbvio que R\$ 0,20 a mais nas passagens em São Paulo não seria suficiente para botar o povo nas ruas do país, em multidões cada vez maiores, com imagens impressionantes. Esse foi apenas o detonador, o gatilho de manifestações de grupos distintos e de motivações difusas.

Também é certo que o alvo não é Dilma Rousseff, ou, pelo menos, só o governo Dilma Rousseff. São muitos os motivos de irritação, não muitos os alvos. Eles estão nos palácios.

Os palácios dos governos estaduais, como o de Geraldo Alckmin, tucano, os das prefeituras, como a de Fernando Haddad, petista. E os de todos os níveis do Legislativo e do Judiciário. A previsão do ministro Dias Toffoli de que o julgamento do mensalão possa durar mais dois anos pode ter sido até uma pitada a mais nesse tempero, nesse caldeirão.

Com o pretexto ora do aumento das passagens, ora dos gastos milionários com estádios da Copa, o fato é que as redes sociais mostram sua força também aqui e os brasileiros estão dando um recado. Que Dilma releve as vias restritas, mas salte ouvir os gritos disseminados. E, como ela, governadores, prefeitos, parlamentares e magistrados.

A fantasia de que o país está um paraíso, uma maravilha, acabou. A verdade dói, mas ajuda a melhorar.

CARLOS HEITOR CONY

"Penne arrabbiata"

RIO DE JANEIRO - Um conhecido de vista e chapéu, como aquele cara que Dom Casimiro encontrou num trem da Central, mesmo sem chapéu, me cumprimentou e perguntou se podia bater um papo. Como as donzelas dos romances antigos, não gosto de conversar com estranhos, mas topa a liberdade e ele sentou-se na mesa onde, sozinho, eu almoçava um "penne arrabbiata".

"O senhor sabe quem está por trás dos atos de vandalismo em São Paulo e em outras cidades brasileiras?" - la responder que não, nem queria saber, mas o homem já tinha começado: "Tenho lido o que a mídia está dizendo a respeito. Os entendidos são unânimes em afirmar que o movimento é organizado, e não espontâneo, como a vaia que deram na presidente no estádio de Brasília. Sendo possível ou sendo verdade, quem estaria interessado em bagunçar a paz da sociedade brasileira?". É continuou: "Nestum dia, para nós existentes. Em 64, as marchas

por Deus e pela democracia eram coordenadas e financiadas pelo dinheiro do trigo que o embaixador Lincoln Gordon deixava para armar uma situação que justificaria a intervenção dos Estados Unidos, que já tinham mandado uma esquadra para garantir a invasão".

"A quem interessa uma ruptura do regime democrático que, bem ou mal, estamos mantendo? Não temos nem o ouro de Moscou nem o dinheiro dos cubanos que sonhavam com uma nova Sierra Maestra. O PT, especializado em orquestrar a voz das ruas, faria tudo para se conservar. Os evangélicos, os gays, os ecologistas?"

"Com a Comissão da Verdade ameaçando chegar aos torturadores do regime de 1964, com a repulsa aos militares que estão sendo chutados como cães atropelados, qual o grupo interessado em virar a mesa?"

O sujeito foi embora e eu perdi a vontade de comer o meu "penne arrabbiata".

VLADIMIR SAFATLE

Proposta concreta

Há várias maneiras de esconder uma grande manifestação. Você pode fazer como a Rede Globo e esconder uma passeata a favor das Diretas-Já, afirmando que a população nas ruas está lá para, na verdade, comemorar o aniversário da cidade de São Paulo.

Mas você pode transformar manifestações em uma sucessão de belas fotos de jovens que querem simplesmente o "direito de se manifestar". Dessa forma, o caráter concreto e preciso de suas demandas será paulatinamente calado.

O que impressiona nas manifestações é a imposição de uma lógica que transforma um transporte público de péssima qualidade em terceiro gasto das famílias e sua preciação.

Como as cidades brasileiras transformaram-se em catástrofes urbanas, moldadas pela especulação imobiliária e pelas máfias de transportes, nada mais justo do que problematizar a ausência de uma política pública eficiente.

Mas, em uma cidade onde o metrô é alvo de acusações de corrupção que pararam até em tribunais suíços e onde a passagem de ônibus é uma das mais caras do mundo, manifestantes eram, até a semana passada, tratados ou como jovens com ideias delirantes ou como simples vândalos que mereciam uma Polícia Militar que age como manada enlucrada de porcos.

Vários deletaram-se em ridicularizar a proposta de tarifa zero. No entanto, a ideia original não nasceu da cabeça de "grupos de proteções revolucionárias". Ela foi resultado de grupos de trabalho da própria Prefeitura de São Paulo, quando comandada pelo mesmo partido que agora está no poder.

Em uma ironia maior da história, o PT ouve das ruas a radicalidade de propostas que ele construiu, mas que não tem mais coragem de assumir.

A proposta original previa financiar subsídios ao transporte por meio do aumento progressivo do IPTU. Ela poderia ainda apelar a um imposto sobre o segundo carro das famílias, estimulando as classes média e alta a entrar no ônibus e a descongestionar as ruas. Apenas nos EUA, ao menos 35 cidades, todas com mais de 200 mil habitantes, adotaram o transporte totalmente subsidiado. Da mesma forma, Hasselt, na Bélgica, e Tallinn, na Estônia. Mas, em vez de discussão concreta sobre o tema, a população de São Paulo não ouviu, até agora, ironias contra os manifestantes.

Ao menos, parece que ninguém defende mais uma concepção bisonha de democracia, que valia na semana passada e compreendia manifestações públicas como atentados contra o "direito de ir e vir". Seguindo essa concepção, manifestações só no pico do farraguá. Contra ela, lembremos: democracia é barulho.

Quem gosta de silêncio prefere ditaduras.

VLADIMIR SAFATLE escreve de Brasília desde o Rio de Janeiro.

PAÍS EM PROTESTO



Manifestantes na Assembleia do Rio

Eu vivi o período da ditadura. Já esses jovens nasceram em um regime democrático. Eles não vão aceitar levar porrada da polícia e achar que isso é natural

VANESSA BATISTA
MEMBRADA DO BATALHÃO DE CHOQUE
CONSTITUCIONAL DA UFMG

Atos atingem 12 capitais e têm cenas de violência

Mais de 215 mil pessoas vão às ruas; políticos são alvo de repúdio popular

Quantidade de manifestantes é a maior desde a mobilização pelo impeachment de Collor, em 1992

DE SÃO PAULO
DO RIO
DE BRASÍLIA
DE NOVA YORK

Os protestos pelo país atingiram 12 capitais, reuniram mais de 215 mil pessoas e tiveram cenas de violência em sete delas: Rio, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Macaé e Curitiba. Eles reuniram a maior quantidade de manifestantes desde a mobilização dos caras-pintados pelo impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992. Embora tenha havido atos que concentraram mais gente desde então, não tinham esse caráter de protesto.

As manifestações de ontem carregaram diversas bandeiras além de questionar as tarifas do transporte coletivo — da ética na política a investimentos em saúde e contra gastos da Copa de 2014.

Muitos políticos foram alvos de repúdio, como a presidente Dilma Rousseff (PT), os governadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT-SP).

Na Esplanada dos Ministérios, houve ocupação do teto do Congresso. Sedes do Executivo ou Legislativo também foram alvo em São Paulo, Porto Alegre, Rio e Curitiba. Apesar de as manifestações terem sido pacíficas em parte das 12 capitais, cenas de caos chamaram a atenção principalmente no Rio.

O ato na capital fluminense reuniu 100 mil pessoas e teve um dos confrontos mais violentos do país — com invasão da Assembleia, veículos incendiados e depredados.

Em Macaé, um adolescente de 16 anos foi atingido no rosto por um tiro. Hospitalizado, tinha estado estável à noite. O disparo, segundo a polícia, foi feito por um mo-

torista que tentou furar um bloqueio dos manifestantes. Em Belo Horizonte, a marcha rumo ao Mineirão, onde Nigéria e Taiti se enfrentaram pela Copa das Confederações, reuniu 15 mil pessoas. Um grupo furou um bloqueio nas proximidades da UFMG e foi recebido com gás lacrimogêneo e balas de borracha. Manifestantes jogavam pedras.

Gustavo Magalhães Justino, 18, caiu de um viaduto e teve que ser hospitalizado. Em Porto Alegre, um ônibus foi queimado, houve dezenas de lojas depredadas e saques em um escritório do Estado. Um confronto com a Brigada Militar (a PM gaúcha), que usou bombas de gás lacrimogêneo, ocorreu após a depredação de uma concessionária de veículos.

Em São Paulo, a travessia por balsas entre Santos (SP) e Guarujá (SP) chegou a ser interrompida por uma hora.

NOVA YORK
Atos de apoio também se espalharam por outras cidades do mundo — o principal deles em Nova York. Cerca de 300 manifestantes se reuniram e dividiram espaço, na Union Square, com apoiadores dos protestos na Turquia.

Também se uniram ao evento brasileiro participantes do Occupy Wall Street, movimento que faz críticas ao capitalismo há dois anos.

▶ FORTALEZA ATÉ HOTEL DA SELEÇÃO É ALVO DE PROTESTO

Cerca de 2.000 pessoas, segundo organizadores, protestaram em frente ao hotel que hospeda a seleção brasileira em Fortaleza. Gritaram palavras de ordem contra os gastos com a Copa das Confederações e do Mundial da Fifa: "Ei, Neymar, a Copa é pra roubar". O grupo quer repetir o ato amanhã.

PROTESTOS PELO PAÍS

Doze capitais realizaram manifestações ontem

● Número de manifestantes*



*Fonte: Batalhão para São Paulo, nos demais estados, PM e organizações



Ato por tarifa de transporte mais barata em Porto Alegre, que reuniu milhares de pessoas



Policia espalha spray de pimenta em manifestante em frente ao Congresso, em Brasília

Rio tem carros incendiados e depredação

DO RIO

O Rio de Janeiro enfrentou ontem os protestos mais violentos do país. Um grupo de manifestantes chegou a invadir o prédio da Assembleia Legislativa do Rio, e moveu um princípio de incêndio. As 23h15 carros do Batalhão de Choque chegaram ao local e dispersaram as pessoas com gás lacrimogêneo.

A manifestação, contudo, começou pouco depois das 17h de forma tranquila, reunindo 100 mil pessoas, com os manifestantes gritando palavras de ordem como "Não é Turquia, não é a Grécia, é o Brasil saindo da inércia", "não tenho partido" e "abaixa a bandeira", em direção a militantes de partidos políticos como o PSTU e PSOL.

Das janelas dos prédios comerciais, pessoas jogavam papel picado e acenavam com panos brancos. Muitos manifestantes também vestiam branco e levavam flores. Muitas pessoas que saíram do trabalho no centro se juntaram à multidão.

Ao longo da manifestação, ouviram-se palavras de ordem que iam desde reclamações contra o preço das passagens de ônibus e xingamentos ao governador Sérgio Cabral.

A multidão gritava "se a passagem não baixar, o Rio vai parar" e "mãos ao alto, a passagem é um assalto". O governador Sérgio Cabral também foi um dos alvos dos manifestantes. Eles gritavam "o governador é vigarista, trabalha para o Elke Batista".

Por causa da confusão de domingo no Maracanã, o governo estadual decidiu tirar o batalhão de choque das ruas. Apenas 150 policiais do batalhão que atendeu a região do centro acompanharam a passeata.

Os atos violentos da passeata começaram por volta das 19h30, quando um grupo se dispersou dos que caminhavam em direção à Cinelândia e decidiu seguir para a Assembleia, onde na quinta já tinha acontecido outro confronto.

Um carro de som anunciou: "Ocupamos o Congresso", referindo-se ao que acontecia em Brasília. A multidão começou a gritar "Ocupa, ocupa, ocupa a Alerj" e "isso aqui vai virar um inferno". Um carro foi virado e incendiado. Um grupo de 80 policiais, 20 deles feridos, foram encerrados pelos manifestantes no prédio da Alerj.

Excepcionalmente, a seção Atmosfera e a coluna Jairo Marques estão na pág. C11

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

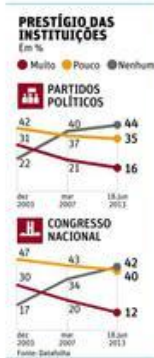
DIKRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 • QUARTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.758

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 18H22 • R\$ 3,00

Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir

Manifestação começa pacífica, com mais de 50 mil pessoas na praça da Sé, mas grupos levam caos à região central



Descrença de paulistano na política cresce, diz Datafolha

A descrença na política entre os moradores da cidade de São Paulo é a maior desde 2003, segundo pesquisa Datafolha realizada ontem. Há dez anos, 51% achavam que a Presidência tinha muito prestígio. Hoje, são 19%. A taxa dos que acham que o Congresso não tem prestígio algum subiu de 17% para 42%. A parcela dos que apoiam os protestos pela cidade contra o reajuste da tarifa de ônibus pulou de 55% para 77% em cinco dias. **Cotidiano C8**



Manifestantes entram em confronto com guardas municipais durante tentativa de invasão à Prefeitura de São Paulo



Van da Record é incendiada em frente à sede do governo paulistano; encapuzado carrega TV saqueada no centro da cidade



Encapuzado carrega TV saqueada no centro da cidade

No sexto protesto em São Paulo contra a alta da tarifa de transporte, um grupo de manifestantes atacou no fim da tarde a sede da prefeitura, no centro — guardas municipais evitaram a invasão do prédio. Integrantes do Movimento Passe Livre também tentaram conter agressores. O vandalismo se ampliou: um carro da TV Record foi queimado, bancos, destruídos, e lojas, saqueadas. A PM demorou a agir, e a Tropa de Choque foi para a rua por volta das 22h. Fez prisões no centro e lançou bombas na rua Augusta. Segundo o governo paulista, a demo na ação foi para evitar que ativistas sem ligação com as depredações fossem feridos. O ato contra a tarifa começou sem violência e reuniu mais de 50 mil pessoas na praça da Sé, segundo o Datafolha. A maior parte dos manifestantes seguiu para a av. Paulista, onde o protesto foi pacífico até o fim da noite, quando houve depredações. Mais cedo, o prefeito Haddad (PT) admitiu estudar reavogar a alta do ônibus, com custo ao cofre público. Para o presidente Dilma, os atos "ultrapassam mecanismos tradicionais das instituições, dos partidos, das entidades de classe e da mídia". **Cotidiano C1**

'Estão entrando', dizia assessora de Haddad no ataque

"Estão entrando, estão entrando", repetia assessora de Haddad enquanto manifestantes tentavam invadir a prefeitura, relata Mônica Bergamo. Gritos e estrondos aumentavam a tensão. Secretários se reuniam numa sala de crise, com telões. Roberto Porto (Segurança) cogitou retirar a vice-prefeita com helicóptero. **Cotidiano C3**

JOÃO WAINER
Pessoas em fúria levavam televisões, notebooks e roupas
Cotidiano C2

ANTONIO PRATA
Sejamos francos: ninguém está entendendo nada
Cotidiano C11

- folha na copa 01**
Protesto está previsto para jogo entre Brasil e México
- mundo 110**
Telexon aceita iniciar diálogo com EUA e governo alemão
- poder 28**
Comissão liderada por Feliciano aprova projeto da 'cura gay'
- panela 14**
Potencial candidato, ministro Padilha transfere título para SP
- RODÍZIO Cotidiano C11**
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 5 ou 6

- EDITORIAIS Opinião A2**
Leia "Incôgnita nas ruas", sobre a onda de protestos que toma diversas cidades do país e as incertezas relativas aos desdobramentos do movimento.
- ATMOSFERA Cotidiano C11**
Chuvvas isoladas na capital paulista
Mínima 13°C Máxima 24°C
- FALE COM A FOLHA**
Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, ao editor e a redação em: folha.com.br



Antes de tumulto, ao menos 50 mil pessoas se reuniram na praça da Sé em ato pacífico



Tucson Flex

A MELHOR COMPRA E O MAIOR ESPAÇO INTERNO DA CATEGORIA.

HYUNDAI NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

PORTA-MALAS DE 644 LITROS

Respeite os limites de velocidade. VEJA NA PÁGINA 5.

310.266 exemplares impressos + digitais

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUÍZ FIAS
Diretor Editorial: OLAVO FIAS FILHO
Supervisores: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO CORREIA, LINDO DE FREITAS, GILBERTO JONHEIMER, CLÉVIS ROSA CARLOS, EDSON LONDE, CLELIO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍZ FIAS e OLAVO FIAS FILHO (secretário)
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURLO REISSA (circulação), MARCELO MACEDO GONÇALVES (finanças) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoria@folha.com.br

Incógnita nas ruas

Aparição de cenas isoladas de vandalismo, protestos mobilizam a classe média insatisfeita com desempenho de vários níveis de governo

Quando se iniciaram os protestos contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo, com seus episódios de vandalismo dos manifestantes e de violência policial, um equívoco comum foi subestimar a ressonância que o Movimento Passe Livre (MPL) poderia alcançar no meio social.

O porte dos protestos dos últimos dias, por todo o país, e o caráter em geral pacífico das marchas deixaram patente que a depreciação partiu de grupos minoritários.

Por mais que a ação truculenta da Polícia Militar paulista, na quinta-feira, tenha sido decisiva para engrossar a multidão nas ruas, está claro que a reivindicação de reverter os aumentos de tarifa se tornou o veículo de uma insatisfação profunda, ainda que difusa, sem dúvida insuflada pela mordida da inflação nos salários.

"Não são só 20 centavos" foi uma das palavras de ordem da passeata de segunda-feira em São Paulo. De fato, eram muitas as bandeiras de críticas aos gastos com a Copa à defesa de investigações pelo Ministério Público, passando por vários pedidos por "mais direitos".

Folículos, como seria de esperar, tornaram-se alvos dos manifestantes. A presidente Dilma Rousseff (PT), os governadores Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), foram criticados nos maiores protestos.

Nada disso torna menos irrealista a demanda maior do movimento, tarifa zero. Para tanto, em São Paulo, seria preciso agregar ao subsídio anual de R\$ 1 bilhão outros R\$ 4,6 bilhões —92% do que se arrecada com o IPTU.

Com a capacidade de investimento do Estado —em todos os níveis de governo— reduzida a quase nada por anos de estresse e inépcia na condução da economia, aumentar o subsídio ao transporte nesse proporcional é impraticável.

Por outro lado, suspender o reajuste (em São Paulo, de R\$ 3 a R\$ 3,20) é decisão política extremamente custosa, na medida em que possa trazer capturação do poder público perante atos violentos.

O tamanho das marchas se impôs como índice de mudança de qualidade dos protestos. Mal ou bem, a massa falou pela maioria e falou contra os poderes instituídos.

São devoto confundíveis, até criminalmente, os atos de vandalismo e a depreciação de palácios (a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro foi o pior exemplo). É positivo que o MPL tente isolar e conter manifestantes violentos, como diante da prefeitura paulistana.

Registre-se também que, pelo menos nos protestos de segunda-feira em São Paulo, a polícia se redimiu dos abusos cometidos dias antes. Mesmo diante da ameaça

de invasão do Palácio dos Bandeirantes (sede do governo estadual), manteve conduta apaziguadora.

Continua válido, nesse sentido, o princípio de que os protestos deveriam obedecer a regras e itinerários negociados com a polícia, de maneira a evitar o colapso frequente da circulação urbana.

As pessoas precisam trabalhar e chegar em casa. Não é justo que manifestações por mobilidade, a toda hora, as impeçam de ir e vir. Menos ainda que sejam expostas à violência, parta de quem partir.

De resto, as marchas não são representativas da demografia brasileira. Pesquisa Datafolha entre os participantes constatou que a maioria tem diploma universitário (77%) e menos de 25 anos (53%). Ou seja, a adesão é maior entre jovens de classe média, se não de classe média alta.

Isso não é razão para desmerecer o movimento, por certo. Não faltam exemplos, na história recente do Brasil, de transformações políticas iniciadas com manifestações desse segmento social —basta citar as eleições diretas e o impeachment de Fernando Collor.

Há muitas diferenças com as mobilizações dos anos 1980 e 1990, contudo. Esta agora tem muito de espontâneo e descentralizado, definindo-se mais pelo recurso a meios tecnológicos (redes sociais e telefonia celular) do que pela liderança exercida por organizações.

Até aqui, o movimento rejeitou a instrumentalização por partidos políticos (84% declararam ao Datafolha não ter preferência partidária). Mas só os ingênuos deixariam de reconhecer que leva água para correntes à esquerda do PT, como PSOL e PSTU —ou que põe, principalmente, vir a engrossar o apoio a Marina Silva e sua Rede.

A fusão e a desorganização dos protestos tornam sua panfletação caleidoscópica, multifacetada e cambiante. Essa é a sua força, e também sua vulnerabilidade.

Em primeiro lugar, a ausência de uma voz unificada torna a interlocução com o poder público muito difícil. Depois, a direção fragmentada abre inúmeras oportunidades para a ação de grupos armatizados —como ficou claro com os saques de ontem. A falta de foco, por fim, tende a multiplicar as demandas, o que também serve para diluí-las.

Não será surpresa se o movimento acabar por esvaecer-se e for eclipsado na campanha eleitoral de 2014, cuja antecipação pode agora ser vista como sintoma de falência da política atual, tão bem representada pelo Congresso.

Ninguém espera que transcorresse assim, mas tal é a forma que assumiu a tantas vezes prognosticada insatisfação das classes médias com o que há de disfuncional no Estado brasileiro, após dez anos de PT no governo federal e quase duas décadas de PSDB no comando do principal Estado do país.

Como na marcha de muitas cidades em São Paulo, a polícia se redimiu dos abusos cometidos dias antes. Mesmo diante da ameaça



HÉLIO SCHWARTZMAN

Entre a sabedoria e a loucura

SÃO PAULO - Massas impõem respeito. Políticos que até ontem desdenhavam dos radicais e vândalos do Passe Livre agora juram que apoiam as manifestações desde crianças. Já há governantes falando em rever o preço do ônibus. O que está acontecendo?

É difícil dizer com precisão. Estudiosos da psicologia de massas ainda não chegaram a um acordo nem sobre como elas atuam, menos ainda sobre como surgem e desaparecem. Há motivos tanto para jubilo como para apreensão. Multidões, afinal, podem ser extremamente sábias e porosamente estúpidas.

Do lado positivo, a agregação de grandes números extirpa certos tipos de erro, já que os palpites mais absurdos se anulam e o que resta faz algum sentido. Se você quer saber o peso de um bezerro, pergunte para 787 pessoas, a maioria das quais não terá a menor ideia de qual número chutar, e tire a média. Em 1906, James Galton, um cientista fascinado por medidas, fez isso e ficou ainda

mais fascinado quando descobriu que a diferença entre as estimativas e o peso real do bicho foi de uma libra. Não é só. A resposta mais popular entre espectadores de programas como "Quem Quer Ser um Milionário" está certa em 90% das vezes. No fundo, é o mesmo princípio utilizado por casas de apostas, que delegam ao mercado a tarefa de estimar as probabilidades e definir os prêmios.

Fedemos então sempre confiar na sabedoria das multidões? É claro que não. Se as massas eliminam certos erros, criam outros. Entre as principais patologias do pensamento de grupo destacam-se a radicalização, a supressão do dissenso e a animosidade. Movimentos terroristas, caça às bruxas e brigas de torcida são, afinal, fenômenos de massa.

Multidões podem ainda ser manipuladas por demagogos e geram desastres históricos com seu comportamento de manada. Políticos, com seu aguçado senso de sobrevivência, aprenderam a cultivá-las e temê-las.

heliop@net.com.br

FERNANDO RODRIGUES

O rumo dos indignados

BRASÍLIA - Recibi muitos comentários (alguns impubescíveis) por meio de redes sociais por ter afirmado ontem que os manifestantes de rua tendem a ficar "órfãos por algum tempo de um representante político". Até porque rejeitam todo o establishment partidário atual.

Uma das críticas mais recorrentes foi sobre minha incapacidade de compreender que os protestos são horizontais, sem líderes e fora das convenções. Para os ativistas, se um outro mundo é possível, outra mediação institucional também é.

A maioria dos ativistas rejeita os políticos e os partidos. Mas ainda não ficou claro como seria uma outra forma de representação fora do Congresso Nacional. Hoje, a Câmara e o Senado são as instituições nas quais as demandas têm de ser resolvidas numa democracia representativa como a brasileira. A não ser que os manifestantes defendam o fechamento do Poder Legislativo. É isso?

Se o Congresso se mantiver aberto, com todos os seus (mensos) de-

feitos atuais, como serão encaminhadas as propostas que estão emergindo das passeatas? Inicialmente há uma possibilidade, mas dá muito trabalho. Além do mais, quem acaba votando são os deputados e os senadores agora tão repelidos.

Outra saída para os ativistas seria propor democracia direta. Os votos poderiam ser dados, quem sabe, por meio da internet. O Congresso seria dissolvido. Só que o Brasil teria de passar por uma revolução para alcançar esse estágio —os três Poderes são cláusulas pétreas da Constituição e nenhum pode ser eliminado com uma canetada.

Faço essa reflexão para dizer que os movimentos de rua sem capacidade de organização tendem a ser esvaziados pelos poderes constituídos na base de concessões objetivas. Alguns prefeitos e governadores já aceitam reduzir as tarifas de ônibus. Outros benefícios virão. Al ser testado o grau de indignação real de quem hoje ocupa as ruas do país.

fernando.rodrigues@folha.com.br

CRISTINA GRILLO

8 ou 80

RIO DE JANEIRO - No domingo, um grupo estimado em cerca de 800 pessoas tentava se aproximar do novo Maracanã. De joelhos, muitos deles enrolados na bandeira brasileira, cantavam o hino nacional e gritavam palavras de ordem como "sem violência" e "paz".

A poucos metros deles, 200 policiais do Batalhão de Choque prontos para uma guerra começavam a se agrupar. E, num dos vários vídeos que circulam desde então na internet, ouvi-se um manifestante gritar o seguinte: "Vai dar merda".

O que se vê em seguida é um ataque desmoldado das forças de segurança. Bombas de gás lacrimogêneo são atiradas para todos os lados. Os manifestantes são encurralados na Quinta da Boa Vista, onde famílias aproveitavam o domingo de sol, uma treva na zona norte carioca.

Um dia depois, 100 mil pessoas (na avaliação da própria PM) protestavam pacificamente no centro do Rio. Na segurança, apenas 150 homens

do batalhão do centro da cidade.

Sabemos como acabou essa história: atos de vandalismo de um grupo de manifestantes cerca de 80 pessoas encurralados no prédio da Assembleia Legislativa, 20 deles feridos. Do lado de fora, nada de polícia. O quebra-quebra se espalhou. De um restaurante, levaram mantimentos e um forno de micro-ondas. Antes de sair, quebraram toda a louça.

Saquearam uma loja de chocolates, incendiaram outros de sandálias havaianas. Mesmo assim, na avaliação da PM, apesar de o Batalhão de Choque ter demorado três horas para entrar em ação, os policiais agiram no momento certo.

O que começara em paz podia ter se transformado em uma grande tragédia. O que teria acontecido se os manifestantes tivessem conseguido incendiar um prédio onde 80 policiais estavam presos?

Não dá para agir com a truculência empregada no domingo, nem com a omissão que se viu na segunda.

ANTONIO DELFIM NETTO

Indexação

No dia 16/6, a excelente jornalista Raquel Landim, especializada em assuntos econômicos, escreveu nesta **Folha** um artigo importante, "Obsessão nacional".

Nela, revela uma das júblicas: a existência de nada menos que 29 índices construídos por quatro instituições (IBGE, FGV, Fipe e Dieese) para medir no tempo, em setores e no espaço a nossa taxa de inflação. São divulgados nas mais diversas frequências. Até índices diários, exclusivos, pagos à FGV pelos interessados por necessidade de ofício.

Por incrível que pareça, a lista já está desatualizada: a Ordem dos Economistas do Brasil lançou, no último dia 7, o seu Índice de Custo de Vida da Classe Média (ICVM), que inclui 468 bens e serviços.

Se a confusão fizesse sentido, poderíamos dizer que o brasileiro é o cidadão mais bem informado e atualizado do mundo sobre a taxa de inflação. Há aqui, entretanto, um problema trágico. Como a taxa de inflação é uma espécie de radiorador que dissipa o calor dos atritos produzidos pelo mau uso dos fatores de produção, o desperdício de tempo e recursos para construir essa multiplicidade de medidas é, ele mesmo, uma causa infinitesimal da inflação!

O artigo chama a atenção para o fato de que, "na Austrália, a inflação é divulgada uma vez a cada três meses". Talvez esta seja uma pequena causa para ajudar a explicar por que já a taxa de inflação anual é de 2,4% e, no Brasil, ela teima em rodar no limite superior da meta, 6,5%.

Uma das poucas afirmações seguras sobre a taxa de inflação de 2013 será igual à "expectativa" de inflação formada pela sociedade, corrigida, positiva ou negativamente, pela política econômica de 2013.

No Brasil, há um fator que mexe com as "expectativas" e, fisicamente, liga a inflação de 2013 a de 2012 de forma inextricável: é o mecanismo de indexação informal e formal do qual não fomos capazes de nos livrar, mesmo com o bem-sucedido Plano Real.

O ilustre e competente professor de economia da FEA-USP, José Tacci Kirsten, fez uma análise (ainda não publicada) do novo índice, onde mostra que os bens e serviços indexados representam 36,7% do peso no índice geral. No exercício feito com o mês de maio, 451 dos 468 preços apurados têm alguma forma de indexação (pelo salário mínimo, por sindicatos, pelas administrações públicas, por índices de preços anteriores e "tutti quanti"), o que mostra o pequeno papel do mercado.

Prof. Kirsten conclui que, no "núcleo duro da inflação, cerca de 90% é representado pelos preços dos bens e serviços indexados, o que gera uma inflação inercial cuja barreira será difícil de transpor".

ANTONIO DELFIM NETTO escreve há quarenta anos nesta coluna. antonio@delfimnetto@terra.com.br

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS
 Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO
 Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
 Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERCQUEIRA LEITE, MARCELO CORREIA, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DOMENSTEN, CLAUDIO ROSSI, CARLOS BÉLIZOR CONC. CLESO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e OTAVIO FREAS FILHO (coordenador)
 Diretor-executivo: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BRUSAN (circulação), MARCELO MACIAGO GONCALVES (marketing) e EDUARDO ALCARÁ (desenvolvimento e novos negócios)

EDITORIAIS

#folhaonline.com.br

Vitória das ruas

Série de manifestações força prefeitos e governadores a rever tarifa; capitulação evidencia profundo desgaite, mas também bom senso

A revogação do aumento das tarifas de transportes em São Paulo e no Rio é uma vitória indiscutível do Movimento Passe Livre. Já os prefeitos Fernando Haddad (PT) e Eduardo Paes (PMDB), bem como os governadores Geraldo Alckmin (PSDB) e Sérgio Cabral (PMDB), saem atônitos das manifestações que os encurralaram.

Menos mal que tenham demonstrado realismo. O movimento adquiriu tamanha repercussão no tecido social que ceder já se torna imperativo de bom-senso. Agora lhes cabe anunciar de onde saíram as verbas para pagar a conta.

Não é fácil aquilatar, contudo, como o episódio reverberará no panorama partidário e eleitoral. Da revolta com a qualidade da saúde e da educação à crítica aos gastos com a Copa do Mundo, várias insatisfações vieram à tona durante os protestos.

No momento, nenhuma das forças políticas majoritárias no país pode colher benefícios do que acontece. Ao contrário: acumulam derrotas, sem exceção.

Haddad tomou-se, naturalmente, um alvo preferencial do movimento após anunciar decisão que, pela lógica administrativa, nada mais era do que um ato de rotina, apesar de seu caráter impopular.

A prefeitura confiou, e tinha motivos para isso, na possibilidade de que os protestos pudessem esgotar-se sem maior esforço de negociação. Pressionado, o prefeito pau-

listano terminou obrigado a rever a tarifa não que apresentava como positiva — o reajuste revogado em São Paulo, afinal, ficara abaiado da inflação.

O enfraquecimento de seu cacife político encontra paralelo no campo do governo estadual. Em tese representando uma força oposta ao PT de Haddad, o tucano Alckmin paga um duplo preço.

De um lado, a truculência policial verificada na quinta-feira passada despertou largos contingentes da classe média para o movimento. De outro, novos e repetidos atos de vandalismo se registraram. Entre o excesso e a omissão policial, o comando do Estado parecia oscilar, incapaz de definir-se quanto à alternativa de menor custo eleitoral.

Ironicamente, para uma administração que conta com índices de popularidade ainda altos, embora em queda, também o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) se viu atingido por um sentimento de insatisfação difuso, expressado nas maiores cidades do país.

PT e PSDB se veem lado a lado, como faces da mesma moeda, diante de uma sensação de desconforto geral. Nenhuma agremiação política parece dar conta, por enquanto, de fenômeno tão multifacetado e amplo.

Até o Congresso dá sinais de incômodo com a revolta. Cogita acelerar a votação de projeto para desonerar os transportes urbanos. Políticos tradicionais sentem a exigência de reinventar-se, mas para tanto as manifestações ainda não parecem ter força bastante.

É mais fácil parar metrópoles, como São Paulo e Rio, do que tirar do atraso a política nacional.

Projeto incurável

É imprópria, no tempo e no mérito, a aprovação do projeto que legaliza a chamada "cura gay" pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Verdade que a proposta ainda precisa passar por mais duas comissões antes de ir para o plenário, mas a comissão, presidida pelo pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP), perdeu excelente oportunidade de mostrar que não coloca a agenda religiosa de seus membros à frente da missão institucional de defender minorias.

Se aprovado, o diploma suspenderá dois trechos de uma resolução de 1999 do Conselho Federal de Psicologia. Um deles impede que profissionais da área colaborem com serviços que se propõem a tratar homossexuais. O outro os proíbe de dar declarações que tratam da homossexualidade como se fosse uma doença mental.

A primeira vista, a medida poderia parecer positiva: ela amplia a liberdade de ação dos psicólogos e lhes assegura o direito constitucional de manifestar sua opinião.

Não exame mais detido, verifica-se seu caráter descabido: ela retira de um conselho profissio-

nal a atribuição de definir o que seja atividade legítima, pois amparada em consensos científicos. Se a psicologia já não considera a homossexualidade um transtorno mental, não há como falar em cura.

Caso algum psicólogo queira contestar esse consenso, pode fazê-lo de forma técnica, nos fóruns adequados, e terá ou não sucesso em convencer seus pares. Contudo, caso queira afirmar que a homossexualidade é um pecado aos olhos de Deus, é livre para fazê-lo como cidadão, porém não na condição de psicólogo.

Regras de comunicação são importantes em outras áreas técnicas. Um médico não pode propagar terapias para doenças incuráveis. Um advogado não pode prometer vitória litigiosa e certa. Cabe aos conselheiros profissionais, e não ao Legislativo, determinar o que é charlatanice em cada campo.

Não deixa de ser irônico que o deputado Feliciano e sua comissão tenham escolhido este momento para reforçar a ideia, já muito disseminada, de que os políticos estão mais preocupados com seus assuntos paroquiais do que com o bem-estar da população.



ROGÉRIO GENTILE

Depredação livre

SÃO PAULO - A redução no preço da tarifa não pode encobrir o fato de que o centro de São Paulo virou terra sem lei na noite de anteontem, tomada por vândalos travestidos de manifestantes e abandonada pela polícia. Houve ataques a prédios públicos, saques a lojas e depredações.

A escalada da insensatez começou na quinta-feira passada, quando a polícia "arrepensou" um protesto pacífico. Todo o mundo apANHOU: manifestantes bem-intencionados, manifestantes mal-intencionados e até mesmo não manifestantes.

Até então, embora a maioria da população simpatizasse com a causa original dos protestos (a redução das tarifas), havia uma ampla crítica às cenas de vandalismo protagonizadas dias antes por mal-intencionados, que, destruindo ônibus, metrô e pichando muros, imaginam estar promovendo a "revolução".

Pois Alckmin conseguiu perder a opinião pública. A parca da polícia acabou por criar um sentimento generalizado de indignação,

destampou insatisfações, ampliou muito a adesão ao movimento e o exportou para várias cidades.

É isso nitidamente acouo autoritários, que, desde segunda-feira, permitiram, não apenas em São Paulo, que os protestos avançassem para além do que pode se considerar aceitável numa democracia. A Assembleia do Rio foi depredada, o diretor-geral da Câmara dos Deputados foi agredido, agências bancárias foram queimadas em Porto Alegre e a Prefeitura de Belo Horizonte foi atacada.

Apesar de toda a poetização em torno do Movimento Passe Livre, e da efetiva redução na tarifa, é necessário registrar que seus líderes não condensaram enfaticamente os atos de vandalismo. Muito pelo contrário, os justificaram com o argumento de que eram fruto da "revolta popular" ou resultado da "intransigência" do poder público. Resta saber se o recuo de Alckmin e Haddad, um dia após a vandalização do centro, não servirá de estímulo para esse tipo de "método" de negociação.

ELIANE CANTANHÈDE

Exaustão

BRASÍLIA - Condenados pelo Supremo têm mandato de deputado e, não bastasse, viram membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Um pastor de viés racista e homofóbico assume nada mais, nada menos que a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Um político que saíra da presidência do Senado pela porta dos fundos volta pela frente e se instala solenemente na mesma cadeira da qual havia sido destornado.

O azarado da moralidade no Senado nada mais em do que abridor de portas de um bicheiro famoso. É o Ministério Público, terror dos corruptos, é ameaçado pelo Congresso de perder o papel de investigação.

A chefe de gabinete da Presidência em SP usa o cargo e as ligações a seu bel-prazer, enquanto a ex-branca do direito da Casa Civil, afastada por suspeita de tráfico de influência, monta uma casa bacana para fazer, eventualmente, tráfico de influência.

Um popular ex-presidente da República viaja em jatos de gran-

des empreiteiras, intermediando negócios com ditaduras sanguentas e corruptas.

Um ex-ministro demitido não apenas em um, mas em dois governos, tem voz em reuniões estratégicas do ex- e do atual presidente, que "aceitaram seu pedido de demissão".

Ministros que foram "fuzilados" agora nomeiam novos ministros e são vice de um governador tucano viram ministro da administração petista.

Na principal capital do país, incendiam-se dentistas, mata-se à toa. Na cidade maravilhosa, os estuertos são uma rotina macabra.

Enquanto isso, os juros voltam a subir, impostos, tarifas e preços de alimentos estão de amargar. E os serviços continuam péssimos.

É por essas e outras que a iritação popular explode sem líderes, partidos, organicidade. Graças à internet e à exaustão pelo que está aí.

A primeira batalha foi ganha com o recuo dos governos do PT, do PSDB e do PMDB no preço das passagens. Mas, claro, a guerra continua.

PAULA CESARINO COSTA

Degrau por degrau

RIO DE JANEIRO - "Vivi um inferno", resumiu a sorvente da Assembleia Legislativa do Rio, uma das várias pessoas que ficaram presas, apavoradas, dentro do Palácio Tiradentes, na noite de segunda-feira. Cercado pela turba, o palácio parecia prestes a ser tomado. Mas isso só faria sentido há dois séculos.

Seu corpo ainda doía. O som das vidrucas se quebrando — agora por quem recuperava o que havia sido destruído por gente com rosto escovado no meio da já histórica passeada — fazia lembrar a noite de terror vivida poucas horas antes.

O espaço da Assembleia é um dos palcos preferidos de manifestantes de todos os tipos e origens no Rio. Por lá passaram personagens anônimos e protagonistas da história do país. Nos tempos coloniais, o mesmo local abrigava a Cadeia, onde ficaram presos inconfidentes, como Joaquim José da Silva Xavier, executado em 21 de abril de 1792. E também o Legislativo que, em 1888, nos tempos

do Império, aprovou a lei que aboliu a escravidão. Em 1891, viu nascer a primeira Constituição republicana.

Em 1922, Cadeia e Câmara foram demolidas, dando lugar ao feioso prédio de estilo "ecletico", tombado em 1992, após um acirrado debate sobre o merecimento de tal glória, e batizado com o nome de Tiradentes.

Em sua fachada ficou pendurada gigantesca foto de Getúlio Vargas, no ano de 1941, nos moldes dos grandes ditadores. Pouco depois, sediou a democrática Constituinte de 1946.

Hoje, mais do que no plenário, é na escadaria que a história tem sido escrita. Para lá, dirige-se quem pede melhor salário, mais saúde e educação ou o fim da corrupção.

O Palácio Tiradentes viu de tudo na história. Em casa de enforcado, não se deve dar corda para violência nem para intolerância, mas suas portas têm de estar abertas ao que vem da rua. Tudo indica que seus degraus continuarão a ser subidos por quem começa a dizer o que quer.

KENNETH MAXWELL

Blatter e a revolta popular

Joseph "Sepp" Blatter, o presidente da Fifa, criticou os torcedores brasileiros de futebol na inauguração do Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, quando eles valaram a presidente Dilma Rousseff.

O Brasil derrotou o Japão, mas Blatter deveria ter ficado quieto. Enquanto ele falava, a polícia usava balas de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes que estavam do lado de fora do estádio para expressar a raiva do público pelas quantias gastas no estádio e nos preparativos para a Copa do Mundo. Aldo Rebelo, o ministro do Esporte, declarou que "o governo não tolerará manifestações".

Nos dias seguintes, o povo saiu às ruas de Belém a Salvador, de Natal a Florianópolis e Porto Alegre, e do Rio a São Paulo, em um movimento que tomou as autoridades federais, estaduais e municipais de surpresa — e o mesmo vale para os partidos políticos. A violenta reação inicial da PM no Rio e em São Paulo só fez aumentar a confusão.

O movimento popular está sendo coordenado por milhares de mídias sociais e, aparentemente, não liderância clara. Foi estimulado pelo aumento nos preços das passagens do transporte público, pela preocupação quanto aos gastos excessivos com as instalações esportivas novas e reformadas, pelas exigências e pelo consequente aumento da Fifa e pela raiva quanto à corrupção continuada e endêmica.

Uma revolta popular, a Revolta do Viném, aconteceu no Rio no final de 1879 e no começo de 1880, começou quando foi apresentado um imposto de 20 réis sobre todos os passageiros que usavam os bondes puxados a mula na cidade.

Os manifestantes se reuniram diante do palácio de São Cristóvão. O imperador D. Pedro 2º queria ser conciliador. Mas, quando a polícia não se provou capaz de conter a multidão furiosa no largo de São Francisco, o ponto inicial final das linhas de bonde, a polícia chamou o Exército e mais de uma dúzia de manifestantes foram mortos e feridos quando os soldados abriram fogo.

A revolta popular em São Paulo em 2013 começou como movimento de protesto contra aumento nas tarifas de transporte público, e a PM reagiu com violência, disparando granadas de gás lacrimogêneo contra a multidão. Muitas pessoas foram feridas, entre as quais diversos jornalistas.

A Revolta do Viném terminou tão rápido quanto tinha começado, quando o imposto de 20 réis foi retirado. Mas ela chocou o regime imperial. Cerca de nove anos mais tarde, o imperador seria substituído por um governo republicano.

As demandas da atual revolta popular nas ruas do Brasil urbano são incoerentes, até o momento. Mas o movimento é nacional. Os políticos não serão capazes de evitar as consequências.

KENNETH MAXWELL escreve há quinze décadas nesta coluna.
 Tradução de PAULO MIGALSKI

PAÍS EM PROTESTO



Manifestantes comemorando a redução da tarifa do transporte coletivo em frente à Fiesp, na avenida Paulista (centro de São Paulo), ontem à noite

Grupo mantém ato hoje na Paulista e diz lutar pela tarifa zero

Membros do Movimento Passe Livre comemoraram redução do valor das passagens e fizeram reunião

Ao menos 90 cidades devem ter protestos hoje em temas como violência, corrupção, saúde e educação

ANA KREPP
DE SÃO PAULO

Logo após o anúncio da redução de tarifa do transporte público em São Paulo, membros do MPL (Movimento Passe Livre) se reuniram em um bar próximo à Câmara Municipal, no centro da cidade, para comemorar.

Em clima de festa, cerca de 40 pessoas encheram o local, cantaram "A Internacional", hino socialista, e confirmaram que está mantido o ato de hoje, às 17h, na praça do Cilestia (avenida Paulista). Os membros do MPL afirmaram que agora a reivindicação é a implementação da tarifa zero em São Paulo.

"O MPL agora é, de fato, "Passe Livre", afirmou Pedro Bernardo, 28, um dos representantes do movimento.

Segundo Mayara Vivian, também do MPL, o grupo vai manter o ato de hoje e tem outras reivindicações.

"Nossos próximos objetivos são lutar pelas reformas agrária e urbana e contra o latifúndio urbano", disse Mayara, que ressaltou que o grupo vai "lutar para que nenhum manifestante [que tenha sido detido] responda a processo criminal".

Enquanto falava com a **Folha**, ela parou para atender o celular. "Oi, senador Suplicy, obrigada!", disse. "Agora a luta é pelo passe livre."

Em clima de descontração, os participantes não paravam de receber telefonemas.

"Cada um que compareceu a alguma das manifestações pode pegar uma pena e escrever seu nome na história", afirmou Bernardo.

Por volta das 19h30, alguns membros do MPL decidiram ir para a casa de um dos participantes, na região da avenida Paulista. Foram de metrô. Lá, eles se reuniram para

debater a pauta do protesto de hoje e os próximos passos do grupo, disseram os participantes do encontro.

No mesmo horário, cerca de 500 pessoas —segundo estimativa da PM— comemoravam na Paulista e ocupavam todas as faixas da via na altura da rua Augusta.

Uma manifestação na avenida Washington Luís, também no mesmo horário, obrigou o aeroporto de Congonhas a fechar as portas usadas para o desembarque e para o check-in durante 30 minutos. Enquanto o aeroporto fe-

“ Cada um que compareceu a alguma das manifestações pode pegar uma pena e escrever seu nome na história ”

PEDRO BERNARDO
Membro do MPL

O MPL agora é, de fato, "Passe Livre"

IDEM

Nossos próximos objetivos são lutar pelas reformas agrária e urbana e contra o latifúndio urbano

MAYARA VIVIAN
Membro do MPL

Vamos lutar para que nenhum manifestante [que tenha sido detido] responda a processo criminal

IDEM

Vai para o protesto tudo que está entalado na garganta do brasileiro

LUCAS MARQUES
Organizador dos protestos em Goiânia

chava as portas, outro grupo de manifestantes de cidades da Grande São Paulo interrompiam o trânsito nas rodovias Castelo Branco, Ayrton Senna e Régis Bittencourt.

As rodovias Anchieta (em São Bernardo) e Imigrantes (em São Vicente) também foram fechadas por manifestantes no início da noite de ontem (leia na pág. C8).

Em São Vicente, no litoral paulista, um ônibus foi incendiado durante a tarde (não houve feridos). Durante a noite, houve saques em lojas do bairro Humaitá.

NOVOS PROTESTOS

Moradores de cerca de 90 cidades, de todas as regiões do país, devem sair às ruas hoje para novos protestos.

Se o transporte público segue como "gatilho" para os atos, uma série de agendas, causas e slogans continua a pautar as convocações.

Nas redes sociais os temas mais comuns depois do transporte são combate à corrupção e à violência, melhorias na saúde e na educação.

Há também agendas pontuais, como a de repúdio à PEC 37, que retira o poder de investigação do Ministério Público.

Lucas Marques, 25, um dos organizadores dos protestos em Goiânia, reconhece que a pauta original ficou para trás.

"Vai para o protesto tudo que está entalado na garganta do brasileiro", disse.

Em Belo Horizonte, como em outras cidades do país, governantes e gastos públicos com a Copa entraram no escopo da mobilização.

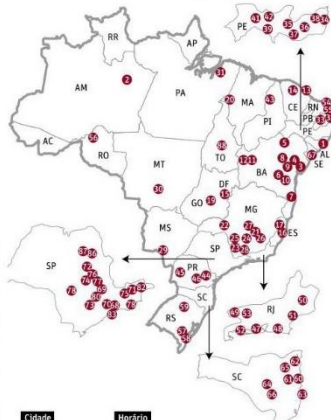
"Uma palavra de ordem bem repetida vem sendo: Da Copa eu abro mão, quero mais dinheiro para saúde e educação", afirmou o estudante Samuel Scarponi, 25.

Sem reajuste no ônibus neste ano, Campo Grande adotou como mote as suspeitas de desvios de recursos no Hospital do Câncer e a luta contra a corrupção para ser a pauta do protesto de hoje.

Colaboraram: LETÍCIA MORI, NATÁLIA CANCIAN e WILHAN SANTIN

PROTESTOS PELO BRASIL HOJE

País tem mais de 80 manifestações marcadas



Cidade	Horário	Cidade	Horário
AL 1 - Maceió	16h	PI 43 - Teresina	15h30
AM 2 - Manaus	17h	PR 44 - Curitiba	18h
BA 3 - Salvador	14h	45 - Cascavel	18h30
4 - Feira de Santana	16h	46 - Itaiti	17h30
5 - Juazeiro	17h		
6 - Jequié	16h30		
7 - Porto Seguro	14h		
8 - Ilhéus	17h		
9 - Amarjosa	15h		
10 - Itajaí	17h30		
11 - Barbacena	17h		
12 - Luís E. Magalhães	17h		
CE 13 - Fortaleza	16h30		
14 - Sobral	17h		
DF 15 - Brasília	17h		
ES 16 - Vitória	17h		
17 - Colatina	17h		
GO 18 - Goiânia	17h		
MA 20 - Açailândia	17h		
MG 21 - Belo Horizonte	17h20		
22 - Uberlândia	17h		
23 - Alfenas	17h		
24 - Lavras	16h		
25 - Itabira	17h		
26 - Muriae	18h		
27 - Ribeirão das Neves	18h30		
28 - Varzea	16h		
19 - Itaipava	17h		
MS 29 - Ponta Porã	18h		
MT 30 - Cuiabá	17h30		
PA 31 - Belém	16h		
PB 32 - João Pessoa	16h		
33 - Campina Grande	17h		
PE 34 - Recife	16h		
35 - Arcoverde	17h		
36 - Caruaru	16h		
37 - Garanhuns	16h		
38 - Nazaré da Mata	17h		
39 - Petrolândia	9h		
40 - Patrolina	15h		
41 - Salgueiro	18h		
42 - Serra Talhada	17h		
PA 60 - Itajaí	18h		
61 - Blumenau	18h		
62 - Joinville	18h30		
63 - Florianópolis	17h		
64 - Curitiba	17h		
65 - Jaraguá do Sul	18h		
66 - Lages	17h30		
SE 67 - Aracaju	16h		
SP 68 - São Paulo	17h		
69 - Campinas	17h		
70 - Carapicuíba	17h30		
71 - Guaratinguetá	17h		
72 - São Carlos	17h		
73 - Sorocaba	17h		
74 - Piracicaba	17h		
75 - São José dos Campos	16h		
76 - Rio Claro	17h		
77 - Americana	18h		
78 - Botucatu	18h		
79 - Caraguatatuba	16h		
80 - Indaiatuba	18h		
81 - Itu	18h		
82 - Lorena	16h		
83 - Santos	17h		
84 - Itaquara	17h		
85 - Franca	17h30		
86 - Ribeirão Preto	17h		
87 - Sorocaba	16h		
TO 88 - Palmas	17h		

ANÁLISE

Manifestações refletem crises de representatividade e representatividade

MAURO PAULLINO
DIRETOR-GERAL DO DATAFOLHA
ALESSANDRO JANONI
DIRETOR DE PESQUISAS DO DATAFOLHA

Pesquisa do Datafolha realizada no final de 2011 sobre os protestos de alunos da USP contra a presença da Polícia Militar no campus mostrava que o conflito na universidade era um sintoma de crise democrática.

Em análise publicada na época, o Datafolha apontou que o distanciamento dos canais tradicionais de participação política era preocupante.

Várias pesquisas do instituto junto ao universo dos jovens deixavam claras suas frustrações em relação aos seus representantes. O texto citava a "internet como arma política desse segmento em uma mobilização que dispensa intermediários e que encontra base no grau de identificação social entre os usuários da rede".

Dados divulgados nos últimos dias comprovam o agravamento dessa crise de representatividade. O prestígio das instituições políticas, especialmente as dos Três Poderes, caiu significativamente nos últimos dez anos entre os paulistanos e a grande maioria dos participantes das manifestações declara-se apertidária.

Em tendência oposta, as redes sociais na internet figuram como instrumentos supervalorizados e de grande credibilidade principalmente entre os jovens.

Os R\$ 0,20 de aumento do transporte público foi o gatilho nesse processo de deterioração nas relações entre representantes e representados. Mas uma dentre tantas outras demandas sociais feridas pelo poder público ao longo de anos. Até aí, nenhuma novidade.

Mas foi o suficiente para fertilizar um campo minado. Ao deixar o virtual para protestar no mundo real, da universidade às ruas, provocou a identificação imediata dos mais diferentes estratos sociais.

A imagem da repressão política contra os jovens escolarizados despertou o apoio tanto de setores conservadores da classe média, que sofrem de insegurança crônica quanto, ainda que timidamente, quanto dos moradores da periferia, já familiarizados com a violência da instituição. Nesse momento o apoio aos protestos atinge patamar semelhante ao do início da campanha das Diretas, acima de 70%, conferindo-lhe legitimidade.

Se esse apoio amplo torna as manifestações heterogêneas como a realidade de São Paulo, por outro lado podem levá-las a um grau de complexidade intratável —como a representatividade por espelho, não refletirão apenas de

mandas, mas, principalmente, o desequilíbrio, as diferenças e os conflitos sociais típicos de uma cidade mal tratada e desigual. Foi o que se viu nos confrontos internos entre manifestantes nas tentativas de invasão da prefeitura e nos saques a lojas.

Esses episódios alertam o poder público para a urgência da criação de canais de participação adequados aos contrastes da cidade. É preciso ouvir a população, antes que ela grite.

EM PESQUISAS, JOVENS DEIXAM CLARAS SUAS INSATISFAÇÕES

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL folha.com.br
 DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 93 • DOMINGO, 23 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.762 EDIÇÃO SÃO PAULO • CONCLUÍDA ÀS 22H06 • R\$ 5,00

TV FOLHA + são paulo + ILUSTRADA + ILUSTRADA especial

A SEMANA em que o Brasil ARDEU

Ativistas e acadêmicos comparam atos em SP, Espanha e EUA *Ilustrada pág. 6*
 Estética da manifestação vai de marca de uísque ao "curtir" das redes *Ilustrada E3*

Movimento chancela violência, afirma professora de direito da USP *Ilustrada pág. 4*
 Confira o que mudou nos protestos do país nas últimas décadas *Ilustrada pág. 26*

TV CULTURA 19h30, reprise às 23h
 INTERNET Acompanhe pelo site da Folha e pelo UOL

Congresso, na quinta-feira

Estaleiro de Eike Batista dá calote e tenta evitar falência

A OSX, estaleiro de Eike Batista, deu calote em ao menos um fornecedor e é pressionada por bancos a honrar ou renegociar R\$ 2 bilhões em dívidas de curto prazo, informa Raquel Landim.

A empresa deixou de pagar cerca de R\$ 500 milhões à construtora espanhola Acciona. Advogados de Eike tentam evitar a recuperação judicial ou até a falência do estaleiro. A OSX diz que o caso é confidencial. **Mercado B1**

FOLHA NA COPA

famiglia SCOLARI

Brasil faz 4 a 2 na Itália e passa em 1º à semifinal *Pág. 01*

Neymar e Oscar festejam Fred

Maioria dos paulistanos defende mais atos nas ruas

Em Belo Horizonte, confronto próximo ao estádio do Mineirão deixa 19 feridos

Dois a cada três moradores da cidade de São Paulo aprovam a continuidade das manifestações, mesmo depois da redução das tarifas de transporte público, aponta pesquisa Datafolha.

Das 606 pessoas ouvidas na sexta pelo instituto, 72% apoiam protestos na Paulista —ontem, 30 mil foram à avenida contra a PEC 37—; 88% condenam a invasão de prédios públicos e 43% acham a PM muito violenta.

Além de São Paulo, outras nove capitais registraram protestos. No país, o número de atos diminuiu em relação aos últimos dias.

Em Belo Horizonte houve choques entre policiais e parte dos 66 mil manifestantes que ramaram do centro da cidade em direção ao Mineirão. O estádio recebia Japão e México pela Copa das Confederações. Na confusão, 19 ficaram feridos, 4 com gravidade. **Cotidiano 1 e 2**

Para responder a protestos, Dilma resgata 'faxina'

A presidente Dilma terá de responder aos protestos pelo país sem dinheiro em caixa para anunciar novos investimentos. Com a falta de recursos, Dilma tentará resgatar a imagem de que é intrínseco com a corrupção em seu governo. **Poder A4**

ELIO GASPARI
 Barbosa pode vir a ser a peça que fecha o quebra-cabeças **Poder A18**

EDITORIAIS Opinião A2
 Leia "Mensagem bem-vinda", a respeito de pronunciamento de Dilma sobre os protestos, e "Mineração competitiva", acerca de nova lei para o setor.

COTIDIANO 2
 'Bunda-pintada' que ficou nua contra FHC volta vestida *Pág. 6*

MÔNICA BERGAMO
 Silvio Santos diz não vender horário religioso pois SBT é 'casa judaica' *12*

Carla dos Santos, 33, com foto de seu protesto em 2001

David Menezes/Folhapress

Investigação vê desvios em receita de tarifa de ônibus de SP

Uma investigação do Ministério Público aponta indícios de desvio da receita gerada pela tarifa em empresas de ônibus em São Paulo.

O foco é o Consórcio Leste 4, que atua na zona leste, onde está o serviço de pior qualidade, segundo a SPTrans.

O advogado do consórcio diz que as acusações são infundadas. **Cotidiano 2 pág. 1**

ANÁLISE ALENCAR IZIDORO
 Licitação para novas viagens traz chance de mudança

É preciso apostar em corredores de ônibus, opção mais barata e factível. A licitação da Prefeitura de SP que selecionará novas viagens é a chance para assinar contratos com novos parâmetros de qualidade. **Cotidiano 1 C3**

ISSN 1677-0504
 30762
 9 771614 307620

343.908 exemplares
 impressos + digitais

FALE COM A FOLHA
 Váje como visitar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e a circulação. 140.folha.com.br

ATMOSFERA *Cotidiano C2*
 Temperatura amena e chuvas fracas. **Mínima 20°C. Máxima 29°C.**

munDO A23
 EUA pedem extradição de delator de espionagem

HYUNDAI NEW POSSIBILITIES

Tucson

1º

COLOCADO. A MELHOR COMPRA DA CATEGORIA.

VEJA MAIS NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO
Supervisores: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor executivo: SÉRGIO DIÁZ
Conselho Editorial: ROGÉRIO CEARZ DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANO DE FREITAS, GILBERTO DORNENTEN, CLÉLIO ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS E OTAVIO FREAS FILHO (coordenador)
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BESSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (insuportes) E EDUARDO ALCARO (planejamento e socio-região)

EDITORIAIS

#folhaonline.com.br

Mensagem bem-vinda

Presidente reage em tom conciliador aos protestos, mas firme no repúdio à violência; promessas serão objeto de um vago "pacto"

A presidente Dilma Rousseff demonstrou discernimento e equilíbrio ao extrair lições dos protestos que se espalharam pelo país. Foi categórica ao explicitar que ouviu a voz das ruas e que pretende agir para lidar com a consequência.

A presidente, que já via sua popularidade em queda ante das manifestações, era quem mais tinha a perder. Governadores e prefeitos de alguma forma estancaram a sangria de prestígio com o recuo no reajuste das tarifas de transporte. Como os distúrbios prosseguiram e a pauta de demandas se desdobrou, o alvo primário passou a ser o governo federal.

Dilma disse o que precisava ser dito e o fez no momento em que a mobilização entrava em refluxo. Enfatizou a manutenção da lei e da ordem como condição do convívio democrático, criticando o flanco mais vulnerável do movimento.

Cidadãos isolados e grupos minoritários produziram episódios de violência selvagem — e é digno de nota que o Movimento Passe Livre não tenha repudiado de forma inequívoca, até aqui, o vandalismo que tem irrompido nas marchas.

Ans atos de saque, depredação e agressão física a agentes públicos nem uma democracia pode responder senão com intervenção policial e responsabilização civil e penal de seus autores. Dilma reafirmou esse princípio basilar.

Ciente de que o tema da corrupção tende a canalizar a insatisfação

subjacente, retomou o tom e a promessa de intransigência do início de seu governo. Nada anunciou de concreto a respeito, mas indicou a intenção de aumentar a transparência das instituições e os mecanismos de controle público.

Dilma também se preocupou em dar respostas à revolta com os pessimistas serviços públicos. No que toca ao tema da reivindicação inicial dos protestos, prometeu um plano nacional de mobilidade urbana.

Para as áreas de educação e saúde, repetiu propostas conhecidas: destinar 100% dos royalties do pré-sal à primeira e reforçar a segunda com médicos estrangeiros.

Sobre os questionamentos à Copa do Mundo, disse que os gastos federais são financiamentos que serão ressarcidos. Conclamou todos a restabelecer o clima de hospitalidade e a abandonar a violência "que emvergonha o Brasil".

Além de convidar líderes das manifestações para uma reunião, Dilma prometeu conchamar chefes dos demais Poderes, governadores e prefeitos para um pacto por mudanças.

Muito mais precisaria ser dito e feito, mas não foi desta vez que a presidente se comprometeu com metas mais ambiciosas, como desempacotar a reforma tributária. Falou em reforma política, mas não sobre qual seria ela. Providências de impacto simbólico, por exemplo quanto ao notório inchaço de cargos de confiança e ministérios, também ficaram de fora.

Em suma, a presidente reagiu ao inconformismo geral com firmeza e disposição para melhorar. Que o sistema político, sacudido pela estridência das ruas, saiba seguir seu exemplo.

Mineração competitiva

Com o propósito de tornar a mineração mais competitiva e atraente aos investimentos privados, o governo federal enviou nesta semana ao Congresso um novo marco regulatório para o setor.

O texto pretende iniciar a necessária modernização desse segmento da economia — a mineração, principalmente de ferro, responde por 4% do PIB e 23,5% das exportações brasileiras.

Uma das principais novidades diz respeito à concessão de áreas para exploração. Segundo o Código de Mineração atual, de 1967, a empresa que fizer o primeiro pedido para explorar uma jazida garante prioridade na sua outorga.

A legislação em vigor, na prática, permite que o local seja explorado continuamente, até esgotar-se.

A proposta do governo estimula a maior concorrência ao exigir licitações para áreas de mineração, a exemplo do que ocorre com petróleo e gás. Outra mudança nesse sentido é a fixação de um prazo de 40 anos para pesquisa e exploração de lavras, com a possibilidade de renovação por mais 20 anos.

Para combater a especulação improdutiva, ainda recorrente, o pro-

jeito propõe implementar uma taxa por ocupação e exigir investimento mínimo em regiões de exploração de recursos minerais.

Há alteração também na cobrança dos chamados royalties da mineração. A alíquota máxima passará de 3% para 4% e terá por base a receita bruta das empresas, e não mais o faturamento líquido. Estima-se que a arrecadação aumente de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 4,2 bilhões por ano. Os recursos são repartidos entre União, Estados e municípios. Vale destacar que a lei atual deixa o Brasil com um dos menores percentuais de tributação para o setor de minérios, na comparação com grandes produtores, como Canadá, Chile e Rússia.

O temor de que o novo marco legal alterasse a situação de jazidas em fase de estudo ou exploração, gerando insegurança jurídica, foi afastado com a garantia de respeito aos contratos atuais. Ainda assim, cerca de R\$ 20 bilhões em investimentos e mais de 5.000 projetos ficaram congelados, à espera da nova regulamentação.

Surpreende que o governo tenha demorado tanto para enviar a proposta ao Congresso.



HÉLIO SCHWARTZMAN

O dono do nome

SÃO PAULO - Num de meus muitos defeitos de fabricação, nasci sem o software do nacionalismo. Não acredito em excecionalismos nem consigo entender por que alguém deveria julgar o país em que calhou de ter nascido como intrinsecamente melhor ou detentor de mais direitos do que qualquer outra nação.

Dada essa preliminar, só posso considerar meio descabido o protesto que o governo brasileiro ensala contra a Icaim, a entidade que gerencia o sistema de nomes da Internet, que pretende disponibilizar comercialmente domínios que remetam a topônimos como "amazon", "patagônia" e "sberzhen". Se entendi bem a objeção oficial, exposta no artigo de Virgílio Almeida, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e de Benedito Fonseca Filho, do Itamaraty, que a Folha publicou na quinta, o Brasil e outros países reclamam direitos especiais sobre esses nomes, que não poderiam ser concedidos a empresas privadas sem sua autorização.

Não sou sócio da amazon.com,

mas não vejo por que o Brasil deveria ter mais legitimidade do que a livraria americana para usar o domínio. Para começar, o termo vem do grego "amazonas", que é o substantivo pelo qual se designavam as integrantes de uma tribo mítica de guerreiras que viviam sem homens. Nós, ou melhor, o explorador espanhol Francisco de Orellana é que se apropriou de uma palavra do léxico grego para dar nome à região. Ele teria ficado chocado ao constatar que mulheres de uma etnia amazônica combatiam ao lado dos homens.

Analogamente, "patagônia" é uma criação politicamente incorreta do português Fernão de Magalhães, que teria ficado impressionado com o tamanho das "patas" dos índios tehuéches que viviam na área.

A grande verdade é que línguas, incluindo seus topônimos e antropônimos, são patrimônio comum da humanidade e não deveriam admitir nenhum tipo de exclusividade, seja ela detida por empresas ou países.

heliogust.com.br

HENRIQUE MEIRELLES

Caminho da transformação

Há uma sensação de mal-estar difuso e generalizado no país. Muitos associam as manifestações a esse sentimento. Existem explicações diversas para isso, que passam pela piora da economia, a rejeição de práticas políticas, os gastos com a Copa.

Eu gostaria de focar hoje a questão da qualidade de vida da população.

Vemos a irritação das pessoas com o trânsito, o mau funcionamento dos telefones, a superlotação dos aeroportos, a precariedade dos hospitais e dos serviços. Notícias de mau uso dos recursos públicos são frequentes.

Mas o problema vai além dos serviços públicos. Um amigo que está reformando sua casa me relatou, com grande indignação, que nenhum de seus fornecedores entregou serviços e produtos no prazo nem deu qualquer satisfação.

Não há dúvida de que vivemos uma crise de produtividade no país, e isso está longe de ser mero conceito econômico teórico. E algo que atinge a todos diariamente.

Quando discutimos a necessidade de aumentar a produtividade com licitações de portos, rodovias, aeroportos e ferrovias, por exemplo, debatemos algo que terá impacto na vida de cada um e nos preços dos produtos. A demanda muito maior por produtos e serviços, fruto do desenvolvimento econômico da última década, deve ser acompanhada por investimentos.

Já o desemprego muito baixo reduz a preocupação com a manutenção do emprego e a exigência de qualificação. Isso, por um lado, é muito bom, porque dá mais segurança às pessoas em relação ao emprego, e toda teoria econômica existe, em última análise, para elevar o bem-estar dos cidadãos.

O problema é como, nesse ambiente, motivar as organizações privadas e os governos a investir na qualidade dos seus produtos e serviços e em seu treinamento. E também como motivar as pessoas a fazer um bom trabalho, a prestar bom serviço e a seguir a lei.

Mais importante ainda, é preciso consolidar os valores de um trabalho bem executado. Eles devem estar presentes da escola fundamental à universidade e seguir no governo, na empresa e no terceiro setor.

Portanto, o grande desafio do país é voltarmos a recuperar o orgulho de um trabalho bem feito em todos os níveis. A ética, nesse movimento, será fundamental.

É minha experiência profissional, no setor público e na área privada, vi como as pessoas podem se orgulhar de um serviço bem feito, de uma instituição que funcione bem, do bom uso dos recursos.

Precisamos reforçar esses valores e trabalhar para que prevaleçam cada vez mais. É um caminho eficiente para a transformação tão claramente desejada pela população.

HENRIQUE MEIRELLES escreve aos domingos para a coluna.

ELIANE CANTANHÉDE

A revolução do tomate

BRASÍLIA - O grande ausente das manifestações, vamos convir, foi o tomate. O confronto entre o aumento de preços e a corrupção foi a gota d'água que empurrou as pessoas às ruas e às portas dos palácios.

Como bem explicitou a Folha, os protestos são contra "tudo". Logo, não são contra a presidente Dilma Rousseff. Mas são também contra ela e o que representa, tanto que a marca da quinta-feira foi que os manifestantes chegaram perigosamente perto do Palácio do Planalto.

Dilma demorou demais a falar, demonstrou fraqueza ao correr para o colo de Lula e o pronunciamento de sexta-feira foi mais do mesmo quando presidentes se sentem sob pressão, em aguras.

Convocou um pacto nacional, prometeu reforma política, elogiou as manifestações democráticas, condenou os excessos e anunciou medidas que levam anos para ter resultados. Só faltou criar uma comissão.

A reação não resolve um grande problema de Dilma neste momento:

a falta de discurso político.

Internamente, ela perde uma das principais armas para enfrentar o pânico, a inflação, o aumento dos juros, a Bolsa despencando e o dólar insolente: os bons índices de emprego. Em meio à crise, passou quase despercebida a notícia de que a criação de vagas formais em maio é a menor em 21 anos. Isso, apesar de previsível, é demolidor sob o ponto de vista econômico e político.

Externamente, Dilma também perde a chance de repetir em futuras viagens internacionais, principalmente a Washington, em outubro, a arrogância de dizer que ELIA, Alemanha e África do Sul, por exemplo, deveriam seguir a política econômica brasileira. Isso já era.

Falta muito tempo para a eleição, os aliados não têm saída e a oposição parece invisível. Mas não é à toa que manifestantes optam pelo voto quemera em Joaquim Barbosa. No fim das contas, Dilma continua favorita, mas ser reeleita só por exclusão não parece nada alvissareiro.

CARLOS HEITOR CONY

O bolo e a sopa

RIO DE JANEIRO - Concordeio com o cronista Antonio Prata quando disse, em coluna nesta Folha, que precisamos admitir uma verdade: ninguém está entendendo nada. Exemplo: muita gente, sobretudo no governo, acredita que os protestos nas ruas de todo o Brasil foram motivados pelo aumento de 20 centavos nos transportes públicos.

Por causa disso, manifestantes em Brasília depredaram o Itamaraty, no Rio atacam a prefeitura, em Ribeirão Preto um rapaz é morto, ônibus e carros são incendiados em várias cidades.

Eisenstein, em seu "Encouraçado Potemkin", fez a revolução russa começar no cais de Odessa, com o corpo de um marinheiro assassinado "por causa de uma sopa". Para início de história, não estava errado. A Revolução Francesa começou com Maria Antonieta mandando o povo comer bolos.

Antes da tomada da Bastilha, da-ta oficial do movimento, já tinha ha-

vido a convocação dos Estados Gerais (nobreza, clero e povo) e os enciclopedistas, tudo estava pronto para um Robespierre inaugurar o terror com a tecnologia da época fornecida pelo dr. Guillotin.

Espero que esteja exagerando, mas essas coisas costumam acontecer. Principalmente quando não há uma liderança visível, uma causa específica para provocar um tumulto.

O normal seria que, de um lado, houvesse um grupo responsável pelos protestos e, de outro lado, um grupo para negociar ou abrir um caminho para a normalização da vida pública.

Seria o caso de presidente Dilma não apenas lamentar a indignação popular, mas fazer por onde. Na semana passada, o senador Cristovam Buarque acentuou a falta de uma liderança, a crise que atravessamos. Sem ironia, disse que só há um nome forte no atual panorama nacional: é de um cidadão sábio, Joseph Blatter, presidente da Suíça.

ANEXO C – Cobertura das manifestações de junho de 2013 feita por O Globo

10/01/2021 https://acervo.oglobo.globo.com/Acervo/?service=printPagina&imagemPrint=https%3a%2f%2fdy0k3aayxim.cloudfront.net%2fPD...



SEDA FOLIA, 7 DE JUNHO DE 2013 4H:38:00 - Nº2060 Diários Manhã (3176-3705) — www.oglobo.com.br (2014-2015) Roberto Marinho 06/01/2013 oglobo.com.br

Tensão fundiária

Ruralistas vão parar rodovias

Em resposta às ações de índios em Mato Grosso do Sul, a fazendeiros rurais decidem organizar um protesto no próximo mês de junho que poderá até a paralisação de rodovias e ferrovias. Há dois milhares de famílias de descendentes de terras indígenas. **MANA 14 4**

Auxílio-alimentação

R\$ 3,6 milhões para ministros

Ministros e suas famílias recebem indenizações superiores pagadas R\$ 3,6 milhões reservados para refeições dos ministros. **MANA 6**

Fria e calorão

Filha mata mãe e queima corpo

Estadão de 17 anos teria casado o crime com ajuda do namorado porque mãe se opunha ao namoro. Polícia só interessou no segredo. **MANA 12**

Tal qual Bush

Governo Obama vigia telefones e internet

Citizens for Bush, Obama monitora o rastreamento de registros telefônicos e eletrônicos com o intuito de obter segredos. **MANA 11**

Tragédia em Oruro

Sete corintianos soltos após 100 dias

A festa boliviana solta sete e dos 12 corintianos acusados de morte de menina Karin Espinoza, atingida por caminhão em meio jogo em Oruro. **CRÔNICA 10/09/13**

OBITUÁRIO

Esther Williams, atriz, aos 91 anos



CREDIBILIDADE EM XEQUE

Agência de risco põe Brasil em viés de baixa

Crescimento pífio, piora nas contas e inflação fazem S&P mudar perspectiva do país
Em ata do Copom, diretora do Banco Central admite que pode fazer novas altas de juros porque a inflação, mais forte e persistente, continua alimentada por mecanismos formais e informais de correção de preços

A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) anunciou ontem à noite o rebaixamento da perspectiva da dívida do Brasil de estável para negativa, devido à piora das contas públicas, ao crescimento fraco e à inflação. É a primeira vez que isso acontece desde 2012, quando a perspectiva da agência de Lula passou de estável para negativa. O país continua com o grau

de investimento, mas sua nota pode ser cortada nos próximos dois anos se o quadro se repetir. Pela manhã, a diretora do Banco Central divulgou a ata do conselho em que subiu os juros para 9% ao ano. O BC vê riscos reais de inflação e credibilidade aumentou de correção de preços de preços encorajados. O Brasil recebeu R\$ 15 bilhões para o FIDES. **MANA 10 14** *Alcino Lacerda*

'Fica, Mantega!'
Em um vídeo, a revista britânica "Economist" fez balanço da economia brasileira e sugeriu que Dilma mantenha Mantega no cargo. **DEBATE 10/09/13**



Chapas de protesto contra aumento de tarifas de ônibus, em manifestações em quatro capitais do centro de São Paulo (23 de Maio, em SP)

Protesto contra passagens de ônibus em quatro capitais

No caso de São Paulo, Rio, Natal e Goiânia houve palco de protestos contra o reajuste nas tarifas de ônibus. O ato mais silencioso aconteceu em São Paulo, onde manifestantes ocuparam Praça e pararam ônibus e fizeram barricadas na Avenida 23 de Maio, no bairro do mad. Na Avenida Paulista, uma

barreira da PM foi levantada, e a tropa de choque resistiu com bombas de gás lacrimogêneo e balas de bico. São Paulo, quatro pessoas foram detidas na Avenida Presidente Vargas, perto da Central do Brasil. As manifestações foram organizadas pelo Movimento Passe Livre. **MANA 4**

Feministas criticam 'bolsa estupro'

Feministas classificaram de retrocesso a aprovação, trama aprovada da Câmara, do projeto que prevê indenização à vítima de estupro que optar por não denunciar, mensurando o prejuízo por ela sofrer. A proposta é defendida por grupos religiosos. Em nota, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher diz que o texto viola direitos feministas. **MANA 9**

ENQUANTO ISSO...

Anglicanos aceitam casamento gay

Stuart, metrópole de ramos, a Igreja Anglicana decidiu de combater o casamento gay no Reino Unido, dada a maioria no Parlamento. **MANA 12**

Premier volta e desafia Praça Taksim

Após uma semana de protestos, o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan, declarou a primeira reunião de apoio popular. Milhares foram mobilizados no aeroporto em Istanbul e o governo tentou que não ordenou manifestantes — que voltaram a tomar a Praça Taksim. **MANA 10**

SEGUINDO CADERNO **UM ROMANCE** **Ciência A LUTA PELO** **Na cozinha, o pessoal está agendado.** **1100**

https://acervo.oglobo.globo.com/Acervo/?service=printPagina&imagemPrint=https%3a%2f%2fdy0k3aayxim.cloudfront.net%2fPDFs_XML%2f... 1/2

www.oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



A responsabilidade do voto

A participação do ministro Luis Roberto Barroso no processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal será muito maior do que ele imaginava, ou desejava, até ontem. Será ele, e não o ministro Teori Zavascki, o primeiro a votar depois do réu e do rétor, no caso dos embargos declaratórios. O também será o primeiro voto na definição do pleito sobre a existência ou não dos mensalços infragere nos tribunais superiores. Embargos infragere são aqueles que podem sofrer o julgamento quando os condenados receberam pelo menos quatro votos a favor.

N o tribunal em geral, votam-se os que se unem ao réu e em seguida se vota o rétor. No STF, há a possibilidade de que "o rétor não é boche de culpa". Portanto, se o pleito estiver no embargo infragere, quem poderá empelar a votação em favor do réu ou mesmo a favor do rétor é o ministro do quadrilha será Barroso, e não o ministro Zavascki.

Por isso mesmo, a opinião dele sobre os embargos infragere é importante, mas fica secundária por isso não é importante na aparência, com a grande exceção de o Supremo ter sido quem fez que seu julgamento no julgamento do mensalão.

A esse, já aprovada pelo Congresso, Barroso coloca a questão em perspectiva dizendo que agora em a sua opinião como professor e jurista que não tem a mesma importância.

Uma coisa importante aqui, digamos assim, que pode mudar quando analisar a profundidade do voto e as circunstâncias do julgamento. Porém, a maioria dos votos se poderá ser em favor de que a ser julgado novamente, porque antes o tribunal teria de se decidir sobre a existência dos embargos infragere, logo depois de ter julgado os embargos declaratórios.

Sobre embargos infragere, Luis Roberto Barroso disse na sessão que, embora não tivesse votado a favor na questão, no "mesalço" o registro interno do STF que prevê os embargos infragere, porém o tema do lit com a Constituição de 1988, que não os prevê.

Barroso explicou que o registro interno do STF foi editado numa época anterior à Constituição de 1988, quando o STF se equiparou à criação legislativa do Congresso.

Portanto, nessa época, o registro tinha status de lei. Posteriormente, a Constituição de 1988 "mediou essa competência normativa parlamentar" e o registro passou a ter competência limitada.

Essa posição era insustentável no pleito do STF, mas o debate acabou já que o ministro Celso de Mello, aduzindo sua posição a favor dos embargos infragere em aparte durante a primeira fase do julgamento do mensalão, afirmou que o STF, através dessa medida, garantiu o duplo grau de jurisdição aos réus.

Se que não se trata de um registro interno, mas que eles não existem no Superior Tribunal de Justiça (STJ), criado dentro do novo texto da Constituição de 1988. Ele ficou com uma parcela de competência do Supremo, sobre temas de lei federal, tendo sido criada cinco registros federais, entre eles o registro de embargos declaratórios.

Os pontos-chave

1 A responsabilidade do voto do ministro Luis Roberto Barroso no processo do mensalão STF é maior do que ele imaginava até ontem. Será ele, e não o ministro Teori Zavascki, o primeiro a votar depois do réu e do rétor.

2 A possibilidade de embargos infragere é importante porque o STF, mesmo depois de ter julgado o réu, pode voltar a julgar o rétor.

3 O ministro do rétor Luis Roberto Barroso não tem a mesma importância que o ministro do réu, mas a sua opinião é importante porque o STF, mesmo depois de ter julgado o réu, pode voltar a julgar o rétor.



Transporte público Paralisado em São Paulo interrompe trânsito na Avenida 23 de Maio durante protesto de paz e fumaça branca

Protesto contra reajuste de tarifas acaba em confronto em SP e no Rio

Também houve manifestações em Natal e Goiânia; dois ficaram feridos

ROBERTO SCHMIDT, GUSTAVO GUILHERME SOARES, GUSTAVO QUATROBASTOS

Manifestação espontânea em meio a crise econômica e reajuste das tarifas de ônibus e metrô contou o Centro de São Paulo ontem à noite, interrompendo o trânsito e gerando incêndios e pedágios de passagens. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus.



Manifestante segurando uma placa durante o protesto em São Paulo, contra o reajuste das tarifas

Em São Paulo, manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus.

Em Rio de Janeiro, manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus.

Em Natal, manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus. Manifestantes jogaram fogo a pedágios de passagens e ônibus.

PROFESSOR FICA FERIDO NO RIO
Durante o confronto na Praia de Varga, ficou ferido o professor de Física do Colégio Militar, professor de curso pré-vestibular que foi atingido no rosto de terra por um disparo de bala de borracha. Em Natal, os manifestantes incendiaram um trecho da BR-104, mas a polícia não interveio.

Em São Paulo, o protesto foi organizado pelo Movimento Passe Livre. Segundo o grupo, até 21h mais 30 minutos por hora de bônus e embargos de bônus de greve foram aplicados. A polícia não divulgou um balanço sobre feridos.

O CLEROI é um centro uma mulher doadora, dentro de um veículo na Avenida Paulista atingido por uma das bombas de gás lacrimogêneo por pedágios. O acidente ocorreu, segundo José de Moraes, disse que eles estavam parados no aguardamento, após sair do trabalho, quando o acidente ocorreu no veículo. Identificada como Maria Cristina, estudante. O acidente ainda aguarda socorro.

GRUPO DE JORNALISTAS
No Rio de Janeiro, os manifestantes depredaram ônibus, picharam paredes de ônibus e incendiaram uma colônia de pedágios de passagens. Alguns também foram feridos. A polícia reagiu com bombas de gás lacrimogêneo, gás pimenta, escarvalhada, para dispersar os manifestantes, que foram detidos por segurança.

Um dos líderes do movimento, Cato Martins Freitas, disse, enquanto caminhava na Paulista, que não tem a polícia. A polícia pode vir para cima que não não tem nada — afirmou.

No Rio, dois foram feridos por socorro. A mobilização também parte do Movimento Passe Livre, por parte de Paulo, com cerca de 200 pessoas, que começaram a se concentrar na Constituinte, às 17h. Ao todo, o grupo saiu da igreja e ocupou as ruas da Avenida Presidente Vargas, no sentido Praça da Bandeira. Envolvido estudantes e professores, entre outros categorias, o também desorganizado, o grupo saiu da Central do Brasil, deixando o trânsito em caos.

Quando chegaram à Central do Brasil, os manifestantes se acercaram na pista, convocando para participar a população que chegou e saiu do ponto de encontro de trânsito.

Neste ponto, 30 policiais de Rua São do Cláudio começaram a dispersar o grupo, lançando gás lacrimogêneo e gás pimenta, e os agentes usaram gás lacrimogêneo, bombas de gás lacrimogêneo, gás pimenta. Algumas pessoas sofreram ferimentos e outros.

Segundo um dos agentes, foram apertados gás lacrimogêneo com os olhos manifestantes feridos. Eles foram levados para o Hospital de Emergência.

O GLOBO

QUINTA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2020 ACOLOCAR: 142305

Diário Manhã (1976-1993) — ano — (1994-2003) Roberto Marinho

00 DE JANEIRO oglobo.com.br

Após o caos no trânsito Av. Brasil só terá caminhão de madrugada

A partir da próxima segunda-feira, o circuito de caminhões na Avenida Brasil só poderá ser feito entre 23h e 5h. A medida foi anunciada a pedido da prefeitura, um dia depois de uma reunião convocada pela gestão da rua de quem saíram os seus projetos. **MANHÃ**

Primeiras Rocinha ganha PAC 2 sem concluir PAC 1

A presidente Dilma anunciou nesta terça-feira a concessão do PAC 2 para a Rocinha. Mas a comunidade ainda espera conclusão do projeto do PAC 1. **MANHÃ**

Fim da privacidade EUA invadiram 61 mil sistemas

O exército que desativou a rede secreta de espionagem dos EUA afirmou que o país entrou em 61 mil sistemas de computadores desde 2008. Um dos alvos era a China. **MANHÃ**

Tensão no campo Mais um índio é morto a tiros

Um índio guaraní morreu foi morto a tiros numa emboscada em Mato Grosso do Sul. As duas últimas vítimas foram assassinadas por conflitos entre índios e fazendeiros. **MANHÃ**

Novo tipo de confronto Passe Livre deve voltar hoje às ruas

Na internet, Movimento Passe Livre convocou a volta do passe livre em São Paulo, onde 95 ônibus foram desativados na terça-feira. **MANHÃ**

Sóla suspeita Toffoli quebra sigilos de Lindbergh

Dias Toffoli, do STJ, quebrou sigilos no sigilo bancário e fiscal do senador petista, investigado por irregularidades em Nova Esparta. **MANHÃ**

CREDIBILIDADE EM XEQUE

Governo zera imposto para tentar segurar dólar

Moeda fecha a R\$ 2,15, na maior cotação em quatro anos, e pressiona ainda mais a inflação

Ministro Guido Mantega também garante cumprimento da meta de superávit fiscal de 2,3% do PIB para este ano



Que vi Dilma? (2)

crônica

ENQUANTO ISSO...

Para Dilma, economia está sob controle

No lançamento do Brasil Melhor, que facilitou a venda de imóveis e eletrodomésticos aos beneficiários do Minha Casa Minha Vida, a presidente disse que "não há a menor hipótese" de que o governo não se controle a inflação e as contas públicas. Críticos a "reviravolta política" e convergiram no crítico ao Voto do Bêbado, de "Os Lurdos" que agrava os investidores. **MANHÃ**

Após mais um dia de alta do dólar, que fechou a R\$ 2,15, na maior cotação desde abril de 2009, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou nesta terça que o governo vai zerar o imposto de 1% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no mercado de derivativos. O objetivo é estimular a entrada de dólares no país, derrubando a cotação e tentando impedir que a inflação saia do controle. O dólar alto encoraja importados e causa as exportações que se elevaram no exterior. Mantega também se comprometera com o superávit fiscal de 2,3% do PIB. O Ibovespa, da Bolsa de São Paulo, fechou em queda de 1,1%, aos 48.180 pontos, o menor patamar desde agosto de 2011. **MANHÃ**



A CRÔNICA DE UM ASSALTO ANUNCIADO

Detalhado de ambulância, assaltante rouba o celular do motorista na Avenida Presidente Vargas, no Centro. A ação de bandidos junta a uma obrigação do polícia e à sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública se espera imediatamente há anos. A quadrilha, que durante o dia ataca principalmente e ataca pontos no trânsito, à noite se aproveita da iluminação precária no entorno do Central do Brasil para mudar posturas. **MANHÃ**

SEGUNDO CADERNO

IAOPHIES

CIÊNCIA DUAS VEZES MAIS

BRASILEIRAS VERÃO DEI ADO NA CI ÔDINA

Quinta-feira, 8 de Janeiro de 2021

País

3 de Janeiro de 2021

TENSÃO URBANA

Risco de novos confrontos

Atos do Movimento Passe Livre, que provocaram quebra-quebras no Rio e em SP, serão repetidos hoje



Valões quebrados. Acesso da estação de metrô Trianon-Masp, na Avenida Paulista, foi destruído durante protesto ainda à noite. Funcionários começaram a fazer reparos

Em SP, 85 ônibus e estação do metrô foram danificados

At menos cinco policiais ficaram feridos no confronto, segundo a Polícia Militar

Atos de vandalismo e destruição de estações do metrô paulista, além de danos causados por manifestantes em pontos públicos, veículos, paradas de ônibus e estabelecimentos comerciais. Esse foi o balanço dos prejuízos causados pela manifestação de protesto contra o reajuste do tarifa de transporte público em São Paulo, o mais violento até agora em todo o movimento organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL). A polícia de São Paulo contabiliza 85 ônibus danificados, sendo que 41 tiveram vidros quebrados e 44 foram alvo de pedregulhos e outros danos na lataria.

Segundo a SPTrans, empresa que gerencia o sistema de ônibus na cidade, o vandalismo não afetou o serviço prestado à população inteira. 7,5 SPTrans relatou que os serviços de manutenção não foram necessários em caso de veículos afetados para garantir a circulação. A operação de todo o sistema transcorreu normalmente nesse quarta-feira, informou a empresa em nota à imprensa.

Os manifestantes para os passageiros não chegam a manifestação, exceto em locais específicos. Não houve um clima de violência generalizada nem de ataques contra serviços essenciais. Somente no saguão da Estação Paulista, há pouco pelos manifestantes, cerca de 27 ônibus que transportam cerca de 250 mil pessoas por dia.

O assalto que teve três manifestantes depredados em todos os manifestações do MPL, continua com os prejuízos em R\$ 100 mil até agora com os atos de vandalismo pelo grupo. A empresa informou que ocorreu no manuseio de uma barra de ferro dentro do metrô. Devido ao tamanho do metrô, não há por causa de danos de valores das ações da estação Trianon-Masp, na Avenida Paulista. A estatal voltou a afirmar que vai adotar medidas para evitar danos.

No Avenida Paulista, o cenário de destruição repetiu e da primeira passagem contra o reajuste do tarifa, com vidros de fachadas de bancos quebrados, quebra de pedras de estátuas, paradas de ônibus pedregulhos e vandalismo cometido no meio da via.

Entre as pedras públicas tombadas pelo Patrimônio Histórico que foram depredadas está o do Tribunal de Justiça, no Centro de SP.

Thais e Helena São in Anônimo e Juliana Castro são @globoespe

Manifestação em SP O Movimento Passe Livre (MPL) avançou para mais uma vez os centros de São Paulo para protestar contra o reajuste das tarifas de transporte. Há risco de novos confrontos entre manifestantes e polícia, como no registrado na 16ª protesto anteriores do movimento realizado no período de uma semana. Na semana, a mobilização para o novo protesto em São Paulo ganhou cada vez mais força. O MPL contabiliza 241 mil curtidas no Facebook e quase 12 mil pessoas confirmaram pela rede social que pretendem participar do ato.

Para tentar evitar o risco de mais uma noite violenta, o Ministério Público de São Paulo se reuniu ontem com representantes do MPL e dos governos municipal e estadual, chegando a uma proposta de acordo, com os seguintes termos: as manifestações em vias públicas seriam organizadas mediante o retorno da tarifa de transporte de R\$ 3,20 para R\$ 3, por 45 dias.

Nesse período, uma comissão formada por representantes dos governos, manifestantes e Ministério Público discutiria a viabilidade de manutenção de tarifa mais baixa. Prefeitura e governo paulista não se manifestaram até ontem à noite sobre a proposta. Se for aceita, as manifestações prometidas não passar a cidade, apenas fazer um ato em frente ao Teatro Municipal, no Centro de São Paulo.

Caso o governo não queira os direitos de desobediência aos manifestantes sociais e perseguições. Agora, não há nenhuma negociação de diálogo a 96, 90 dias, mas terão seu mandato em R\$ 3 — disse o promotor de Heliópolis e Urbanismo, Mircia Demarco Elias Rosa.

DEZ PEDRAS POR CADA MANIFESTANTE O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que pedirá à Polícia Federal para fazer uma análise da situação. Frey dos 19 detidos no protesto de São Paulo anteriores confirmaram prisão por danos e formação de quadrilha, citando manifestação. Um dos chibos do movimento, o professor de História Lucas Mendonça, de 25 anos, admitiu que o MPL não conseguiu manter o controle sobre "a revolta das pessoas", dizendo que a mobilização ocorre porque "não queremos voltar àquela situação em setembro de 2013, quando não havia o processo geral Mônica Rosa lembrou que a violência também é uma forma de exclusão, quando sempre e onde como forma de preservar um grupo de vista.



Fachada. Tapes em protesto pedindo do derrota nacional do PT em São Paulo, alvo de ataques dos manifestantes



Vandalismo. Homens subiram vidros quebrados em frente à base da Praça de São, no Centro de São Paulo

outros detidos não. Foi divulgado pelo Secretário de Segurança Pública, Sérgio de O. Aguiar, os jornalistas estavam a trabalhar na manifestação. Jornalistas de 'Tribuna de São Paulo' e do Portal UOL, também foram detidos, sob a alegação de "atrapalharem o trabalho da polícia".

Opinião

O GLOBO

SEXTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 2021 040 (0200) 17 2000 Diretor-Matutino (1876-2255) — 000 — (1904-2893) Editora-Matutino 040 30 48000 oglobo.com.br

Novas partidas STF deve derrubar liminar

Como disse o ministro do STF, votaram contra pela derrubada de liminar do ministro Gilmar Mendes, que suspendeu a instalação no Congresso do projeto de lei que limita a criação de novos partidos. Três votos não votaram, mas entre eles está Inaã Simões Barbosa, que já se manifestou contrário à decisão de Gilmar Mendes.

Cidade das bicicletas Bike Rio terá mais 200 estações

O sistema Bike Rio, de aluguel de bicicletas, vai ganhar mais 200 estações. Hoje são 400. Licitação para a empresa do serviço prevê paradas na Zona Portuária, no Maracanã e no Barro de Tijoca. **MARCA 21**

Armas químicas na Síria EUA darão ajuda militar a rebeldes

Após anunciar o regime sírio de usar armas químicas, os EUA decidiram ampliar a ajuda militar aos rebeldes na guerra que já matou 50 mil pessoas. A ajuda poderá incluir armas e até uma intervenção. **MARCA 21**

Hong Kong interpela EUA Terrorismo pode significar ataques cibernéticos feitos por funcionários do CIA. **MARCA 20**

Moscow é condenado a 7 anos. Trama acusações históricas, a Justiça argentina condenou o ex-presidente por crimes relacionados ao crime. **MARCA 20**

Data quente Neymar pede carinho à torcida

O jogador disse que precisa de carinho e que não pode ser só as críticas a Neymar da torcida. O time estreia amanhã na Copa das Confederações, contra o Egito. O Fla também estreia esse mês no México. **CARREIRO DEPORTIVO**

Nesta edição Dua completo com as seleções e a tabela da Copa das Confederações

TENSÃO URBANA

Confronto se agrava em SP, com mais prisões e feridos

Quarto ato contra reajuste de ônibus teve 137 detidos; manifestantes prometem novas ações
No Rio de Janeiro, protesto no centro começou pacífico, mas terminou com violência; estudantes picharam muros de prédios tombados, atearam fogo em latas de lixo e quebraram vidros de agências bancárias



São Paulo. Tapa de choque com latas de lixo e bombas de gás lacrimogêneo contra manifestantes durante o protesto no centro da cidade.

No quarto manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, a repressão cresceu e a violência tomou uma vez mais conta da cidade. A polícia tentou, sem sucesso, evitar a manifestação com prisões preventivas e o uso de um tipo de choque. Foram 137 detidos, o maior número até agora. Ao menos nove jornalistas acabaram feridos ou presos. Em nota, a Justiça Internacional condenou o aumento da repressão. Governo e Prefeitura afirmaram que não instarão as ruas, e o Ministério da Justiça ofereceu ajuda. No Rio, o protesto terminou com confronto com a PM. **MARCA 21**

ATENÇÃO
ELIO CASTRINI
A PM COMEÇOU A BATALHA.
Foi uma cena típica de um conflito de rua: um cara se arrastando. **MARCA 21**

EM OUTRO FRENTE A Revolta dos Chefs

Após 47 armatões em seis meses, dezenas de restaurantes lançaram cartas contra a violência em São Paulo e organizaram uma passeata em agosto. **MARCA 21**

Ruralistas devem parar rodovias hoje
MARCA 21



Rio de Janeiro. Tapa de choque com latas de lixo e bombas de gás lacrimogêneo contra manifestantes durante o protesto no centro da cidade.

Grupo X já deve mais do que vale

As empresas de Eike Batista têm dívida de R\$ 10,0 bi, acima dos R\$ 10 bi de seu patrimônio líquido. Além disso, perdiam R\$ 66 bi em valor de mercado desde 2010, data de seu ingresso na Bolsa. Empresa já busca sócio para o Hotel Glória. **MARCA 21**



SEGUNDO CADerno
TRIRITA EMOCIONANDO

CIENCIA
DNA NÃO PODE TER PATENTE

Deu véiô! (1) **entrevista** **retrato** **TRIO**

O GLOBO

SEXTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 2021 100 COLUNAS 4000000 1984-2021 Faber e Maletka 00 30 40000 globo.com.br

Retratos do Rio

A força das mulheres cariocas

Quase metade das diretorias do Rio (46,5%) é chefiada por mulheres, mostra um estudo do Instituto Pereira Passos que teve como base os Censos Demográficos de 2000 e 2010. Os números também mostram que um quinto das chefes de família cariocas ganha menos de um salário mínimo e que a taxa de fecundidade na cidade é menor. **IGARA 7**

Tópicos do câmbio

Eletroportátil com sotaque chinês

Seus condições de consumo com os importadores da China e sua incidência do governo, a Brasil exige mais de produção técnica de peças, equipamentos e acessórios. Nos eletrodomésticos, o dólar não ainda deve elevar os preços neste ano. **IGARA 11**

Grupo X

O GLOBO errou sobre empresas de Eike

Em reportagem de última sexta-feira sobre o Grupo X, O GLOBO errou ao afirmar que os negócios de Eike Batista já deixam marca do que vai ser. Na verdade, o patrimônio líquido de R\$ 10 bilhões das empresas que compõem o grupo já deu conta a valor das dívidas. **IGARA 18**

Revista na Turquia

Manifestações dividem Istambul

Após o anúncio a regulagem do ministério de Turquia, o jornalista Recep Dapag Erdogan reuniu mil horas de seguidores em Istambul. A não quitação da, várias manifestações contra o governo. **IGARA 22**

Lixeiros e inadequados

Lixeiros viram alvo de críticas

Especialistas e moradores da Rio debatem mudanças no modelo das políticas da cidade. Para eles, a quantidade de lixeiras e a presença de lixo em locais não foram resolvidos. **IGARA 6**



La foto... Foto do gol de vitória por 2 a 1 sobre o Boca, Gabriel Leon comemora festa por de Enzo e Quaresma, diante da reação de goleiro Carlos e do capitão Carlos Tévez.

ESPORTES MARACANÃ RENASCE À ITALIANA

Com o anúncio de renovação feita pelo Pelé, que conquistou uma vaga por sua seleção, a Itália, não mais chegou a ser vendido pelo público de 70.000 pessoas, a Itália venceu o México por 2 a 1 na estreia do Maracanã na Copa das Confederações. O estádio passou no teste, apesar do som ruidoso, da instalação dividida pelo projeto-empresa entre os membros da lista de instalação. De lado de fora, a P&G chegou com barrões de gás, que de repente a bola de futebol e um prêmio profético de cerca de mil pontos contra os jogos com a Copa. No mesmo jogo de ontem, a Espanha, mais vitória pelas performances, derrotou o Uruguai por 2 a 1, em final.



La foto... Foto do estádio de Chiapas repolvo com barrões de gás, na instalação polêmica para, que não seguiu.

O Brasil e o mundo de olho em São Paulo

Protestos contra o aumento das tarifas de ônibus serão marcados para hoje em quatro capitais. Em São Paulo, desta vez, o governo promete não usar a Força de Choque. Antes de a ponto acontecerem outros em outras e nos EUA. **IGARA 9**

PRESÍDIOS FORA DA LEI

Apenas 10% dos presos estudam

No país, 40% das instituições penais não possuem salas de aula

Em vigor há dois anos, legislação que obriga a oferta de atividades educacionais aos detentos esbarra na falta de infraestrutura

De quase 540 mil presidiários hoje no Brasil, 88% não têm acesso básico completo. Mesmo assim, apenas 54 mil presos estão frequentando salas de aula dentro das unidades penais.

Em vigor há dois anos, a lei que dá aos detentos o direito de estudar a gases frequentando salas de aula, esbarra na falta de infraestrutura. Levantamento feito pelo Ministério da Justiça, li-

pedido do GLOBO, mostra que, das 1.400 presões do país, 40% (560) não oferecem acesso à educação. O Departamento Penitenciário Nacional recorreu a Tabela aberta de ensino. **IGARA 6**

SEGUNDO CADERNO

DIGITAL & MÍDIA

CONTRA



MEMÓRIA

Signar: e-mail e foto



País

TENSÃO URBANA



São Paulo. Comandante da PM e comandante de segurança pública



Organização. Estudantes reúnem no MASP trabalhadores, fazes e cartões que serão levados à uma manifestação de hoje no Largo do Batão, na região de Pinheiros

Mais um dia de protestos

Polícia de São Paulo promete não usar Tropa de Choque; Rio, Minas e Brasília também terão atos

BRUNO SCAVANO e SILVA ASSIS
@globoesporte

Atos de solidariedade e pedidos contra o fecho, mais uma vez, foram a ordem em São Paulo e em pelo menos outras três capitais do país — Rio, Brasília e Belo Horizonte. A quinta jornada de protestos contra o aumento dos passagens na capital paulista, anunciada pelas autoridades como a maior até aqui, terá início no fim da tarde, no Largo do Batão, em Pinheiros. O governo estadual, preocupado com as consequências, eleva as negociações, mas o líder do Movimento Passe Livre (MPL) não aceita negociar com as autoridades o aumento da passagem. O secretário de Segurança Pública, Fernando Góes, garantiu que o polícia não usará a Tropa de Choque da PM, nem gás lacrimogêneo e fuzis de alta potência.

O movimento espera a participação de 20 mil pessoas. Nas redes sociais, quase 190 mil usuários confirmaram presença. Algumas entidades e um de acadêmicos e estudantes para se defender da polícia. Mas o governo, depois do diálogo sob o polo ataque violento da polícia aos direitos protestos, está agora agredido com o pedido de manifestação prevista para hoje com o MPL, explicou Góes, é permitida que a Polícia Militar possa planejar com antecedência a realizar formas de manifestação se transmuta a cidade. Na quinta-feira passada, foi a descomparação de um acidente de trânsito liberado do grupo e a PM sobre o percurso que provocou o confronto.

— O fundamento é de trânsito e trânsito. É a melhor maneira de reduzir o trânsito para o benefício da população e de proteger os projetos mais importantes. Com isso, foram sua condição número de trânsito, com a liberação de ruas e ruas fechadas — afirmou.

Mesmo especialistas relatam em negar o protesto.

— Estamos abertos ao diálogo, mas entendemos que os manifestantes são os responsáveis por definir o trajeto. O papel da PM é garantir a liberdade de ponto de manifestação e não vamos ocupar ruas importantes da cidade, sobretudo porque devemos evitar cerca de 20 mil pessoas — disse Mayra Vilas, li-

segante da União de Freios do MPL.

Para maior e maior número de manifestantes em São Paulo, as organizações contata com a comissão de entidades ligadas à Central Sindical e Popular - Cordeiros. No perfil do movimento no Facebook, postou o objetivo e o prazo de início da greve, desde que reduza os efeitos da greve lacrimogênea. O secretário de Segurança, contudo, garantiu que o protesto não será necessário diante da expectativa de uma passagem pacífica, sem a Tropa de Choque. O número de policiais que estarão nas ruas para acompanhar o protesto não foi divulgado.

— Não vai precisar de ninguém porque não vai ter bomba — disse Góes.

Por precaução, a atuação do metrô Piratininga, ponto de partida do protesto, estava já estava encerrada por algumas. A corporação informou que o objetivo é "garantir o patrimônio público e assegurar a segurança de seus usuários". Outros, porém, se voltaram ao Praça Roosevelt para realizar atos.

ATO NA ESTRADA DE BRASÍLIA
Manifestantes, em milhar, de ao lado de São Paulo, tiveram o mesmo destino. Em Brasília, o grupo promete se reunir em frente ao Museu Nacional, no Esplanado, às 18h, e seguir para o Congresso. No Rio, a ato começará no Cascatinha, partindo para o lado da Avenida Rio Branco em direção à Assembleia. Em Belo Horizonte, a mobilização acontecerá no dia da entrega da capital, prevista no Cópia das Constituições. A concentração está marcada para as 13h no ponto São Francisco de Assis, próximo do Ministério.

Os manifestos vão promover a greve de uma perseguição judicial. Na última quinta-feira, limitou de desobediência Carlos Augusto de Barros Lorenzini, de Tribunal de Justiça, a pedido do governo estadual, proibiu qualquer tipo de manifestação em estado durante o mesmo período.

Colaboramos: André Fernando (PM); Yriciano Scaiano (Brasília) e Emanuel Paquetto (Belo Horizonte)

Na Galeria Esportes, PM e manifestantes reúnem em conferência no Rio

INTERNACIONAL

Atos de solidariedade acontecem também nos EUA e na Europa

Brasileiros vão às ruas e protestam em Nova York, Montreal, Dublin e Berlim

Rafael Góes
@globoesportebr
@globoesportbr

Em Nova York. Em solidariedade com os milhares manifestantes no país, brasileiros realizaram protestos contra as dívidas de Nova York, Montreal, Dublin e Berlim. Em Dublin, na Irlanda, manifestantes carregaram cartazes como "Desemprego e manifestos, não estamos contribuindo para novo Brasil" e "Trabalho não é crime, desemprego é". Segundo organizadores, participaram duas mil pessoas. Em Berlim, na Alemanha, cerca de 300 manifestantes também protestaram. "É por direitos, não por caridade", disse um cartaz. Em Montreal, no Canadá, jovens carregaram um grande cartaz, que dizia "Desemprego não tem fronteira".

Em Nova York cerca de cinco pessoas se encontraram na Central Park, durante um show de Brasil (L) e fim do planejamento do Brasil de Cinema Brasileiro. Durante o ato, o movimento, a conexão passou a manifestar os manifestantes, que carregaram cartazes como "Trabalho Brasileiro", "O povo acordou", e "Chega de pão e circo".

Em Berlim, eles gritaram palavras de apoio aos protestos de São Paulo.

— Copo da Miséria, eu abro mão! Quero dinheiro para saúde e educação! Bê, polícia, vira que é coisa de lá!

Em Dublin, o grupo foi ao parque Stephen's Green e chibica o PT.

— Nem Dilma nem Lula! O Brasil tem que mudar! — foram os gritos. Rádio programou os atos em Paris, Madrid, Londres, Lisboa, Chicago, Tóquio e Sydney, a maioria para amanhã (Góes e G2)



Dublin. Manifestantes ocuparam principal parque da capital irlandesa



Berlim. Na Alemanha, jovens mostraram apoio aos atos paulistas de São Paulo

Advogados formam rede para livrar manifestantes da prisão



700 CADERNOS, 6 DE JUNHO DE 1960 AHO LOUVRA - Nº 22711

Dilma Marinho (1975-2023) — 1960 — (1994-2003) Roberto Marinho

06 DE JUNHO | oglobo.com.br

UM PAÍS QUE SE MEXE

O Brasil nas ruas

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais

Redução do preço das tarifas de ônibus é mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maior parte das cidades. Para Dilma, manifestações são legítimas



Numa mobilização como há muito não se via no Brasil, pelo menos 240 mil pessoas, em sua maioria jovens, tomaram ontem as ruas de 11 capitais para protestar principalmente contra o aumento das passagens de ônibus. No Rio, o público foi estimado entre 80 mil e 100 mil. Era tempo de internet, os atos foram convocados pelo uso intenso das redes sociais para convocar participantes e pela ausência de partidos políticos, estudantes e da União Nacional dos Estudantes entre as organizações. Desde vez, o comportamento da polícia foi diferente. Em São

Paulo, o governo cumpriu a promessa de não fazer uso da força de choque contra nada de berracha. Os protestos foram pacíficos na maioria das cidades, mas houve alguns atos de violência em Porto Alegre, Rio e São Paulo, considerados pela maioria dos participantes. Pelo alicer, outros temas, como gastos com a Copa e o projeto que limita poderes de investigação do MP apareceram nas falas. Voltada na abertura da Copa das Confederações, a presidente Dilma disse que as manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia. **ANDRÉ LARA**



NO ALVO DE RADICAIS

Um carro foi incendiado e a Ajei foi depredada no Rio por um grupo de radicais, que não teve apoio da maioria. Em Brasília, manifestantes fizeram o bloqueio e o sistema no lido do Congresso.



— Que começo de semana!

DILMA ROBERTO: "As manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia. É próprio dos jovens se manifestarem."

DEPUTADO FERNANDO HENRIQUE: "Desigualdade é uma coisa que a sociedade não resolve. Dizer que não estudantes nada resolve."

DEPUTADO LUIZ: "A única certeza é que o movimento social e as manifestações não são atos de violência."

País

UM PAÍS QUE SE MEXE

Reação em cadeia

Pelo menos 240 mil pessoas foram às ruas em 11 capitais, e mais uma vez houve confrontos



BRASÍLIA Em Brasília, milhares foram ao telhado do Congresso Nacional, depois de tomar conhecimento da aprovação do Projeto de Lei 11.702/2020, que altera o artigo 177 da Constituição Federal. O protesto ocorreu em várias cidades do Brasil, com o slogan "Vamos invadir o Congresso! O Congresso é nosso!"



SÃO PAULO Em São Paulo, a manifestação ocorreu em frente ao Palácio do Estado, com o slogan "Vamos invadir o Congresso! O Congresso é nosso!"



BELO HORIZONTE Em Belo Horizonte, um manifestante se ajoelha diante de policiais em meio a uma manifestação em frente ao Palácio do Estado.



RIO DE JANEIRO Em Rio de Janeiro, a manifestação ocorreu em frente ao Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa, em frente a um grupo de manifestantes que ocuparam o telhado.

Crise O Globo
divulgacao@oglobo.com.br

Na maior mobilização contra o aumento das passagens de ônibus, cerca de 240 mil manifestantes se reuniram, entre as ruas de 11 capitais brasileiras. Em São Paulo, o protesto mobilizou cerca de 60 mil pessoas, que desta vez não se limitaram a bater de berra e a se levantar de ginco levemente do público. O governo do estado comprou a promessa de manter o Tropa de Choque aquiescida. A noite, um grupo tentou invadir o prédio dos manifestantes, sede do governo do estado.

Em São Paulo, o grupo tentou invadir o prédio da Assembleia Legislativa e fazer cinco policiais militares. A polícia usou gás lacrimogêneo em cerca de 300 mil pessoas, segundo os organizadores. Em Belo Horizonte,

37, projeto que busca tirar do Ministério Público o poder de investigação.

Também houve mobilizações em Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Salvador, Macaé, Fortaleza e Brasília. O protesto foi o primeiro do estado brasileiro desde os últimos dias de ocupação das polícias e de instituições de pesquisa. Preso, com a separação dos conflitos em São Paulo na quinta-feira passada, que terminaram com cerca de 100 feridos, as polícias procuraram evitar o uso de armas de baixa letalidade, mesmo quando provocadas pelos manifestantes.

A PM paulista acompanhou à distância, com um efetivo visivelmente menor do que o da manifestação anterior, o quinto protesto contra o projeto das tarifas. Policiais chegaram a pedir licença

do Movimento Passe Livre.

Na noite, cerca de 200 manifestantes em quatro cidades, com uso de bombas de gás lacrimogêneo e coquetéis. Em Porto Alegre, o Tropa de Choque da Brigada Militar entrou em confronto com manifestantes, depois que eles colocaram fogo nos pneus de uma viatura, arremessaram pedras e jogaram um ônibus e prédios públicos. Os manifestantes usaram bombas de gás para dispersá-los. Em Alagoas, um manifestante sofreu um risco de um estufado quando tentou fazer a bloqueio montado pelos manifestantes no Avenida Fernandes Lima, Bairro do Dendê.

A PM mineira, para impedir que a marcha se aproximasse de Minas, enviou cerca de 300 policiais militares e 100 da Capitania de Confederação, através

interfere picado por viaturas. Alguns manifestantes atacaram o guarda-marinha em direção aos policiais e alguns fugiu em um carro. Cinco policiais foram feridos no confronto. Outro ataque do vandalismo foi dirigido a uma agência bancária próxima, cujo estande de vidro foi destruído e pilhas de bombas de gás.

Em Brasília, a polícia não conseguiu impedir que os manifestantes, por volta das 18h, invadissem no teto do Congresso, pelo lado suado, sob os copos. Após cerca de 30 minutos, o tempo foi liberado para que os manifestantes descessem. Muitos ainda permaneceram na cobertura. Eles reivindicaram uma lista pedindo "vão à vitória" e "gitarar".

— Vamos invadir o Congresso! O Congresso é nosso!

Em São Paulo, o governo do estado cumpriu a

OLIMIA DE QUE ATOS SÃO LEGÍTIMOS

MERVAL PEREIRA



Os políticos em xeque

A tomada simbólica da câmara do Congresso Nacional pelos manifestantes de Brasília e os ataques à Assembleia Legislativa no Rio, apesar de iniciais, são parte de manifestações democráticas que não deixam dar lugar a depredações e vandalismo, sinalizam o espírito dos protestos espalhados por várias capitais do país.

O sociólogo Merval Pereira, um dos maiores especialistas em temas políticos, escreve na página semanalmente e se dedica a analisar os acontecimentos mobilizados pelos setores sociais ativos, chamando a atenção para o fato de que todos os dados apontam o desprezo total dos partidos, partidos e parlamentares pelo cidadão.

A democracia na democracia representativa levanta que, se os cidadãos participam, não há um lado errado, mas o sistema brasileiro se mantém em pé graças à capacidade de mobilização de cidadãos e líderes, explicou. "Internet é uma revolução necessária, mas não suficiente para que existam movimentos sociais".

Durante o primeiro Clay Shirky, autor da obra "The political power of social media" ("O poder político das mídias sociais"), escreveu na mesma linha, dizendo que "as redes por si só não dão poder político, sendo necessário que a sociedade esteja madura para que seus efeitos sejam sentidos". Pereira diz que agora o cidadão tem "os meios tecnológicos para entrar na democracia e nos processos políticos e do sistema de comunicação de massa".

Essa ação ativou das mídias sociais tenta passar o que Pereira define de "voto de representatividade", mas não a participação da sociedade política, que não se descreve da nova geração de cidadãos da internet.

Merval Pereira avalia que um político ligado aos partidos, com acesso à televisão e aos meios de comunicação, não tem a capacidade de superar essa situação, mas acredita que a senadora Marina Silva tem condições de superar esse papel. Sem se retirar no período de lei que está em transição no Senado que dificulta a criação de novos partidos, Pereira prevê que Marina "vai de enfrentar todo o sistema, porque um ponto sob o qual todos os partidos estão de acordo é manter o monopólio conjunto do poder".

De pontos chave

1. A tomada simbólica da câmara do Congresso Nacional e os ataques à Assembleia Legislativa no Rio sinalizam o espírito dos protestos, desprezo dos partidos, partidos e parlamentares pelo cidadão.

2. A internet e a democracia levanta que, se os cidadãos participam, não há um lado errado, mas o sistema brasileiro se mantém em pé graças à capacidade de mobilização de cidadãos e líderes, explicou.

3. Durante o primeiro Clay Shirky, autor da obra "The political power of social media" ("O poder político das mídias sociais"), escreveu na mesma linha, dizendo que "as redes por si só não dão poder político, sendo necessário que a sociedade esteja madura para que seus efeitos sejam sentidos".

O governo, porque o presidente Dilma havia assinado a lei sobre esse novo período, agrediu os novos setores das tradicionais organizações da PT, ampliou as margens sobre a oposição. Pela transição dos protestos pelo país, com críticas à corrupção dos políticos, até a realização do Congresso Nacional, o que foi do movimento não mudou.

UM PAÍS QUE SE MEXE



Brasília. No Centro do Rio, os manifestantes derrubaram placas e queimaram pneus em frente ao Palácio do Congresso em manifestações.

'Primavera carioca' leva multidão de manifestantes ao Centro

Protesto tem o apoio de quem estava nos escritórios da Rio Branco

Arquivo: Wenceslau, Gustavo; Foto: Anselmo; Imagem: J. J. / G. / G. / G.

Condições ideológicas. Milhares de pessoas se reuniram, a partir do fim da tarde de ontem, no principal eixo do Centro do Rio para protestar contra o aumento das passagens de ônibus, além dos passagens em si. A manifestação do Centro do Rio para protestar contra o aumento das passagens de ônibus, além dos passagens em si. A manifestação do Centro do Rio para protestar contra o aumento das passagens de ônibus, além dos passagens em si.



Arquivo: Wenceslau, Gustavo; Foto: Anselmo; Imagem: J. J. / G. / G. / G.

aplicadas ou, em mais um sinal de apoio, deram place as luzes dos escritórios.

Além dos estudantes, que foram à frente do movimento, muitos pais aderiram. A professora Sueli Ladeira, de 47 anos, que morava em uma casa a cinco quadras, de 13, estava do lado do marido na manifestação. Ela a primeira vez da adolescência sua própria casa.

— Decidi tirar a filha que está no que está em uma república muito violenta nos protestos passados — contou Sueli. Enquanto estava para a Graciana, a manifestante aproveitou para ocupar as escadarias da Câmara dos Vereadores e do Teatro Municipal, onde se encontraram uma grande bandeira do Brasil. Lá, as pessoas cantaram o hino impetado dos campos de futebol. "Sou brasileiro com esse orgulho".

JÁ ESTAVA NA HORA

Miguel Bordini, de 18 anos, que estava com um grupo de outros estudantes da Escola Progressiva, relatou que todos vão contra atos de vandalismo: — O fato de termos de uma escola de classe média alta não faz diferença para lutar contra a corrupção que está por trás do aumento das passagens. Uma manifestação, psicologia e estudantes de cinema, acompanhados a manifestação gravando algumas cenas em vídeo. — Não viu uma manifestação assim há muito tempo. Já souvi mais do que no fim de sua existência. A manifestação estava muito calma — disse Lúcia, que é funcionária de Mercado da Saúde.

COMUNICADO DE RECALL

A Honda Automóveis informa sobre o recall voluntário dos veículos marca Honda, modelo Civic LX 1.8i.

ANO/MODELO	CHASSIS NÃO REGISTRADO	CHASSIS	DATA DE PRODUÇÃO
	ATE	DE	INICIAL
2008	07/11/08	07/12/08	18/03/08
			14/03/08

Contato e mais do atendimento: Comparece a uma concessionária Honda a partir de 27 de junho de 2010.

Hoje na web

- **POTÁLIAS:** Vozes dos protestos que pararam vários pontos do país
- **VÍDEO:** Manifestantes ocupam o Congresso Nacional durante protesto em Brasília

UM PAÍS QUE SE MEXE

Mais de 65 mil vão às ruas e param SP

Após violência policial e vandalismo na semana passada, manifestantes promovem ato pacífico na cidade

Reportagem de Mariana Torres, São Paulo, e Mariana Torres, São Paulo, e Mariana Torres, São Paulo

Uma massa de manifestantes pacíficos, formada pela mudança no comportamento da Polícia Militar, milhares de pessoas letradas, com um milhão de pessoas em São Paulo, a noite, a PM considerou o número de 65 mil manifestantes, formado pela Polícia Militar, com o número de 100 mil manifestantes, com o número de 100 mil manifestantes, com o número de 100 mil manifestantes...

mas organizado, sem violência — declarou Pina. — Que sempre vai, pois. A cidade hoje é só de manifestantes — disse o major Kléber, comandante operacional do 22º Batalhão. O público era maior maior do que nas outras quatro manifestações da PM, (originalmente pela solicitação de tarifa de transporte público) em São Paulo. Dessa vez, não se apressaram por serem os estudantes, mas por trabalhadores, famílias, idosos, integrantes de movimentos feministas, gays e lésbicos. — Vieram aqui para fazer número depois de tudo que aconteceu (a violência policial). É um grito de socorro, pedidos de união e força para que os abusos não se repitam — disse Mariana Marinho, que estava com a mulher Thelma e o filho João, de um ano e sete meses, que portava um cartaz "Não é por isso e por dentro" colado no mamilo. A tarifa de transporte em São Paulo subiu de R\$ 3,60 para R\$ 3,20.



Manifestantes em paz. Dezenas de milhares de pessoas participaram de um ato pacífico em frente ao edifício da Prefeitura de São Paulo

A concentração da quinta e maior manifestação em São Paulo aconteceu no fim da tarde no Largo da Botafogo, em Pinheiros — sua maior parte — com milhares de pessoas, incluindo o Shopping Iguatemi, foi fechada. Depois, o grupo se deslocou para a Avenida Paulista e a Marginal Pinheiros, para mais tarde se encontrar na Avenida Paulista, Brooklin, em direção ao Polígono dos Bandeirantes, sede do governo, onde teve novo protesto.

Um outro grupo, que saiu a liderança do Movimento Passe Livre (MPL), seguiu para a Avenida Paulista, onde milhares de pessoas se reuniram com gritos de protesto e manifestações contra as forças armadas e a violência. Também houve um protesto em frente ao Parque do Ibirapuera e à Assembleia Legislativa de São Paulo.

O MPL convocou novo protesto para hoje, às 18h, na Praça da Sé, centro de São Paulo. Ainda, o grupo deve participar de manifestos no sul da prefeitura.

Acusado de tranquilizar a última quinta-feira, a PM aceitou todos os diálogos, com o objetivo de evitar o risco de que o dia manifestação se tornasse violento. Não havia integrantes da Força Tática, nem da Tropa de Choque. O grito dos manifestantes era "Que se foda a polícia, não tem polícia, não tem polícia". São palavras usadas por Mariana Pina, 19 anos, uma das líderes do MPL, durante o protesto. Ela e outros foram presos e levados para o quartel da Polícia Militar, onde foram libertados.

Como ato de raiva, a PM alega o direito de manifestação. E disse que os manifestantes carregaram cartazes com frases...

Antes da manifestação, a prefeitura de São Paulo, através do Habilidade (PT), alegou da surpresa para o número de manifestantes e a violência.

Grupos distintos fizeram a maior mobilização até agora

Carlos Correia do Instituto de Políticas Públicas

Para o diretor de São Paulo, a maior mobilização até agora foi feita por manifestantes. Em nota, o grupo discorreu da posição do governo e destacou que a decisão sobre reduzir ou não a tarifa de São Paulo é pública.

"O MPL vem a público afirmar a necessidade de estabelecer um espaço de negociação sobre a tarifa antes das manifestações — a convocação do aumento", diz a nota.

Em resposta em Campinas, na tarde da tarde, o governador Geraldo Alckmin reforça que a prefeitura irá usar todos os recursos.

Não há política de tarifa de transporte público. O governo deseja dar transparência para todos, segurança, acompanhar a manifestação e não fazer nenhuma intervenção. Costura de diálogo, ao contrário de diálogo, de transparência, o mesmo que não foi possível — disse Alckmin ao G1, referindo-se ao encontro do manifestante com o secretário de Segurança Pública, Fernando Costa, pela manhã.

Como ato de raiva, a PM alega o direito de manifestação. E disse que os manifestantes carregaram cartazes com frases...

Tribos e convicções para todos os gostos em ato

Grupos distintos fizeram a maior mobilização até agora

Carlos Correia do Instituto de Políticas Públicas

Para o diretor de São Paulo, a maior mobilização até agora foi feita por manifestantes. Em nota, o grupo discorreu da posição do governo e destacou que a decisão sobre reduzir ou não a tarifa de São Paulo é pública.

"O MPL vem a público afirmar a necessidade de estabelecer um espaço de negociação sobre a tarifa antes das manifestações — a convocação do aumento", diz a nota.

Em resposta em Campinas, na tarde da tarde, o governador Geraldo Alckmin reforça que a prefeitura irá usar todos os recursos.

Não há política de tarifa de transporte público. O governo deseja dar transparência para todos, segurança, acompanhar a manifestação e não fazer nenhuma intervenção. Costura de diálogo, ao contrário de diálogo, de transparência, o mesmo que não foi possível — disse Alckmin ao G1, referindo-se ao encontro do manifestante com o secretário de Segurança Pública, Fernando Costa, pela manhã.

Como ato de raiva, a PM alega o direito de manifestação. E disse que os manifestantes carregaram cartazes com frases...



Manifestantes durante um ato pacífico em frente ao edifício da Prefeitura de São Paulo

Manifestantes durante um ato pacífico em frente ao edifício da Prefeitura de São Paulo. O grupo discorreu da posição do governo e destacou que a decisão sobre reduzir ou não a tarifa de São Paulo é pública.

manifestantes, queramos um espaço — disse uma das jovens. — É o direito de não sermos. É o direito de não sermos. É o direito de não sermos.

"Essas manifestações são feitas para ser o povo. É o direito de não sermos. É o direito de não sermos. É o direito de não sermos."

Professora de escola pública de Itaquera, em Zona Leste, levou ao lado de milhares de pessoas públicas das famílias, bairro nobre.

— A gente não veio aqui porque achamos que não tinha nada, mas veio porque — disse o de Itaquera. — Já tem mais de 20 anos que ninguém protesta por nada. Então que lutar por nossos direitos, e não por fazer violência contra nós — explicou o docente das famílias.

Paula, com o rosto parcialmente encoberto, contrastava com uma jovem de cabelos escuros e olhos azuis.

"Além de não estar satisfeita com a tarifa da tarifa do Usp, também não estou satisfeita com o preço do transporte público. Já estou há mais de 10 anos pagando mais caro do que deveria pagar."

— A gente nunca viu protestos como esse. É o primeiro que estamos vendo em São Paulo. É o primeiro que estamos vendo em São Paulo. É o primeiro que estamos vendo em São Paulo.

Advertisement for ELETRIO featuring a washing machine and text: 'Somente Hoje! Ofertas arrasadoras em 12x sem juros nos cartões. AMANHÃ NOVAS OFERTAS IMPERDÍVEIS'

Opinião

A crise de representatividade dos partidos

Depois das manifestações da MPB, Movimento do Brasil Livre, no quarteirão da República em São Paulo, milhares de cidadãos passaram a se dedicar a entender o que aconteceu — a imprensa, inclusive. O que gerou uma grande movimentação de estudantes alinhados contra o aumento de tarifas de ônibus, um impasse por grupos de estudantes sempre aliados a organizações como uma parceria de vendas livres, grevistas contra dívidas não pagas e a partir dos passantes de ônibus.

Políticos deveriam entender as manifestações de rua e criar de sentir os legados, para que possam a ser canais legítimos de reivindicações da população

de que "nenhum partido não representa". Fedidos e outros desistiram de votar. Legados e o socialismo, controlado com o apoio de uma legislação deficiente, levou de outras eleições.

Série de reportagens publicadas em semanas passadas pelo GLOBO sobre o sistema partidário traça um diagnóstico desse sistema: oscarismo em partidos e eleições. Evidências que regem eleições, fortalecimento da classe política, não apenas a nível de representação na vida pública, mas dos setores que contribuem para a degradação da imagem da democracia representativa, uma apreensão na liberdade. As 30 legendas legalmente registradas, em número excessivo, representam mais de 1 bilhão no ano passado, dos quais R\$ 150 milhões do Fundo Partidário, grande parte proveniente de contribuintes. Mesmo que o partido não

Correa enfim amordaça imprensa no Equador

Apos a análise europeia algumas diferenças entre o presidente do Equador, Rafael Correa, e o presidente do Venezuela Hugo Chávez e o presidente da Bolívia Evo Morales, todos aliados do ex-presidente Correa, o ex-ministro que estabeleceu politicamente o Equador, o seu irmão, o aguilão ideológico do "Móvil boliviano" criado por Chávez. Ele considerava Correa um oportunista e uma personalidade não-ideológica, colocando uma assessoria para alisar o discurso, simplificar os pedidos do Executivo, fazer uma reforma partidária que beneficiasse o governo, interferir na organização do Judiciário, por exemplo, e, assim, calar os vozes críticas, como o período.

Correa nunca possuiu um projeto de 2007 para um mandato de quatro anos. Mas, já em 2009, decidiu a aprovação de uma reforma Constitucional bolivariana, firmada em 2008, e o presidente não se esqueceu. Ele passou a ser considerado um primeiro ministro, e ele pôde se registrar em seu país para o cargo em 2017. Antes de ser eleito, a intenção era permitir ao Equador. O ex-ministro ganhou com 57% dos votos, em eleições livres, consideradas as mais justas e abertas da costa da população. Seu partido, Alianza País, ficou com cerca de 117 cadeiras no Parlamento.

Órgão formado por funcionários públicos vigiará os conteúdos das redes de comunicação e terá poder para impedir muitas postagens

transmissão de dados por meio da imprensa e da televisão. Com a nova maioria governante, acabou aprovada uma lei, por 100 dos 117 parlamentares. Ela cria organismos de controle e inspeção de conteúdos e publicações. Os jornais e canais de televisão terão que ser submetidos a um controle de conteúdo. Uma comissão, formada por cinco representantes do poder público, que deverá controlar os conteúdos das redes de comunicação. Ela poderá impedir qualquer con-

MARCO ANTONIO VILLA

O centro do debate

As manifestações ocorridas em São Paulo nas últimas duas semanas permitiram algumas reflexões. Que o movimento coletivo é ruim e como para os padrões do serviço oferecido, algumas diferenças. Mas não é neste o ponto que está o centro do debate. O que se discute é como estabelecer a defesa de serviços desastrosos de direitos, a liberdade de manifestação e o direito de ir e vir. O que está ocorrendo em São Paulo não tem qualquer relação com as manifestações de Brasília ou do Rio de Janeiro. Nessas cidades, o centro das reivindicações são os gastos abusivos da Copa de Mundo e o abandono daquilo que além o cotidiano da população: saúde, educação, etc. E como em 1968: enquanto no Rio se pensava nos cem mil de famílias de democracia, em São Paulo, no mesmo dia, teve o aumento territorializado do Rio de Janeiro.

depois Nada. A vontade de abandonar com momentos da nossa história não aconteceu — como agora — em regiões de amplas liberdades e direitos. Neste ritmo, logo veremos alguns estudantes de 68 gritando — 45 anos depois, já não — pelas ruas de São Paulo: "o lado contrário". Qual lado? A organização efetiva dos debates não é de um movimento autônomo, espontâneo, de jovens manifestantes em um período de desmontagem de estruturas algumas formas de participação. Nada disso. Querem silenciar o diálogo e não permitir que grupos de interesse sejam. É o Brasil para dar alguma satisfação aos seus próprios interesses. Isso há anos discutido e negociado sobre o caso do capitalismo. Dá-las e não ocorreram nada na sociedade. Continuamos ali falando. E fomos perdendo o tal e qual que tinham. Sem crise econômica e sem de ser o tempo necessário, como em vários países europeus, temos a este grupo concentrar o que movel de fato, para que não desapareçam. O aumento da participação de ônibus — além da falta de opção, regate-se — com de fato. Por e mais que os líderes que oferecem parecer e legitimidade nos bases casados de outros discursos semelhantes com uma efetiva ação.



Lembrar-se que, em 2011, dizem que o movimento iria se espalhar pelo mundo inteiro? O que aconteceu semanas depois? Nada

deles estiver sendo violado. Nestes momentos de tensão — momentos no regime democrático — é que são tentadas as autoridades. O governador de São Paulo não se contém. Primeiro que acaba que tem um custo político a defesa da lei de ordem democrática em um país que valoriza e estimula tudo o que é legal. Temos uma propensão a reagir. Não é caso das manifestações que justificam o uso da força e a intervenção da polícia. Não é caso das manifestações de Cuba, Coreia do Norte. Não entendem que o Brasil de manifestação não se sobrepõe ao direito de ir e vir. E este é o desafio da democracia: garantir ambos os direitos. E agir com energia — dentro dos limites legais — quando qualquer um

DOMINGO

O GLOBO

DOMINGA, 10 DE JANEIRO DE 2009 192.000R\$ 19 2009 **Prêmio Marinho (1978-1992) — (1994-2001) Roberto Marinho** RIO DE JANEIRO **oglobo.com.br**

COLUNISTAS

ANCELMO GOIS Interessado em 22 mudanças positivas a serem em 2009. PÁGINA 22	DORRIT HARAZIM O jogo mostrou a Lula o seu mundo e que é capaz de fazer. PÁGINA 16	MÉRIAM LETIÃO Miguel precisa um movimento para regularidade. PÁGINA 22	VERISSIMO Ta fô, o verbo de Copa não ficou melhor na seleção da seleção? PÁGINA 11	ESTREIA TONY BELLOTTO Do jovem talentoso para cada um. INDICADO CADERNO	CAETANO VELOSO Está em meio dessa complexidade levante a abertura. INDICADO CADERNO	ELIO GASPARI O momento está de cara os os momento foram pagados. PÁGINA 11	MERVAL PEREIRA A guerra impiedosa deu a vitória de Elvira para Lúcia. PÁGINA 8	HELENA CELESTINO Práticas da imprensa, mas deixar marcas na identidade do povo. PÁGINA 22	JOÃO UBALDO As ruas podem ajudar a fortalecer a democracia. Ou não. PÁGINA 11
-----------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------

O BRASIL NAS RUAS

Juventude desiludida

Proporção de eleitores de 16 a 18 anos caiu pela metade em duas décadas, semana de protestos deixa claro o desencanto com políticos e a cobrança por melhoria nos serviços públicos, mas vandalismo desafia futuro das manifestações



Brasil, mostra tua cara. Em tempo de Copa das Confederações, abolicionista brasileira se espelha com o símbolo para protestar "contra tudo", de avaria da passagem à variação

Os últimos 14 dias que abalaram o Brasil de basquet, com mensagens claras e contundentes contra a política tradicional. A cada eleição, aumenta o número de brasileiros que não vão às urnas em, quando vão, votam em branco ou nulo. Há 21 anos, quando os cerca-petelas provocaram a impopularidade do então presidente Fernando Collor, eleitores de 35 a 18 anos votaram 3,6% do total. Hoje são 1,5%, informou Ibope Causas. De cada 100 jovens

que poderiam ser eleitores, só 35 se interessaram para votar o Brasil. No Rio, são 19 em cada 100. Outro aspecto das ruas foi um crescimento de quem se mobiliza para defender manifestações nos serviços públicos. Representantes de diversos segmentos sociais ouviram pelo GLOBO reforçar a necessidade de mudanças no país. E apostaram desafios para os manifestantes organizarem suas reivindicações e não sucumbir à violência. **PÁGINA 11**



LOGO+

Leve de casa em 1000, Mônica. Porém vale de tudo o. Não custa. Voto no DR cada o seu **PÁGINA 11**

Mareias de var e cobra **CRÔNICA**

Pelé e Romário

Zapatistas inspiram líderes de protestos
PÁGINA 11

Um maio de 68 pós-moderno
PÁGINA 7

Nova geração vai das redes para as ruas
PÁGINA 12

SEGUNDO CADERNO
OS ÚLTIMOS



ASIDE
A DIETA IDEAL NOS ENCONTROS O GLOBO

REVISTA ELA TV



ANEXO D – Postagem (*fakenews*) recomendando aos manifestantes se vestirem com a bandeira brasileira

The screenshot shows a Facebook interface. At the top, there is a search bar with the text 'Pesquisar no Facebook' and a home icon. To the right, there are notification icons for a video (9+), a group (4), and a message (20+). The user's name 'Mateus' is visible. Below the navigation bar, the group name 'QUE BRASIL NÓS QUEREMOS?' is displayed with a 'Participar do grupo' button and search and menu icons. The main content is a post from a user whose name is redacted, dated '16 de junho de 2013 - São Paulo'. The post text reads: 'Postado por Jô Soares: Prezados; Avise a todos os manifestantes para usarem a bandeira brasileira como manto em volta do corpo, qualquer ato contra uma pessoa que esteja com a bandeira sobre o corpo é um ato contra a bandeira nacional. Isso é crime conforme o art. 44º do Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969: "Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público: Pena: detenção, de 2 a 4 anos. "Os policiais provavelmente não vão respeitar isso devido à seu péssimo treinamento e pouco amor à pátria. Isso vai fazer eles se atacarem, pois vão ser feitas fotos com policiais atirando contra a bandeira, atirando spray de pimenta e bombas. Mesmo se nesse momento a imprensa não ficar a favor, vai atrair a atenção da imprensa internacional. Não apenas pelo fato do ataque à bandeira, mas também porque os dever de policia/bombeiros e médicos é servir a sua pátria tão amada." Compartilhem e repassem!'. Below the text, there are 4 likes and 3 comments. On the right side, there is a 'Sobre' section for the group, stating it was created on 05/05/2010 by Ruy Câmara and is a closed group. It lists the group as 'Público', 'Visível', and 'Brasil', with a 'Grupo Geral' icon.

16 de junho de 2013 - São Paulo

Postado por Jô Soares:

Prezados;

Avise a todos os manifestantes para usarem a bandeira brasileira como manto em volta do corpo, qualquer ato contra uma pessoa que esteja com a bandeira sobre o corpo é um ato contra a bandeira nacional. Isso é crime conforme o art. 44º do Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969: "Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público: Pena: detenção, de 2 a 4 anos.

"Os policiais provavelmente não vão respeitar isso devido à seu péssimo treinamento e pouco amor à pátria. Isso vai fazer eles se atacarem, pois vão ser feitas fotos com policiais atirando contra a bandeira, atirando spray de pimenta e bombas. Mesmo se nesse momento a imprensa não ficar a favor, vai atrair a atenção da imprensa internacional. Não apenas pelo fato do ataque à bandeira, mas também porque os dever de policia/bombeiros e médicos é servir a sua pátria tão amada."

Compartilhem e repassem!

4

3 comentários

Sobre

MENSAGEM DOS MEDIADORES
Este grupo foi criado no dia 05/05/2010 pelo escritor e sociólogo, Ruy Câmara. O grupo é fechado e nele só poderá atuar... [Ver mais](#)

Público
Qualquer pessoa pode ver quem está no grupo e o que publicam.

Visível
Qualquer pessoa pode encontrar o grupo

Brasil

Grupo Geral